

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

AUDREI RODRIGO DA CONCEIÇÃO PIZOLATI

**DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
(1927, CURITIBA/PR – BRASIL)**

São Leopoldo

2018

AUDREI RODRIGO DA CONCEIÇÃO PIZOLATI

**DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
(1927, CURITIBA/PR – BRASIL)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Educação, pelo Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Maura Corcini Lopes

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Alves

São Leopoldo

2018

P695d Pizolati, Audrei Rodrigo da Conceição.
Discurso Eugênico na I Conferência Nacional de
Educação (1927, Curitiba/PR – Brasil) / Audrei Rodrigo da
Conceição Pizolati. – 2018.
199 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São
Leopoldo, 2018.

“Orientadora: Profª. Dra. Maura Corcini Lopes;
Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Alves.”

1. Educação - eugênica. 2. Eugenia. 3. Moral eugênica. 4.
Escolas. 5. I CNE (1927). I. Título.

CDU 37:613.94

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Bruna Sant’Anna – CRB 10/2360)

ATA 03 – Defesa da Dissertação de Mestrado em Educação de **Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati**. Às nove e trinta, do dia quinze de março de dois mil e dezoito, na sala B09 208, Escola de Humanidades, reuniu-se a Banca Examinadora integrada pelos professores doutores: Mozart Linhares da Silva – UNISC, Roberto Rafael Dias da Silva, Maura Corcini Lopes (orientadora) e Alexandre Alves (Coorientador) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, para a defesa de dissertação intitulada: “DISCURSO EUGÊNICO NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1927, CURITIBA/PR – BRASIL)”. Após a abertura da sessão pelo/a professor/a Dr/a. Eli Benn Folin e pela professora doutora Maura Corcini Lopes, em nome da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, a candidata fez a apresentação do seu trabalho e a seguir foi arguida, pelos professores doutores, Mozart Linhares da Silva e Roberto Rafael Dias da Silva. Às 11h 30 min, a sessão foi suspensa por trinta minutos para elaboração do parecer final e atribuição das avaliações individuais que foram as seguintes: professor Mozart Linhares da Silva – Avaliação: aprovado, professor Roberto Rafael Dias da Silva – Avaliação aprovado, obtendo como Avaliação final: Avaliação aprovado. Face à avaliação final da dissertação obtida pelo mestrando, é conferido o título acadêmico de MESTRE EM EDUCAÇÃO pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A emissão do Diploma está condicionada à entrega da versão final da Dissertação. Às 12h, a sessão foi encerrada e, para constar, eu Gabriela Ibarra, secretária, lavrei a presente ata que é por mim assinada G. Ibarra e pelos membros da Banca Examinadora.

Observação: Houve alguma alteração no título do trabalho?

() sim Qual? _____

() não

Assinaturas da Banca:

Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva – UNISC – _____

Prof. Dr. Roberto Rafael Dias da Silva – UNISINOS – Roberto Dias da Silva

Assinatura do/a orientador/a:

Profª. Dra. Maura Corcini Lopes – UNISINOS – M. Lopes

Prof. Dr. Alexandre Alves (Coorientador) – UNISINOS – Alexandre Alves

Assinatura do Mestrando: Audrei R. da C. Pizolati

Ao amor, que foi apresentado a mim pelos meus pais Eva Santos da Conceição Pizolati e João Abelardo Cascaes Pizolati. Através deles pude desfrutar deste nobre sentimento durante todos os anos da minha vida. Grato! Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

À professora Viviana Benetti que me instigou a prosseguir com os estudos, sem o seu estímulo e apoio não estaria aqui hoje.

Aos professores Evandro Martins e Cássio Melero, que através de suas aulas, ainda no Ensino médio, despertaram em mim a vontade de ser docente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo integral, o que viabilizou a dedicação exclusiva e, com isso, pude dispor de mais condições para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), pelo acolhimento e infraestrutura, a qual tive acesso durante esses dois anos de estudos.

Aos meus orientadores, professores Maura Corcini Lopes e Alexandre Alves, pelo apoio, paciência e dedicação que tiveram comigo durante esse período.

Aos professores Vanderlei Sebastião de Souza e Denílson Roberto Shena, pelos materiais e demais documentos compartilhados, além das conversas e dúvidas que pude esclarecer através de e-mails e conversas.

Aos professores Mozart Linhares da Silva e Roberto Rafael Dias da Silva, por terem aceito o convite para compor a banca examinadora desta pesquisa.

Aos professores do PPGEdU/UNISINOS: Berenice Corsetti, Betina Schuler, Danilo Romeu Streck, Daniel Lopes, Elí Terezinha Henn Fabris, Eliane Schlemmer, Flávia Obino Corrêa Werle, Gelsa Knijnik, Isabel Aparecida Bilhão, Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, Maria Cláudia Dal'Igna, Maura Corcini Lopes, Roberto Rafael Dias da Silva, Rodrigo Manoel Dias da Silva, Rosangela Fritsch, Telmo Adams e Viviane Klaus.

À Secretaria Compartilhada de Pós-Graduação da Escola de Humanidades. Portanto, muito obrigado às secretárias: Caroline Azambuja, bem como à Loinir Nicolay, Márcia Fernanda, Maristela Simon, Saionara Brazil, Christina Barasuol, Raisia Diogo e à Luciane Silva, pelo belíssimo trabalho que vocês desempenham junto à secretaria de Pós-Graduação, na UNISINOS.

A biblioteca da UNISINOS e, em especial, a Maria Alice dos Santos pela generosidade acadêmica que teve comigo nesta reta final de trabalho.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI), pelas quintas-feiras matutinas de muito estudo e aprendizado. Também estendo esse agradecimento ao professor Alfredo Veiga-Neto, que também integra o grupo de pesquisa.

Aos colegas do grupo de orientação: Amanda Foza, Carine Loureiro, Daniella Martins Daniela Pensin, Deise Enzweiler, Graciele Kraemer, Jaqueline Cruz, Juliana Ottonelli, Patrícia Gräff, Pedro Witchs, Peterson Costa, Priscila Ebling, Raquel Fröhlich, Rute Dalmina, Vitória Witchs e Yuri Bento pelas contribuições durante o processo de pesquisa.

Aos colegas Cláudio Mandarino, Claudia Schiedeck, Eduardo Hass, Elisandro Rodrigues, Francieli Coberlini, Estela Brito, Fabiane Gay Pereira, Fernando Boch, Jonathan Vicente, Marina da Rocha, Viviane Weschenfelder e Wagner Santos Chagas.

Aos amigos que a vida me presenteou, André Goulart (Dedé) e Simone Boacowicz.

Aos meus familiares, minha Vanessa Pizolati e minhas tias, Benta Santos da Conceição, Eni Santos da Conceição, Elza Santos da Conceição e Leopolda da Conceição Nunes.

Aos meus pais: Eva da Conceição Pizolati e João Cascaes Pizolati, sem os quais, hoje, não estaria aqui, literalmente.

Em suma, agradeço a todos/as que, indiretamente ou diretamente, fizeram parte de minha formação acadêmica, a vocês, minha gratidão!

É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade. (KANT, 2018).

RESUMO

A presente pesquisa objetivou problematizar a articulação entre o discurso eugênico e a produtividade da ação *preemptiva* da educação, a fim de evitar o surgimento de anormalidades que venham a prejudicar o corpo social. Percebe-se que a questão educacional se desdobrou em torno da *degenerescência*, marcou, de certa maneira, os indivíduos em que os comprometimentos físicos e/ou intelectuais não permitiram mostrar os resultados da educação recebida. Para melhor compreendermos estas nuances, investiguei diferentes artigos, dissertações e teses sobre o tema, somado a isso, analisei também como esses discursos eugênicos circularam durante a I Conferência Nacional de Educação, realizada na cidade de Curitiba, Paraná, no ano de 1927. Esse evento foi idealizado pela Associação Brasileira de Educação (fundada em 1924), e, dois anos depois, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Eugenia. De certo modo, tais debates sobre a educação fomentaram a necessidade de se organizar algo desse porte para a sistematização da eugenia no Brasil, o que demonstra a imbricação entre ambos os temas (eugenia e educação) nesse contexto sociopolítico. Além da questão eugênica que apareceu de modo transversal em muitas teses, conceitos relativos aos cuidados com o corpo, matrimônio, maternidade, combate aos vícios, moral, educação sexual e criação da prole à luz da eugenia e da biologia também foram recorrentes no material. Isso demonstra claramente a imbricação entre o que os eugenistas propuseram à época para o aprimoramento do indivíduo e do corpo social e o que os educadores preconizaram naquele contexto para este mesmo fim.

Palavras-chave: Educação - eugênica. Eugenia. Moral eugênica. Escolas. I CNE (1927).

ABSTRACT

The present research aimed to problematize the articulation between the eugenic discourse and the productivity of the *preemptive* action of education, in order to avoid the appearance of abnormalities that may harm the social body. It can be seen that the educational question has unfolded around the *degeneracy*, marked in a certain way the individuals in which the physical and / or intellectual commitments did not allow to show the results of the education received. In order to better understand these nuances, I investigated different articles, dissertations and theses on the subject. In addition, I also analyzed how these eugenic discourses circulated during the First National Conference of Education held in the city of Curitiba, Paraná, in 1927. This event was conceived by the Brazilian Association of Education (founded in 1924) two years later, the I Brazilian Congress of Eugenics (1929) took place. To a certain extent, such debates on education have instigated the need to organize something of this magnitude for the systematization of eugenics in Brazil, which demonstrates the overlap between both themes (eugenics and education) in this sociopolitical context. In addition to the eugenic question that appeared transversally in many theses, concepts related to body care, marriage, maternity, addictions, morals, sex education and offspring in the light of eugenics and biology also recurrent in the material. This clearly demonstrates the imbrication between what the eugenics proposed at the time for the improvement of the individual and the social body and what the educators advocated in that context for this very purpose.

Keywords: Education - eugenics. Eugenics. Moral eugenic. Schools. I CNE (1927).

RESUMEN

La presente investigación objetivó problematizar la articulación entre el discurso eugenésico y la productividad de la acción *preemptiva* de la educación, a fin de evitar el surgimiento de anormalidades que vengan a perjudicar al cuerpo social. Se percibe que la cuestión educativa se desdobló en torno a la *degeneración*, marcó de cierta manera a los individuos en que los compromisos físicos y / o intelectuales no permitieron mostrar los resultados de la educación recibida. Para comprender mejor estos matices, investigué diferentes artículos, disertaciones y tesis sobre el tema, sumado a ello, analicé también cómo esos discursos eugenésicos circularon durante la I Conferencia Nacional de Educación, realizada en la ciudad de Curitiba, Paraná, en el año 1927. Este evento fue ideado por la Asociación Brasileña de Educación (fundada en 1924) dos años después, ocurrió el I Congreso Brasileño de Eugenesia (1929). En cierto modo, tales debates sobre la educación fomentaron la necesidad de organizar algo de ese porte para la sistematización de la eugenesia en Brasil, lo que demuestra la imbricación entre ambos temas (eugenesia y educación) en ese contexto sociopolítico. Además de la cuestión eugenésica que apareció de modo transversal en muchas tesis, conceptos relativos a los cuidados con el cuerpo, matrimonio, maternidad, combate a los vicios, moral, educación sexual y creación de la prole a la luz de la eugenesia y la biología también fueron recurrentes en el material. Esto demuestra claramente la imbricación entre lo que los eugenistas propusieron en la época para el perfeccionamiento del individuo y del cuerpo social y lo que los educadores preconizaron en ese contexto para este mismo fin.

Palabras clave: Educación - eugenésica. Eugenesia. Moral eugenésica. Escuelas. I CNE (1927).

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ANM	Academia Nacional de Medicina
ABE	Associação Brasileira de Educação
BE	Boletim de Eugenia
DAD/COC	Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz
DBD/ FM-	Divisão de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Medicina
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
FM-RJ	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
FM-SP	Faculdade de Medicina de São Paulo
I CBE	Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia
I CNE	I Conferência Nacional de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBHM	Liga Brasileira de Higiene Mental
LNSP	Liga Nacionalista de São Paulo
LPS	Liga Pró-Saneamento
MEC	Ministério da Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SESP	Sociedade Eugênica de São Paulo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A EUGENIA NOS DIAS ATUAIS	23
2.1 A (Re)configuração da Eugénética na Atualidade: Dilemas Bioéticos	25
2.2 A Eugenia como Temática de Análise nas Produções Acadêmicas em Educação	46
3 PERCURSOS INVESTIGATIVOS.....	55
3.1 Material	58
3.2 Problema de Pesquisa	66
4 INCURSÃO AO TEMA: EUGENIA, EUGENISMO E EDUCAÇÃO.....	69
4.1 A Disputa Conceitual entre Lamarckismo e Mendelismo pela Legitimação da Práxis Eugênica	72
4.2 A Eugenia Brasileira: Práticas de Eugénismo.....	90
4.3 A Eugenia na Década de 1930: a permanência de práticas eugênicas na Era Vargas..	111
5 OS DEBATES PEDAGÓGICOS OCORRIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM TORNO DA FORMAÇÃO FÍSICA, INTELECTUAL E MORAL DO BRASILEIRO ..	123
5.1 A <i>Moral Eugênica</i>.....	129
5.2 O Discurso Educacional Eugênico para a Normalização Biossocial	143
5.3 O Contradiscurso: Movimentos Antropológico-Sanitaristas	156
6 CONCLUSÕES.....	168
REFERÊNCIAS.....	173
APÊNDICE A - ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADAS.....	199

1 INTRODUÇÃO

O geneticista Oswaldo Frota-Pessoa, da USP e do Conselho da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), defendeu ontem em Vitória a eugenia, ou melhoria genética da espécie humana. ‘Eugênico quer dizer geração melhorada. Só virou sinônimo de nome feio por ter sido usado por Hitler’, disse Frota-Pessoa na 46ª Reunião Anual da SBPC, que se encerrou ontem. ‘Numa sociedade absolutamente democrática, deixar de melhorar geneticamente a população humana pode ser uma omissão criminosa’, afirmou o cientista, que coordenou a mesa redonda ‘Ética e Clonagem Humana’. Até o padre Marcio Fabre dos Anjos, da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, disse no debate que ‘cada vez mais se percebe que a não intervenção na natureza pode significar omissão.’ (GUROVITZ, 1994).

Atualmente, assim como no início do século XX, o desejo pelo melhoramento físico, intelectual e moral da espécie humana ainda permeia os anseios políticos de muitas autoridades. Conforme o exemplo acima, Oswaldo Frota-Pessoa, biólogo da Universidade de São Paulo (USP), defendeu explicitamente a “[...] eugenia liberal [...]” (SANDEL, 2013, p. 87) em uma apresentação realizada durante a 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Vitória – Espírito Santo, no ano de 1994. Outro caso emblemático foi o artigo de autoria do ex-governador do Estado de Santa Catarina Luis Henrique da Silveira (1940-2015), que, em 2005, teceu argumentos favoráveis à eugenia¹, sob o pretexto de que esse procedimento evitaria o nascimento de filhos “[...] feios, deformados, deficientes ou idiotas.” (LOPES, 2005). Esses dois casos foram apenas algumas das muitas importantes vozes que divagam em prol dessa nova realidade biogenética. Como era de se esperar, a polêmica em torno da *degenerescência* biológica se estende também à homossexualidade genética, entendida como um desvio da norma – heteronormatividade.

Em 1993, Deam Hamer, tentou comprovar cientificamente a existência do gene sexual Xq28, que seria supostamente responsável pelo homossexualismo masculino. Nessa linha de raciocínio, teríamos as seguintes composições cromossômicas: homens XY, mulheres XX, e, segundo Hamer, homossexuais masculinos Xq28. Nas palavras de Grant (2014, grifos do autor):

Pelo menos nos homens, a homossexualidade pode ser uma função da genética, de acordo com um estudo de mais de 400 pares de irmãos gays. A pesquisa, publicada ontem (18 de Novembro) em ‘Psychological’ Medicine, confirma o papel de um

¹ “Num sentido mais técnico, eugenia é um termo genérico do século XIX, que indica a ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da espécie humana; eugenia representa a forma contemporânea da eugenia, uma tecnociência nascida, nos anos 70, do encontro entre genética, biologia molecular e engenharia genética; eugenismo indica a forma ideológica e ‘utópica’ da eugenia, quer dizer, a convicção de que ‘poder-se-á substituir os bad genes pelos good genes e criar uma nova espécie de humanidade libertada de seu mal-estar e sofrimento’.” (SCHRAMM, 2008).

trecho do cromossomo X para determinar a preferência sexual nos homens, um achado sugerido pela primeira vez mais de 20 anos atrás. O geneticista Dean Hamer, cientista emérito no ‘National Institutes of Health’, publicou um estudo em 1993 que propôs que Xq28, uma região do cromossomo X, pode desempenhar um papel em determinar se um homem era gay. ‘Quando você encontra pela primeira vez algo fora de todo o genoma, você sempre se pergunta se era apenas por acaso’, disse Hamer à revista Science, a propósito do novo estudo, acrescentando que a pesquisa, ‘esclarece o assunto absolutamente’².

É provável que essa discriminação sexual se explique simplesmente porque as pessoas estão fixadas em um padrão biotipológico, e tudo o que destoe deva ser enquadrado ou eliminado. A tentativa de se normalizar a conduta humana, seja ela sexual ou criminal, por meio da ciência biotipológica, não é algo peculiar do passado, pois, no presente, atualizam-se as regras e os modelos, cujo objetivo é tornar normal o anormal. Por biotipologia entende-se como a “[...] proteção higiênica e médica do crescimento físico e psíquico, com o propósito de construir o homem normal, corrigido dos erros e dos desvios aos quais está exposta a fábrica humana durante seu período formativo.” (PENDE, 1939, p. 607). Exclui-se, desse modo, as singularidades, pois fazem com que grupos étnico-sociais busquem uma afirmação social, a partir de um estereótipo sociocultural. A questão aqui não é identidade, mas a ideia de um *homem normal*, biologicamente definido, e, em relação a isso, o homossexualismo (ou as deficiências) seriam *desvios*. Assim, o preconceito ou a discriminação podem se fundamentar no determinismo genético.

De certa maneira, isso produz um efeito contrário: reforça a diferenciação existente, em vez de eliminá-la. O importante aqui não é tecer argumentos a favor ou contra e, sim, problematizar as práticas envolvidas nesse processo, a partir do que se convencionou por normalidade. Além disso, o intuito é mostrar o quanto as práticas eugênicas podem ser observadas na atualidade, produzidas pela ciência e pelos discursos de saúde.

Para um melhor entendimento sobre esse tema, é necessário discernir entre biotipologia e eugenia³. De acordo com o Dr. Antônio Nardi, discípulo do médico endocrinologista Nicola Pende (1880-1970), membro do Instituto biotipológico de Roma, a

² Livre-tradução do original em inglês: “At least in men, homosexuality may be a function of genetics, according to a study of more than 400 pairs of gay brothers. The research, published yesterday (November 18) in *Psychological Medicine*, confirms the role of a stretch of the X chromosome in determining sexual preference in men, a finding first suggested more than 20 years ago. Geneticist Dean Hamer, scientist emeritus at the National Institutes of Health, published a study in 1993 that proposed that Xq28, a region of the X chromosome, might play a role in determining whether a man was gay. ‘When you first find something out of the entire genome, you’re always wondering if it was just by chance,’ Hamer told *Science* of the new study, adding that the research ‘clarifies the matter absolutely’.” (GRANT, 2014).

³ O termo Eugenia foi criado, em 1875, por Francis Galton (1822-1911), que o definiu como: “O estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente.” (GOLDIN, 2017).

“[...] biotipologia humana é a ciência que estuda integralmente o indivíduo-espécie.” (NARDI, 1938, p. 23). A eugenia, por sua vez, estuda o corpo social e não o indivíduo-espécie. Conforme o professor Fernando Magalhães (1878-1940): “[...] Ella procura livrar-se das victimas da anarchia social, evitando os doentes e inúteis que perturbam o bem da sociedade.” (MAGALHÃES, 1929, p. 1). Para corroborar essa lógica, o Boletim de Eugenia (BE, 1929-1933)⁴, cita o psicólogo, médico, professor e pedagogo belga, Jean-Ovide Decroly (1871-1932), o qual entende que o melhoramento da espécie passa pela seleção dos bem-dotados, leia-se *bem-nascidos*: “[...] compreende três etapas: 1º A pesquisa dos melhores indivíduos; 2º A organização de uma educação apropriada; 3º A repercussão de sua superioridade sobre a geração seguinte; [...]” (DECROLY, 1929, p. 1).

Apesar de a biotipologia e a eugenia imbricarem-se entre si, e de certo modo complementarem-se, há uma tênue diferença entre elas. O principal objetivo da biotipologia consistia na prévia identificação de criminosos (*classes perigosas*), a partir de estereótipos. Conforme Oliveira (2010, f. 39):

No início do século XX, a partir dos ideais eugênicos, muitas dessas teorias ganham peso no Brasil, e cresce no imaginário social a crença nas ‘classes perigosas’, termo utilizado já em 1857, por Morel, em seu trabalho ‘Tratado das Degenerescências’, para designar aqueles que não possuiriam ‘nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos’.

A eugenia, por sua vez, evidenciava o melhoramento biossocial, ao fazer uso da técnica da biotipologia na validação de seus argumentos racialistas. Tais pressupostos, inicialmente, se fundamentaram nos ensaios de autores como Arthur de Gobineau (1816-1882), Louis Agassiz (1807-1873), Armand de Quatrefage (1810- 1892), Paul Broca (1824-1880) e Hipolyte Taine (1828-1893). Posteriormente, esses estudos levaram à categorização de seres humanos mediante a mensuração antropométrica. No decorrer dos anos oitocentistas, foi estabelecido um padrão biológico, uma referência de ideal, calcada em saberes médicos-científicos, que viriam fundamentar o discurso eugênico. Conforme esses estudos, as pessoas de etnias *inferiores* aos caucasianos, assim como representantes do sexo feminino, deveriam

⁴ A respeito do Boletim de Eugenia, boa parte de suas edições (1929-1931) encontram-se disponíveis gratuitamente para download no site do GEPEH. Também foram disponibilizados outros registros referentes à Higiene mental. “GEPEH – Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia. Vinculado à Universidade Estadual de Maringá – PR. Grupo de pesquisa devidamente inscrito no CNPq, existente desde o ano 1998, tem como objetivo pesquisar o ideário da higiene mental e da eugenia, presença significativa no início do século XX, no Brasil, e seus desdobramentos nas instituições brasileiras, tais como Saúde, Educação, dentre outras.” (GEPEH, 2016).

se submeter à *raça*⁵ dominante, tida por mais evoluída intelectualmente (GOULD, 1991). Ao ter início a partir da frenologia de Franz Joseph Gall (1758-1828), essa técnica foi retomada e aperfeiçoada pelos criminologistas Cesare Lombroso (1835-1909), Alphonse Bertillon (1853-1914) e Nicola Pende. Tal técnica forneceu subsídios necessários para a fundamentação da ciência biotipológica. Vemos aí a clara imbricação entre a eugenia e a biotipologia. Nesse sentido, a intenção dos eugenistas foi a de homogeneizar a sociedade através do controle rigoroso da reprodução humana, pois seria esse “[...] o saber da intervenção, inflexão sobre os desejados e indesejados, os eugênicos e disgênicos, os (bio)anormais, os que merecem ou não viver/procriar.” (SILVA, 2014, p. 904).

Os questionamentos relativos à viabilidade da constituição biológica de sujeitos (a)normais são atravessados, invariavelmente, pela lógica utilitarista do custo-benefício. Esta concepção, que fundamenta o pensamento eugênico, se originou na Antiguidade com os espartanos (BIZZO, 1994/95) e foi reconfigurada, a partir do século XVIII, através das práticas de biopoder, advindas da noção de saúde. Conforme Tepedino, o vocábulo eugenia é um termo novo “[...] e não uma nova ideia. Os gregos, os hebreus e os romanos se interessavam muito pelo aperfeiçoamento da espécie. Eram, antigamente, os cultores da Eugenia os philosophos, os theologos e prophetas. Actualmente são os homens da sciencia e sobretudo os médicos.” (TEPEDINO, 1914, p. 09). Na definição do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) (FOUCAULT, 1984, p.180):

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biotipológico, no somático, no corporal, que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.

Alguns pensadores modernos⁶, como Jan Amos Komenský – Comenius (1592-1670, séc. XVI) – e Jean-Jaques Rousseau (1712-1778, séc. XVIII) dentre outros, debateram em seus estudos teóricos a efetividade de se educar (preparar para a vida) indivíduos tidos como *monstros humanos* – deficientes mentais, leprosos, cegos, *surdos-mudos*, etc. Todavia, foi somente no início do século XX que surgiu a ideia de transformar a exclusão dos anormais e a

⁵ De acordo com Muniz Sodré (1999), o termo *raça* só é aplicável quando se refere ao patrimônio genético diferente, o que não ocorre quando se trata de humanos. Diante disso, a terminologia correta a ser utilizada é espécie humana e não raça humana ou humanidade.

⁶ Apesar de Foucault definir a passagem de tempo de outro modo, opto pela ruptura histórica baseada na historiografia. Por Modernos, refiro-me ao período histórico compreendido como Idade Moderna (XV-XVIII), que teve início em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos e encerrou-se em 1789, com o advento da Revolução Francesa.

promoção dos *bem-nascidos* em política de governo, que, conforme apontou Foucault (2008a, p. 164): “[...] nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.” Nesse processo de objetivação da população brasileira, que iniciou no século XX, as autoridades políticas e intelectuais daquele período passaram a mensurar a composição biossocial do povo brasileiro, a fim de diagnosticar as causas da *degenerescência* da *raça*, o que poderia ser ocasionado por fatores biológicos ou sociais. Fundamentando-se amplamente no uso de estatísticas socioeconômicas e biométricas, tais ações passaram a ser utilizadas no intuito de identificar os casos de *degenerescência* e permitir, assim, tecer uma solução para esse *mal social*.

Nesse contexto, os estudos do médico, antropólogo e professor, Nina Rodrigues (1862-1906), do literato Euclides da Cunha (1866-1909) e do também antropologista e educador, Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), dentre outros intelectuais, visaram atestar, mediante o uso de dados raciais, embasados em técnicas mensuráveis, a *inferioridade* de determinados tipos antropológicos. Esse artifício serviu como subterfúgio para a diferenciação entre os sujeitos *aptos* e os *inaptos*, a partir da definição de uma norma. Fundamentado em Foucault, Veiga-Neto (2014) define a norma como sendo um “[...] elemento que, ao mesmo tempo em que individualiza, remete ao conjunto dos indivíduos; por isso, ela permite a comparação entre indivíduos [...]” (VEIGA-NETO, 2014, p. 74).

A discussão sobre a necessidade (*os custos*) de se normalizar os diferentes tipos de sujeitos ainda permanece no presente, porém as finalidades, para as quais se dirigem as práticas de normalização, são distintas. Se no início do século XX a normalização esteve voltada para inibir cruzamentos, dos quais pudessem derivar tipos humanos anormais e perigosos, hoje, o intento dessa ação biopolítica volta-se para a possibilidade de eliminação dos genes causadores de anomalias, relativas ao funcionamento físico e intelectual. Os discursos biológicos, cada vez mais, são utilizados para interpretar processos populacionais e sociais, outrora interpretados de outras maneiras. Esta preocupação com a gestão e a educação dos *anormais*, de acordo com os discursos biológicos, faz parte de um regime de verdade, que abarca certos saberes e práticas. Conforme Veiga-Neto e Lopes (2007), inspirados em Foucault, o discurso pode ser entendido:

[...] como um conjunto de enunciados que, mesmo pertencendo a campos de saberes distintos, seguem regras comuns de funcionamento. Dado que, de um lado, tais discursividades colocam em circulação determinados regimes de verdade e que, de outro lado, tais regimes articulam-se segundo determinados saberes, o que sempre

está em jogo, nessas campanhas, são o governmento e as relações de poder, ambos sustentados discursivamente. (VEIGA-NETO, LOPES, 2007, p. 958).

Na atualidade, o imperativo da inclusão fundamentado numa racionalidade neoliberal, põe em xeque o pleno desenvolvimento da capacidade física e cognitiva dos indivíduos. O que está em questão é o custo-benefício para a sociedade, referente à inclusão destas pessoas. É importante (re)lembrar que já houve, no século XX, um embate intelectual, liderado pelos eugenistas, sobre a efetividade das verbas públicas gastas com entidades especializadas e que eram voltadas para a normalização. Por meio da propaganda, incentivou-se a realocação de recursos públicos, despendidos, nesse processo, para outras áreas sociais, sob o pretexto de que seria necessário investi-los em quem realmente importa, leia-se *bem-nascido*.

O médico Clodoaldo Magalhães Avelino (1889-1983) entendia que a manutenção dos *degenerados* despendia enormes somas aos cofres públicos, o que justificaria a prévia eliminação desses indivíduos do corpo social. Corroborando essa lógica, o diplomata francês Charles de Varigny (1829-1899), evidencia o que foi um dos principais objetivos na divulgação do ideal eugênico na época, justamente a conscientização da nação a respeito do fardo social da *degenerescência* e a necessidade de coibir sua reprodução.

Os inaptos, os alienados, os debeis mentae, os deliquentes custam muito caro para abrigar, alimentar, cuidar, vigiar; necessitam de innumeras instituições, um pessoal abundante a retribuir; guardas, médicos, etc. E é preciso para a população dos 'resíduos', despende sommas consideráveis que seriam mais uteis si empregadas em outros misteres de onde proviessem benefícios para toda a sociedade laboriosa e productora. Ora, o número delles seria fortemente diminuído se a multiplicação fosse prohibida às categorias sociaes de que se trata. (VARIGNY, 1931, p. 2).

Nas palavras de Avelino (1924, p. 95):

[...] perniciosamente infectados, tarados, degenerados, os quaes, levados pela inconsciencia, assassinam a prole, atentam contra a vida da sociedade, desviam as economias do Estado, com a manutenção de asilos e penitenciarias, comprometem a prosperidade da Patria?!

Os eugenistas afirmavam que a manutenção dos *degenerados* acarretaria atraso não só econômico, como também evolutivo da espécie humana. Fundamentado nesse pensamento, já antes do nazismo, o governo do II Reich (1871-1933) demonstrou, mediante estatísticas, o custeio com a educação de diferentes sujeitos. Esta prestação de contas foi divulgada para a sociedade, no intuito de legitimar economicamente a eliminação dos *inferiorizados*. Em outras palavras, seria mais fácil (e humano) eliminá-los, do que tentar normalizá-los, educá-los.

Os custos anuais com o ensino variavam de acordo com o público alvo. Uma pessoa com necessidades educacionais especiais depende de mais recursos, pelo fato de sua educabilidade exigir, na maioria das vezes, um atendimento especializado. Para os eugenistas, apenas os indivíduos eugenizados eram considerados plenamente humanos. Assim, os deficientes tidos por *degenerados patológicos* não mereceriam o apoio da sociedade e nem a assistência do Estado. Para dar continuidade a essa biopolítica, o III Reich (1933-1945), pôs em prática a política eugênica e ampliou a divulgação destes resultados, na intenção de induzir a população a acreditar que esses sujeitos seriam um *fardo* social. Conforme divulgado na época, e de acordo Rose (2013), um aluno sem deficiência intelectual custaria, para os cofres públicos, cerca de 125 Reichsmarks, lento, 573 RM; demente educável, 950 RM; e cegas e/ou surdas, 1.500 RM.

“Você compartilha do fardo! O indivíduo geneticamente doente custa 50.000 Reichsmarks aos 60 anos.” (PROCTOR, 1988 apud ROSE, 2013, p. 94). Esse foi o *slogan* de um cartaz muito popular na Alemanha, que apresentava um alemão sadio, carregando nos ombros um tronco, com um alcoólatra e um deficiente sentados de cada lado. Diante da intensa campanha publicitária, segundo Rose (2013, p. 94): “[...] a modificação das atitudes públicas e dos julgamentos pessoais, mediante a educação e o aconselhamento, foi determinante para eugenia [...]” ter se tornado uma política de Estado, amplamente aceita por diferentes camadas da sociedade.

Esses pensamentos enquanto práticas (permanências) são recorrentes na atualidade. De tempos em tempos, ora de maneira mais branda, ora mais intensa, tais concepções (re)surgem e trazem consigo novas contendas biossociais acerca das diferenciações biológicas entre indivíduos. Busca-se, então, a eliminação do *degenerado*, o que dilui sua existência característica numa pretensa normalidade. Isso ocorre, em muitos casos, por meio de uma ação *preemptiva* (CASTIEL, 2015) – que consiste no combate ostensivo aos anormais. A prática é composta por ações de biopoder, que visam o melhoramento/a correção e a imunização do corpo social, no sentido de prevenir os riscos biológicos potenciais. Nas palavras de Foucault (1984, p. 145):

Corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaura a integridade do corpo monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes. O controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos degenerados.

No caso da eugenia propriamente dita, a normalização desses indivíduos se daria através de uma educação preventiva, de caráter sexual, físico e moral, à luz da biologia. Se antes, no século XX, o desvanecimento da diferença pautava-se na esterilização e/ou no extermínio, num futuro próximo, essa homogeneização poderá se desenvolver através da intervenção médica no genoma, o que evitaria, assim, o surgimento de uma possível anomalia durante ou, até mesmo, antes do processo embrionário. A partir de estudos fundamentados no pós-lombrosianismo, o mesmo procedimento se aplicaria aos criminosos em potencial. Deste modo, com a tipificação de padrões comportamentais, mediante a análise das funções cerebrais, os neo-lombrosianos justificavam que essa ação possibilitaria, previamente, a identificação de possíveis pedófilos e/ou psicopatas (HAMADA; AMARAL, 2009). Desde os anos noventa (1990), há a intenção de se comprovar, biologicamente, que certos tipos de comportamentos estão relacionados aos fatores sociobiológicos e genéticos hereditários. Através da atualização dos discursos biológicos, atualmente, os criminologistas objetivam comprovar que o desvio comportamental (patologia biopsicológica) está correlacionado à genética. O estigma permanece, haja vista que classes sociais minoritárias, antes tidas como *perigosas*, ainda são o principal alvo dessas novas ações biopolíticas. O fim segue inalterado, pois a conduta teria em si uma origem biogenética. Todavia, o que importa aqui não é a análise da gênese dessa possível anomalia, se biológica ou social, e sim verificar como através dessas questões ocorre uma intervenção governamental no indivíduo e no corpo social, submetendo-os de acordo com uma nova norma.

No tocante à nova eugenia e suas implicações futuras, as reflexões atuais pautam-se na disponibilidade restrita das tecnologias genéticas a segmentos altamente privilegiados da sociedade. As consequências disso, para a humanidade, seriam catastróficas. Diferentemente do passado, a eugenia passa a ser exercida e fomentada pelas famílias abastadas e não mais a partir de políticas públicas de Estado, o que suscita novos embates éticos. Conforme Michael Sandel (2013, p. 21): “O dilema moral surge quando as pessoas utilizam tais terapias não para curar uma doença, e sim para ir além da saúde, para melhorar suas capacidades físicas ou cognitivas, para erguer-se acima do normal geral.” Com isso, a normalidade passa a ser entendida como uma patologia, *normose*⁷ – termo definido pelo educador e psicólogo francês Pierre Weil (1924-2008). A epigenética, cujo foco não seria a eliminação dos genes em si, e sim identificar e coibir o fator de sua ativação, estuda as causas ocasionadas por

⁷ “Temos, então, o conceito de normose: um conjunto de hábitos considerados normais que, na realidade, são patogênicos e nos levam à infelicidade e à doença. Embora resumida, é a definição que tenho seguido até hoje, muito útil e clara.” (WEIL, 2003, p. 19).

fatores externos, tais como traumas físicos, epidemias etc. ..., que alterariam hereditariamente o DNA das células, fazendo com que os descendentes manifestassem essa característica. Se, no passado, a Eugenia tinha por objetivo a extinção do anormal, hoje a neoeugenia pauta-se na eliminação da anomalia e não mais do sujeito deficiente.

Nessa perspectiva, ainda de acordo com Sandel (2013), pressupondo que “[...] os melhoramentos pudessem ser transmitidos de geração em geração, as duas classes poderiam um dia tornarem-se subespécies humanas: os melhorados e os naturais.” (SANDEL, 2013, p. 27). A diferenciação social existente poderia, em pouco tempo, originar também uma diferenciação de ordem biológica para além da diferença sociorracial, que já existe, produzindo novas práticas de segregação. Os seres geneticamente aprimorados, imunes a doenças, dotados de capacidades cognitivas elevadas, longevos, etc., também se distinguiriam da normalidade, ou seja, destoam da norma num sentido superior e positivo. Por outro lado, os desprovidos de limpeza genética seriam a maioria, sendo esses os novos sujeitos marginalizados⁸. O discurso eugênico tem esta amplitude, que ressoa em diferentes áreas. De acordo com Souza (2006a), desde o século XX, a eugenia “[...] se caracterizava como uma ‘ciência biossocial’, orientada tanto pelo conhecimento biomédico quanto pela sociologia, pedagogia, demografia e a antropologia.” (SOUZA, 2006a, f. 40).

Saliento ainda que, nesse período (1920-1930), houve intensos debates, entre as mais diversas autoridades médicas e eugênicas, a respeito de como deveria ser pensada a orientação educacional para a formação adequada do brasileiro. Tal orientação compreenderia uma boa constituição física, intelectual e moral. Referente a essa formação eugênica, fusionando os conceitos de educação moral e de educação sexual eugênicas, ao problematizá-las, opto por redefini-las como *moral eugênica*.

Diante de inúmeras pesquisas que investigaram a relação educação e eugenia, a partir da perspectiva da história da ciência, realizo uma inversão metodológica. Tenho por objeto analítico a problematização da relação entre eugenia e educação, sob a ótica do campo educacional. Com base nisso, selecionei como materialidade a I Conferência Nacional de Educação (I CNE), pois foi nesse espaço que circularam diversos saberes em torno da formação física, intelectual e moral do novo brasileiro. Conceitos caros tanto para os eugenistas, quanto para os profissionais de outras áreas, tais como: sanitaristas, higienistas, juristas, intelectuais e, sobretudo, pedagogos. Essa foi a primeira vez que se organizou, em

⁸ O filme *Gattaca* (1997) antecipa a possibilidade desse cenário futuro. In: **GATTACA: A Experiência Genética**. Roteiro e direção de Andrew Niccol, interpretado por Ethan Halke. Filme de 1997.

solo nacional, um evento desse porte. Neste sentido, ressalto a importância de se analisar essa materialidade, que sistematizou as políticas pedagógicas nas décadas de 1920 e de 1930.

Os eugenistas vislumbravam, a partir do ensino, a possibilidade de conclamar toda a sociedade para a importância de uma vida plenamente eugenizada. Para isso, o primeiro passo foi promover a ampliação da oferta de instituições escolares primárias e secundárias. A intenção era fazer do ensino eugênico uma realidade, pois o receio de que a sociedade brasileira se *corrompesse* era grande. A necessidade de promover a viabilidade de seres eugenizados física, intelectual e moralmente, é justificada na visão eugênica, tendo em vista que sem esses sujeitos, o progresso seria inatingível.

Sobre o material, a investigação de tal documento possibilitou-me realizar a análise do problema de pesquisa, a partir de uma perspectiva histórica e documental. Para o prosseguimento da dissertação, opto por dividi-la em seis capítulos. Em média, há três subcapítulos por seção. Após a introdução, abordo a questão da eugenia na atualidade e, assim, demonstro a ressignificação dos discursos e das práticas eugênicas no presente. Em seguida, analiso as produções acadêmicas sobre a relação eugenia e educação, no intuito de me apoderar dos debates que ocorrem em torno dessa temática e, então, definir minhas investigações.

No capítulo três, apresento as categorias de análises que nortearam a dissertação. Na sequência, introduzo o problema de pesquisa e a metodologia utilizada na apreensão do tema.

No capítulo quatro, começo a análise sobre o tema eugenia imbricando-o com o da educação. Divido em três subcapítulos: no primeiro, busco investigar como, no âmbito do discurso eugênico, o lamarckismo e o mendelismo estiveram no centro das discussões. Basicamente, analiso o determinismo biológico e social das condutas humanas envolvidas neste processo. Na seção seguinte, volto minhas investigações para o Brasil, almejo entender como esses debates, ocorridos no exterior, fundamentaram o pensamento eugênico brasileiro. Na última subseção, procuro demonstrar, brevemente, que apesar do meu recorte histórico ter sido definido basicamente na década de 1920, o pensamento eugênico continuou pautando debates sobre políticas sociais no período que se sucede. No Governo Vargas, com propostas menos radicais, o discurso eugênico permeou de outros modos os projetos políticos e pedagógicos referentes a imigração, ao aprimoramento físico e intelectual, e à moralização do indivíduo e do corpo social.

Por fim, no quinto e penúltimo capítulo, inicio as discussões em torno da moral, que, na ótica eugênica, deveria ter um caráter peculiar que destoava da moralidade religiosa e burguesa tradicional da época. Nos subcapítulos seguintes, analiso o discurso em favor da

eugenia, fundamentado, sobretudo, no viés do determinismo biológico. Para dar continuidade à investigação, trago como contraponto o contradiscurso, embasado num viés sociológico, que entendia a educação como um meio de *regenerar* a sociedade, pois a *degeneração* biossocial seria fruto de um determinismo sociocultural e não biológico.

Concomitantemente à construção dos capítulos, articulo a análise dos resultados e apresento os excertos do material documental em quadros. Mesmo dispostos dessa maneira, as citações retiradas da I CNE não constituem um quadro em si. O recurso tem a finalidade de dar destaque e não de apresentá-los como uma montagem excertos. Desta forma, busco averiguar, ponto a ponto, como diferentes temas, trabalhados nessa investigação, estiveram presentes na Conferência. Nesse processo, realizo um estudo histórico-documental, identificando de que forma as práticas de eugenia, presentes naquele contexto, ainda permeiam as práticas do presente.

2 A EUGENIA NOS DIAS ATUAIS

[...] a eugenia tem história, mas sua história também impôs alertas que condicionaram e condicionam a atividade científica. (CARVALHO; SOUZA, 2017, p. 892).

É a partir de 1917 que a eugenia ganha força no Brasil e, com isso, passa a inserir-se com muito mais ímpeto em diferentes meios sociais, tais como o sanitarismo, o higienismo e a educação. (STEPAN, 2005). Todavia, com as atrocidades cometidas pelos nazistas, durante a II Guerra Mundial, a eugenia passou a ser lembrada como uma falsa ciência e as suas práticas passaram a ser cada vez mais vinculadas às propostas de Hitler (CARVALHO; SOUZA, 2017). Contudo, com os avanços do campo da genética, eugenistas contemporâneos, como o major estadunidense Frederick Osborn (1889-1981), esforçaram-se para desconstruir essa imagem, sobretudo, em relação à eugenia negativa. Segundo Osborn, a empreitada atual se deu no intuito de desvincular a eugenia das práticas racistas do passado e, em seu entendimento, após anos de estudos e de desconstrução desse estereótipo apregoados à eugenia, finalmente conseguiram obter êxito em relação à maioria dos cientistas e com o público (OSBORN, 1959 apud BLACK, 2003).

As práticas eugênicas, que atribuíam a certas condutas algo característico da herança biológica, ressignificam suas práxis e mantêm-se assim, de outros modos, no presente. Tudo que destoe de uma *normalidade* genética, suscetível de ser medido e virar estatística, é investigado a fim de buscar os mecanismos que permitam definir o que é a norma e o desvio. Isto se estende a outras áreas de análise como, por exemplo, a glicose, o nível de colesterol no sangue, etc. Deste modo, há indivíduos que, ora são normais, ora não. Por essa razão, a necessidade de observá-los no presente, a partir da variação da normalidade, justifica-se porque a completa normalidade é praticamente impossível. Não mais se eliminam ou se confinam os *anormais* (exceto em certos casos que acarretem risco para a segurança pública) como se fazia no século passado. A eliminação da bioanormalidade se dá em torno da limpeza genética, da identificação prévia do (a)normal, por meio de exames realizados antes mesmo da gravidez, definido por aconselhamento genético. Assim como Veiga-Neto (2014), entendo por “[...] anormal aqueles cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser o excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque dêsvia, tira do rumo, leva à perdição.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 75), fazendo com que haja uma criminalização da bioanormalidade.

Esse *aconselhamento* nada mais é do que um atestado genético de bionormalidade. A diferença entre a eugenia do século XX e a eugenia liberal atual é que a interrupção da gestação, em casos como os de fetos anencefálicos, e, até mesmo de natimortos, em países como o Brasil, mediante uma ordem judicial, é permitida em sinal de respeito à vida e à liberdade do indivíduo, nesse caso, da mãe. Ressalto que, naquele período (primeiras décadas do século XX no país), o aborto não chegou a ser permitido, devido à influência do discurso religioso no país, conforme explanarei no decorrer dessa pesquisa. Também é permitido o aborto nos casos em que haja situação de risco à vida da gestante (CONTI, 2008).

Atualmente, para o bom funcionamento da sociedade neoliberal, vivemos sob a lógica de fazer viver e incluir a todos a qualquer custo. O neoliberalismo pauta-se na individualidade extrema, como diz Foucault (2008c, p. 154): “A sociedade capitalista também sujeitou os indivíduos a um tipo de consumo maciço que tem funções de uniformização e de normalização.” De acordo com o pensamento eugênico, os indivíduos devem ser *assujeitados* ao ideal de normalidade biogenética, a fim de terem garantidas as condições mínimas de competitividade, de consumo e de autonomia. Do contrário, a viabilidade desses *anormais* os tornaria um *fardo* para si mesmos e, em alguns casos, para suas famílias e para o Estado – o que foi, fortemente, defendido por Renato Kehl no BE durante as primeiras décadas do século passado. Assim, justifica-se a eliminação da ovelha deficiente em prol da defesa do rebanho sadio. A técnica do poder pastoral se inverte, e resulta no que Rose (2013) definiu por *novo pastorado*, pois, naquele contexto, a eugenia era praticada pelo Estado no intuito de defender o corpo social da *degenerescência*, atualmente, essa ação eugenizadora se dá de maneira liberal, sendo um ato pautado no livre arbítrio de cada indivíduo.

Logo, a livre escolha não é do modo como se apresenta, pois, com a reconfiguração neoliberal, em que o Estado se exime, cada vez mais, de suas responsabilidades sociais, as pessoas passam a tomar decisões quase que coercitivamente. Num futuro próximo, caberia a cada indivíduo prover sua própria aposentadoria, saúde, sustento, educação, etc. Ao Estado ficaria a responsabilidade da segurança (terceirizada) e da organização e manutenção de sistemas jurídicos, garantindo, assim, a ordem social.

A fim de dar continuidade ao estudo, a seguir, discorro sobre como essas novas práticas eugênicas se rearticulam no presente, no intuito de patologizar e corrigir, mediante a ótica da eugenia, as pessoas que destoam da normalidade. Após, apresento os diferentes estudos sobre eugenia, que fundamentaram, metodologicamente, a presente dissertação de mestrado.

2.1 A (Re)configuração da Eugénica na Atualidade: Dilemas Bioéticos

A intenção, nesse subcapítulo, é de demonstrar as principais implicações com relação à ética e à produção de subjetividades, que estão imbricadas nessa nova eugenia. Mesmo que ela não goze da popularidade de outrora, ainda assim, divide “[...] opiniões em temas relacionados às desigualdades sociais e às diferenças raciais, perpassando áreas diversas como a educação e a saúde pública.” (BONFIM, 2013, f. 12). No processo de transição de uma eugenia estatal, que antes estava vinculada ao governo, para uma eugenia de caráter liberal, delega-se a responsabilidade de uma escolha às famílias, cabendo a elas decidirem pela limpeza genética e/ou pelo aborto em casos específicos, tais como os de fetos anencefálicos ou síndromes de Down.

Retomando a discussão, apresentada na introdução sobre aos *custos* relativos à viabilidade de indivíduos deficientes, na Europa, houve a difusão de uma notícia que situava a Islândia como sendo a primeira nação do mundo a erradicar os casos de síndrome de Down. Acabou-se verificando que não era esse o caso. Existe, de fato, uma política pública que permite às mulheres optarem pelo aborto nesses casos, o que traz à tona questões referentes ao direito do indivíduo. (BLANCO, 2017). Na Islândia, é permitido o diagnóstico pré-natal e, com base nele, a possibilidade de abortar. É bem provável que a maioria ou, talvez, todas as mulheres com razoável possibilidade de gerar um filho com síndrome irão preferir o aborto, sendo assim, prevê-se que, em uma geração, não haverá mais Down nesse país.

Esse *aconselhamento* nada mais é do que um atestado genético de bionormalidade. A diferença entre a eugenia do século XX e a eugenia liberal atual é que a interrupção da gestação, em casos como os de fetos anencefálicos, e, até mesmo de natimortos, em países como o Brasil, mediante uma ordem judicial, é permitida em sinal de respeito à vida e à liberdade do indivíduo, nesse caso, da mãe. Ressalto que, naquele período (primeiras décadas do século XX no país), o aborto não chegou a ser permitido, devido à influência do discurso religioso no país, conforme explanarei no decorrer dessa pesquisa. Também é permitido o aborto nos casos em que haja situação de risco para a vida da gestante. (CONTI, 2008).

No Brasil, esse debate acerca dos deficientes também está na pauta da agenda governamental. O jornal *Folha de São Paulo* (2018) publicou uma matéria sobre aconselhamento genético pré-nupcial, em que o objetivo do Governo seria o de prever os riscos relativos às doenças raras. A repórter Ângela Pinho trouxe em sua matéria a fala de Fernando Araújo, atual diretor do Departamento de Atenção Especializada, vinculado ao Ministério da Saúde. O objetivo dessa medida seria o de evitar *custo* e sofrimento tantos às

famílias quanto aos indivíduos. Os *gastos* do Sistema Único de Saúde (SUS) com internações e tratamento dessas doenças raras atingiriam em torno de 8 bilhões de reais por ano, algo na casa de 2,5 milhões por paciente ao ano. Além disso, também se ponderou o *custo-social* recorrente de aposentadorias e bolsas. Atualmente o SUS teria a capacidade de prever até 8 mil doenças raras ocasionadas por incompatibilidade genética dos progenitores.

A decisão final sobre interromper ou prosseguir com a gestação ficaria a cargo do casal, todavia nos casos em que a possibilidade de risco genético à prole fosse superior a 25%, indaga-se sobre qual seria a alternativa para esses pais. No país há 372 médicos geneticistas, dos quais 259 atendem pelo SUS, sendo que 52% deles se encontram na região Sudeste. Além da carência de especialistas na área, outra questão que entra no debate é sobre a possibilidade de se realizar a fertilização *in vitro*. O valor desse procedimento na rede particular gira em torno de 50 mil reais. Nesse processo os embriões diagnosticados com doenças genéticas não são implantados.

Diante do fato de que no Brasil a opinião pública religiosa tem influenciado cada vez mais a política e com isso o aborto seria quase impossível de ser legalizado, a saída proposta pelo Governo seria a de evitar que deficientes fossem concebidos, já que os *custos-sociais* para os manter seria muito alto. Ainda relacionado ao *aborto eugênico*, cujo fim seria o de evitar que um *indesejável* se constituísse, destaco que em alguns casos a interrupção da gestação é permitida no Brasil, bebês com anencefalia e ou frutos de estupro. Sob o prisma da justiça, desde que respeitado os tramites legais, “[...] justifica-se a norma permissiva [aborto] porque a mulher não deve ficar obrigada a cuidar de um filho resultante de coito violento, não desejado.” (MIRABETE, 1997, p. 100). Somente mediante um laudo médico é que seria autorizado o aborto em casos excepcionais, conforme disposto no Art. nº 128 do Código Penal Brasileiro de 1940:

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54)

Aborto necessário.

I- Se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso de gravidez resultante de estupro.

II- Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (BRASIL, 1940).

Paradoxalmente, esse artigo fere o direito à vida, também garantido por lei, conforme o Art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida.” (BRASIL, 1988). O direito inviolável à vida é ratificado no Art. 6º “O

direito à vida é inerente à pessoa humana. Esse direito deverá ser protegido pela lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado da vida” (BRASIL, 1988). Não foi meu intuito tomar partido em prol de uma causa, apenas busquei demonstrar como a lei permite brechas que, ora zelum pela vida como um direito constitucional, ora não. Logo, entendo que por trás dessa discussão está a influência do discurso religioso no debate sobre em que período da gestação se inicia a vida, – leia-se alma. Para a ciência, a vida passa a ser considerada a partir do terceiro mês de gravidez, que é quando se forma o sistema nervoso; antes disso, não haveria vida, o que ratifica os casos abortivos em relação aos anencefálicos. Portanto, desprovidos de condições de desenvolvimento de racionalidade no futuro, esses fetos não teriam porque permanecerem vivos.

Nessa mesma linha de debate, na década de 1970, houve o famoso caso Roe contra Wade, quando a justiça do estado estadunidense do Texas permitiu o aborto. Jane Roe ficou grávida após ter sido vítima de estupro, alegando que a gravidez foi resultado de uma violação física. Ela acionou a justiça pelo direito ao aborto. O tribunal deu ganho de causa a ela, pois abriu precedente jurídico e a sentença foi promulgada em 1973. Conforme o veredito, argumentava-se que, nesse caso, o aborto teria um caráter mais humanitário. “Afim, todos nascituros não têm o direito de ser desejados e amados? Não é melhor que a criança jamais chegue a nascer do que enfrentar, sozinha e sem amor, um mundo cruel?” (GRANDA; MARTINS, 1991).

Saindo do debate em torno do direito à vida e entrando no campo analítico da melhoria biogenética e suas implicações morais, chamo a atenção para o fato de que, na maioria dos casos, as pessoas em condições de realizarem o aprimoramento dos genes *In Vitro* são abastadas. Elas pertencem a uma elite financeiramente privilegiada, que está aumentando o investimento em si e em seus filhos. Diante dessa contenda, muitos teóricos da atualidade, tais como, Michael Sandel (2013) e Nikolas Rose (2013), questionam sobre quais seriam as implicações bioéticas futuras nesse processo. Essa prática poderia resultar num distanciamento social ainda mais severo, pois se antes era pautado apenas no aspecto econômico, agora se concebe noutro patamar, de ordem bioeconômica. “E se os melhoramentos pudessem ser transmitidos de geração em geração, as duas classes poderiam um dia tornarem-se subespécies humanas: os melhorados e os naturais.” (SANDEL, 2013, p. 27).

Segundo Foucault (2008, p. 3):

[...] essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder.

O resultado disso seria o potencial surgimento de sujeitos com melhores condições financeiras e dotados fisicamente de uma constituição genética superior. Essa nova realidade faria com que os desprovidos das condições de compra dessa tecnologia, estivessem mais suscetíveis a desenvolverem anormalidades. Devido a não limpeza genética de seu genoma, esses sujeitos estariam à mercê da contingência da natureza, e poderiam (ou não) vir a desenvolver alguma anomalia. Tal fato se constituiria em um risco genético-social em potencial. Dito de outra maneira, no futuro, aqueles não planejados geneticamente, com o propósito de afastar anomalias anunciadas em sua constituição biológica, seriam de responsabilidade das famílias e não do Estado.

As semelhanças entre as práticas eugênicas do passado com as do presente não se restringem apenas à intenção de se melhorar a espécie. Exames que *atestam* a normalidade biotipológica dos indivíduos ainda são uma realidade que permanece no presente como, por exemplo, os testes psicotécnicos. O que mudou com o passar do tempo, foi o objetivo dessas ações, pois, no passado, esses resultados serviriam para atestar a *degeneração* de um indivíduo e, a partir desses resultados, defini-lo como sendo um fardo social. Por meio de políticas de inclusão, atualmente, esses exames são realizados no intuito de demarcar as potencialidades do sujeito. Focar nas potencialidades a serem trabalhadas – e não na anomalia – é uma forma de entendimento educacional do presente, que opera ampliando o conceito de normal e de normalidade. Se outrora a eugenia esteve arraigada num discurso biológico e, através do uso de tecnologias de mensuração corporal¹ se atestaria a normalidade, hoje, exames como os de glicose, colesterol, Índice de Massa Corporal (IMC) e Quociente de Inteligência (QI), visam quantificar a normalidade genética. Isso poderia vir a resultar num indivíduo considerado normal do ponto de vista da intelectualidade, e, ao mesmo tempo, poderia ser anormal na perspectiva física e vice-versa. Ou seja, independentemente de os

¹ Média de Quetelet e Índice de Robustez. “Equação matemática que, a partir de dados de estatura (E), perímetro torácico (Pt) e peso (P) $[E - (Pt + P) = X]$ quantificam o estado de saúde da população. Quanto maior o resultado, pior seria a condição de saúde.” (SILVA, 2008, p. 128). “Quetelet, cientista belga que construiu a noção de ‘Homem Médio’, a partir de tratamentos estatísticos, especialmente a distribuição normal.” (KEHL, 1923a apud SILVA, 2008, p. 128).

parâmetros científicos estarem fundados nas tecnologias do passado ou do presente, alcançar a normalidade plena, almejada pelos apologistas da eugenia, é praticamente inviável, para não dizer impossível.

No que tange ao ensino de diferentes sujeitos, o historiador e professor brasileiro, Basílio de Magalhães (1874-1957), entendia que os *anormais*, dotados de inaptidão intelectual presentes na escola, acarretariam atraso no aprendizado dos demais. Nesse caso, os deficientes impediriam as crianças *normais* de aproveitarem, convenientemente, a instrução que lhes seria promovida nas escolas (MAGALHÃES, 1913). A avaliação das condições cognitivas de aprendizado dos alunos, de acordo com os ensaios apresentados por Magalhães (1927 apud COSTA; SHENA, SHIMIDT, 1997) durante a I CNE, seria estabelecida com base nos seguintes resultados:

Excerto 01: Avaliação intelectual – psicometria²

TESE Nº 13: SELEÇÃO E ESTALONAGEM DAS CLASSES INFANTIS PELA PSICOMETRIA E PELA FISIOMETRIA

Determinação do Quociente Intelectual — Q.I.

Tendo adotado, por simplificação e rapidez, apenas cinco testes para cada idade, demos a cada um dos três primeiros testes de cada idade o valor de 2 pontos, enquanto os dois últimos valerão 3 pontos cada um. Por esse motivo, tivemos cuidado em colocar sempre no fim as duas questões de mais importância. Será fácil, portanto, fazer o cálculo do Q.I. Segundo os métodos estabelecidos:

Idade mental (valor dos testes respondidos) Idade cronológica (reduzida a meses)

A classificação do valor do Q.I. é a de Terman:

Acima de 140 — Genial ou perto disso.

De 120 a 140 — Inteligência muito superior.

De 110 a 120 — Inteligência superior.

De 90 a 110 — Inteligência normal ou média.

De 80 a 90 — Ligeira dificuldade de compreensão.

De 70 a 90 — Limite da deficiência, às vezes classificável como dificuldade de compreensão e outras como debilidade mental congênita.

Abaixo de 70 — Debilidade mental. (MAGALHÃES, 1927 apud COSTA; SHENA, SHIMIDT, 1997, p. 112).

Esses estudos em torno da normalidade e da constituição genética humana foram recorrentes no discurso médico eugênico brasileiro, que compreendia a eugenia como sendo a higiene do genótipo. Muitas doenças hereditárias seriam restritas às pessoas excluídas desse processo de eugeniização. Portanto, temos, então, a intenção dos eugenistas

² Esse excerto, como os demais que estão sinalizados em quadros durante o processo de escrita, foram retirados do material – que será devidamente apresentado no subcapítulo 3.1.

em conclamar a sociedade daquela época para o que poderia se tornar a humanidade futuramente: *pura e superior* ou *fraca e degenerada*.

Nas escolas, foram postos em prática exames de mensuração física e cognitiva, no intuito de atestar a normalidade e o desenvolvimento físico, intelectual e moral do corpo discente, pois havia o receio de que os alunos *degenerados* viessem a pôr em risco a saúde dos *normais*. Através do controle estudantil por meio de fichas, os pedagogos, num trabalho em conjunto com médicos (puericultura), acompanhavam o desenvolvimento da criança em diferentes estágios, comparando-as com os demais colegas e consigo mesma. Abaixo, nos excertos nº 02 e nº 03, elenco os modelos de fichas e planilhas presentes no material, utilizados nesse período.

Excerto 02: Ficha de controle físico-intelectual

TESE Nº13: SELEÇÃO E ESTALONAGEM DAS CLASSES INFANTIS PELA PSICOMETRIA E PELA FISIOMETRIA

FICHA INDIVIDUAL

NOME:- _____ NACIONALIDADE: -
 FILIAÇÃO:
 COR: _ NACIONALIDADE MAE:
 NACIONALIDADE PAI: _ INST. PAI: INST. MAE:
 INSTRUÇÃO: _____ ALTURA: DIAM. BIACROMIAL:
 IDADE: _____ PESO:
 MOLÉSTIAS DA 1ª INFÂNCIA:
 ANTECEDENTES HEREDITÁRIOS:
 AMBIENTE EM QUE VIVE:
 MEIO DE VIDA DOS PAIS:
 APRECIÇÃO GERAL DO ÍNDICE FISIOMÉTRICO:
 OBSERVAÇÕES: .Q.I.:

(MAGALHÃES, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 115).

Conforme Aragão (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 454-455):

Excerto 03: Ficha de controle sanitário

TESE Nº 80: ASSISTÊNCIA MÉDICA À INFÂNCIA ESCOLAR — CADERNETAS SANITÁRIAS

CADERNETA SANITÁRIA

Nº de ordem: _____ Matriculado em _____

Nome: _____

Filiação: _____

Cor: _____

Residência: _____

Tipo de residência: _____

Idade: _____

Peso: _____

Altura: _____

Circunferência craniana: Malformação do _____ Circunferência torácica: _____

nariz? _ Implantação dos dentes? Triade Diâmetro biacromial: _

de Hutckinson? _ Defeitos físicos?, _____

índice mental Q.I.: _____

ANTECEDENTES HEREDITÁRIOS

ANTECEDENTES PESSOAIS

Pais vivos? _____ Consangüíneos? _____ Nutrição: _____

Gozam saúde? _____ Desenvolvimento: _____

Mortos? _____ Causa mortis? _____ Doenças: _____

Doenças físico-mentais? _____ Idade 1ª dent.: _____ Veg. aden. .

Infecção? _____ Intoxicação? _____ Viciado sexualmente: _____

Tuberculose? _ Sífilis? _ Álcool? _ Bebe? _____ Fuma? _____

EXAMES CLÍNICOS

Aparelho visão: _____

Sistema nervoso: _____

Aparelho olfação: _____

Reflexos: _

Aparelho audição: _____

Psique: _____

Aparelho respiração: _____

Exame dos dentes: _____

Aparelho circulação: _____

Exame dos pêlos: _____

Aparelho digestivo: _____

Exame das unhas: _____

Aparelho gênito-urin.: _____

Exame da pele: _____

Portador de germe? - Infectante? _____

Vacina contra variola? _____

Vacina contra tifo? _____

Tomou algum soro? _____

EXAMES DE LABORATÓRIO

Reação de Wassermann: _____ Sangue: _____ Liquor: _____

Exame de fezes: _____

Exame de escarro: _____

Outros exames: _____

Observações: _____

Médico especialista

As propostas eugênicas, que visavam a intervenção sobre o corpo, o estudo e o controle sobre o aprimoramento genético da população, tem sido debatidas recorrentemente por diversos intelectuais, dentre eles, Jürgen Habermas (2003). Em suas

análises, são problematizadas as questões que envolvem a bioética e a eugenia na atualidade, mais especificamente sobre a autonomia dos indivíduos e a contingência da natureza, que seria eliminada a partir da projeção genética. A possibilidade do surgimento de novos seres, com o advento da biomedicina, origina outros modos de subjetivação, trazendo à tona toda uma discussão ética. Habermas atenta para o direito sagrado da vida, cujo livre arbítrio seria afetado pela eugenia, não permitindo que a natureza cumprisse o seu papel. Com base nisso, diferentes questões surgem, nos fazendo pensar sobre até que ponto a otimização da vitalidade biogenética se constituiria num problema. O debate, atualmente, se dá em torno da tecnologia eugenética, acessível a poucos indivíduos privilegiados economicamente. Assim, novas práticas de biopoder e biopolíticas emergem dessas biotecnologias e reconfiguram o que seria esse novo sujeito do século XXI. No limite, teríamos os anormais, os normais e os supernormais, imunes a doenças e com dotes biológicos únicos e superiores aos demais.

Outra questão que interfere na contingência da natureza e está intimamente relacionada à programação genética dos indivíduos, mas que não está relacionada diretamente à saúde, é a seleção sexual. Em muitos países, como na China, onde a política de filho único é uma realidade (e não há plano de previdência), o sustento dos pais na velhice é culturalmente uma responsabilidade do filho homem. Isso faz com que muitas pessoas optem por conceber seus filhos *in vitro*, fazendo com que haja um número demasiadamente superior de indivíduos do sexo masculino. Estima-se que, no total, serão 40 milhões de solteiros no ano de 2020 (MAIS DE..., 2010). Esse desequilíbrio entre sexos é um reflexo potencializado pela genética.

Além da questão ética da autonomia, debatida em diferentes núcleos da sociedade, tais como o direito, a educação e a genética, a religião cristã também reafirma a sua oposição ao melhoramento genético. Reafirma, pois o corpo seria algo sagrado, cabendo somente a Deus o domínio sobre a vida. Refutam-se, dessa maneira, as intervenções humanas. De acordo com a Bíblia, essas práticas corretivas seriam um atentado às Leis Divinas, como atesta este versículo do livro do Eclesiastes: “Pense no que Deus faz. Quem pode endireitar o que Ele fez torto?” (ECLESIASTES, 7: 13 apud BÍBLIA SAGRADA, p, 675). A Igreja católica se opõe ao movimento eugênico no que concerne à reprodução humana, sendo a única grande instituição no ocidente a posicionar-se contra a eugenia (negativa e positiva). Ao tomar essa posição, o catolicismo entende que a ciência não tem o direito de delegar modos de conduta humana e, tampouco, autorizar ou não o casamento. Essa era uma incumbência divina e não caberia ao homem o controle sobre os

corpos. Os valores espirituais do matrimônio estariam acima dos valores físicos, e esses frutos *degenerados* ou não, seriam parte da vontade do Criador. A Igreja Católica não proíbe a união entre indivíduos deficientes e não os exclui do reino de Deus (STEPAN, 2012).

Esse debate sobre até onde deveria ir a influência da Igreja na sociedade foi amplamente discutido durante o século XX. Diante disso, percebo que a autoridade clerical se dava na ordem moral da sociedade, pois o divino era moralizador. O bem foi personificado através do discurso católico sobre a caridade, a benevolência, o respeito e o amor ao próximo. Em 2009, a Igreja Católica posicionou-se contrária à intervenção do homem na criação de seres humanos. Sobre a nova eugenia, o Papa da época, Bento XVI, condenou a engenharia genética e demais práticas que resultassem em *bebês planejados*. O catolicismo entende que tanto o diagnóstico precoce de embriões, a fim de se evitar uma possível deficiência, quanto a seleção do sexo, se caracterizam como atos imorais: “O Vaticano é contra também o melhoramento genético para outros fins que não o tratamento médico.” (BABINGTON, 2009). Em relação à finalidade médica, ela só seria válida desde que respeitadas as diretrizes católicas de não intervenção em fetos e/ou embriões, o que descarta a manipulação de células-tronco.

Para Amélia de Rezende Martins, representante do DF, Rio de Janeiro, na I CNE, a Igreja seria a responsável por moralizar o indivíduo e a sociedade, mas a escola pouco teria efeito por si só. Essa incumbência foi posta em xeque pelos eugenistas, que entendem a moral fundada na educação sexual de outro modo, conforme será debatido no subcapítulo 5.1 – *Moral Eugênica*.

A influência católica na esfera familiar, principalmente no que tange à educação moral e sexual, se fez presente na I CNE, pois seria a Igreja a tutora do corpo cuja propriedade pertenceria a Deus. Sendo assim, caberia a ela orientar o desenvolvimento moral e sexual dos indivíduos. A penetração do discurso religioso, no Governo daquele período, ocorria devido ao fato de que o laicismo do Estado não era bem visto pelos defensores da moral tradicional e dos *bons costumes*. Qualquer semelhança com o presente não é mera coincidência, de acordo com o excerto nº 04:

Excerto 04: A importância da Igreja frente a moral do indivíduo e da sociedade

TESE Nº27: O ENSINO DA MORAL E DO CIVISMO

Igreja

E Flammarion declara:

Os pretensos governos republicanos perdem o rumo, suprimindo sistematicamente a idéia de Deus nos seus manuais de educação. Seria difícil ser mais insensato do que os nossos professores de ateísmo. Não há educação possível sem consciência e não há consciência sem um ideal divino. De há uns 20 anos para cá, especialmente, espalhou-se a semente do materialismo e colhe-se hoje o reino dos apaches e dos anarquistas.

Uma censura, de pronto, açode nos próprios meios católicos. À Igreja compete essa parte da moral individual, que deve influir na coletividade. É a Igreja que deve trabalhar nesse sentido... Mas, senhores, a seara é vasta e os obreiros são poucos. Não temos clero suficiente e não temos clero porque não temos mães... O mundo rouba-nos os filhos depois de nos ter roubado as mães... e enquanto as cadeias, as detenções, os presídios regurgitam de criminosos de toda espécie, muitas vítimas infelizes do meio, vítimas da perversidade que nos envolve, não há penitenciárias para os ladrões das almas... e o crime monstruoso fica impune.

Meus senhores, tudo está errado entre nós: o que corrigimos aqui é destruído ali adiante... nossos filhos consideram fora de moda a voz do bom senso. Pouco adiantará a escola se o policiamento não ajudar, cá fora, o que se prega lá dentro; pouco adiantará a Igreja se não se garrotear o espírito do mal que lhe inutiliza a voz do bem. Ensinamos os nossos meninos a bem servirem-se dos seus sentidos e, pela cidade toda, estão seus olhos a cair sobre quadros, postais, vitrinas, manequins, tudo exposto, com o maior cinismo, a exaltar-lhes a sensualidade; vedamos aos menores o mau cinema, e continuam a mostra nas portas, nos frontais dos bondes, nos folhetos de propaganda, todos os títulos imorais, todas as cenas desonestas, todos os comentários repugnantes. Damos conselhos de moral aos nossos meninos, levantamo-lhes o espírito para o ideal, e as danças e as praias de banhos aí estão a atraí-los para a matéria, acendendo-lhes os mais baixos instintos. E passam as crianças da infância para a idade viril com o caráter deslustrado e preparados para todas as perdições. (MARTINS, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p.156-157, grifos meus).

Com o passar dos anos, a Igreja perdeu influência em diversas camadas sociais, isso se deve, em parte, às prescrições católicas sobre o corpo, sobretudo, o sexo. Tais orientações proibem o uso de contraceptivos, como a camisinha, o que não impede as pessoas de a usarem e de tomarem anticoncepcional, infringindo-as. Logo, a Igreja teria pouco peso frente à eugenia liberal exercida individualmente. Diante disso,

[...] o discurso da eugenia está sendo revivido não apenas entre os críticos, mas também entre os defensores do melhoramento. Uma influente escola de filosofia política anglo-americana clama por uma nova ‘eugenia liberal’, referindo-se com isso a melhoramentos genéticos não coercitivos que não restringiriam a autonomia das crianças. ‘Enquanto os eugenistas autoritários da velha guarda buscavam produzir cidadãos a partir de um único molde de projeto centralizado’, escreve Nicolas Agar, ‘a marca que distingue a nova eugenia liberal é a neutralidade do Estado.’ Os governos não podem dizer aos pais que espécie de filhos devem projetar, e os pais podem projetar nos filhos apenas os traços que melhorem suas capacidades, sem prejudicar suas escolhas de vida. (SANDEL, 2013, p. 87).

Ao projetar num filho a robustez de um jogador de basquete, esse indivíduo jamais poderia tornar-se um bailarino ou um jóquei, dada a sua estatura, o que reiteraria o pensamento de Habermas (2003) a respeito da perda da autonomia. Os críticos dessa nova

engenharia genética alegam que a busca pelo melhoramento da prole nada mais é que a encomenda de uma criança projetada geneticamente. Ao passo que os cientistas, favoráveis à tecnologia biogenética, justificam que tal ação é positiva sob o pretexto do direito à liberdade de escolha. Os apologistas da eugénica entendem que a eugenia se tornou repugnante devido à coerção estatal, e proibi-la atentaria contra o livre arbítrio dos indivíduos. Desde que o Estado se mantenha neutro nessa questão, para os eugenistas liberais, a eugenia não se tornará um problema (SANDEL, 2013). Contudo, paradoxalmente, a escolha dos pais limitaria, em parte, o futuro dos filhos. Nesse sentido, “[...] a clonagem e o Diagnóstico de Pré-Implementação de embriões são oferecidos como forma de viabilizar a construção de uma civilização sem doenças, ou livre, pelo menos, de certos males.” (PONTIN, 2007, f. 90). Cabe, então, aos sujeitos envolvidos, a decisão de optar ou não por tal procedimento. Desse modo, ao se excluir a autoridade do Estado, a nova eugenia se tornaria democrática.

Essas novas técnicas de melhoramento genético, tais como o *Blastócito*, que consiste em pesquisas com células-tronco a partir de um embrião-clone ou excedente, teve sua pesquisa liberada na Inglaterra e proibida (com criação de excedentes) na Alemanha. O debate ético em torno dessa questão gira em torno do direito à vida. Indaga-se não somente se já existe vida embrionária, mas também, interpela-se sobre o direito divino da manipulação biológica dos indivíduos, que transita entre curar, aprimorar e criar.

Somente nos Estados Unidos há cerca de 400 mil embriões excedentes congelados. Com relação a essa contenda sobre haver ou não vida em estágio embrionário, o professor estadunidense, George J. Annas (1989), usou o seguinte exemplo: num laboratório há um incêndio e um cientista tem que escolher entre salvar uma menina de cinco anos de idade ou uma bandeja com centenas de embriões. Caso ele salve a bandeja, poderia ser condenado moralmente por ter deixado a menina morrer? Entendo que Annas não buscou tomar uma posição a favor ou contra, nesse debate entre cientistas e religiosos. O que ele indagou, com sua reflexão, foi se seria mais digno usá-los para salvar outras vidas ou se deveria deixá-los cumprir o seu destino fatal rumo à lixeira médica. Annas diz, nas entrelinhas, que proteger os embriões naquele episódio levaria a menina à morte, logo, mantê-los preservados, acarretaria na mortandade de inúmeras vidas que poderiam vir a ser salvas através dos estudos com células-tronco. A polêmica é interessante, porém, vale salientar que a intervenção sobre a natureza permanece em uma ou outra escolha.

Independente de prós ou contras, a nova eugenia tem sido cada vez mais frequente, sobretudo no esporte. Superatletas biologicamente melhorados (não artificialmente, mas a partir de medicamentos, anabolizantes, etc.) têm se tornado uma realidade em muitas nações.

No âmbito do desporto, observando o talento ainda como um diferencial, é inegável que a constituição física dos atletas tem, cada vez mais, se tornado um fator decisivo nas disputas esportivas. Conforme a *World Anti-Doping Agency* (WADA – Livre-tradução: Agência mundial antidoping) (2017), o aprimoramento biológico desses superatletas ultrapassa a tecnologia da fertilização artificial, o que já é definido como *doping* genético ou *biodoping* – uso com fins não terapêuticos de células, genes ou quaisquer outros artificios genéticos, que possibilitem o aumento no desempenho do atleta (WADA, 2015).

Silva (2012) demonstra em sua pesquisa que, na década de 1970, o governo Chinês incentivou a relação matrimonial entre atletas circenses com o objetivo de potencializar características hereditárias. Mesmo superada *oficialmente*, percebe-se, com clareza, que as práticas eugênicas, relativas à união positiva entre indivíduos, ainda permanecem.

As referências sobre sua história nos apontam que os vínculos políticos de sua mãe com as concepções maoístas da China, na década de 1970, materializaram o sonho local da criação de superatletas. Balizados pelas referências eugênicas, as linhagens de Fang Fenghi e Yao Zhiyuan foram submetidas a investigações cautelosas, a fim de atestarem caracteres ótimos para a prática esportiva, possibilitando, assim, a assertiva da prescrição eugênica. (SILVA, 2012, f. 15).

Em Cingapura, na década de 1980, o primeiro-ministro Lee Kuan Yew (1923-2015) incentivou a esterilização de pessoas mais pobres e concedeu um bônus de US\$ 4 mil a quem aderisse *livremente* a esse programa – grifo a palavra, porque dada as circunstâncias financeiras de uma pessoa pobre, recusar essa quantia seria quase uma impossibilidade, pondo assim em xeque o livre arbítrio. Na outra ponta dessa ação biopolítica, houve o estímulo à gravidez de jovens universitárias, que, se aderissem ao programa estatal de Cingapura, ganhariam do governo o valor da entrada para o seu apartamento. A *persuasão* pecuniária possibilitaria a liberdade de escolha das pessoas. A diferença entre a velha e a nova eugenia ocorreria no eixo da *coercitividade*, uma vez que, naquele contexto do século XX, a “[...] liberdade reprodutiva não era respeitada; ao mesmo tempo, na época ainda não havia como intervir na genética humana a não ser pela restrição de casamentos. Já o movimento moderno é marcado pelo melhoramento genético e baseia-se na liberdade de escolha individual.” (MOURA; SILVA, 2012, p. 110).

Outro caso que trago para o debate sobre a programação genética dos descendentes é a de um casal de lésbicas estadunidenses surdas, que concebeu um filho surdo mediante fertilização artificial. Elas optaram pela escolha de um “[...] doador de esperma cuja família tivesse um histórico de cinco gerações de surdez. E conseguiram. Seu filho Gauvin nasceu surdo.” (SANDEL, 2013, p. 15). Sharon Duchesneau e Candy McCullough não veem a surdez

como uma deficiência e, sim, como um traço cultural. Conforme o critério sobre autonomia estabelecido por Habermas, ao projetarem um filho surdo, elas cerceariam o direito à liberdade desse indivíduo, direcionando-o previamente a uma condição biológica. Aliás, essa ação não garantiria que a criança fosse incorporada à cultura surda, pois ela poderia vir a ser oralizada (ou escolher fazer um implante coclear) e, dessa forma, adaptar-se ao modo de vida ouvinte.

Sobre a questão referente à projeção biológica de filhos no Brasil, desde o ano de 2011, a importação de espermas estadunidenses para a fertilização de mulheres solteiras e casais de lésbicas brasileiras teve um aumento de 3000%. Conforme a repórter estadunidense Samantha Pearson, do *Wall Street Journal*, o intuito desses pais é o de garantir à prole olhos azuis e um aspecto europeu, o que reacende os debates em torno da eugenia na atualidade.

‘Com olhos claros, cabelos loiros e algumas sardas no rosto, o doador número 9601 é um dos mais requisitados por mulheres ricas do Brasil que estão importando o DNA de jovens norte-americanos em números sem precedentes’, diz a reportagem assinada por Samantha Pearson. Baseada em dados da Anvisa, a repórter afirma que a importação de esperma gringo subiu 3000% desde 2011, sobretudo entre mulheres ricas solteiras e casais de lésbicas que preferem perfis de doadores com ‘pele clara’ e ‘olhos azuis’. (EUGENIA: BRASILEIROS QUE..., 2018).

De acordo com o site *Socialista Morena*, que traduziu e vinculou a reportagem do *Wall Street Journal* no Brasil, isso seria uma consequência de um racismo persistente oriundo das políticas de branqueamento dos séculos XIX e XX no país. A predileção pelo produto estrangeiro se dá devido ao fato de não confiarem no *produto nacional*, como se a aquisição de material genético para a concepção de um futuro indivíduo pudesse ser comparada à compra de um bem material, como um tênis ou um celular. A reportagem ainda destaca que um terço do material coletado são de doadores loiros e 52% são provenientes de homens com olhos azuis. Em 2017 o Brasil importou 500 tubos de sêmen congelados, enquanto que em 2011 foram apenas 36. Dentre os clientes deste mercado, 41% são de casais héteros, 36% de casais homossexuais femininos e 21% de mulheres solteiras.

Com os exemplos trazidos acima, busco demonstrar como as novas tecnologias de fertilização subjetivam o indivíduo numa outra ordem, podendo ocorrer antes do nascimento, implicando um pré-condicionamento sociocultural e até mesmo biológico. A técnica *in vitro* possibilita também a eliminação de *anomalias* que poderia desdobrar-se na extinção de toda uma cultura como, por exemplo, a surda, que deixaria de existir gradativamente se o diagnóstico pré-natal se generalizasse. A “[...] saúde ou funcionamento humano normal é algo aberto à discussão; não é apenas uma questão biológica. Há controvérsias, por exemplo,

quanto a se a surdez é uma deficiência a ser curada ou uma forma de comunidade e identidade a cultivar.” (SANDEL, 2013, p. 61). Nessa perspectiva, Marta Nussbaum (2004) entende que

Inevitavelmente, discussões sobre a escolha dos pais em relação a filhos geneticamente deficientes são muito ameaçadoras às pessoas com deficiências. Mesmo que elas não envolvam o aborto de crianças deficientes já existentes – e, como no cenário principal desses autores, sejam consertadas basicamente as deficiências no útero ou após o nascimento –, há ainda algo alarmante na idéia de que a síndrome de Down, a surdez e a cegueira deixem gradualmente de existir. Pessoas nessas condições não temem apenas a estigmatização crescente e a falta de apoio social. Também sustentam vigorosamente (sobretudo os surdos) possuir uma cultura valiosa, que será obliterada se uma única norma de capacidades humanas básicas for aplicada completamente. (NUSSBAUM, 2014, p. 32).

É importante frisar que, além das clínicas de inseminação artificial, há, atualmente, um biomercado criado em torno da biomedicina (ROSE, 2013). É algo percebido, tendo em vista o grande número de drogarias e clínicas de cirurgias plásticas que vendem o melhoramento genético, estético (físico) e cognitivo do corpo. O binômio doença/cura, relativo à medicina tradicional, é remodelado na eugenia atual, a partir do duplo corrigir/melhorar. Objetiva-se, diante do prévio diagnóstico de um possível desvio da norma, a normalização desse déficit biológico, por meio de um tratamento medicamentoso, recondicionando esses sujeitos à normalidade. Como destaca Rodrigues: “A medicalização pode transformar o simples, o cotidiano, o banal da vida em patologia. O que é normal é transformado em fora da norma, para depois ser normalizado novamente e, por fim, ser curado, regulamentando a vida.” (RODRIGUES, 2015, f. 61).

Esse fenômeno é resultado de uma pressão pelo desempenho característico dos tempos neoliberais, em que todos devem se enquadrar num certo padrão que estabelece uma busca pessoal por melhorias. O intuito é de não mais se destacarem dos demais, mas sim, superarem a si próprios. Nesse ímpeto de melhorar ou de aprimorar suas aptidões, é comum o uso de fármacos que, inicialmente, foram pensados para curar, mas que podem ser utilizados também para outros fins. No caso dos “[...] psicoestimulantes [esses] melhoram também a concentração das pessoas saudáveis [...]” (SANDEL, 2013, p.71). Essa automedicação, sem a devida necessidade, origina o que muitos definem como sendo a *geração Adderall*, o que amplia suas características biogenéticas.

Há quem atribua o enorme aumento nos diagnósticos de transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) às novas demandas impostas às crianças. O Dr. Lawrence Diller, pediatra e autor de *Running on Ritalin* (À base de ritalina), estima que de 5% a 6% das crianças americanas com menos de 18 anos (entre 4 e 5 milhões de jovens) são atualmente medicadas com ritalina e outros estimulantes para tratar o TDAH (Os estimulantes combatem a hiperatividade,

facilitando que as crianças mantenham o foco e atenção e impedindo que elas se desviem de uma coisa para outra). Ao longo dos últimos 15 anos, a produção legal de ritalina aumentou 1700%, e a produção de anfetamina Adderall, também usada para tratar o TDAH, aumentou 3000%. Para as empresas farmacêuticas, o mercado americano de ritalina e de outros medicamentos relacionados é uma mina de ouro: rende US\$ 1 bilhão por ano. (SANDEL, 2013, p. 71).

No que tange à biomedicina e à bioética, de acordo com Rose (2013), ao tornar “[...] o corpo visível, inteligível, calculável e manipulável no nível molecular, gerou novas relações entre a vida e o comércio, e possibilitou que antigas tecnologias de saúde, tais como aquelas da cidadania social, se ligassem de novas maneiras aos circuitos do capital.” (ROSE, 2013, p. 213). Não somente atletas, mas também outros profissionais como músicos, por exemplo, recorrem à medicalização na intenção de conterem a *agorafobia* (fobia a lugares abertos) e a *demofobia* (medo de multidões), para isso, tomam betabloqueadores. Do ponto de vista ético, essa atitude pode ser vista como uma espécie de trapaça, pois camufla uma falha genética. Todavia, essa artimanha pode ser também entendida como um artifício secundário, tendo em vista que o fundamental, nesse sentido, é o talento musical.

O aprimoramento do desempenho não se restringe apenas à genética e aos medicamentos, aliás, isso já estaria acontecendo através do uso desenfreado de outras tecnologias. Não é somente a biogenética e os biomedicamentos que atuam na potencialização do corpo, equipamentos também agem de forma similar. Trajes específicos para a prática de natação, corrida, e demais esportes, vêm modificando gradualmente a performance desses desportistas. Isso é perceptível ao compararmos os seus resultados em diferentes disputas olímpicas, em que é comum o mesmo atleta superar o seu próprio recorde. Nesse jogo de superar a si mesmo, a busca pelo aperfeiçoamento é incessante, pois se no liberalismo há um estímulo pela competitividade entre indivíduos, cujo objetivo é o de superar o adversário, já na lógica neoliberal atual superar-se a si próprio é a nova meta. Tal ação infinita faz com que o sujeito não pare nunca de se movimentar em direção ao aprimoramento de si, seja ele físico, intelectual e/ou profissional. Com isso, cada vez mais, o Estado exime-se do zelo social, pois faz com que as pessoas provenham cada vez mais sua educação, saúde e até mesmo segurança.

Essas práticas caracterizariam um aumento significativo no desempenho corporal. Os defensores desse melhoramento biogenético justificam que não haveria diferença entre curar um filho doente e melhorá-lo geneticamente, prevenindo-o da anomalia. Entretanto, o que se

discute não seria o fato de se evitar ou não uma condição doentia e, sim, a promoção de um aprimoramento. Então, a bioengenharia dotaria esse indivíduo com caracteres exclusivamente pré-selecionados, o que o elevaria a um patamar de superioridade biológica.

James Watson, descobridor da estrutura da dupla hélice do DNA, juntamente com Francis Crick (1916-2004), justifica que a dificuldade de raciocínio de 10% das pessoas diagnosticadas com este “desvio intelectual” seria de ordem congênita. Watson (2003) posicionou-se favoravelmente ao aborto nesses casos, ao afirmar que a não aprendizagem desses jovens estaria condicionada aos fatores biológicos e não sociais. A eliminação desses sujeitos seria um ato de caridade, um *auxílio* em prol do qual ele próprio se põe à disposição.

Os 10 por cento mais baixos que realmente têm dificuldade, mesmo na escola primária, qual a causa disso? Muitas pessoas gostariam de dizer: ‘Bem, pobreza, coisas assim’. Provavelmente não é. Então, eu gostaria de me livrar disso, para ajudar os 10 por cento mais baixos. (WATSON, 2003 apud HENDERSON, 2003, p. 13).³

Essa *ajuda* também se estenderia aos homossexuais: “[...] quando afirmou que, caso seja descoberto um gene para a homossexualidade, uma mulher grávida que não desejasse ter um filho homossexual deveria ser livre para escolher se deseja ou não abortar o feto.” (SANDEL, 2013, p. 84).

No que se refere à homossexualidade – que já foi debatida previamente na introdução –, a eugenia esteve presente nesses diálogos, uma vez que os debates atuais estariam pautados na origem do homossexual, se fruto do meio ou da biologia. Na matéria recém-publicada pela revista eletrônica *Hypescience* (em 08/2017), o seguinte título levou-me a problematizar essa questão – *Ser gay é escolha ou genética?* –. De acordo com o título publicado, cerca de 2% a 6% da população mundial sente atração física por pessoas do mesmo sexo. Na década de 1990, e mais recentemente nos anos 2000, diversas pesquisas tentaram comprovar a tese do chamado gene gay de Deam Hamer. Foram observados 409 irmãos gays e, supostamente, teriam sido encontradas variações no cromossomo X denominadas por Xq28. Esse *desvio* também teve sua ocorrência registrada na “[...] região do cromossomo 8 [...]” (BLUEME, 2017). Conforme aponta a jornalista Juliana Blueme:

Um estudo recente da Universidade da Califórnia propõe que todo mundo teria um gene gay, mas ele só se manifestaria se um grupo metil se ligasse a regiões específicas do DNA. Nesse estudo, os pesquisadores analisaram gêmeos homo e

³ Livre-tradução do termo original em inglês: “*The lower 10 per cent who really have difficulty, even in elementary school, what’s the cause of it? A lot of people would like to say, ‘Well, poverty, things like that.’ It probably isn’t. So I’d like to get rid of that, to help the lower 10 per cent.*” (WATSON, 2003 apud HENDERSON, 2003, p. 13).

heterossexuais e observaram que padrões específicos de metilação estavam relacionados à orientação sexual. Com essas informações, eles criaram um modelo que poderia prever com 70% de chance de acerto a sexualidade de homens. (BLUEME, 2017).

Ao corroborar, parcialmente, dessa concepção sobre diferenciações genéticas entre indivíduos, o cientista político estadunidense, Charles Murray, autor do livro *The Bell Curve* (Livre-tradução: *A curva em Sino*), posicionou-se favoravelmente às ideias de Watson sobre a diferença intelectual entre *raças*. Tais discrepâncias poderiam ser mensuradas e comprovadas através da realização de testes de Quociente de Inteligência (HERRNSTEIN; MURRAY, 1994)⁴. No passado, essas técnicas foram amplamente usadas “[...] para medir a inteligência humana, sendo que inúmeros estudos apontavam para uma relação entre o nível de QI e o sucesso na escola e no trabalho.” (ARNOLD, 2006, f. 99). Essa disparidade seria intrarracial e confirmada *cientificamente* devido ao fato de que os caucasianos supostamente teriam melhores resultados, se comparados aos negros.

Em relação à educação, mais propriamente ao estereótipo pejorativo racial presente no negro, recentemente houve o caso denunciado pelos movimentos em prol da igualdade racial, sobre a questão referente ao livro *Caçadas de Pedrinho* (LOBATO, 1969), lançado originalmente em 1933. Essa obra foi indicada e distribuída na rede pública de ensino pelo MEC – Ministério da Educação – através do Programa Nacional Biblioteca nas Escolas - PNBE. A polêmica se deu em torno do episódio em que a Tia Anastácia, ao procurar por Pedrinho, “[...] trepou que nem macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima.” (LOBATO, 1969, p. 55).

Em 2010, após denúncia e protocolamento de causa, acionada em conjunto pelo Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA), juntamente com Antônio Gomes da Costa Neto, técnico em gestão educacional, o Conselho Nacional de Educação (CNE) determinou a retirada da obra do programa. O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal de Justiça e, por determinação do Ministro Luiz Fux, em 23 de dezembro de 2014, rejeitou-se a inclusão da nota sobre racismo na obra de Lobato (AGUIAR, 2015). O que esteve em xeque nessa contenda foi o fato de que, no intuito de promover a cultura nacional, negligenciaram-se as práticas relacionadas ao melhoramento genético e à inferiorização cultural do negro, fundamentadas num racionalismo científico, presentes na obra de Lobato (1969). Além, é claro, de se tratar de uma obra literária, inserida dentro de um tempo e de um espaço. Mais

⁴ Sobre esse tema em si, em 2007, Charles Murray concedeu ao jornal Folha de São Paulo uma entrevista em que reafirma sua posição favorável em relação aos estudos de James Watson no combate as políticas afirmativas de cotas sociais para negros.

importante que proibir a obra de Lobato, seria desenvolver um debate em torno do discurso racista presente nela, debatendo, assim, as práticas do passado que ainda são recorrentes na atualidade.

Nesse intenso debate que envolveu *raça* e comportamento sexual, o que esteve em jogo foi o ímpeto de decifrar a conduta humana e, tal qual a homossexualidade, o ato criminal também gerou discussões em torno do livre arbítrio e do determinismo biológico. No tocante à biotipologização dos indivíduos, a ciência, por vezes, buscou comprovar as ações comportamentais por meio do biótipo, agora reconfigurado pela biogenética. As caracterizações fundadas no fenótipo, de acordo com a Antropologia Criminal, atualmente são reconfiguradas pelos pensadores pós-lombrosianos. Hoje, se busca atestar cientificamente a previsibilidade de atos criminais a partir da endocrinologia, ou seja, no biótipo. Esses estudos sobre hormônios, ondas cerebrais (impulsos neurológicos) e DNA teriam por objetivo desracializar o discurso médico. Ao identificar, previamente, as possíveis condutas sociais de certos tipos de sujeitos, em especial, a de pedófilos e psicopatas, busca-se a análise de possíveis distúrbios glandulares, não tendo mais por foco a questão racial em si.

Na atualidade, além das questões neurológicas e glandulares, considera-se a tecnologia digital como uma ferramenta a serviço do combate ao crime. Nos Estados Unidos, desde o ano de 2011 vem-se utilizando cada vez mais esse recurso. O pesquisador George Mohler em um trabalho conjunto com antropólogos e criminalistas desenvolveu um algoritmo que seria capaz de prever crimes: “Estes sistemas se encarregam de apresentar crimes por prever, eventualmente, o nível dos indivíduos, que poderiam cometê-los. Isso aponta para o uso de big data para um propósito móvel: para evitar que o crime aconteça.” (MAYER-SHÖMBERGER; CUKIER, 2013, p. 159)⁵. Por meio deste algoritmo, poder-se-ia prever crimes futuros no intuito de se anteceder aos fatos. Com isso, haveria também a possibilidade de se querer, eventualmente, punir os prováveis delinquentes, conforme apontam Mayer-Shömlberger e Cukier (2013).

No Estado da Califórnia, a polícia utiliza esse recurso na antecipação de crimes, combinando informações de suspeitos e localidades em que o índice de delitos é alto. Conforme a advogada brasileira Elisa Mombelli (2015), os resultados apontam para uma redução de 30% dos crimes contra o patrimônio. A polícia de Chicago, com base nesses estudos, desenvolveu uma unidade de prevenção ao crime, em que *potenciais criminosos*

⁵ Livre-tradução do termo original em inglês: “These systems seek to present crimes by predicting, eventually down the level of individuals, who might commit them. This points toward using big data for a novel purpose: to prevent crime happening.” (MAYER-SHÖMBERGER; CUKIER, 2013, p. 159).

chegam a ser abordados de maneira a *coibir* um possível ato criminal: “*If you commit any crimes, there will be major consequences. We’re watching you*”. (Se você cometer algum crime, haverá consequências. Nós estamos de olho em você).” (MOMBELLI, 2015).

A ONG *Electronic Frontier Foundation* (Livre-tradução: Fundação Fronteira Eletrônica), manifestou-se com certo receio ao uso dessa tecnologia, uma vez que sua utilização permitiria que as autoridades policiais adentrassem nos domicílios e até mesmo persuadissem os cidadãos. Um criminoso só pode ser considerado um transgressor após a incidência de um crime, no entanto, essa ferramenta permitiria não somente a identificação como a punição antecipada ao *provável* delinquente.

Além das autoridades policiais, a justiça também tem se servido dessa tecnologia. O professor do departamento de estatística da Universidade da Pensilvânia, Richard Berk, criou um programa que visa a responder algumas questões que auxiliariam os juízes no julgamento da liberdade condicional. O algoritmo baseia-se na coleta de dados como: sexo, idade, habilidades de leitura, QI e demais testes psicológicos. Somado a isso, são cruzados os dados sobre os crimes cometidos com os dados sobre o comportamento do condenado durante o cumprimento da pena. Também é considerado o local onde os delitos foram cometidos, bem como a localidade para onde esse indivíduo retornará. Conforme a matéria de Kato (2014), Berk afirma que a previsão tecida por seu algoritmo pode vir a conter erros, como todo programa, contudo, a intenção cerne é auxiliar o juiz a tomar a melhor decisão possível, visto que este ainda fica com a palavra final.

Mesmo que haja a tentativa de se desvincular a criminologia da questão racial, ainda há preconceitos arraigados no racismo, tendo por base o determinismo biológico e o fenótipo. Segundo Muniz Sodré (1999, p. 234-235):

São vários os lugares sintomáticos da discriminação, em geral disfarçados, mas às vezes bastante explícitos. Um exemplo: em 1996, o Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana espalhou por Salvador, Bahia, cartazes publicitários com o título ‘defeito de fabricação’ acima da imagem de um garoto negro, com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Abaixo, o texto: ‘Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal’. Outro cartaz mostrava uma mãe negra, grávida, coberta com um lençol branco e a legenda ‘também se chora de barriga cheia’.

Os estudos referentes à biotipologia criminal na atualidade ainda insistem em buscar uma origem biológica para o crime. Agora o ato delinquente não está mais condicionado ao fenótipo *racial*, como no início do século XX. Os pensadores pós-lombrosianos, embasados em estudos científicos e tecnológicos, teceram um novo modelo de caracterologia criminal. A

endocrinologia, sobretudo a análise hormonal e de demais substâncias liberadas pelo cérebro, busca, através da neurologia, identificar padrões de comportamentos. São alvo desses estudos os pedófilos e psicopatas, que poderiam ter um padrão cerebral próprio (HAMADA; AMARAL, 2009). Assim como o daltônico é desprovido da capacidade de identificar alguns tipos de cores e de tonalidades, os psicopatas nasceriam sem percepções emocionais, e identificando-os precocemente, o seu *tratamento* poderia impedir o ato criminoso.

Vale ressaltar que esse intento não é algo característico do presente, pois, em 1921, o eugenista estadunidense, Charles Davenport (1866-1944), fundador da *Eugenic Record Office* (Livre-tradução: Escritório de Registro Eugênico), que buscava estabelecer métodos estatísticos biológicos de caráter hereditário, já chamava a atenção para a questão endocrinológica a respeito das condutas sociais. Ao deslocar o resultado do comportamento criminal para a questão *racial*, entendia-se que a origem da conduta ainda trazia, em si, um aspecto biológico, e não necessariamente era ligada à *raça*. A análise seria restrita ao biótipo, fundada em estudos de glândulas e de hormônios, conforme propôs Davenport.

A theoria de que as glândulas de secreção interna exercem notável influência no desenvolvimento do homem constituiu um dos temas mais interessantes debatidos no Segundo Congresso Internacional de Eugenismo [...]. A maneira de ser, a conducta e o caracter, a estatura e o aspecto physico seriam determinados pela função dessas glândulas, que são uma especie de laboratórios chimicos da nossa vida. O dr. Charles Davenport, notavel em estudos eugenicos, conclue disso que a sociedade não deveria odiar ou desejar vingar-se de um criminoso, porque as tendencias nefastas deste não são mais que o producto de suas glândulas endócrinas. (AS GLANDULAS..., 1921, p. 4).

Ao transpor esse debate para o Brasil, a tese endocrinológica sobre o crime passou a ganhar força com os estudos do professor e médico, Afrânio Peixoto (1876-1947), que foi diretor do Hospital Nacional de Alienados e inspetor de Saúde Pública nas primeiras décadas do século XX. Primeiramente, Peixoto atribuiu a tendência ao ato criminal como sendo de ordem *racial* e, após analisar as teorias sobre a biotipologia de Pende, reconfigurou sua tese conforme proposto por Davenport. Ele passou a creditar essa inclinação *disgênica* da conduta como algo correlacionado a fatores endocrinológicos e não mais raciais (FELÍCIO, 2012). Contudo, esse foi apenas outro modo de marginalizar as mesmas minorias étnicas do país, pois o negro e o mestiço seguiram sendo alvos dessas ações *preventivas*. O que mudou foi a justificativa, não mais embasada num viés *racial*, mas sim, na endocrinologia, fortemente fundamentada nos discursos biológicos.

Essas análises sobre os criminosos e demais *degenerados* fomentaram, nos eugenistas do século XX, o anseio por desenvolver uma *raça pura*, aprimorada e moralizada. Na

atualidade, a busca por essa nova *raça* ainda se faz presente, todavia os cientistas contemporâneos transumanistas⁶ vislumbrariam na eugénica a possibilidade de que, pela primeira vez, em milhares de anos, a nova evolução humana não teria a natureza como sendo o fator principal na reconfiguração biológica do homem: “[...] podemos ser os agentes da transição para um novo salto evolutivo. Esse é um acontecimento Cósmico.” (SANDEL, 2013, p. 108). A busca pelo desenvolvimento desse novo indivíduo, *digno* da revolução tecnológica, a qual estaríamos vivenciando, seria o que de fato seduz os neoiluministas (a nova razão).

O ser humano, conforme conhecemos, estaria esgotado e, devido ao advento científico, sua evolução seria prejudicada, pois a ciência supriria uma possível falha biológica resultante da seleção natural. Uma pessoa com astigmatismo congênito, por exemplo, conseguiria viver relativamente bem, graças ao advento tecnológico de lentes corretivas, reconduzindo-o a uma condição de normalidade. Segundo essa perspectiva, tal disfunção sensorial genética se perpetuaria entre os seus descendentes, pois faria com que a natureza não cumprisse mais o seu papel no processo evolutivo. Embora a produção de anormalidades seja uma característica da seleção natural, a neoeugénica se apresentaria como solução para a contingência da natureza, que ora produz seres normais, ora anormais e, por meio dessa tecnologia, a imprevisibilidade seria controlada.

A eugénica, num sentido estrito, define-se como a ciência do melhoramento da espécie humana. A fim de normalizar os destoantes da normalidade, mediante o advento de novas tecnologias, medicamentos, próteses e psicoestimulantes, esses recursos seriam utilizados no intuito de aproximar esse corpo *disgênico* do ideal eugênico, conforme vimos nesse subtítulo. Essa ação permitiria uma condição de normalidade a muitas pessoas. Porém, dadas as condições financeiras, muitos sujeitos não conseguiriam sequer ter acesso a uma simples muleta. Um ramo seletivo da sociedade dispõe de próteses de última geração, além de todas essas tecnologias psicoterápicas. Esse seria o cerne da questão bioética atual: procurar problematizar não somente o que seriam, em si, essas novas práticas eugénicas, como também a quem serviriam e como isso reconfiguraria o jogo social ao qual estamos inseridos.

Até o presente momento, discorri sobre a questão da nova eugénica nos campos da biogenética e suas reverberações nas áreas de reprodução humana, melhoramento do desempenho físico e intelectual dos indivíduos (seja via estimulantes, medicamentos ou

⁶ “O transumanismo é uma controversa perspectiva de investimento na transformação da condição humana. Para objetivar o melhoramento biotecnológico da natureza humana, ele protagoniza o debate acerca do futuro (pós)humano.” (VILAÇA; DIAS, 2014, p. 341).

manipulação genética). Concomitante a isso, também problematizei os denominados de *desvios de conduta* (homossexualidade e criminologia), atribuídos a uma *possível falha* biogenética. A seguir, dando prosseguimento ao estudo, demonstro como a relação eugenia e educação esteve presente em diferentes produções acadêmicas.

2.2 A Eugenia como Temática de Análise nas Produções Acadêmicas em Educação

O objetivo aqui é exprimir como a eugenia permeou, de diferentes maneiras, as mais diversas produções acadêmicas em distintas áreas de pesquisa. Dentre esses campos investigativos, foram priorizadas as produções relacionadas à história e à educação. Após a leitura preliminar de artigos, teses e dissertações sobre o tema eugenia e educação, como parte do processo de investigação, defini as palavras-chave a serem operadas nos descritores de pesquisa e nos bancos de dados da CAPES, Google Scholar e SciELO: Eugenia, eugenia-educação, eugenia-higienismo, eugenismo, sanitarismo e higienismo-educação. Assim, com base nessas palavras-chave, foram localizados cerca de 28 artigos, 16 dissertações e 8 teses sobre o tema.

Ao justapor, nos buscadores, os termos higienismo e eugenia aplicados à educação, pude perceber que essas matérias estão intrinsecamente ligadas, uma vez que essa proposta eugênica (1900-1929) se aproximou, por afinidade, dos saberes sanitaristas e higienistas da época. Durante a “[...] década de 1920, a eugenia esteve associada ao esforço de vários membros da elite por resgatar o país da acusação de decadência tropical e degeneração racial.” (STEPAN, 2004, p. 356).

Por meio da leitura dessas produções, foi possível compreender diferentes formas de manifestação da eugenia, bem como suas imbricações com o movimento antropológico-sanitarista e educacional daquele período. Durante essa imersão, foram também encontrados alguns trabalhos relacionados à profilaxia e à psiquiatria, imbricadas à eugenia e à educação. Tais assuntos não serão objeto de análise desta dissertação (higiene mental), todavia, para um melhor aprofundamento nesse campo, sugiro a leitura dos seguintes autores (estudiosos): Andrada (1929), Menezes (2011) e Gonçalves (2011).

No tocante à higiene da *raça*, Silva (A. L. S., 2008) realizou uma diferenciação entre eugenia e higienismo, a partir do pensamento *biológico-racial* da época. Inicialmente, o surgimento do movimento eugênico brasileiro sofreu influências do neolamarckismo, mas a partir de 1929, distanciou-se dessa corrente teórica e assumiu uma nova característica, a qual estava identificada com o viés negativo e biologicista da eugenia (ROSA, 2005). Os

eugenistas radicais passaram a adotar a esterilização dos *disgênicos* e o estímulo ao exame pré-nupcial, a fim de evitar o nascimento de *degenerados*, tais como deficientes, tarados e *desviados morais*. Sendo assim, conforme problematiza e critica Foucault (1999, p. 305): “[...] quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie [...]”, conseqüentemente, mais *pura* seria a *raça* humana.

O termo *disgênico/degenerado* refere-se aos indivíduos tidos como indesejáveis (deficientes físicos, mentais e/ou morais – ladrões, criminosos, prostitutas, viciados, etc.). Nesse caso, há uma relação entre os pressupostos eugênicos e o combate à *disgenia* via normalização (eliminação da anormalidade) desses sujeitos. Tal forma de proceder é denominada *preempção* (CASTIEL, 2015), a qual entende-se como a antecipação, eliminando de algum modo o que poderia gerar no futuro, um *degenerado*, um *desviante* ou um anormal.

A aversão e a exclusão dos *anormais* não é algo característico da contemporaneidade, pois conforme Fabris e Lopes (2016), no

Antigo Regime e na Idade Média esses seres eram excluídos, isolados, banidos ou mortos. Em Esparta, por um ideal do corpo perfeito, a medida era a perfeição corporal, e quem não se entrasse nessa medida era banido. Na Idade Média, a partir do discurso religioso eram conduzidos a fogueira (Inquisição) ou para outros tipos de banimento. O pastor Martinho Lutero, no século XVI, em seu relato mostra como definia os anormais. Os anormais eram considerados seres dominados por demônios, por isso deviam ser exterminados. (FABRIS; LOPES, 2016, p. 88).

A eugenia, que se almejou desenvolver em solo nacional, objetivou um caráter *suave*, voltado para a educação *positiva*, que, por sua vez, deveria ser estimulada pelo Estado através da “[...] união entre casais com saúde perfeita, capazes de prover tipos eugênicos, através da construção de uma consciência eugênica.” (SILVEIRA, 2005, p. 83). Essa *suavidade* tornou mais fácil a assimilação e o aceite desse discurso por diversos intelectuais. A ideia de intervenção do meio, no plasma germinativo, consiste em um bom ambiente, que somado aos *cruzamentos felizes*, regeneraria ou reverteria o processo de *degenerescência* do povo brasileiro. Tal predileção favoreceu a aproximação entre sanitaristas, higienistas, eugenistas e educadores, pois possibilitou a adoção de “[...] teorias eugênicas baseadas no lamarckismo, dentre os quais, uma expectativa otimista quanto à melhoria ambiental, o que converge com ideais higienistas e sanitaristas, tão em moda naquele momento.” (SILVA, A. L. S, 2008, f. 65). Ainda nessa perspectiva, Camargo (2010) também realizou uma análise referente à aproximação do higienismo com a prática eugênica realizada no Brasil, o que denota claramente a imbricação entre eugenia, higienismo e educação.

A primeira Tese nessa área foi escrita por Alexandre Tepedino, no ano de 1914, intitulada *Eugenia* e orientada pelo Dr. Miguel Couto, essa pesquisa teve seus estudos vinculados academicamente à Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, a difusão da eugenia inicia-se a partir das seguintes obras: *Pró Eugenisimo*, do autor Alfredo Ferreira de Magalhães, escrita em 1913; *Melhoremos a nossa raça*, de Charles W. Arminstrong, escrita em 1916; e *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*, de João Henrique, escrita no ano de 1917 (SOUZA, 2006a).

Questões como a educação e o preparo de indivíduos e, sobretudo, a mulher para os fins eugênicos, seria um dos principais, senão o principal, objetivo eugenista. Nesse sentido, Munareto (2013) investigou como a questão da eugenia esteve presente no Rio Grande do Sul, imbricando eugenia, higiene e sanitarismo ao discurso médico sul rio-grandense. Ao analisar de que modo esses preceitos estiveram presentes nos *Archivos Rio Grandenses de Medicina*, Munareto observou como a eugenia, articulada à educação e ao discurso médico, serviu como instrumento de instrução para a mulher (a mãe e a futura mãe) conforme as orientações médicas, eugênicas e higienistas da época. Tal ação desdobrou-se em torno de campanhas de saúde, pois nos postos de atendimento elas eram instruídas em relação aos cuidados com a prole, higiene, amamentação e alimentação.

A assimilação da eugenia, por parte dos políticos e intelectuais da época, ocorreu graças ao seu “[...] caráter polimorfo [...]” (SOUZA, 2006a, f. 17), o que facilitou a sua inserção em várias outras áreas do saber. Ao inserirem-se em diversos campos sociais, os eugenistas procuraram legitimar seus saberes fundamentando-os em outros postulados científicos, cujo objetivo era o de firmar a teoria de Galton enquanto ciência. Nesse contexto, a genética tornou-se o principal alicerce da eugenia. “Em muitos países, os geneticistas prestaram seu prestígio e apoio ao movimento eugênico precoce [inicial] [...]” (PROVINE, 1986, p.865-866)⁷. Isso fez com que esse conhecimento eugênico se constituísse “[...] como uma ciência pouco ‘autônoma’.” (SOUZA, 2006a, f. 41), com a necessidade de articular-se a outros saberes (genético, sanitarista, higienista, médico, etc.), a fim de adquirir credibilidade no campo científico e aceitação social.

Ao analisar como a eugenia atuou na produção de discursos e de subjetividades, no intuito de eugenizar a sociedade, tive por intenção demonstrar como ocorreram essas imbricações. Não tive o objetivo de atestar sua veracidade científica, mas sim, assumir o lugar que a eugenia ocupa diante de uma análise pós-estruturalista de inspiração foucaultiana.

⁷ Livre-tradução do original em inglês: “in many countries geneticists lent their prestige and support to the early eugenic movement.” (PROVINE, 1986, p. 865-866).

Adianto que, nessas análises, foi fundamental o uso dos conceitos, das ferramentas metodológicas de *discurso* e de *norma*, os quais serão introduzidos ao longo do processo de pesquisa. Também, de maneira transversal e menos trabalhada por mim, o conceito de *subjetivação* aparece no material. Todavia, devido aos limites que tenho de aprofundar a investigação no sentido de perceber o que os sujeitos dizem de si mesmos, visando perceber as práticas de subjetivação em que estão tomados, não o entendo como sendo central, embora esteja presente, nessa pesquisa.

A inserção do discurso eugênico em outros campos sociais, especialmente na educação, tinha por objetivo forjar uma consciência eugênica, pois o direito à individualidade da conduta deveria ser subjugado ao direito coletivo. Além disso, caberia ao médico conduzir essa liberdade em prol de um bem maior da sociedade, ou melhor, dos eugenizados. De acordo com Tepedino (1914, p. 55):

O médico, que deveria ter na sociedade um papel preponderante, a não ser em casos especiaes, vê quase sempre a sua acção reduzida a inutilidade. Nem na educação popular elle tem representado o papel ao qual lhe cabe e a razão esta exigindo. [...] A missão do médico é só a de curar enfermos; deve inculcar na alma o sentimento da responsabilidade. [...] Si é verdade que o individuo tem completa liberdade de dirigir sua conduta physiológica do modo que entende, não é menos certo que em direito estricto, em toda a sociedade moderna, a liberdade de cada um só é optima enquanto for compatível com a de todos os membros da collectividade. E com muita razão que doutrina a máxima social: ‘o dever é a consciência do direito dos outros’.

Essa interdisciplinaridade ocorreu devido à possibilidade de diálogo, que de maneira geral, permitiu uma atuação conjunta entre eugenistas, sanitaristas, antropólogos, educadores, juristas, psiquiatras e demais autoridades políticas e intelectuais da época. Essa atuação conjunta foi em prol da constituição de uma nova *raça* mais *pura* e aprimorada: “Há agora uma sciencia nova, que floresce entre anglo-saxônicos da Europa e da América, e que se intitula a Eugenia ou o estudo da boa procriação da nobreza dos seres humanos.” (TEPEDINO, 1914, p. 03).

Amplamente apreciado por diferentes correntes filosóficas, o melhoramento eugênico ultrapassou as barreiras das ideologias. Sobre as imbricações destas ideologias com a eugenia, saliento que o México revolucionário, o Chile socialista de Allende, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) comunista, bem como os Estados Unidos, liberal e capitalista, partilharam de um interesse em comum: o aprimoramento da espécie humana, mais precisamente o do seu povo. As “[...] visões de homogeneidade e exclusão para cuja articulação foi desenhada a eugenia [...]” (STEPAN, 2005, p. 119) seduziu os mais diversos líderes políticos em prol de uma nova perspectiva biossocial. Socialistas, comunistas, liberais,

conservadores, progressistas e religiosos, independente da corrente ideológica, simpatizaram em algum momento com a eugenia, principalmente no que tange ao aprimoramento da *raça humana*.

Na análise de seu desenvolvimento histórico enquanto prática no Brasil, tanto em Souza (2006a) quanto em Rosa (2005), o tema eugenia foi abordado de forma aprofundada. Nesse sentido, fica claro o distanciamento conceitual com o sanitarismo-higienismo, ocorrido após 1929. Há uma nítida ruptura no movimento eugênico brasileiro, sobretudo, no discurso de Kehl, pois a partir dessa data o sanitarismo passou a ser preterido diante da eugenia anglo-saxônica: 1929 “[...] foi o ano-marco para a ‘virada de Kehl’ que, após uma viagem para o norte da Europa, patrocinada pelos laboratórios Bayer, retorna ao Brasil e escreve o livro ‘Lições de Eugenia’.” (SILVA, A. L. S., 2008, f. 20).

Essa guinada da eugenia radical, embasada num discurso biológico e racista, teve início a partir da visita de Renato Kehl à Alemanha, período em que permaneceu estudando sobre o tema na Universidade de Kaiser Wilhelm. Após seu retorno ao Brasil, iniciaram-se as publicações do BE, vinculados à Revista Medicamenta. O periódico tinha por objetivo desfazer a confusão conceitual com higienismo e promover o discurso eugênico em solo nacional, pois, antes, entendia-se que “[...] sanear é eugenizar.” (KEHL, 1923a, p. 20). Isso ocorria devido às atividades públicas da década de 1920, em que havia o predomínio da eugenia lamarckiana, que se aproximava das práticas de sanitarismo de higiene (STEPAN, 2004). Diversos Intelectuais, tais como Olegário de Moura, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP)⁸, entendiam que saneamento e eugenia partilhavam de um mesmo fim: “Saneamento-eugenia é ordem e progresso.” (MOURA, 1919, p. 83).

Contudo, após 1929, eugeniação passou a ter o significado de eliminação dos *degenerados* por meio do viés *negativo* da eugenia. Logo, “[...] sanear não é eugenizar.” (WEGNER, 2017, p. 87). A confusão entre sanitarismo, higienismo e eugenia manteve-se até 1929, que conforme já mencionado, foi quando a prática de mendelismo ganhou força entre os eugenistas radicais – Renato Kehl, e o *moderado* Octávio Domingues (1897-1972) e

⁸“Contando, com mais de 140 membros, em sua maioria médicos da capital paulista, a Sociedade Eugênica teve como Presidente o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, cujo nome parece ter contribuído fundamentalmente para angariar o interesse da elite médica e da imprensa em torno dessa instituição. O cargo de Secretário Geral foi ocupado pelo próprio Kehl, enquanto, para a vice-presidência, foram eleitos os nomes dos médicos Olegário de Moura, Bernardo de Magalhães e Luis Perreira Barreto. Os membros dessa instituição a proclamavam como uma ‘organização científica’ de estudos e aplicação da eugenia no Brasil, tendo como finalidade as ‘questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie humana’. Os estatutos da Sociedade definiam como seus fins o estudo da legislação, dos costumes e das influências do meio sobre as ‘aptidões físicas, morais e intelectuais das gerações futuras’; divulgação da eugenia entre o público; estudo da regulamentação matrimonial e da campanha pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial.” (SOUZA, 2008, p. 151).

Salvador de Toledo Piza (1898-1988). Com isso, houve uma ruptura com o neolamarckismo e assumiu-se, de uma vez por todas, o viés biologista radical articulado ao mendelismo.

Para melhor explicar essa situação, é importante deixar claro que nos anos de 1920, Kehl se identificava, de forma mais contundente, com o viés sanitaria. Já, nos anos de 1930, ao preterir esse pensamento e ao assumir a eugenia negativa, voltada estritamente à biologização da vida, ele entendia que esse método seria a única saída para regenerar o povo brasileiro. Mesmo compreendendo que havia uma imbricação entre sanitarismo, higienismo e eugenia, Kehl, que agora assumiria de vez as teorias mendelianas, já havia exposto sua posição em obras anteriores a 1930, tais como: *A Cura da Fealdade* (1923) e *Lições de Eugenia* (1929). Algumas inclinações expressadas nesses livros já denunciavam sua predileção pelo viés *negativo*.

A intenção de utilizar a eugenia *dura* no Brasil vem se engendrando desde os anos de 1920. Nessa perspectiva, Kinoshita (2013) demonstra em sua investigação como as propostas relativas à higiene estiveram à sombra do mendelismo. Sob esse mesmo prisma investigativo, Nalli (2000), por sua vez, trouxe em sua pesquisa a constituição do discurso de Renato Kehl, que, num primeiro momento, foi admitido e até houve a produção de obras voltadas para as práticas de higiene, tais como a *Bíblia da Saúde e Fada Hygia*, ambas de 1926. Alicerçando-se nesses saberes, no intuito de galgar novos horizontes, pretendia-se fazer da eugenia uma ciência autônoma, capaz de dialogar com o sanitarismo, o higienismo, e a educação.

Nas obras de Souza (2006a; 2006b; 2008) há o desenvolvimento de uma análise relativa a práxis eugênica, a partir da figura central de Renato Kehl, cuja propaganda em torno das benesses da eugenia permitiria a construção de uma identidade nacional para o brasileiro, centralizada num viés político-biológico.

Essas pesquisas propiciaram uma base de caráter historicista, relativa ao movimento eugênico ocorrido nesse período: ora próxima ao higienismo, ora afastada. Dessa maneira, ao desenvolver, inicialmente, um estudo particular sobre a visão biologicista de Renato Kehl, Camargo (2010) adentra a questão da relação entre a eugenia e o pleno desenvolvimento físico do indivíduo. Tendo por objeto de análise a *Revista Educação Physica*, publicada entre os anos de 1932 a 1945, o pesquisador demonstra em suas análises como a constituição do corpo foi ganhando importância dentro do campo científico. Tudo isso, a partir de uma noção biológica hereditária, o que permite a aproximação desse discurso biológico com os pressupostos eugênicos da época.

Ao pretender homogeneizar racialmente a população, sob a justificativa de que a miscigenação estaria levando a população brasileira à *degeneração*, uma parcela considerável

da elite intelectual e política do Brasil entendia que a eliminação do negro, seja física (políticas de branqueamento) e/ou cultural, seria necessária para o pleno desenvolvimento e progresso do país. Na perceptiva eugênica, o atraso econômico seria de ordem biológica, ao passo que para antropólogos e sanitaristas essa situação teria uma origem sociocultural. O interesse da eugenia em intervir na sociedade, por meio de uma ação direta sobre o indivíduo, desdobrou-se numa intervenção médico-educativa na sociedade, que teria por objetivo inicial o corpo do indivíduo. A intervenção social, a partir do indivíduo, justifica-se, porque numa “[...] perspectiva foucaultiana, a população não é uma realidade dada, natural; aliás, é uma construção, é o produto da interação de diversas práticas (discursivas e não-discursivas).” (NOGUERA-RAMIREZ, 2009, f. 35).

Referente à questão educacional, amplamente debatida no BE, Bonfim (2013) estabeleceu um estudo sobre os pressupostos eugênicos e sobre a educação a partir da ótica eugenista. Até o ano de 1929, a educação eugênica era desenvolvida no âmbito do saneamento e do higienismo. Na década seguinte, priorizou-se a biologização, de tal modo que a educabilidade dos indivíduos teria um papel coadjuvante, pois de pouco adiantaria a educação diante de um corpo *disgênico* (KEHL, 1929c).

Silva (N.P.,2008) em seu estudo intitulado *A educação eugênica*, desenvolve uma análise sobre o discurso médico eugênico referente à ideia de *raça*. Para contrapor esse ideal, baseou-se nos estudos de Lima Barreto, o que significa que a obra não se fundamentou somente no BE. Ocupando-se de outros materiais, de igual maneira, eu problematizo o discurso eugênico educacional em relação às propostas pedagógicas da época, em especial às descritas na I CNE.

Sendo assim, ao pretender adentrar no campo da educação, com o intuito de promover-se em distintas áreas da sociedade, a eugenia também esteve presente na literatura através de teorias sobre melhoramento da *raça*, branqueamento, eugenia e higienismo. Smaniotto (2012) teceu uma análise do que se produziu na literatura entre os anos de 1922 e 1949. Dentre essas produções, destacam-se: *O Presidente Negro (1926)* – Monteiro Lobato; *A Costela de Adão (1929)*, *A Mulher e o Diabo (1931)* e *Século XXI (1934)* – Berilo Neves; *Zanzalá (1938)* – Afonso Schmidt; e *3 Meses no Século 81 (1949)* – Jerônimo Monteiro. A articulação entre o discurso eugênico e a literatura presente nessas obras demonstra a idealização de um Brasil à luz da eugenia, onde os ideais de beleza, a boa constituição física, intelectual e moral estiveram realçados, principalmente nos livros de Lobato e Bittencourt.

Após estes estudos preliminares sobre educação e eugenia, dentre os quais, foquei nas pesquisas centradas no BE, dos autores Rocha (2010a; 2011), Nalli (2000) e Bonfim (2013),

passo, então, a inverter o enfoque analítico metodológico. Começo a dar ênfase para a perspectiva educacional, perante a da eugenia. Para dar conta desta proposta, problematizo como o discurso eugênico circulou na I CNE (1927), busco analisar a relação educação e eugenia sob a perceptiva do campo educacional.

Concomitante à apreciação do tema eugenia e educação, realizei uma revisão de literatura referente ao material, utilizando as mesmas ferramentas de busca já mencionadas. Para essa nova pesquisa foram definidas como terminologias a I CNE (1927) e a I Conferência Nacional de Educação (1927). Durante esse processo, percebo que algumas temáticas se repetiram de maneiras distintas. Os projetos de nação para a *modernidade* pedagógica do Brasil (HOELLER, 2014), a educação pública, a *modernização* social da década de 1920 (GALTER, 2002) e a *modernidade* na educação (BONA JÚNIOR, 2005), foram algumas das obras (Dissertações e Teses) que trataram, de diferentes modos, de um mesmo tema em si: modernismo sociopedagógico.

Nesse contexto, quando aconteceu a I CNE, o país buscava modernizar-se, uma vez que vivia o prelúdio de uma industrialização, e a educação não estava aquém desse novo tempo, ela seria a peça fundamental para o progresso nacional. Por trás disso, havia o plano pedagógico para a constituição de um novo brasileiro, moralizado e saudável, que deveria ser pensado desde a infância (SCHIMIDT, 1997). Nesse sentido, a I CNE contribuiu para que o movimento Escola Nova no Brasil se inserisse no âmbito da educação, a fim de promover debates em torno das práticas educativas e das condições de aprendizagem dos indivíduos (FERREIRA, 1988).

Um dos principais objetivos eugênicos consistiria na institucionalização de uma redefinição da moral via educação. Para a promoção de uma consciência social, sobre os riscos contidos no ato sexual e nas uniões matrimoniais *impróprias*, a importância de um atestado de nubência, leia-se aconselhamento genético (ROSE, 2013), seria crucial na orientação da população, incapaz de decidir por si mesma devido a sua baixa instrução. Sobre esse tema, moralização e a educação sexual, Felício (2012) desenvolve uma análise articulada ao discurso eugênico, o que demonstra a influência dos eugenistas nas propostas em relação à formação do caráter e da conduta do brasileiro.

Aliás, essa ação de gerenciamento social, via educação, não é algo exclusivo da eugenia, pois diferentes governos e ideologias buscaram, através da escola, subjetivar e moldar seus cidadãos de acordo com os seus ideais. Segundo Carlos Brandão (2002, p.75): “A educação expressa sempre uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente, baseia-se em uma filosofia de vida, uma concepção de homem e de sociedade.”

Após analisar essas produções percebi que o discurso eugênico esteve presente como um tema transversal em muitas pesquisas sobre a I CNE. Todavia, em nenhuma delas a eugenia foi o centro das análises. Por conseguinte, diante dessa entrada preliminar no material, foi definida a temática de análise e o objeto de pesquisa, que se centrou na investigação sobre como a eugenia buscou se apropriar do campo educacional para a validação e divulgação de seus ideais de *raça* e de sociedade. No próximo capítulo, apresento o método e o material a serem investigados.

3 PERCURSOS INVESTIGATIVOS

A partir de uma investigação acerca dos aspectos referentes à inserção da eugenia no campo educacional, busco problematizar a relevância que lhe é conferida nesse processo de aprimoramento do indivíduo. Para esse fim, foi fundamental tecer um olhar específico, através de uma história-problema, sobre a perspectiva eugênica presente nas *Actas do I Congresso Brasileiro de Eugenia*, ocorrido no ano de 1929 (*I CBE*) e nos *BE*, além de outros materiais, tais como livros, teses e artigos de época. Após a apreensão desse conhecimento, investigo como se formaram as discussões em torno da relação eugenia e educação, presentes na I CNE. Essa analítica foi desenvolvida mediante a percepção do campo da educação, e não da eugenia. Para dar conta dessa proposta, opto, por materialidade, a já referida I CNE, realizada em 1927 na cidade de Curitiba – PR. Nesse evento, foram debatidos diferentes temas que envolveram outras áreas do saber que dialogam (in)diretamente com o discurso eugênico.

Ao problematizar como o discurso eugênico se apropriou do saber (educação), na promoção de seus valores e ideais, evidencio que, no Brasil, não havia políticas voltadas para a implementação da eugenia, existia, na verdade, um discurso moderado, principalmente entre a elite médica. Apesar de muito influente, a eugenia sofreu oposições. A sua aplicabilidade em solo nacional, tanto na Igreja quanto em outros movimentos intelectuais, ou melhor, essa contenda entre o catolicismo e o eugenismo será analisada no decorrer desta dissertação.

O que justificou a escolha do presente material foi o fato de entender e expandir o olhar para o que se produzia em termos educacionais brasileiros naquele período. Essa Conferência foi um evento que possibilitou assimilar o que estava sendo dito no campo educacional brasileiro. Sendo a escola entendida como o templo da civilização, foi nesse local (I CNE – 1927) que circularam várias teses em torno da educação eugênica no Brasil e, sobretudo, do modelo educacional e de instituição escolar que seria mais adequado e eficaz para a prática da eugenia no país.

Ao investigar diferentes fontes dentro de uma mesma conjuntura temporal, justifico tal ação pelo fato de que “[...] a história é o conhecimento através de documentos, visto que nenhum deles pode ser o acontecimento [...]” (VEYNE, 2011, p. 15) em si, dado e finito. Por isso, existe a necessidade de observar as *condições de possibilidades*¹, com as quais esses

¹ Com base na *Arqueologia* de Foucault, busco compreender como “[...] as regras de formação dos conceitos, os modos de sucessão, encadeamento e coexistência dos enunciados, se depara com o problema das estruturas epistemológicas; estudando a formação dos objetos, os campos nos quais emergem e se especificam, estudando também as condições de apropriação dos discursos, se depara com a análise das formações sociais. Trata-se, para a arqueologia, de espaços correlativos.” (FOUCAULT, 2013, p. 235). “Foucault usa a palavra episteme

materiais foram produzidos. Diante disso, a materialidade selecionada e examinada não pode vir a ser interpretada como um registro fiel de um fato ou período, o que possibilita diversas outras interpretações e entradas no material, conforme o olhar do pesquisador. Ao estabelecer uma investigação entre as práticas do passado e do presente, é fundamental que haja extremo cuidado para que não se cometa anacronismos. Uma vez que os valores sociais são mutáveis em diferentes épocas e culturas, não cabe, aos pensadores do presente, julgar determinado contexto a partir de sua concepção. Segundo Faria (2008), o termo anacronismo

Pode indicar o trabalho crítico sobre as categorias e conceitos da atualidade, tendo em vista o entendimento de outras experiências históricas. Mas também significa o devido pertencimento de um acontecimento ou crença ao momento histórico que lhe serviria de contexto. Ou seja, dizemos que um historiador é anacrônico quando procura no passado experiências e conceitos que seriam idênticos à sua atualidade. (FARIA, 2008, p. 59).

Para uma melhor apreciação do material, opto por desenvolver uma análise sobre a homogeneização e o melhoramento da espécie humana, pensada pelos eugenistas da época (1900-1940). A partir da constituição física, intelectual e moral dos indivíduos, os debates sobre a conduta desse sujeito transitavam entre o determinismo biológico e o sociológico. O viés social é o que determinaria e caracterizaria um indivíduo, condicionaria sua realidade biossocial, definiria ou não sua *degenerescência*. Portanto, seria algo relacionado diretamente ao meio social ao qual se está inserido (ROQUETTE-PINTO, 1929). Sob o viés biológico eugenicista, a *disgenia* seria genética e, em muitos casos, hereditária. Assim, o meio ambiente, bem como a educação, apenas auxiliaria na explicitação da *boa herança* e na contenção dos *maus* caracteres, não tendo condições de *regenerar* um ser *disgênico*.

Nesse processo de pesquisa, compreendo o termo método como sendo o "[...] caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido de antemão refletido e deliberado." (HEGENBERG, 1976, p. 115). Isso denota quais percursos teóricos foram realizados no processo de escrutínio do material.

Mediante um exame sobre a (dês)continuidade relativa aos diferentes movimentos teóricos, pude melhor entender os entrelaçamentos que ocorreram entre eles. Então, os discursos não devem ser entendidos como práticas contínuas, embora eles se atravessem algumas vezes (SCHERER, 2015). Percebo, nesse processo, que as correlações permeiam e,

para designar 'o conjunto básico de regras que governam a produção de discursos numa determinada época'; em outras palavras, episteme designa um conjunto de condições, de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condição de possibilidade para que algo seja pensado numa determinada época. [...] Assim, pode se dizer que o regime dos discursos são manifestações apreensíveis, visíveis, da episteme de uma determinada época." (VEIGA-NETO, 2007, p. 96).

até mesmo, auxiliam na constituição de outros modos de pensamento. Isso faz com que haja uma falsa ideia de linearidade, que liga diferentes acontecimentos. Entretanto, o que há são pequenas brechas, ocupadas por novos saberes, e não uma linha contínua de produção de conhecimento.

Na análise das permanências e dos deslocamentos remanescentes de determinadas épocas, no processo de descrição desses fenômenos, foi importante estar atento para os usos terminológicos das palavras. Alguns desígnios do passado são reinterpretados de maneira distinta no presente. O conceito de inclusão, por exemplo, sequer existia no século XIX, então, falar sobre ele nos exige certo cuidado.

Ao optar por uma pesquisa documental, fez-se necessário fundamentá-la através de materiais específicos. Diante disso, enfatizo a importância de esquadrihá-las desde o seu enunciado. Com base em Foucault, Scherer (2015) chama a atenção para o cuidado ao estabelecer esse estilo de pesquisa, a qual requer

[...] um exercício analítico [que] exige partir de uma dispersão de análises enunciativas, mapear enunciados para, então, investigar sua condição de existência, buscando estabelecer relações entre eles e mostrando continuidades e descontinuidades. [permanências e rupturas]. (SCHERER, 2015, f. 85).

No processo de escrutínio do material, sirvo-me da definição de Castro (2009), o qual entende que “[...] a primeira tarefa da história já não tem como base a interpretação de documentos para determinar se dizem a verdade ou não, mas sim consiste em olhá-los a partir de seu interior.” (CASTRO, 2009, p. 41). Ao longo da investigação sobre o discurso eugênico do século XX, tenho por objetivo compreender como as práticas eugênicas estiveram imbricadas à educação evidencia a importância de se examinar as fontes para além do registro factual. Porém, contraditoriamente, não nos exime do fato de que os documentos deixaram registrados os pensamentos e as ações dos homens do passado (SALIBA, 2009).

No campo teórico, no decorrer das análises, busquei inspiração em Foucault, contudo isso não significa que se trate de uma pesquisa foucaultiana. Recorro ao autor no intuito de melhor escrutinar os materiais. Ao estabelecer uma relação entre seus conceitos-ferramenta com o processo analítico, sirvo-me deles conforme a necessidade de utilizá-los durante a imersão nos materiais. Logo, a circulação desses discursos eugênicos e sua apropriação no campo educacional, nesse período (1920), foi o objeto de análise no decorrer da presente pesquisa. Deste modo, tenho por fonte primária a I CNE, que será devidamente apresentada no subcapítulo a seguir.

3.1 Material

A partir das primeiras décadas do século XIX, inauguraram-se os debates em torno de questões médico-sociais, com a criação da *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* (1829); *Academia Imperial de Medicina* (1835); e da *Academia Nacional de Medicina* (1889). O discurso médico passa a influenciar cada vez mais a agenda governamental brasileira. Os diferentes objetivos e saberes clínicos passaram, gradativamente, a pautar as políticas públicas educacionais, sobretudo, a educação escolar.

O modelo educativo e discursivo médico, no século XIX, trazia consigo algumas preocupações gerais: necessidade de escolas como modo de ilustração; combate à desordem e à *degeneração* da sociedade e a promoção de um corpo social higienizado, o que antecipa o discurso eugênico no Brasil. Aliás, ao postular o combate à desordem é que se defendia a educação pública e não privada, para que todos os indivíduos tivessem acesso à escola e com isso se tornarem cidadãos republicanos.

Nessa conjuntura, as políticas educacionais no Brasil, a partir de 1850 tiveram por objetivo edificar e higienizar. Espaço, corpo e leitura foram os alvos (ROCHA; GONDRA, 2002). A constituição de um sujeito civilizado nos trópicos constitui-se no anseio dos homens da ciência médica no Brasil do século XIX. A higiene seria o método para que se alcançasse esse fim, arraigado na escolaridade pública.

Na virada para o século XX, as preocupações não somente se intensificaram, como passaram a receber inspirações teóricas variadas, dentre elas, o movimento eugênico. É nesse contexto que minha pesquisa se centra, tendo por objetivo principal a compreensão de como o discurso eugênico configurava-se na educação brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Ao longo da década de 1920, a Educação no Brasil foi debatida por diferentes personalidades civis, a fim de atribuir-lhe mais qualidade e fomentar a inserção da nação no cenário mundial. Esse período foi marcado por intensas disputas em torno dos programas escolares, assim como eram debatidas as finalidades atribuídas à escolarização. Nesse sentido, várias propostas em torno de qual seria o método mais adequado para a formação física, política, intelectual e moral do brasileiro foram apresentadas durante a I CNE (1927). Uma das tendências fortes no período se desdobrava em torno do ensino de *saberes úteis à vida moderna*. No final do século XIX (1860), a obra *Educação Intellectual, Moral e Physica*, de Herbert Spencer (1820-1903), influenciou na criação do modelo de ensino primário em 1904 no Brasil.

Embora a eugenia tenha aparecido como um tema transversal em algumas teses, apresentadas na I CNE, o discurso eugênico se apresentou como sendo a metodologia necessária e mais eficaz para que se atingisse esse objetivo. Foi nesse contexto sociopolítico, mais precisamente a partir da segunda metade da década de 1910, que o discurso eugênico adquiriu força e se institucionalizou como prática científica e social, responsável por *regenerar* o povo brasileiro (CASVALHO; SOUZA, 2017). No ano de 1922, o Ministério da Justiça promoveu inúmeras Conferências educacionais no país, no intuito de celebrar o centenário da independência. Logo após, em 1923, nesse mesmo ímpeto, advogados, médicos, engenheiros e educadores organizaram-se em torno dessa causa criando a Associação Brasileira de Educação (ABE). Essa organização civil tomou para si o estudo e a prescrição de normativas a respeito das propostas educacionais nesse novo cenário político-social, pois conclamou os Estados da federação a assumirem o compromisso com as reformas dos sistemas educacionais, que na verdade sequer existiam. Durante a pesquisa, outros materiais de época foram utilizados. Infelizmente, não tive acesso à totalidade dessas obras, apenas a fragmentos de alguns capítulos. Isso ocorreu devido às baixas condições de manutenção de nossos acervos, que sofrem com a carência de investimentos por causa da falta de consciência de nossas autoridades sobre a importância da preservação de nossa história.

Ao final da década de 1920, três conferências nacionais de educação foram promovidas pela ABE², o que de certa maneira, influenciou direta e indiretamente na definição das políticas pedagógicas a serem desenvolvidas nesse período. O anseio de muitas autoridades presentes no evento foi o de evitar que a *raça* brasileira se *corrompesse*. Para isso, fazia-se necessária uma educação que conseguisse abarcar nacionalmente a plena formação física, intelectual e moral dos indivíduos.

Para continuar o estudo, outro importante acontecimento ocorrido nessa década foi a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922 – São Paulo/SP. Esse evento modernista intensificou a produção cultural nacional, pois reverberou no pensamento pedagógico da época. O país modernizava-se e, com isso, a educação não ficaria aquém. O sentimento que tomou conta da atmosfera intelectual, nos anos de 1920, refletiu nas propostas sobre a formação político-pedagógica do brasileiro, que vislumbravam sempre o progresso pautado na educação ideal a ser efetivada em solo nacional.

² Curitiba/PR (1927), Belo Horizonte/MG (1928) e São Paulo/SP (1929).

Excerto 05: O contexto da I CNE (1927)

APRESENTAÇÃO

É neste contexto que, em dezembro de 1927, acontece, em Curitiba, a Primeira Conferência Nacional de Educação. Seu organizador, Lysímaco Ferreira da Costa, personifica o esforço e a decisão dos educadores e da sociedade civil, na busca da qualidade na Educação para inserção do Brasil no cenário mundial. (COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997).

Lysímaco Ferreira da Costa (1883-1941) foi o organizador da I CNE, que ocorreu em dezembro de 1927, no Teatro Guaíra - Curitiba/PR. Em 1997, as teses apresentadas no evento foram catalogadas e organizadas em forma de livro, o qual foi elaborado pelos pesquisadores Denilson Roberto Shema, Maria Auxiliadora Schimidt e Maria José Franco Ferreira da Costa, filha de Lysímaco Ferreira da Costa. Também acompanhou o pai no Congresso, a sua outra filha, Esther Costa Figueiredo, que apresentou uma Tese no evento.

Adendos à parte, sobre a Conferência em si, no total foram catalogadas 111 Teses e definidos 15 pareceres distribuídos em 693 páginas. Essa pesquisa teve o financiamento do INEP, no intuito de celebrar os 60 anos do MEC/INEP. No evento, estiveram presentes os Delegados de Ensino representando seus respectivos Estados, 18 ao total. Além destes, também compareceram diversos outros intelectuais pertencentes às distintas áreas, tais como: educação, sanitarismo, higienismo, higiene mental, eugenia, engenharia e religiosos – esses últimos, auxiliaram na organização do Congresso e embora não tenham apresentado teses, fizeram com que a religião se fizesse presente nos debates durante o evento. Cerca de quatrocentos congressistas, trezentos alunos da Escola Normal Secundária de Curitiba, bem como autoridades políticas e episcopais, além de cerca de duas mil pessoas compareceram ao evento.

Os delegados presentes:

Excerto 06: Representantes estaduais de ensino

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Pará – Oswaldo Orico.
 Maranhão – Luis César.
 Piauí – João de Oliveira Franco.
 Ceará – Antônio Moreira de Souza Filho.
 Rio Grande do Norte – Nestor Lima.
 Bahia – Jayme Junqueira Ayres.
 Espírito Santo – Ubaldo Ramalhete Maia.
 Rio de Janeiro – Paula Achilles e Leoni Kasef.
 Distrito Federal – Pedro Deodato Moraes.
 São Paulo – Lourenço Filho.
 Paraná – Lysimaco Ferreira da Costa.

Santa Catarina – Orestes Guimarães
 Rio Grande do Sul – Raul Bittencourt.
 Goiás – Abacílio Reis.
 Mato Grosso – Frederico G. Cartens.
 Pernambuco – Oswaldo Orico.
 Alagoas – Renato de Alencar. (COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997).

As teses foram organizadas e apresentadas em torno de temas e comissões que, no consenso entre os pares, almejavam a necessidade de se sistematizar um modelo pedagógico e uma unidade nacional. A organização do ensino (primário e secundário) teve por objetivo abarcar questões femininas, higiene, educação sexual, educação moral, pedagogia, ensino eugênico, política e voto.

As comissões:

Excerto 07: Comissões

SESSÃO PREPARATÓRIA

Ensino Primário — 1* Comissão

Deodato de Moraes (presidente), Oswaldo Orico (relator), Maria da Luz Cordeiro, Noemia L. Santos, Sara Pessoa, Raymundo M. Almeida, Amarylio de Oliveira e Nilo Brandão.

Ensino Primário — 2a Comissão

Orestes Guimarães (presidente), Nelson E. Mendes (relator), Raul Gomes, Alda Silva, Dalila Valério, Donatilla Caron dos Anjos, Antônio Tupy Pinheiro, Celina Padilha, Anette C. P. Macedo e Aline Bessa do Amaral.

Ensino Secundário

Renato Jardim (presidente), Roberto Emilio Mongruel (relator), Lindolpho Xavier, Luiz L. A. César, João de Oliveira Franco, Manoel Gonzalez, Maria de Lourdes Lima, Nahir Loyola Santos, Sylvia Câmara, Algacyr Munhoz Mader, Luiz L. de Oliveria Franco e Pereira de Macedo

Teses Gerais — Ia Comissão

Raul Bittencourt (presidente), Nicolau Meira de Angelis (relator), Jayme Junqueira Ayres, Nicephoro Modesto Falarz, Paula Achilles, Renato Jardim e Acrisio Carvalho de Oliveira.

Teses Gerais — 2ª Comissão

Renato Alencar (presidente), Altamirano Nunes Pereira (relator), Francisco R. de Azevedo Macedo, Antônio A. Barboza de Oliveira, José de Sá Nunes, Hugo de Matos Moura, Francisco Benedetti, Joaquim Meneleu de Almeida Torres, Sebastião Paraná e Antônio Beira Fontoura.

Teses Gerais — 3ª Comissão

Leoni Kaseff (presidente), Lourenço Filho (relator), Nestor Lima, A. C. Barboza de Oliveira, Lysimaco Ferreira da Costa, Belisario Penna, Jeronymo Mazzarotto e Joao de Oliveira Franco.

Educação Higiênica

Belisario Penna (presidente), Luiz Medeiros (relator), Decio Lyra da Silva, Olga Balster, Myrian de França Souza, Maria Bassan Buzato, Joao Mauricio Muniz de Aragao, Lourenço Filho, Carlos Mafra Pedroso, Itacelina Bittencourt e Milton Carneiro.

Ensino Superior

Ubaldo Ramalhete Maia (presidente), João Macedo Filho (relator), Pamphilo d' Assumpção, Antônio Moreira de Souza Filho, Plinio Alves Monteiro Tourinho, Octávio Silveira, Adriano Gustavo Goulin, Antônio Silveira e Abacilio Fulgêncio dos Reis. (COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 17-18).

Além dos Delegados de Ensino, o encontro contou com a presença de diferentes personalidades de outras áreas, como já mencionado. Os organizadores do evento propuseram aos conferencistas quatro temas oficiais que deveriam figurar de maneira transversal nos trabalhos apresentados, a saber:

Excerto 08: Eixos temáticos

TESE Nº 8: A ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO DE 1927

RELATÓRIO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quatro teses oficiais foram distribuídas pela A.B.E.:

1ª - A Unidade Nacional: pela cultura literária; pela cultura cívica; pela cultura moral - Isabel Jacobina Lacombe (diretora do Curso Jacobina) e Maria Luiza de Almeida Cunha (da Escola Normal de Belo Horizonte).

2ª - A Uniformização do Ensino Primário nas suas Idéias Capitais - Zélia Braune.

3ª - A Criação das Escolas Normais Superiores em Diferentes Pontos do País para Preparo Pedagógico — Professor CA. Barbosa de Oliveira (da Escola Politécnica e diretor da Escola Wenceslau Braz).

4ª - A Organização dos Quadros Nacionais em Corporações de Aperfeiçoamento Técnico, Científico e Literário — Professor Fernando de Magalhães (da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). (ABE, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 97).

Contudo, dentre os conferencistas presentes no evento, destaco a participação do sanitarista Belisário Penna (1868-1939)³, da fisiologista e educadora Branca de Almeida Fialho (1896-1965)⁴ e do eugenista Renato Ferraz Kehl (1889-1974),⁵ o que evidencia a

³ “Belisário Augusto de Oliveira Pena nasceu em Barbacena (MG), em 1868. Médico, cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se formou em 1890. Voltou, então, ao seu estado natal, onde clinicou por alguns anos em Barbacena e Juiz de Fora, tendo sido eleito vereador nessa última cidade. Em 1904, transferiu-se para o Rio de Janeiro e passou a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública. Nos anos seguintes, colaborou no combate à febre amarela, malária e outras doenças em diversos pontos do território nacional. Em 1918, assumiu a direção do Serviço de Profilaxia Rural, recém-criado pelo presidente Wenceslau Brás. Em 1920, foi nomeado diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde. Dois anos depois, exonerou-se desse cargo por discordar das interferências políticas no órgão.” (CPDOC/FGV, 2017).

⁴ “Nasceu em Petrópolis (RJ) em 10 de março de 1896. Fisiologista e educadora brasileira. Participou da organização da Associação Brasileira de Educação, que presidiu de 1934 a 1935 e de 1942 a 1944. Foi presidente da Federação de Mulheres do Brasil, filiada à Federação Internacional de Mulheres. Organizou, com seu irmão, o primeiro centro de fisiologia experimental do Brasil. Publicou obras sobre fisiologia de rãs, serpentes, tatus e morcegos e ‘A Educação Secundária no Brasil’. Faleceu em janeiro de 1965.” (ABE, 2010).

⁵ “Formou-se aos vinte anos pela Escola de Farmácia de São Paulo e posteriormente, em 1915, doutorou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Exerceu a clínica em São Paulo durante alguns anos. Interessou-se pelos princípios da eugenia e fundou em 1918 a Sociedade Eugênica de São Paulo, com 140 médicos. Lutando pela difusão e implantação das ideias eugênicas, realizou conferências no Brasil, publicou cerca de trinta livros e inúmeros artigos em jornais. Durante alguns anos exerceu o cargo de inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), no qual organizou o Serviço de Educação Sanitária ligado à Inspetoria da Lepre e das Doenças Venéreas, tendo sido também o criador do Museu de Higiene,

questão da eugenia, presente nesse evento. O comparecimento a I CNE de eugenistas e demais conferencistas que se identificavam com o discurso eugênico, denota a importância da eugenia imbricada à educação, a qual visava à formação biotipológica e moral de um novo sujeito, diante da necessidade de progresso e da industrialização do país.

Com base nisso, percebo que alguns conceitos pertinentes ao discurso eugênico, tais como: *degenerescência da raça*, educação sexual, aprimoramento físico e moral também estiveram presentes na conferência. Isso demonstra a confluência desses conceitos, que eram estimados por eugenistas e educadores. Na realização desse exercício analítico, observo a influência da Eugenia no meio educacional, tanto que Renato Kehl, o principal expoente do pensamento eugênico brasileiro, participou da I CNE (1927) e apresentou a Tese de nº 75, intitulada *O problema da educação sexual: importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada*. Além dele, muitas outras autoridades vinculadas ao eugenismo e à eugenia também participaram. Tais autoridades procuraram debater, em suas teses, a função biossocial da educação na *regeneração* e na formação do indivíduo, necessária para o pleno desenvolvimento da nação, o que me provocou a problematizar sobre até que ponto o pensamento eugênico permeou os trabalhos apresentados. Para isso, analisei como os discursos eugênicos circularam durante o evento.

A seleção do material deu-se devido ao fato de que as políticas educacionais desse período (1920-1940) sofreram forte influência de diversos educadores e demais autoridades políticos-intelectuais, cuja presença no evento em Curitiba foi considerável. A intensa mobilização da sociedade, em conjunto com os educadores daquele período, ocorreu em prol do intento de se sistematizar um ensino que abarcasse a nação como um todo. Somado a isso, destaco que a eugenia praticada no Brasil ainda gozava de plena influência nas mais diversas áreas do conhecimento. Foi nesse primeiro encontro que a eugenia, através de alguns de seus precursores, se fez presente de maneira mais contundente. Isso ocorreu pelo motivo de ainda haver certa relação entre o discurso eugênico com as práticas de higienismo e de sanitarismo, o que viria a mudar a partir de 1929, quando a eugenia *dura* vinculada ao discurso biológico racista assume um lugar de destaque nas propostas eugênicas de caráter mais radical.

Foi nesse contexto da década de 1920 que houveram intensos debates acerca do modelo pedagógico a ser praticado no país, onde diversos campos teóricos disputavam entre si pela tutela da educação. Este embate fica explícito ao examinar a I CNE, pois lá ocorreu a mescla de diferentes correntes intelectuais. Liberais, eugenistas, sanitaristas, conservadores,

apresentado por esse serviço nas Comemorações do Centenário da Independência, em 1922.” (ARCH COC FIOCRUZ, 2016).

religiosos, higienistas, médicos, juristas, psiquiatras, antropólogos e progressistas, todos debatiam entre si sobre a melhor forma de se educar e moralizar o brasileiro, para que através dessa ação o país pudesse vir a se desenvolver. Ressalvo que apesar dos desentendimentos, inúmeras vezes, houve convergências entre correntes distintas: progressistas que defendiam algumas propostas eugênicas em torno da educação sexual; eugenistas que tentavam se aproximar de outras teorias no intuito de legitimar o movimento eugênico e a imbricação entre sanitarismo, higienismo e psiquiatria em torno da própria eugenia.

Ao problematizar a relação eugenia e educação, faço uso da I CNE (1927), no intuito de verificar como o discurso eugênico esteve presente nas propostas pedagógicas dos anos de 1920. A intenção, nesse processo investigativo, foi a de reverter a lógica presente em muitos estudos realizados sobre o tema, pois uma parcela considerável dessas pesquisas visou investigar a relação eugenia e educação, a partir da ótica dos eugenistas. Portanto, tenho por materialidade os BE e as *actas* do I CBE. No caso desta presente dissertação, a análise da imbricação entre eugenia e educação se deu sob o prisma do campo educacional, ou seja, buscou analisar a maneira como os eugenistas tentaram influenciar o campo educacional. Entendo que eles vislumbraram, no ensino, uma estratégia para a difusão do movimento eugênico nas mais diferentes camadas sociais e campos de saber.

Dentre os principais objetivos da I CNE, a emergência na elaboração de um ensino adequado à realidade nacional, foi um tema amplamente debatido. Através da ampliação da oferta e da qualidade do ensino é que se estabeleceriam as condições necessárias para forjar o indivíduo político, sadio (eugenizado), moralizado e moderno, fundamental para o progresso pensado para a época.

Diante desse diagnóstico, o ano de 1927 não foi escolhido por acaso, pois a primeira lei sobre Educação no Brasil, a Lei de 15 de outubro de 1827, completava seu centenário. De acordo com Nestor dos Santos Lima, diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, esse evento foi pensado no intuito de reparar o fracasso pedagógico de 1827, porque a promulgação da lei não foi suficiente para a implementação de um magistério em solo nacional.

Excerto 09: Lei de 15 de outubro de 1827

TESE Nº 52: UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA PEDAGÓGICA – A UNIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO NACIONAL

Em todo caso, se a tentativa esboçada na lei de 15 de outubro de 1827, cujo centenário agora celebramos, quando despertava mais ou menos esclarecida a nossa consciência de povo organizado, não chegou a produzir seus benéficos efeitos, criando o magistério nacional, uno, garantido e solidário, foi porque os anseios e as necessidades federalistas do povo brasileiro, consubstanciados no ato adicional de 12 de agosto de 1834, vieram arredar e entravar esse movimento que poderia ser hoje vitorioso para o bem da grande pátria comum. (LIMA, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 311).

No intento de investigar até que ponto esse discurso eugênico foi apreendido pelos palestrantes, busco verificar o grau de influência e de apropriação da eugenia no pensamento pedagógico brasileiro presentes nas *actas* do I CBE, no BE e na I CNE. O objetivo dos eugenistas foi o de apropriarem-se do campo educacional, com a intenção de forjar indivíduos para uma consciência eugênica. Assim, promoviam os valores e os benefícios de uma vida pautada à luz da eugenia e da biologia. Esse interesse da eugenia pela educação ocorre pela sua intensa capacidade de disseminação de práticas e de saberes, o que garantiria à eugenia sua inserção nos mais variados campos de saber e da sociedade.

Como categorias de análise, foram selecionadas a Educação Natural e a Educação Moral. O propósito era tornar o povo brasileiro ciente das consequências de uma vida eugenizada, o que ocorreria devido ao temor das autoridades políticas e intelectuais daquele período. Há a emergência de instituir os ensinamentos biológicos e morais à luz da eugenia. Diante disso, alicerçado em leituras *a priori* sobre eugenia e educação, somadas às inúmeras leituras e sistematizações do material de pesquisa, defino as seguintes categorias analíticas que irão me guiar durante os processos investigativos:

Quadro 01: Categorias de análises

Categorias de análise	Subcategorias de análise e recorrências
Educação Natural *(não houve inferência diretamente, porém essa categoria apareceu no material de outros modos, tais como educação física, ensino biológico, genético, etc.).	Corpo (135x); Higiene (172x); Biologia (18x); Melhoramento (17x); Aptidão (11x); Doenças/doentes (92x): tuberculose (16x) e sífilis (27x); Vícios: álcool/alcoolismo (45x), cocaína (4x), tabaco/tabagismo (5x) e jogos de azar (43x); Degenerado/degenerescência/degeneração (23x); Idiotia (3x); Deficiente/deficiência (15x); Anormal/anomalia (27x);

	Educação sexual (39x); Total = 692x.
Educação Moral (74x)	Educação sexual (39x); Doenças/doentes (92x); Doenças venéreas (11x), sífilis (27x); Tarados/taras patológicas (8x); Vícios: álcool/alcoolismo (45x); cocaína (4x); tabaco/tabagismo (5x) e; jogos de azar (43x); Degenerado/degenerescência/degeneração (23x); Casamento/Nubentes (28x); Maternidade/materno (41x); Escotismo (27x); Moral (459x); Total = 926x.

Fonte: elaborado pelo autor.

Com base nas leituras preliminares do material e nos estudos dos referenciais teóricos realizados até aqui, estabeleço, no subcapítulo seguinte, a problemática de pesquisa, a qual norteia o prosseguimento desta dissertação.

3.2 Problema de Pesquisa

No que concerne à questão teórico-metodológica, em virtude de não compreender a produção histórica como sendo algo estritamente de ordem factual, sirvo-me do pensamento de Lucien Febvre (1878-1956) – Cofundador da *École des Annales* (livre-tradução: Escola dos *Annales*) – 1ª Geração, Docente da Universidade de Estrasburgo –, pois seu pensamento mostra o fio condutor de uma pesquisa, que converge para uma história-problema. Diante disso, durante as inserções realizadas no material e nos referenciais teóricos, procurei ter o cuidado de não cair na armadilha de uma análise documental isolada, fora de seu contexto. Para evitar tal equívoco foi necessário apreender o documento como “[...] um produto do passado, ou seja, produzido por relações de força assimétricas, desiguais sempre de um passado agônico, irregular e contingente.” (SALIBA, 2009, p. 317). O objetivo do estudo que desenvolvo não é o de esquadrihar um fragmento do real ou um aspecto isolado da atividade humana (FEBVRE, 1989), e sim, examinar o próprio homem, ou melhor, a produção discursiva em torno da instituição de *regimes de verdade*, dos quais resultam discursos e modos de subjetivação (FOUCAULT, 1984).

Portanto, para devida apreciação desse material (I CNE), fez-se necessário um profundo conhecimento sobre o tema (eugenia e educação). Ao partir do princípio de que as

fontes foram produzidas com um determinado propósito, procurei examiná-las para além das informações descritas. Conforme define Le Goff (2001, p. 318):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Sobre o processo investigativo desenvolvido, evidencio que a pesquisa, por si só, não é neutra. Mesmo que os resultados sejam contingentes, as escolhas referentes ao método, à problemática e às fontes dependem diretamente da ação do pesquisador, como já mencionado anteriormente.

A partir de tal entendimento e de pesquisas já realizadas sobre o tema, defino o seguinte problema de pesquisa:

– Como o discurso eugênico circulou nos debates realizados durante a I Conferência Nacional de Educação (1927)?

Adoto como ponto de partida a educação eugênica, pois abre-se uma nova possibilidade de pesquisa por intermédio de outras perspectivas. Não tenho aqui a pretensão de abarcar a totalidade de trabalhos produzidos sobre esse assunto. O que evidencio em minha pesquisa é a maneira como foi abordada essa questão dentro do campo educacional. Em vista disso, seleciono alguns trabalhos no intuito de me apropriar do assunto e observo as diferentes interpretações relativas à eugenia. Na intenção de abrir brechas que viabilizem novos caminhos investigativos, problematizo a maneira como é tratada a educação nessas pesquisas, nas quais, em sua maioria, buscou-se analisar a relação eugenia e educação a partir da ótica eugênica.

No decorrer da pesquisa, também investigo como se desenvolveram as condições de possibilidade necessárias para a constituição dos discursos eugênicos educacionais que circularam naquele contexto. Todo esse debate ocorreu em torno de dois eixos motrizes: a constituição do *degenerado* (biológico ou sociocultural) e a possibilidade de regeneração via educação; e a eliminação desse indivíduo, a partir das políticas de esterilização, restrição compulsória e/ou eutanásia, embasadas na eugenia radical, uma vez que a sua regeneração seria entendida como improvável. Por meio dessa análise, fez-se necessário observar a eugenia através da ferramenta analítica do discurso, cujo propósito é o de chamar a atenção para o modo como somos objetivados e incitados a pensar, falar e agir. Assim, procuro

averiguar como nos tornamos propensos a certos discursos que são naturalizados, tornando-se hegemônicos ao ponto de tornarem-se “[...] verdades para cada sujeito, a partir de práticas mínimas, de ínfimos enunciados, de cotidianas e institucionalizadas regras, normas e exercícios.” (FISCHER, 2003, p. 385-386). Conforme Revel (2005, p. 37):

O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente ‘linguísticas’ ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinada (por exemplo, a grande separação entre razão/ ‘desrazão’): a ‘ordem do discurso’ própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas.

Em razão disso, no capítulo a seguir, adentro na questão histórica, balizo os debates eugênicos ocorridos no Brasil e no exterior, evidencio antecedentes e procedentes, junções e disjunções em torno dos vieses lamarckianos e mendelianos. Ademais, invisto no discurso eugênico, sobretudo, o brasileiro (1900-1930).

4 INCURSÃO AO TEMA: EUGENIA, EUGENISMO E EDUCAÇÃO

Independente do viés, se *racial*, social ou cultural, o racismo científico esteve fortemente articulado à política brasileira. Em um flerte de diversos modos com a eugenia, muitas ações acerca do controle de imigração, combate ao alcoolismo e o desenvolvimento da educação física voltada para o melhoramento do desempenho corporal, tiveram a intenção de forjar uma consciência eugênica nos indivíduos, em outras palavras, um *éthos* eugênico. Foi na década de 1930 que as políticas educacionais brasileiras investiram, de forma mais contundente, na formação física do indivíduo. Contudo, estabeleço aqui um adendo: a partir da segunda metade do século XX, com o sucesso do Brasil no futebol, procurou-se, aos poucos, redirecionar a educação física, saindo do campo da ginástica corporal para o da *esportivização* – transformação de determinadas práticas voltadas para o exercício do corpo em atividades desportistas institucionalizadas (SOARES, 1996). Nesse contexto, entendia-se que a cultura física e a higiene, somadas, se caracterizariam em práticas de eugenia, algo que seria indispensável para o aperfeiçoamento físico e moral do homem (COELHO NETO, 1937).

Sob o pretexto da preservação da *raça*, termo que é definido pelo naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), no início do século XIX¹, pretendia-se, por meio da educação, atingir uma ampla conscientização que viesse a fazer da eugenia uma nova religião (STEPAN, 2005). Essa nova crença salvaria a humanidade de sua eventual extinção, resultado da inconsequente miscigenação e de práticas *imorais*. Desse modo, cada indivíduo deveria “[...] tomar suas decisões, fazer livremente suas escolhas e responsabilizar-se por elas, é preciso então bem escolher e, como falamos em uma sociedade governamentalizada, é preciso, ainda, escolher bem pelo bem de todos da população.” (MENEZES, 2011, p. 84).

Logo, não bastaria somente forjar indivíduos eugenizados, seria preciso que os (auto)cuidados com o corpo *bem-nascido*, principais preocupações e reivindicações dos eugenistas, fossem um dever compartilhado entre indivíduos, sociedade e Estado, atingível através de um ensino pautado à luz da eugenia e da biologia.

Ao entrar nessa seara, compreendo a educação eugênica como sendo um mecanismo de controle social (biopolítico) que age sobre o indivíduo-sociedade através do dispositivo da sexualidade (SILVA, 2014). Na ampliação da análise temática, observei que a dimensão dada

¹ “Além de verificar as diferenças humanas, Cuvier agrupava-as em categorias e classificava os grupos étnicos seguindo o modelo epistemológico comum às ciências do período, como a botânica, geologia etc.” (MASIERO, 2002, p. 66-79.). “Até então os iluministas se referiam aos diversos grupos humanos como povos ou nações.” (SILVA, 2003, p. 58).

à educabilidade dos indivíduos, no processo de preservação dos eugenizados, visou, entre outras coisas, a eugeniização dos *degenerados* eugenizáveis, domesticáveis, pessoas cuja *degeneração* não era congênita e que o genoma ainda estaria comprometido. Conforme a publicação no BE (1929), só não haveria solução para a degenerescência quando a *disgenia* fosse resultante de uma hereditariedade precária. Na perspectiva eugênica, a espécie humana se subdividiria em três categorias: os *bem-nascidos*, os domesticáveis e os doentes ou indomáveis, nos quais a ação da educação seria ineficaz. Por mais que o meio e o ensino de qualidade contribuíssem para o pleno desenvolvimento do indivíduo, o resultado dessa ação estaria condicionado a sua natureza (*nature*) (KEHL, 1929c).

Partindo do pressuposto de que nem todos seriam recuperáveis, fez-se necessário problematizar como essas inferências eugênicas destoariam da visão antropológica. Juntaram-se a esse pensamento antropologista, sanitaristas e demais autoridades políticas, como Fernando de Azevedo (1894-1974) e o professor Amoroso de Lima (1893-1983), que se aproximaram dos antropólogos Edgar Roquette-Pinto e Álvaro Fróes da Fonseca (1890-1988) no discurso anti-eugenia radical. Na perspectiva deles, a regeneração biossocial do Brasil não se daria a partir do viés biológico e sim sociocultural, através da educação.

Por meio da leitura dos materiais (I CBE e BE), percebo que os principais opositores do discurso eugênico radical de Renato Kehl foram Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca. Ambos firmaram uma oposição às propostas eugênicas e racistas no que tange ao determinismo biológico. Apesar de partilhar das teorias mendelistas relativas à hereditariedade, Roquete-Pinto permaneceu favorável à miscigenação, pois sua objeção se restringia ao viés *negativo (duro)* da eugenia.

Nas palavras de Gilioli (2008, f. 77):

[...] Roquette tentava conciliar teoricamente influências genéticas e ambientais sobre o Homem. Acreditava mais na influência do meio, mas não abdicava da hierarquização das raças, ainda que atenuada e psicologizada. Nesse sentido, não escapava dos axiomas do debate científico nacional, baseado em posturas biologizantes (algumas mais, outras menos extremadas) na interpretação da sociedade e dedicado, sobretudo, a se debruçar sobre as populações sertanejas do interior, em especial na antropologia.

Intimamente interligada à eugenia, a Antropologia Cultural, de acordo com Stepan (2005), é entendida como “[...] uma interessante antecipação da tese de Gilberto Freyre sobre a ‘democracia racial’ no Brasil, com sua dependência da biologia racial e sua visão positiva da miscigenação, ela mesma vista como uma forma de eugeniização.” (STEPAN, 2005, p. 171). De fato, a posição eugênica sobre a miscigenação trazia consigo um tom político. Sob

essa mesma perspectiva, o zootecnista e eugenista Octávio Domingues, mesmo partilhando do viés eugênico mendeliano, não compreendia a hibridização *racial* como algo prejudicial, contrapondo o discurso de Renato Kehl.

Há um preconceito muito tolo, e muito vulgarizado, que confere às raças puras (pseudo-puras, diria melhor) uma superioridade absoluta sobre os núcleos populosos, formados por mestiçamento atual. Não sei de onde provém ideia tão sem fundamento científico. [...] Ora, entre humanos, essa pureza da raça não tem importância para o melhoramento da espécie, pois que todas as raças humanas estão, mais ou menos, eivadas de taras, de malformações, de heranças psicologicamente más. Logo, não podemos ligar a ideia de superioridade à ideia de raça pura. (DOMINGUES, 1929, p.91-136).

Em relação às diferenciações conceituais internas em torno das práticas eugênicas, saliento que houve distinções importantes entre o pensamento francês (lamarckismo) e o anglo-saxônico (mendelismo) que precisam ser analisadas a fim de entender o movimento eugênico brasileiro. Os eugenistas almejavam realizar uma intervenção biossocial, cujo objetivo seria de evitar a *degeneração* da espécie humana e, por conseguinte, atingir o seu melhoramento. A justificativa utilizada foi a de que não haveria tempo hábil para esperar pelo processo de seleção natural, ou seja, a seleção do mais apto. De acordo com esse ideal, a miscigenação seria o principal empecilho evolutivo da humanidade. Assim, se privilegiaria o caucasiano de matriz anglo-saxônica – WASP, *White, Anglo-Saxon and Protestant*: (Livre-tradução: Branco, anglo-saxão e protestante), preterindo o tipo mestiço, asiático e/ou negro. Essa predileção estaria fundamentada no desenvolvimento econômico da Inglaterra e dos Estados Unidos, que partilhariam de uma mesma composição étnico-*racial*. No decorrer deste processo de pesquisa, opere com os conceitos de etnia, *raça*, nação e povo². Segundo Hobsbawm (2000), esse discurso eugênico

[...] era tão lisonjeiro quanto convincente – tão conveniente que as classes médias estavam inclinadas a tomá-lo dos aristocratas (que haviam por longo tempo se considerado uma raça superior) por razões internas e também internacionais: os pobres eram pobres porque eram biologicamente inferiores e, por outro lado, se cidadãos pertenciam às ‘raças inferiores’, não era de se espantar que eles permanecessem pobres e atrasados. [...] de uma forma primitiva, a ideia de que as classes superiores eram um tipo mais elevado de humanidade, desenvolvendo sua superioridade por endogamia, e ameaçada pela mistura com as ordens inferiores e, mais ainda, pelo rápido aumento numérico desses inferiores, era largamente aceita. (HOBSBAWM, 2000, p. 370).

² De acordo com Carlos Hasenbalg (1996, p. 193): “São evidentemente diferentes os fenótipos ou aparências (forma, cor, estrutura), que correspondem às manifestações variadas do patrimônio genético e, portanto, ensejam a caracterização de ‘tipos físicos’ ou ‘tipos étnicos’ variados. As etnias ou as etnizações são geralmente artefatos conceituais criados pelos grupos dirigentes, para melhor controlar determinadas contradições sociais, em seu movimento de construção do Estado. A percepção imediata classifica automaticamente, a partir das noções inventadas (raça ou etnia), a maioria dessas diferenças fenotípicas.”

O modo como foi determinado o tipo de ação biopolítica a ser desenvolvida em relação à educação para o *degenerado* tornou-se crucial para o planejamento pedagógico daquele período (1900-1930). Antes mesmo de se pensar sobre a escola, indagou-se sobre o tipo de público que iria frequentá-la. Dependendo do nível de *inaptidão* atribuído ao grau de *degenerescência* dos estudantes, era de se esperar que muitos deles não atingiriam as metas estipuladas para a plena formação física, mental e/ou moral. Logo, sua educação seria um desperdício de tempo e de recursos públicos, segundo pressupostos eugenistas. Diante disso, em torno da eugenia houve o embate entre o mendelismo e o lamarckismo, em que se buscava debater sobre as origens e as causas da *degeneração* da espécie: se pela hereditariedade (*nature*) ou se pela cultura (*nurture*). No próximo subcapítulo, discorro sobre as origens dessa contenda com base nas teorias mendelianas e lamarckianas, investigando como isso reverberou no Brasil.

4.1 A Disputa Conceitual entre Lamarckismo e Mendelismo pela Legitimação da Práxis Eugênica

Havia dois tipos de divisões: científicas e ideológicas. Cientificamente, o divisor de águas referia-se à genética neolamarckiana, em oposição à mendeliana. Ideologicamente, dizia respeito à questão de raça, confirmando assim que, no Brasil, raça, de fato, estava no cerne da questão eugênica. O modo como essas questões científicas e ideológicas se entrelaçaram no país foi surpreendente e tende a desafiar nossas expectativas tradicionais sobre políticas sociais que decorrem da ciência. (STEPAN, 2004, p. 361).

Conforme o excerto acima, a posição eugênica, em relação ao mendelismo e ao lamarckismo, ocorria de acordo com tendências científicas, ideológicas e/ou políticas. Antes de adentrar na questão eugênica, é importante ter ciência de que os Estados Unidos (por meio de suas diversas entidades) também tiveram uma atuação ativa no fomento do pensamento eugênico em várias partes do mundo. No ano de 1924, na Alemanha, os estadunidenses financiaram a criação do Instituto de Antropologia, Eugenia e Genética Humana. Com recursos da Fundação Rockefeller, esse órgão tornou-se uma referência em estudos sobre eugenia. As biopolíticas, pensadas em nome da eugenia pelos nazistas, eram defendidas nos Estados Unidos por Charles B. Davenport (1866-1944) – principal autoridade eugenista estadunidense. Em sua obra *Heredity in Relation to Eugenics* (1911, livre-tradução: Hereditariedade em Relação à Eugenia), ele afirma, categoricamente, que os homens nasceriam *limitados* devido a sua constituição genética. Esse entendimento, embasado na eugenia, justificaria a segregação biossocial tanto em funções quanto em responsabilidades.

Contudo, não se pode afirmar que Davenport seria favorável às atrocidades cometidas pelos nazistas, uma vez que ele morreu no último ano da guerra, quando foram descobertos os campos de concentração. As experiências nazistas, realizadas em Auschwitz, só foram conhecidas nos anos seguintes, nos processos de Nuremberg (1946-48).

De acordo com Black (2003) e Cont (2003), o principal intento das autoridades eugênicas estadunidenses foi o de livrar os Estados Unidos dos indesejáveis, caçando-os, primeiramente, em seu território e, posteriormente, além de seus domínios territoriais. Assim, protegeriam a humanidade e, sobretudo, a *raça ariana* do germinoplasma *defeituoso*.

Deste modo, partilhando do mesmo pensamento arianista de Davenport, os antropólogos Madison Grant (1865-1937), Lothrop Stoddart (1883-1950) e Alfred Paul Schultz (1878-1950), membros da *American Anthropological Association (AAA)* – Livre-tradução: Associação Antropológica americana –, formaram “[...] a tríade contrária a mistura das raças.” (SOUZA, 2016, p 605). Esses ensaios careciam de base científica, pois muitas dessas análises estiveram voltadas ao uso político propriamente dito.

É importante salientar que foram os alemães que alargaram – e levaram ao extremo – o ideal eugênico. Indo ao encontro dessa idealização de sociedade, segundo o programa médico-eugenista idealizado por Davenport, a humanidade não deveria intervir na sobrevivência dos *inaptos*, e sim, deixar que a natureza fizesse seu trabalho de seleção natural. Ou seja, uma criança que nascesse com algum tipo de limitação biológica deveria ser posta numa ala separada na maternidade, sem quaisquer cuidados, inclusive os relativos à alimentação. Nesse sentido, Davenport fez-se tão sanguinário quanto Josef Menguelle (1911-1979), conhecido como *o anjo da morte nazista*. Esse epíteto se deu graças à coordenação de diversos experimentos médicos, realizados por ele, no campo de concentração alemão em Auschwitz. Todavia, evidencio que ao apontar as atrocidades cometidas pelos Estados Unidos em nome da eugenia, tal fato não desmerece ou diminui, de modo algum, as práticas (atroz) nazistas e, tampouco, da humanidade em si.

O assassinato em massa não é algo exclusivo das sociedades modernas, pois há inúmeros episódios na história sobre o antagonismo entre comunidades, que resultaram no extermínio de grupos étnicos sociais por serem considerados de segunda categoria. Não se trata de negar o holocausto, mas sim, de chamar a atenção para o fato de que isso já ocorreu noutros períodos por razões distintas (BAUMAN, 1998). A política de expansão territorial estadunidense, por exemplo, resultou no genocídio de diversas tribos indígenas nativas. Esse processo ocorreu no século XIX, impulsionado pelo interesse em minérios encontrados no território Apache, somado ao desdém pelos povos indígenas. Neste episódio, as tribos

vitimadas foram os Cheyenne, os Sioux e os Cherokees, dentre outras. Esse ódio social é característico do ser humano, sempre existiu, e no caso nazista, buscou-se uma justificativa *científica*, embasada na eugenia e na preservação da *raça* humana para a eliminação de grupos minoritários. No intuito de ilustrar esse pensamento, trago como exemplo o genocídio ocorrido em Ruanda, onde no ano de 1994, cerca de 800 mil pessoas pertencentes à minoria étnica Tutsi foram exterminadas pelos Hutus.

Segundo Silva (A. L. S., 2008), no início do século XX “[...] as discussões genético-hereditárias deterministas assumem o local de destaque [...]” (SILVA, A. L. S., 2008, f. 47) e, mediante uma justificativa socioeconômica, o enfoque eugenicista passa a objetivar o combate à *disgenia*. Esses desvios se dariam em torno de diferenças raciais, físicas, mentais e/ou morais. A eugeniização biossocial se daria, então, em torno da necessidade de indivíduos *aptos* para o trabalho. Para isso, propiciar um ambiente adequado para o nascimento e a preservação do tipo eugênico seria um dever a ser compartilhado entre toda a sociedade. Porém, é necessário, antes de qualquer coisa, coibir o nascimento dos tipos *degenerados*, a fim de eliminar de antemão o risco biológico presente no germinoplasma³ desses indivíduos. Erdwin Brack, jornalista estadunidense e especialista em direitos humanos, em seu livro intitulado *A guerra contra os fracos*, definiu quem seriam os alvos dessas políticas eugênicas, os que trariam o perigo da *degenerescência* em sua constituição genética. Esses indivíduos foram categorizados em classes, totalizando dez ao todo, sendo esses *incapazes sociais* os objetos da eliminação:

Primeiro, os deficientes mentais; segundo, a classe indigente; terceiro, a classe dos alcoólatras; quarto, os criminosos de todas as espécies, incluindo os pequenos criminosos e os encarcerados por não pagamento de multas; quinto, os epiléticos; sexto, os insanos; sétimo, a classe constitucionalmente frágil; oitavo, os predispostos a doenças específicas; nono, os fisicamente deformados; décimo, os com defeitos em órgãos do sentido, ou seja, surdos, cegos e mudos. (BLACK, 2003, p. 21).

O sucesso da eugenia estaria condicionado à união entre o governo, a comunidade e os homens fortes da economia. Esse propósito foi atingido nos Estados Unidos durante as primeiras décadas do século XX. De acordo com Camargo (2010), a eugenia praticada nos Estados Unidos diferenciou-se das demais propostas eugênicas nacionais, pelo fato de ter sido incentivada pelos magnatas apologistas à eugenia, e não por seu pioneirismo na organização de ligas e sociedades eugênicas.

³ O germinoplasma é a substância nuclear da célula reprodutora, já o somatoplasma é a parte do ser vivo que não entra na herança, mas pode ser modificada pelo meio, ou seja, é a soma dos caracteres (CHOR MAIO; SANTOS, 2010; ROQUETTE-PINTO, 1933).

No entanto, no Brasil, houve divergências sobre como seria esse processo de melhoramento *sociorracial*, se pelo cruzamento entre os *bem-nascidos* ou pelo estímulo do meio (lamarckismo⁴). Balizando temporalmente esses eventos, vemos o surgimento da teoria de Lamarck, em 1809, a partir da publicação da obra *Filosofia Zoológica*. O livro exerceu grande influência nas Ciências Biológicas, pois fundamentou a teoria evolucionista e ambientalista de Charles Darwin (1809-1882). A modificação biológica, alicerçada na teoria de Lamarck, seria gradual, e compreendia quatro leis:

[...] (1) A vida tem uma tendência a aumentar continuamente o volume do corpo vivo até o limite particular do próprio corpo; (2) O surgimento de um novo órgão é resultado de uma nova necessidade que permanece e que provoca um novo movimento nos fluídos corporais; (3) O desenvolvimento dos órgãos e sua força de ação são proporcionais ao seu emprego; (4) Tudo que foi adquirido durante a vida de um indivíduo é conservado pela transmissão aos novos indivíduos. (FACCINI, 2012, f. 24).

Pouco depois, em 1865, com a publicação da pesquisa *Ensaio com Plantas Híbridas*, o princípio da hereditariedade foi oficialmente descoberto pelo biólogo e botânico tcheco, Gregor Mendel (1822-1884) e teorizado em 1900, fusionando-se ao pensamento do biólogo alemão August Weismann (1834-1914). Essa nova perspectiva possibilitou o alargamento dos estudos sobre o controle seletivo da reprodução de vegetais e de animais para procriação humana – *homicultura*.

Nesse processo, os eugenistas fizeram o uso tanto da biometria quanto da genealogia “[...] para identificar as características que se queria ampliar a um número cada vez maior de sujeitos, assim como, destacar atributos que se queria extinguir da espécie humana.” (SILVA, 2012, f.26). Contudo, as propostas eugênicas, referentes ao melhoramento das espécies por meio de cruzamentos biogenéticos, já era algo comum na agricultura e na pecuária, algo anterior à genética, cujo nome data de 1883. Logo, entende-se o discurso eugênico como um “[...] movimento político, em sua esmagadora maioria composto de membros de classe média e burguesa, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando melhorar a condição genética da espécie humana.” (HOBSBAWM, 2001, p. 350).

A disseminação deste novo saber-poder dentro da eugenia, provocou uma reação contundente por parte dos lamarckistas que a repudiaram no início. No caso da eugenia, houve a tentativa de se estabelecer como uma prática discursiva, legitimada por métodos e

⁴ O lamarckismo foi embasado na teoria dos caracteres adquiridos de Jean-Baptiste Pierre Antonie de Monet (1744-1829), Chevalier de Lamarck.

procedimentos científicos. Conforme definiu Foucault (2013, p. 220): “[...] podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico.” Esse foi o objetivo dos eugenistas à época ao dialogarem com outros campos do saber: conferir cientificidade ao discurso eugênico.

Muitos adeptos de Lamarck foram céticos a respeito da hereditariedade ser estritamente biológica, não havendo participação alguma do meio, conforme argumentavam os mendelistas. Diante disso, tiveram que repensar a teoria francesa e, nesse ímpeto renovador, Auguste-Henri Forel (1848-1931) repagina a velha concepção tecendo um novo conceito: a *blastophtoria – degeneração* das células –, sendo esse o principal pilar do neolamarckismo. Na teoria mendeliana a respeito da hereditariedade, o meio ao qual se encontra o indivíduo contribuiria para o surgimento de fatores degenerativos ao germinoplasma. O álcool e as doenças venéreas seriam danosos ao genótipo da prole, danificariam permanentemente a constituição genética do ser. Contudo, Weismann refuta, veementemente, a teoria lamarckista dos caracteres adquiridos, ou seja, o meio não teria condições de influenciar na hereditariedade e na melhoria do germinoplasma humano. Porém, não inviabiliza sua ação degenerativa. Conforme Rose (2013), o determinismo genético não seria suficiente para explicar as doenças, haja vista que os processos de desenvolvimento mental, social e ambiental poderiam influenciar diretamente no surgimento de patologias.

Ao partilhar de conceitos importantes presentes nos ensaios de Lamarck, o neolamarckismo compreendia a evolução como sendo vertical. A melhoria seria uma adaptação, desconsiderando a origem da diversidade, e os caracteres adquiridos poderiam vir a ser herdados (*soft inheritance – hereditariedade moderada*). Para Mayr (1982), essa teoria seria considerada como sendo mais voltada para a herança do que para a evolução. Nesse novo contexto, importantes acontecimentos contribuíram para a descredibilidade do neolamarckismo, dentre os quais, destaco o famoso caso do Holodomor, conhecido como o Holocausto Ucraniano. O biólogo e agrônomo ucraniano, Trofim Lysenko (1898-1976), liderou um experimento eugênico de caráter neolamarckista na União Soviética (1932-1933), cujo objetivo foi o de aprimorar sementes, para que essas fossem capazes de germinar no rigoroso inverno da Ucrânia. Ele não teve êxito em seu experimento, conseqüentemente, houve a morte de cerca de seis milhões de pessoas acometidas pela fome (CIESZYŃSKA; FRANCO, 2013).

Segundo Nancy Stepan (2005), a teoria da hereditariedade genética ganhou força na

[...] virada do século, seguindo, primeiro, a obra de Weismann sobre a continuidade do Plasma Germinativo, e depois, a descoberta das leis de Mendel, em 1900, o lamarckismo tornou-se tema de disputa nos círculos biológicos. Weismann foi particularmente importante para a história do lamarckismo porque parecia oferecer provas experimentais de que a herança dos caracteres adquiridos não ocorria. Por conseguinte a hereditariedade seria ‘dura’, não ‘suave’, como se acreditava tradicionalmente. Os lamarckianos protestaram, como observa Peter Bowler, afirmando que as características que tinham em mente não eram as brutais mutilações com que Weismann experimentara, mas lentas, sutis alterações internas do organismo adaptando-se ao meio ambiente. O sistema de Weismann, porém, teve o efeito de forçar os lamarckianos a chegar a termo com as novas descobertas dos weismannianos-mendelistas e tentar obter precisão experimental para a sua própria visão constante das leis da hereditariedade. (STEPAN, 2005, p. 79).

Os neolamarckistas passaram a reafirmar a intervenção do meio como sendo o fator principal de influência na evolução humana. No entanto, reconheceram a possibilidade biológica de modificação hereditária do plasma germinativo. Apesar disso, a incompatibilidade dessas teorias persistiu. A evolução, sob a perspectiva sociológica e ambientalista, era incompatível com a visão biologicista e hereditária. Essa disparidade resultou numa cisão definitiva entre ambas as correntes de pensamento nas primeiras décadas do século XX. Em resposta aos eugenistas anglo-saxônicos, que não reconheceram as práticas francesas como eugenia e, sim, como práticas de higiene social, os neolamarckianos organizaram sua própria associação eugênica, com sede mundial na cidade de Paris. Para melhor compreender as diferenças entre o neolamarckismo e o mendelismo, é necessário observá-los a partir da ótica do monogenismo e do poligenismo, respectivamente.

O pensamento lamarckista, que foi fundamentado pela monogenia (origem una), aproximou-se do discurso religioso e, neste sentido, tanto religiosos quanto lamarckianos concordavam sobre a existência de um ancestral em comum: o Adão da Bíblia ou o *Homo habilis*⁵ da ciência. Essa teoria convergia com o evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882), cujo nome “[...] é, em geral, imediatamente relacionado com a evolução orgânica.” (CARMO; MARTINS, 2006, p. 335). A ancestralidade teria sido, portanto, um resultado evolucionista e não criacionista.

⁵ A concepção do *Homo habilis* (2,1 a 1,5 milhões de anos – Antes do Presente A.P.) não surge com o lamarckismo, ela tem origem na teoria evolucionista de Darwin. Todavia, Alfonso L. Herrera, “[...] darwinista assumido, tomou Lamarck como fundador do evolucionismo e combinou a luta pela sobrevivência das espécies de Darwin com a herança dos caracteres adquiridos.” (STEPAN, 2005, p. 82). A respeito da gênese humana, a Igreja Católica se opôs, veemente, a essa hipótese evolutiva, devido a motivos religiosos, o homem teria vindo de Deus e não seria uma criação da natureza. Esse embate entre religião e Ciência em torno do criacionismo e do evolucionismo se intensificou a partir da Idade Moderna (1453-1789). Naquele contexto, diferentes cientistas como Louis Pasteur, Francesco Redi (1626-1697) e Francis Bacon (1561-1626) desconstruíram a teoria da abiogênese mediante comprovação empírica. Conforme propuseram, o surgimento de seres vivos se daria por meio de uma matéria biológica (MARTINS, 2009). Destaco que até então não se tinha o entendimento sobre a heterogenia, origem de um organismo vivo através da massa orgânica de outro ser distinto (FARLEY, 1972).

A abiogênese (teoria da geração espontânea), tendo sido invalidada pelos experimentos empíricos de Louis Pasteur (1822-1895), fez com que fosse comprovada cientificamente a influência do meio sobre os agentes biológicos, neste caso, a do homem. Logo, a miscigenação não seria um empecilho, e sim uma técnica a serviço do melhoramento genético, haja vista que a humanidade partilharia de um mesmo ancestral. A resposta para questões relativas ao desenvolvimento de determinados grupos étnicos, em detrimento de outros, não estaria relacionada exclusivamente à ordem biológica, e, sim, ao rearranjo sociocultural e econômico das nações.

Para contrariar esse princípio, a poligenia (origem múltipla) define que o homem caucasiano não partilharia da mesma matriz biológica do negro e/ou demais *raças inferiores*. Assim, a mestiçagem seria algo danoso ao genótipo. Antagonista de Darwin, Louis Agassiz (1807-1873), “[...] discípulo de Cuvier, foi o maior divulgador da poligenia e da política de segregação dos negros, considerados ‘degenerados’ e suntuosamente sexuados, o que poderia levar à miscigenação, entendida pelo cientista de Harvard como uma perversão completa do sentimento natural.” (SILVA, 2003, p. 58). Averso ao monogenismo, Agassiz (1868) defendeu em sua tese⁶ explicitamente que a poligenia (ou poliexistência – gênese) havia ocorrido em diferentes períodos históricos e locais, ao passo que o homem nativo da África não teria qualquer relação biogenética com o europeu, e vice-versa. A poligenia estabelece a teoria de *Adões múltiplos*, ou seja, diferentes espécies humanas biológicas (GOULD, 2014). Além de Agassiz, o médico naturalista estadunidense Samuel George Morton (1799-1852), também se unia a esse discurso no intuito de desvalidar a teoria monogenista de Darwin. Nas palavras de Agassiz (1850, p. 142):

Na terra existem diferentes raças de homens, habitando diferentes partes de sua superfície e apresentando diferentes características; e este fato... impõe-nos a obrigação de determinarmos a hierarquia relativa entre as raças, o valor relativo do caráter próprio de cada uma delas, do ponto de vista científico.

Esse embate teórico sobre poligenia e monogenia ainda rende discussões em relação a sua viabilidade no presente. Em 2007, uma reportagem, publicada no jornal *O Globo*, trouxe a notícia de que os pesquisadores estadunidenses de Utah e Wisconsin-Madison afirmavam que os seres humanos estariam evoluindo de maneira distinta, em diferentes continentes. Isso resultou numa reação contrária de especialistas, os quais perceberam uma possível relação com as teorias racistas (UMA NOVA..., 2007 apud BONFIM, 2013).

⁶ Utiliza-se esse termo no sentido de ideia central; não há correlação com a questão acadêmica em si.

Os apologistas da poligenia procuraram identificar a conduta humana por meio das leis naturais, buscaram embasamento na frenologia, na craniometria e na antropometria. “Não demorou para que essas técnicas adquirissem estatuto científico e servissem para a classificação dos anormais: dos loucos e criminosos, entre outros.” (SILVA, 2003, p. 24).

No intuito de ratificar sua teoria, Agassiz visitou a América do Sul e, em 1868, foi lançada a obra “*A journey in Brazil, Boston, Ticknor and fields*”⁷. Agassiz não foi um caso à parte, pois segundo William Provine (1973), diferentes geneticistas estrangeiros viam, no país, o objeto ideal para suas reflexões sobre os efeitos da mestiçagem na hereditariedade. Neste trabalho, Agassiz constatou que, apesar de o híbrido ser visto como mais independente que o negro, muitos deles eram indisciplinados e instáveis emocionalmente. Essa visão não era um consenso entre os eugenistas, os quais inferiorizavam os negros e os brancos do tipo hibridizado, tendo por base a ótica biológica e racista vinculada ao racionalismo científico. Isso não significa que os adeptos da eugenia *suave* considerassem o mestiço um indivíduo eugenizado. Porém, havia o entendimento que esse sujeito estaria em processo de eugeniização e que, em breve, ele se tornaria um ariano, conforme propuseram os apologistas da teoria do branqueamento, Romero (1943) e Lacerda (1911).

Ao acreditar que poderia encontrar a prova concreta de sua proposição no Brasil, Agassiz pretendia atestar cientificamente que esse povo *fraco, débil e fadado ao desaparecimento*, seria fruto da fraca constituição genética do tipo brasileiro. Assim como o negro seria oriundo da África e o caucásico da Europa, o miscigenado seria nativo de terras brasileiras. Para isso, almejava escavar um fóssil híbrido, pois, deste modo, comprovaria a poliexistência de diferentes tipos antropológicos. Devido a *inferioridade* do negro em relação ao caucasiano (KEHL, 1933), entendia-se que dessa união surgiria um sujeito híbrido que não seria tão forte quanto o africano e nem tão inteligente quanto o caucásico. Na perceptiva de Kehl (1929a), o mestiço seria um indivíduo *inacabado*, pois não teria a força do negro e nem a intelectualidade do branco.

[...] 4º O mestiço, resultante de misturas de raças diferentes, representa um tipo intermediário no qual se instalam a desarmonia e o desequilíbrio orgânicos, conseqüentes do conflito de caracteres incompatíveis; 5º O mestiço, ao invés, pois

⁷ “O zoólogo suíço Louis Agassiz comandou uma expedição científica no Brasil entre 1865 e 1866. Segundo ele, seu principal objetivo era pesquisar os peixes da Bacia Amazônica, a fim de provar a falácia das teses evolucionistas. Nessa época, Louis Agassiz residia nos EUA, onde era considerado um grande naturalista, o mais legítimo sucessor de Humboldt. O sucesso do seu trabalho se deve à sua forte personalidade, à sua enorme capacidade de trabalho e competência, mas também ao fato de defender fervorosamente o criacionismo, numa época em que as teses darwinistas da seleção natural estavam se fortalecendo nos meios científicos.” (KURY, 2001, p. 158).

de ser um produto superiorizado, é um produto não consolidado, fraco, meio caminho dos dois elementos que o constituíram; (KEHL, 1929a, p. 243).

Por trás deste emblemático embate houve a tentativa de se atribuir cientificidade a um saber racista, que objetivava classificar e hierarquizar os diferentes grupos étnico-raciais. Essa concepção racista, por intuito, legitimaria a exploração de determinados grupos étnicos sobre outras. Para ilustrar isso, cito a Conferência de Berlim, ocorrida no ano de 1885, que buscou legitimar *cientificamente* a exploração sobre a África na justificativa de que esses indivíduos seriam *inferiores* (cultural e intelectualmente) aos europeus. Este fato demarcou uma nova empreitada exploratória das nações europeias no continente africano, sendo que esta missão civilizatória (neocolonialismo/neoimperialismo) ocorreu antes mesmo de serem publicadas as teorias de Weismann e a redescoberta da teoria de Mendel, em 1900.

Independentemente de serem ou não favoráveis à miscigenação, na interpretação eugênica, havia supostamente uma *superioridade* (cultural e/ou racial) do caucásico europeu sobre as demais etnias. Ao assumirem a perspectiva lamarckiana, os eugenistas entendiam que a inserção social do negro só ocorreria se, de fato, ele assumisse intrinsecamente a cultura caucasiana, branca e europeia. A diferenciação entre os discursos eugênicos lamarckistas e mendelistas ocorria em torno do problema da *disgenia* do indivíduo. Sob a perspectiva neolamarckiana, o *degenerado* poderia ser normalizado através da teoria dos caracteres adquiridos. Por sua vez, os apologistas de Mendel e de Weismann defendem que não haveria outra solução senão a eliminação das *raças inferiores*, a fim de proteger os *bem-nascidos* do risco biológico da *degenerescência*. O processo de eugeniização biossocial não estaria embasado na criação de sujeitos aprimorados, esse seria um resultado que aconteceria de forma natural através da eliminação dos *disgênicos*. O objetivo cerne foi o de coibir a proliferação dos *degenerados* através da “[...] eliminação gradual dos seus elementos nocivos.” (KEHL, 1929a, p. 184).

Divergências à parte, foi nesse período que surgiram uma série de estudos racialistas, cujo intuito era o de atestar cientificamente a *superioridade* da *raça* ariana. Apregoou-se ao arianismo uma hegemonia *racial*, algo natural, que seria uma consequência resultante da vitória do mais apto. Sob essa perspectiva teórica, os eugenistas não consideravam a eugenia uma teoria racista. Nas palavras de Kehl (1942, p. 38):

O racismo eugênico consiste, pois, na conservação e melhoramento de todos os grupos étnicos, nada tendo com a luta entre raças. O racismo eugênico não prega a superioridade de uma em relação à outra, mas invoca a necessidade de consoante o instinto específico de conservação, manterem-se fiéis as injunções de origem hereditária, psicológica e ao determinismo histórico.

A normalidade biotipológica se preservaria mediante a eliminação dos destoantes da norma embasada em ideais eugênicos. A homogeneização da espécie humana culminaria numa nação de iguais, o que de certo modo eliminaria as desigualdades biossociais. Independentemente da matriz étnica, seria somente através da boa hereditariedade que a *raça* se manteria forte.

Nesse sentido, o problema não estaria na *raça pura* em si, mas na hibridização *racial*, pois cada etnia teria características próprias, conforme aponta Kehl (1923a, p. 178-179):

O mulato, o mameluco e o cafuso são tipos particularmente feios na sua generalidade. Conhecem-se mulatas e mulatos bellos, mas como exceção e não como regra. Em suma, o cruzamento entre raças 'é um elemento perturbador de ordem natural e, portanto não constitui meio de aperfeiçoamento ethnico. Os que sustentam o contrário não o fazem com fundamento científico. Sob o ponto de vista eugênico contra-indico toda e qualquer mistura de raça, isto é, entre indivíduos de raça branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarella e assim por diante. Os mestiços, collocados em paralelo com os representantes das raças não cruzadas, sem mesclas, não resistem a termos de comparação; só a falta de visão poderá acceitar a sua igualdade ou a sua superioridade.

Acerca da carência científica dessas afirmações sobre *pureza racial*, ilustro a questão trazendo o exemplo do Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), que em sua obra *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1958) – Livre-tradução: Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas (1858) –, condenou a miscigenação, ao reafirmar a *superioridade* caucasiana. Entretanto, sua obra careceu de embasamento científico, uma vez que se fundamentou em pressupostos não testados empiricamente. Essas teorizações serviriam de base para o racismo, que conforme Bauman (1998), não traz nada de essencial ou radical, “[...] trata-se apenas de uma reencenação da mesma peça montada, embora, admita-se com diálogos um tanto atualizados.” (BAUMAN, 1998, p. 84-85). Alicerçados nesse discurso biológico e racista, os eugenistas passaram a defender a sobrevivência da humanidade mediante a necessidade de se combater a *degenerescência racial*. O enfrentamento desses *males biossociais* seria possível somente por meio de uma vasta campanha de conscientização sobre os riscos contidos na hibridização.

Na legitimação de tais práticas, foi comum o uso de estatísticas, ferramentas que serviriam tanto para a identificação, quanto para o controle dos *degenerados* – vadios, negros, ladrões, prostitutas, jogadores, deficientes, anarquistas e demais indivíduos marginalizados da sociedade. Pela análise desses dados, os *inaptos* se reproduziriam em número muito mais elevado do que os *aptos*. Esses *degenerados* seriam “[...] os sujeitos dos quais devia haver

menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são pessoas das quais devia haver mais.” (BAUMAN, 2005, p. 47).

Luís Huerta fez uso desse artifício no intuito de comprovar o valor da eugenia no processo de homogeneização social. “Este methodo offerece o interesse pratico de poder apreciar uma rápida vista de olhos o estado do indivíduo observado e o de uma família [...] As variações não ocorrem accidentalmente ou em casos isolados;” (HUERTA, 1929, p. 3). Ou seja, “[...] quantifica-se para conhecer, quantifica-se para governar” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 140). De acordo com Huerta (1929, p. 3):

A eugenia, em seu espectro científico, utiliza os meios próprios de sciencia positiva, em geral experimentação biológica em animaes e plantas (methodo indireto) e a observação estatística applicada diretamente a espécie humana. [...] o próprio Pearson – emitente mathematico – ideou um método estatístico. Baseado em processos mathematicos novos, que permite alcançar resultados de uma precisão até então não suspeitada. O cálculo da correção, sobretudo permite determinar quantitativamente o grau de relação que unem entre si dois phenomenos. Por esse meio pode-se vêr claramente, em representação paramétrica, se um determinado caracter physico ou mental está em relação mais estética com os influxos próprios do meio ou com os correspondentes da herança. Ao methodo de Pearson ou de parâmetros genéticos, ideado por H. Goddar, de Vineland (Nova York), cujo emprego está muito difundido nos Estados Unidos.

Outro grande representante do discurso eugênico foi o estatístico britânico Karl Pearson (1857-1936), que juntamente com Francis Galton foi responsável pela revista *Biometrika*. Neste periódico, que estava voltado para o desenvolvimento de dados populacionais, pretendia-se comprovar *cientificamente* a *degenerescência* biológica dos indivíduos avaliados.

Tanto no Brasil quanto no exterior, houve a tentativa de validar a ação eugênica sob o pretexto do número elevado de *degenerados* na sociedade, o que ameaçaria *degenerar* por completo a espécie humana, sobretudo, a nação brasileira. O controle⁸ desses sujeitos seria por meio do uso de fichas, que foram elaboradas a partir de estudos fundamentados na estatística e na antropometria. Pretendia-se, por meio delas, comprovar a *inferiorização racial* perante o uso de medidas corporais obtidas de forma neutra *cientificamente*⁹. Essas técnicas,

⁸ “Controle social passa não somente pela justiça, mas por uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; a gestão dos corpos e a instituição de uma política da saúde; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os patrocinadores etc.) que se articulam em dois tempos: trata-se, de um lado, de constituir populações nas quais os indivíduos serão inseridos - o controle é essencialmente uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais integrados num aparelho de Estado centralizado; mas, de outro, trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência.” (REVEL, 2005, p. 29-30).

empregadas inicialmente na criminologia, visaram, primeiramente, a identificação e, posteriormente, a normalização (correção) e/ou eliminação, através do uso preventivo da ortogenia – “[...] correção científica das normas biotipológicas.” (STEPAN, 2005, p. 127). A ortogênese objetivava a combinação de “[...] aspectos biotipológicos e políticos, supostamente com base exclusiva na explicação ‘científica’ do comportamento humano.” (MOTA; MARINHO, 2013, p. 75).

A mensuração física que teve origem na bertillonagem, método de tipificação e fichamento criminal, esteve presente nos discursos de Roquette-Pinto e Renato Kehl. A “[...] antropometria tem como fins: a) determinar se o indivíduo examinado tem as proporções ‘normais’ da ‘sua idade’, do ‘seu sexo’ e da ‘sua raça; b) determinar se, estando bem colocado no seu tipo antropológico, é o melhor representante desse tipo entre todos os seus concorrentes’.” (ROQUETTE-PINTO, 1933, p. 30-31). Seria essa a sua funcionalidade, tratar-se-ia de uma ferramenta hábil para qualquer ocasião, auxiliando na seleção do espécime humano mais apto para a função, seja para ser soldado, médico, professor, aviador ou, até mesmo, uma *miss*. Seu uso é justificado, tendo em vista que o veredito final ocorre mediante o uso da tecnologia mensurativa, que determinaria as aptidões individuais.

Conforme Torres (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997), a antropometria forneceria ao professor os aparatos necessários para o planejamento de suas atividades pedagógicas. Voltada especificamente para a educação física, essa ferramenta teria o objetivo de acompanhar, de maneira mais adequada, o processo evolutivo do educando, comparando-o a si mesmo e aos demais colegas da mesma idade.

Através dos índices de Quetelet media-se a robustez, a capacidade pulmonar e o desenvolvimento do corpo, atestando os *aptos* e os *inaptos*. No excerto nº 10, demonstro uma análise referente a antropometria escolar retirada da tese nº 31 (TORRES, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 182):

⁹ No intuito de exemplificar o pensamento racista, nesse contexto histórico, indico o filme Jango Livre (2012). Há uma cena em que Calvie Candi (Leonardo DiCaprio) explica a Django (Jamie Foxx) sobre a inferioridade do negro usando o discurso biológico. Para comprovar sua teoria, Calvie mostra o crânio de um ex-escravo que supostamente seria inferior ao de um homem branco, o que ocorreria devido à má formação da parte inferior da nuca. **DJANGO LIVRE - Django Unchained**. Faroeste, Western, Histórico. 165 min. Direção e roteiro: Quentin Tarantino. EUA, 2012.

Excerto 10: Antropometria

TESE Nº 31: METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

ANTROPOMETRIA ESCOLAR

O mapa antropométrico dos alunos deve constituir o termômetro do professor, por onde ele poderá verificar se os exercícios estão ou não produzindo os efeitos desejados; será também com os resultados dos dados antropométricos que ele completará a organização das diferentes turmas de alunos para as aulas de exercícios físicos.

As medidas que se tomam mais usualmente são: a capacidade pulmonar, o perímetro torácico, a força dinamométrica — mão direita e mão esquerda —, a estatura, o busto, o peso, a envergadura, os diâmetros do tórax, o perímetro e os diâmetros da cabeça. Com esses dados, o professor facilmente não só verificará o aumento de peso, de força, de ampliação torácica e de capacidade pulmonar do exercitando, como poderá também, segundo Demey, Tissié, Boigey, Stanley, Binet, Neceforo, Quertelet e muitos outros cientistas de valor, determinar o coeficiente de robustez ou índice vital.

Esse método atestaria a efetividade do ensino voltado para o pleno desenvolvimento do aluno. Tal ação sobre o corpo se justificava no objetivo de formar sujeitos aptos para as necessidades laborais da época. A força do homem seria o principal propulsor da industrialização da nação, necessária para alçá-la ao progresso. Diante disso, a precariedade da escola se daria no sentido tanto de qualidade, quanto de oferta, pois o acesso ainda era um privilégio de poucos. A meta era ampliar e melhorar o ensino público, para que se conseguisse atingir níveis similares de desenvolvimento biológico e econômico em relação aos países desenvolvidos. Com base em dados coletados no exterior, mensuravam-se os educandos, a fim de fazer da *raça* brasileira algo semelhante à ariana, o que corresponderia não somente ao melhoramento do desempenho físico, como também do intelectual e moral.

No excerto nº 11, vemos uma tabela retirada da CNE. Nela, estão expostos os dados estatísticos relativos à evolução física de alunos da escola nacional de artes e ofícios Wenceslau Bras. Esses dados correspondem ao desenvolvimento da força dinamométrica, da capacidade pulmonar, da musculatura e do índice de dilatação da caixa torácica dos alunos dos 1º, 2º e 3º ano, respectivamente.

Excerto 11: Tabela mensurativa

TESE N° 31: METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Tabela 1 - Alguns casos dos mais importantes, dentre muitos, de revigoração físico de alunos do 1°, 2° e 3° anos, quanto ao peso, a força dinâmométrica, a capacidade pulmonar e ao índice de dilatação torácica.

Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

Nome	Idade (anos)	Peso (kg)		Força Dinâmométrica (kg)						Índice de Ampliação Torácica (cm)		Capacidade Pulmonar (cm ³)	
				Mão Direita		Mão Esquerda		Ambas as Mãos		1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição
		1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição
1º Ano													
Maggy Figueredo	13	34	42	14	20	11	20	26	41	3	7	1.000	2.000
Anony Alvarenga	14	41	48	20	30	20	29	40	59	4	8	2.700	3.500
Jeographo Meneses	15	30	39	14	22	13	20	31	42	3	6	1.000	1.900
Zilda Soares	15	38	42,5	13	20	11	20	28	47	4	7	1.000	2.100
Renê Figueredo	16	45	54	14	26	14	24	31	55	3	7	1.300	2.250
Edlin Seixal	17	65	66,5	14	29	11	28	40	61	4	6	2.100	3.000
		Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926
2º Ano													
Eurydio Falva	14	45	59	21	28	18	27	42	59	4	10	1.300	2.600
Maria Aramés	15	43	53,5	14	27	20	32	35	62	3	7	1.800	3.150
Eslier Santos	16	36	46	20	24	17	20	36	42	4	8	1.100	2.600
Raul Costa	16	32	47	22	34	20	34	40	70	4	7	1.400	2.350
Haydê Azevedo	16	38,5	44	15	22	11	20	30	46	5	9	1.050	2.100
Miguel Ramos	18	55	62	34	52	33	50	67	95	4	12	2.200	3.250
		Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926
3º Ano													
Nair Rosa	17	41	51	20	32	20	28	46	59	3	7	1.050	2.700
Lygia Góes	17	48	56	20	35	20	32	44	64	4	11	1.300	2.800
Maria da Gloria	17	51	60	22	33	21	32	53	62	5	12	1.300	2.300
Nadir Portinho	17	63	70	31	40	32	43	53	70	5	11	1.100	3.200
Yvonne Barbère	18	50	54	19	33	18	32	33	60	4	10	1.300	2.800
Estelina Pereira	20	47	54,5	21	43	16	40	36	78	5	12	1.350	3.100
Alberto Cherem	19	54	63	40	53	39	49	65	90	6	13	2.300	3.700

(TORRES, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 185).

Por meio desse processo almejou-se, segundo Nardi (1938, p. 26), a “[...] seleção e orientação científica do indivíduo, no que diz respeito ao trabalho manual e intelectual e da profilaxia dos estados pré-mórbidos do indivíduo.” Tal perícia visava identificar e eliminar o *degenerado* do corpo social, para proteger a espécie humana.

No entendimento de Renato Kehl, o *disgênico* poderia vir a prejudicar a *perfeita* constituição genética, característica da *raça* caucasiana. Isso justificaria, em princípio, a eliminação desses indivíduos do corpo social. O seu desvanecimento seria obtido através de três caminhos possíveis: via normalização (educação, casamentos, cirurgias, etc.), em casos específicos a serem atestados por um eugenista; reclusão compulsória (eugenia restritiva), em instituições especializadas (manicômios, leprosários, presídios); e, por fim, o extermínio e/ou esterilização. Todas essas ações estiveram pautadas na lógica do custo-benefício e na defesa do patrimônio genético humano.

Si fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asylas; os mendigos que perambulam pelas ruas [...] os amoraes, os loucos; a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça [...] A porcentagem desses últimos é verdadeiramente

apavorante [...] é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos [...] Após a guerra às epidemias as reformas médico-sociais e eugênicas entram em efervescência [...] Com esses exemplos chego a seguinte conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplotos da espécie humana, ou melhor a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição, só conseguida com um processo eugênico. (KEHL, 1921, p. 155-156).

Esses estudos antropológicos ganharam *status* científico após os ensaios de Paul Broca (1824-1880). “Mas, do ponto de vista da constituição da antropologia criminal, foi Cesare Lombroso, o maior expoente da escola antropológica italiana, que se notabilizou nos estudos da antropométrica e da biodeterminação do ato criminoso.” (SILVA, 2003, p. 29). Além de Lombroso, também é importante evidenciar a contribuição do criminologista Alphonse Bertillon (1853-1914). No entanto, falar em criminologia e não citar Nicola Pende (1880-1970) é quase uma heresia, pois ele foi um importante médico endocrinólogo italiano que atualizou a teoria criminal lombrosiana. Em seus estudos, Pende abandona a teoria *racial* e atribui ao aspecto endocrinológico o determinismo criminal. Independentemente de ser atribuída à questão *fenótipo-racial* ou à endócrina, para os biotipologistas, havia uma matriz biológica determinante na conduta humana. Logo “[...] a hereditariedade e os funcionamentos das glândulas de secreção hormonal, ao lado de influências do meio, determinariam os indivíduos, seus modos de ser e se portar, suas tendências e seus destinos.” (SILVA, 2012, f. 15). Conforme aponta Stepan (2005), essa ciência “[...] era, por conseguinte, um meio de projetar identidades raciais em indivíduos e grupos e traçar distinções preconceituosas entre elas.” (STEPAN, 2005, p. 126).

No Brasil, os estudos de Pende foram assimilados pelo discurso eugênico, pois ele trouxe a fundamentação *científica* necessária para a eugenia consolidar-se como uma ciência. Através do exame de mensuração físico-mental, se atestaria a capacidade física e intelectual dos indivíduos, categorizando-os dentro de uma normalidade. Para o eugenista Renato Kehl (1946), estes testes deveriam ocorrer a partir das escolas, com a intenção de selecionar, desde o início, os *aptos* e *inaptos* biossociais. Desse modo, se permitiria a ortogênese na fase inicial do desenvolvimento do indivíduo, algo a ser realizado sob a orientação de um médico eugênico em conjunto com os pedagogos. Assim, por meio da intervenção biológica, se evitaria o surgimento de criminosos, viciosos e demais sujeitos *danosos* à sociedade.

De acôrdo com Pende, cumpre-nos inicialmente, para favorecer de modo seguro o aperfeiçoamento físico e psíquico da geração presente, estabelecer desde já nas escolas o exame periódico do desenvolvimento do corpo, do caráter e da inteligência dos alunos. Êste exame permitirá evidenciar o tipo de cada personalidade futura, a regularidade ou a desarmonia nas proporções do corpo, o equilíbrio ou o desequilíbrio das funções orgânicas, o feitio moral e intelectual, de modo a ser

possível agir com os meios mais oportunos para a otogênese harmônica nos quatro referidos aspectos da anormalidade. Eis aí como deverá proceder futuramente, afim de decorrer, de modo progressivo, para a felicidade de todo o gênero humano, do ponto de vista médico e eugênico. (KEHL, 1946, p. 25).

Opondo-se diretamente a esse modelo determinista, fundado na biologia criminológica, Alexandre Lacassagne (1843-1924) fundamenta seus estudos sobre a Antropologia Criminal¹⁰ noutra viés. A criminalidade teria raízes sociais e não biológicas. O embate entre ambas está intimamente articulado aos discursos mendelianos e lamarckianos, que permearam a discussão sobre os fatores da *degenerescência* nesta época, se situando entre o livre arbítrio atrelado ao determinismo social e/ou biológico (raciais e endocrinológicos). A dubiedade acerca da origem genética da conduta esteve fundada na concepção ambientalista, segundo a qual o meio exerceria influência direta na ação do homem. Fundamentado em Foucault, Magalhães (2013) compreende que “[...] a ‘conduta’ é ao mesmo tempo o ato de ‘conduzir’ os outros e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto as possibilidades.” (MAGALHÃES, 2013, p. 35). Sob o ponto de vista biologicista, o comportamento (in)adequado estaria intimamente relacionado à composição biológica. Para Galton (1988), fundador da eugenia, “[...] os argumentos por meio dos quais me esforçarei em provar que o gênio é hereditário, consistem em demonstrar o grande número de casos que são em homens que são mais ou menos ilustre têm parentesco eminente.” (GALTON, 1988, p. 42)¹¹.

No ímpeto de biologizar o ato criminal, preteriu-se, na Europa, o lamarckismo em prol do discurso mendeliano, o que forneceu a fundamentação necessária para o desenvolvimento da biotipologia. Em suma, o meio adequado seria importante para o pleno desenvolvimento do indivíduo, porém, isso, por si só, não seria suficiente. O que levaria uma pessoa a se tornar ou não um transgressor estaria intimamente relacionado à sua composição biogenética, a qual poderia vir a ser fruto do alcoolismo e de doenças venéreas, não necessariamente tendo uma origem hereditária e/ou social. A eugeniização de um indivíduo seria estabelecida por meio

¹⁰“Cesare Lombroso (1835-1909), escreveu um importante livro ‘L’Uomo delinquente’ [O Homem delinquente], um verdadeiro tratado sobre como catalogar os estudos frenológicos para fins práticos na sociedade. Em suma sua obra afirmava que o criminoso nato podia ser verificado através dos registros antropométricos. Lombroso entendia o crime como algo físico, natural e verificável no corpo criminoso. Havia a delimitação evidente entre homens decentes e homens criminosos por essência. Os vermes criminais podiam ser descobertos já durante a infância, bastando medir as feições da cabeça, as expressões, sem deixar de atentar à conduta moral do indivíduo. Alexander Lacassagne (1843-1924) criticava a antropologia criminal italiana. Para os franceses o problema era social, não biológico. O ambiente era o verdadeiro definidor do criminoso, a sociedade teria os criminosos que ela formasse.” (PAZ, 2015, p. 30).

¹¹Livre-tradução do original em espanhol: “Los argumentos por médio de lós cuales me esforzzaré em probar que El gênio es hereditário, consisten em demonstrar La gran cantidad de casos que existen em lós cuales hombres que son más o menos ilustres tienen una parentela eminente.” (GALTON, 1988, p. 42).

das uniões matrimoniais, que garantiriam a preservação do fruto sadio de seus descendentes, os quais seriam acompanhados por eugenistas através de exames pré-natais.

Não é por simples meios legais e educativos e nem sempre por processos correctivos, que se obtêm typos fortes, belos e moralizados de homem, mas sim pelos fructos de uniões matrimoniaes entre indivíduos sadios, portadores, portanto, de sementes eugenizadas e em seguida pela protecção pré-natal dos mesmos. (DOMINGUES, 1930b, p. 3).

Os valores eugênicos seriam promovidos pela educação, que seria imprescindível para conscientizar a sociedade. Ao demonstrar como os debates sobre a preservação da espécie humana, presentes na eugenia, influenciaram outras áreas do saber, busco traçar os caminhos pelos quais a medicina impôs-se no meio educacional e no jurídico. Embora não faça parte da discussão central da presente pesquisa, houve uma disputa hegemônica estabelecida neste período, entre ambos os saberes, pelo domínio social.

Desde o século XIX vem se desenhando no Brasil um domínio do saber clínico sobre os demais saberes, com disputas entre médicos, juristas e pedagogos. Sob o prisma da medicina, os advogados seriam os responsáveis por elaborar e fiscalizar “[...] a implantação das leis de cura social. De forma contrária, legisladores e advogados acreditavam que o médico era um técnico que os auxiliaria na boa aplicação das leis sanitárias.” (DIWAN, 2011, p. 94). Para Lilia Schwarcz (2011), é provável que esse

[...] debate tenha mesmo se concentrado entre as escolas de direito e medicina. Instaurada uma espécie de disputa pela hegemonia e predomínio científico, percebem-se dois contentores destacados: de um lado o remédio, de outro a lei; o veneno previsto por uns, o antídoto na mão dos outros. [...] enquanto os pesquisadores médicos previam a degeneração, constatavam as doenças e propunham projetos higienistas e saneadores, bacharéis acreditavam encontrar no direito uma prática acima das diferenças raciais. (SCHWARCZ, 2011, p. 315-316).

De certo modo, houve uma subordinação da primeira, perante a segunda. “Essa dependência [...] não foi um processo tranquilo para os juristas brasileiros.” (SILVA, 2003, p. 45). Nesse sentido, o jurista brasileiro Clóvis Beviláqua (1859-1944) (1896) chama a atenção para que os magistrados mantivessem certa prudência ao acatar as decisões médicas, sob a pena de sucumbirem ao saber clínico. Então, chamo a atenção para a disputa entre esses campos de saberes, em que a medicina buscou sobrepor-se ao meio jurídico e ao campo educacional, através do discurso médico, sobretudo, o eugênico. Seria este saber-poder o responsável por categorizar, normalizar e distribuir os corpos dos indivíduos na sociedade.

A contenda acerca da disputa conceitual entre magistrados e médicos influenciou diretamente no pensamento eugênico brasileiro, e, por conseguinte, nas propostas

educacionais desse período. Na perspectiva eugênica, o ensino deveria pautar-se, primeiramente, na educação natural, desenvolvida à luz da biologia, da higiene e da eugenia. Voltada para os cuidados com o corpo e com o ambiente, o ensino moderno viria a ser ministrado em conjunto entre médicos e pedagogos, no intuito de promover o melhoramento do indivíduo e da espécie. Este processo se iniciaria já na escola primária, forjando desde cedo uma consciência eugênica nos educandos. Fundado nisso, Penna (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997) serviu-se dos estudos de Huerta para alertar os membros participantes da I CNE sobre a necessidade de se impor uma educação balizada nesses preceitos, pois somente assim o aprimoramento da espécie humana estaria salvaguardado. A primeira finalidade da educação seria biopsicossocial, sobrepondo-se à literária, pois a necessidade de instituir uma mentalidade eugênica era fundamental nesse processo, em que o saneamento do ambiente deveria ocorrer de modo simultâneo ao saneamento do corpo (eugenismo). No excerto nº 12, destaco a missão da educação moderna e a clara inferência da biologia proposta por Penna em sua Tese (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 32):

Excerto 12: O sentido biológico no melhoramento biopsicossocial da espécie humana

TESE Nº 1: POR QUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR.

Luis Huerta, notável eugenista espanhol: ‘A vida política, a econômica, a jurídica, a escolar e a familiar têm todas que evoluir no sentido biológico. O problema humano é um problema de higiene, resolvido o qual, desaparecerão as causas da miséria humana’.

A missão da educação moderna é mais biopsicossocial do que literária, consistindo no respeito às leis inflexíveis da biologia humana, pela prática dos preceitos da higiene e da eugenia, para que saibam e possam todos cumprir a finalidade biológica do homem, de que resultam: os deveres individuais, isto é, o interesse pelo próprio desenvolvimento e melhoramento físico-psíquico, para maior eficiência da sua função no organismo social.

Percebo que, de acordo com aquilo que foi proposto neste subcapítulo, os debates sobre eugenia, relativos à viabilidade biológica do indivíduo, estiveram presentes na I CNE. Na tese nº 1, que abriu a Conferência, a educação teria um sentido biológico e evolutivo, auxiliando o sujeito na compreensão das leis da natureza e da eugenia, fazendo com que o ensino da literatura e das artes fossem adjacentes. Esse modelo de ensino garantiria a preservação do indivíduo e, conseqüentemente, a sobrevivência da espécie, sobretudo a brasileira. Apesar de Penna (excerto nº 12) pontuar os valores referentes à higiene, ao fundamentar-se nos estudos do eugenista espanhol Luis Huerta, faz com que esta ação o aproxime sutilmente da eugenia. Ele denota claramente a importância de preceitos eugênicos pertinentes ao melhoramento físico e psíquico do homem.

A seguir, na continuação deste estudo, demonstro como se desenvolveu a eugenia em solo nacional. Observo os diferentes trâmites que propiciaram o surgimento do eugenismo e, conseqüentemente, a sua desfiliação das práticas de sanitarismo e higienismo após 1929.

4.2 A Eugenia Brasileira: Práticas de Eugenismo

No Brasil, essa disputa entre o meio e a *raça* também se fez presente nos debates intelectuais da época (1900-1930). Para Kehl, as causas da *degeneração* biossocial correspondiam às questões estritamente biológicas. Sua posição já estava explícita de maneira contida em algumas obras publicadas durante os anos de 1920. Contudo, essa tomada de posição pelo mendelismo puro ficou clara a partir de 1930. Nestas publicações, as políticas públicas de saúde e educação deveriam centrar-se, única e exclusivamente, no aprimoramento genético da espécie humana. Segundo Hobsbawm (2001, p. 350-351):

Os eugenistas extremistas [mendelistas] acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas ‘*apenas*’ através da melhoria genética da espécie humana – por meio da concentração e do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou às raças adequadamente coloridas, como a ‘nórdica’), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares). Os eugenistas menos extremistas [lamarckistas] deixavam alguma margem às reformas sociais, à educação e às mudanças ambientais em geral.

No incentivo à eugenia, era comum, nesse período, a realização de concursos eugênicos no objetivo de eleger crianças eugenizadas. Em “[...] 1925, os centros de saúde passaram a desenvolver atividades de educação sanitária e eugênica, com ações que compreenderam também as escolas, atingindo cerca de dez mil crianças.” (BONFIM, 2013, f. 81). Na contramão disso, o melhoramento *racial* vinculado à hereditariedade foi parcialmente refutado pelos antropólogos-sanitaristas, dentre os quais, Fróes da Fonseca, Roquette-Pinto, Belisário Penna (1868-1939) e Arthur Neiva (1880-1943), que compreendiam a causa da *degeneração* biossocial brasileira como não sendo algo derivado da ordem biológica. O valor da hibridização *racial* se define quando resultar num processo de “[...] pureza racial, a permanência do mestiço, não evoluído pela continuação disgênica, é desastrosa. Tanto os caboclos, os mulatos como os mamelucos, quando inertes entre as raças puras originárias, possuem tendências mórbidas, apatia para o trabalho e imprevidência.” (SILVA, 2003, p. 39).

Contrariando essa perspectiva favorável à miscigenação, Piza argumentava que isso ocorria devido à aversão natural entre as *raças*, que o conceituava como a “[...] exteriorização imperativa de um instinto puro, que se manifesta com toda a força de um determinismo

genético.” (PIZA, 1938, p. 282). Logo, cada *raça* traria em sua constituição biótica características inatas e exclusivas de seu espécime, o que tornaria impossível a mescla ou a sobreposição de genes atávicos.

A fim de elucidar esse confronto entre hereditariedade e ambiente, Mack Garner (1898-1936), descendente de uma geração de jockeys, sendo o quinto de sua linhagem, foi o exemplo usado na Edição de nº 10 do BE, em 1929, para legitimar a tese eugenista, de que mesmo o meio exercendo influência no desenvolvimento físico, ele só faria transparecer os dotes genéticos, pois conforme o artigo, sem a *boa herança*, Garner não teria se tornado um grande atleta hípico. Nas palavras de Domingues (1931a, p. 1): “O meio revela as formas em potencial no genotipo dos seres, e nada mais.”

O discurso eugênico e racista fundamentou-se em diversos estudos sobre biologia *racial* e eugenia, dentre os quais, as proposições desenvolvidas pelo médico e farmacêutico norueguês John Alfred Mjøen (1860-1939). Nessa perspectiva, os dons ou as aptidões eram genéticas e hereditárias. Esses conceitos não eram característicos da eugenia. Para os eugenistas, o que havia era um determinismo biológico (*nature*) que definiria as condições dos indivíduos, ou seja, sucessos e insucessos inatos. De acordo com a combinação de genes, as proles poderiam vir a ser potencializadas ou terem reduzidas as suas características físicas, intelectuais e até mesmo morais. Nas palavras de Kehl (1956 apud CARVALHO; SOUZA, 2017, p. 904):

- a) pai e mãe com dotes musicais geram, pela regra, filhos com idênticos dotes;
- b) pai e mãe sem a referida aptidão geram filhos nas mesmas condições;
- c) pai com aptidão musical e mãe sem ela podem gerar filhos bem-dotados, ou não, para a música;
- d) um genitor apenas com aptidão excepcional para a música pode gerar filhos com essa aptidão;
- e) quanto maior for o talento musical dos pais, maior será o dos filhos;
- f) pela regra, o talento familiar é maior que o dos pais, quando houver pequena, ou nenhuma, diferença entre o talento musical de ambos.

Para contrapor essa teoria, Roquette-Pinto, por intermédio de seus estudos, argumentava que os indivíduos não eram *degenerados*, apenas estariam em uma situação de *degenerescência*. Ao creditar as causas *degenerativas* da *raça* ao meio corrompido, ele entendia que a cura biológica se daria a partir do saneamento do ambiente e do corpo (conduta), por meio da educação. Nessa perspectiva, ao contrariar a tese racista, grande parte dos intelectuais brasileiros passaram a entender que a miscigenação não traria prejuízos à espécie humana, pois a hibridização os tornaria brancos e, conseqüentemente, *puros*. Os casos de mulatos instruídos, tais como o psiquiatra Juliano Moreira e o literato Machado de

Assis (AGUIAR, 2009; FELÍCIO, 2012) eram comumente utilizados por diferentes intelectuais na validação da teoria do branqueamento. Atribuía-se ao sucesso deles a presença atávica de genes caucasianos.

Na busca pela regeneração da sociedade, optou-se pela eugenia e preteriu-se a eugenésia¹². Para compreender essa diferença terminológica, é necessário observá-la a partir do embate ocorrido entre neolamarckianos e mendelianos. O mendelismo corresponde à eugenia *dura*, que foi predominante nos países anglo-saxões e germânicos (Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha). Tendo um viés eugênico positivo e, ao mesmo tempo, negativo, essa prática fundamenta-se apenas no princípio da hereditariedade biológica. Segundo Kern (2012), Galton propôs “[...] duas formas diversas de intervenção: a eugenia positiva visava fortalecer os mais aptos, os fortes de uma determinada população, enquanto a eugenia negativa visava impedir a reprodução de indivíduos e grupos considerados degenerados e, portanto, indesejados.” (KERN, 2012. f. 39). De forma *suave (positiva)*, porém igualmente racista, a teoria lamarckista esteve presente em países periféricos (católicos e latinos) devido a sua maior aceitação pela elite local. O discurso eugênico brasileiro assumiu o caráter ameno, vinculando-se ao higienismo e ao sanitarismo, através de políticas públicas de higienização social. Contudo, vale ressaltar que as teorias mendelianas e lamarckianas não tinham nada a ver com *raça* ou eugenia. O uso desses estudos pelos eugenistas foi considerado impróprio por geneticistas mendelianos já naquela época, tais como, Domingues.

Nesse contexto, tanto o higienismo, quanto o eugenismo confluíam entre si a respeito da necessidade de um meio ambiente e de um corpo saneado. O marco inicial desse processo higienista ocorreu em 1850, quando o movimento captura a escola, roubando, de certa maneira, a autoridade dos pedagogos e conferindo-a aos médicos.

Todavia, foi em 1808, com chegada da família real portuguesa ao Brasil, que se iniciaram as biopolíticas em relação aos cuidados com a saúde e com a higiene popular, por meio da educação. Ao migrar para a colônia brasileira, os nobres portugueses trouxeram consigo uma preocupação relativa à saúde pública, voltada para fins educacionais, cujo intuito era o de evitar a proliferação de epidemias, doenças e vícios. Diante disso, instaura-se um processo de higiene escolar que “[...] ocorre no final do século XVIII e início do século XIX, quando o médico alemão Johann Peter Frank, em 1779, ‘elaborou o *System einer Vollständigen Medicinischen Politizei* – Sistema de medicina policial. [tradução livre], que

¹²Esse conceito foi uma variação do termo *eugenics*, cunhado por Galton em 1885. É preciso atentar para o fato de que quando a vogal tônica se encontra na letra *i*, refere-se ao vocábulo francês *Eugenique*, vinculado ao lamarckismo, o que difere da expressão anglo-saxônica *eugenésia*, cuja a vogal tônica localiza-se na letra *e*, essa terminologia está associada ao mendelismo (SOUZA, 2006a).

ficou conhecido como *Sistema Frank*.” (CARGNIN, 2015, f. 106, grifos do autor). Essa imbricação entre eugenia e “[...] o ideário médico-ambientalista possuía uma clara posição política de introdução da eugenia no cenário intelectual brasileiro.” (SOUZA, 2005, p. 3).

No período compreendido entre 1910 e 1930, as práticas de higiene e de saneamento foram entendidas por diversas autoridades como sendo medidas de ordem eugênica, o que não é algo contraditório, guardadas as devidas proporções: “Assim a eugenia e o eugenismo são duas coisas diferentes que se completam para o mesmo fim.” (PENNA, 1929b, p. 03).

Na definição de Moura (1919, p. 82):

Saneamento e Eugénia é uma e mesma coisa. Para o público, Saneamento é talvez uma palavra mais comprehesível, mais accessível. Pois bem, não há motivo algum para ser recusada a palavra Eugénia, tanto mais que esta tem caracter científico. Quem quiser chame Saneamento. Quem quiser chame Eugénia. Ao Brasil o que interessa é que a questão caminhe, é que a questão se apresente a todos, é que a questão se vá derramando sobre a collectividade brasileira e se vá infiltrando na consciência nacional. Saneamento-Eugénia aspira ser, e, de facto é, o fundamento essencial, incontestado e logico para o desdobramento e para a márchã ascendente da civilização, nesta parte do planeta.

Essa aproximação, de certo modo, já vinha sendo engendrada desde o final do Império (1822-1889). Por volta de 1885, período em que a teoria de Galton é creditada como sendo o novo baluarte progressista do século XX, em solo nacional, elegeu-se a *Eugenique*. A predileção brasileira pelo lamarckismo foi possível devido à “[...] compatibilidade com o saneamento, o estilo neolamarckista da eugenia era também congruente com a moralidade tradicional, o que o tornava ainda mais atraente no Brasil.” (ARMUS; HOCKMAN, 2004, p. 349).

Conforme Stepan (2005), houve dois motivos que propiciaram essa relação: em primeiro lugar, destaca-se o fato da influência francesa na aristocracia, uma vez que o idioma francês era a segunda língua; o segundo, seria o fato de o lamarckismo estar “[...] mais afinado com as noções tradicionais de moralidade e por essa razão era abraçado.” (STEPAN, 2005, p. 83). Saliento, ainda, outras duas hipóteses que não foram apontadas por Stepan.

No final dos anos oitocentos (1800) e início dos anos novecentos (1900), o determinismo¹³ (darwinismo social) influenciou de forma contundente os políticos e os intelectuais brasileiros, que em certa medida tornou propícia a aceitação da *eugenia*

¹³Fundamentado na máxima *o meio corrompe o homem*, o conto *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, 1890, exemplifica a visão científica da elite naquele período. No contexto da obra, a influência de teorias naturalistas sobre o meio fez com que as categorias étnicas e sociais fossem mediadas pela natureza. “O imigrante sucumbe à sedução da vida americana e da natureza do Brasil, e se entrega à bebida, aos prazeres e ao ócio. Rita Baiana abandona o amante brasileiro em favor de Jerônimo, pois o ‘sangue da mestiça’, reclama os ‘direitos de apuração’, ‘preferiu no europeu o macho de raça superior’.” (VENTURA, 1991, p. 61).

lamarckiana. De acordo com Felício (2012), as teorias científicas (neolamarckismo, darwinismo, haeckelianismo, eugenia e a psicanálise) que vinham do exterior, serviriam de embasamento para os debates sobre *raça* no Brasil. Articuladas à medicina e à higiene, tais apropriações, adaptadas à realidade brasileira, foram assimiladas e utilizadas por diversas autoridades naquele período. Também destaco que outra provável causa da não assimilação do discurso eugênico radical, fundamentado no viés biológico e racista, ocorreu devido à incompreensão de nossas autoridades sobre o mendelismo. Essa confusão entre eugenia e lamarckismo teria ocorrido pelo fato de que as autoridades brasileiras desconheciam os estudos relativos à genética humana. O Brasil carecia de universidades e de especialistas na área da biogenética. A principal referência em estudos nesse campo, no país, foi Domingues, que, mesmo entendendo sobre reprodução bovina, não acreditava que tais técnicas desempenhadas na pecuária poderiam vir a ser aplicadas em humanos, por isso esta incompreensão sobre as teorias mendelistas e eugênicas.

Com base na aceitação da miscigenação, por grande parte das autoridades brasileiras, o assentimento ao híbrido compreenderia que as características biológicas poderiam ser compartilhadas através de cruzamentos inter-raciais. Nesse processo, o professor, atuaria “[...] como o médico: este não cura, mas ajuda a natureza, que é quem age para curar.” (NOGUERA-RAMIREZ, 2009, f. 76). Alicerçados nisso, os eugenistas brasileiros menos radicais acreditavam que os hábitos saudáveis poderiam influenciar na constituição do genótipo. Dessa maneira, novos genes (propiciados graças à intervenção do meio e à hibridização) seriam perpetuados geneticamente. Os apologistas deste discurso almejavam “[...] uma evolução impulsionada por lenta e intencional adaptação às mudanças no meio ambiente [via miscigenação]” (STEPAN, 2005, p. 78). Com isso, a teoria de *embranquecimento racial* passa a ganhar força no Brasil: “A proposta para solucionar o ‘problema’ consistiu em dar as condições para que o povo brasileiro se aproximasse, em termos raciais, do povo europeu por um processo de ‘branqueamento’.” (ROCHA, 2010a, f. 25). Dentre os adeptos dessa proposta *sociorracial* estavam os sociólogos, Silvio Romero (1851-1914) e José Oliveira Vianna (1883-1952); o médico, João Baptista Lacerda (1846-1912) e o sanitarista, Belisário Pena (1868-1939). Embasados em estatísticas, acreditavam que o branqueamento social daria certo.

De acordo com Vianna (1922, p. 282):

[...] de 1872 a 1890, o grupo negro cresce, anualmente de 7.000 indivíduos e o grupo mestiço de 44.000, ao passo que o grupo branco aumenta a sua massa com 137.000

indivíduos a cada ano. O sentido da nossa evolução étnica, no seu aspecto demográfico, é, portanto, francamente arianizante.

Vale ressaltar que, sobre os indivíduos brancos, haveria distinções entres eles, referentes às condições de educabilidade e à inserção social. Para Vianna, existiram os puros (genótipo) e os aparentes (fenótipos) (MUNANGA, 2008) e a miscigenação só seria viável e positiva quando corroborasse para a purificação da *raça* (SILVA, 2003). Essas tomadas de posição sobre a miscigenação traziam, em si, um caráter mais político do que científico e/ou ideológico, o que era suscetível à contingência conjuntural, de acordo com os seus próprios interesses. Contudo, sirvo-me do ensaio, citado acima, devido ao recorte histórico de minha pesquisa, pois no intuito de ratificar o pensamento a respeito da hibridização, destaco a importância dos estudos de Vianna na fundamentação e na influência de teorias pró-miscigenação no Brasil.

A mestiçagem, na visão desses teóricos, não era concebida como um veneno racial, mas sim, como algo capaz de reverter o processo de *degeneração*. Comumente, os casos de *degenerescência* física e/ou mental foram atribuídos às doenças (venenos raciais – sífilis e tuberculose – para a eugenia *dura*, a hibridização também se caracterizava como tal) e aos vícios (venenos sociais – alcoolismo, cocainismo). No tocante ao combate ao alcoolismo, este fundamentava-se, fortemente, em discursos biológicos hereditários. Parte do corpo médico acreditava que o vício tivesse uma origem genética, culminando na degradação de seus descendentes (MACIEL, 1927), os quais viriam a ser alcoólatras (filhos) e criminosos (netos) (RIBAS, 1927). Para Azevedo (1920), essa hereditariedade da *disgenia* alcoólica era definida como *heredo-alcoolismo*, resultando na *degeneração* da moral. Sobre a conscientização referente aos perigos, relativos aos vícios sociais, o estado do Rio Grande do Sul não esteve aquém dessas biopolíticas. De acordo com Munareto (2013), a medicina sul-rio-grandense atentava-se para questões relativas à eugenia e aos cuidados do corpo. Diante disso, promoveram-se inúmeras campanhas educativas na área da saúde, que visaram instruir a população sobre os venenos sociais.

Entre os anos de 1920 e 1933, os Estados Unidos proibiram através da Lei Seca (1920-1933) o consumo e a produção de bebidas alcoólicas. No Brasil, Penna (1929a) propôs a taxação de bebidas alcoólicas no intuito de coibir o consumo. Somado a isso, o poder público deveria estimular a educação antialcoólica e proibir a presença de casas de bebidas (bares) nas proximidades de fábricas. Essa proposta visou dificultar o acesso de trabalhadores ao álcool, protegendo-os do vício. O uso de cocaína por parte das elites também foi alvo de debates, uma vez que assim como o álcool, o consumo desenfreado desta substância por determinadas

peessoas (*degenerados*) era visto como um problema de saúde pública, resultando na derrocada moral, física e intelectual de seus usuários.

Os desvios de ordem moral, como prostituição, roubo, furto e má índole, foram creditados à questão *racial*. Por isso, a necessidade de dotar as *raças inferiores* de mais genes atávicos *superiores*, o que ocorreria por meio da miscigenação. Diante do medo de que a sociedade brasileira se *degenerasse*, o saber clínico passou a ser a principal referência científica no combate à *degenerescência*: “[...] o ensino médico privilegiava o normal, a normalidade, considerando a doença um desvio das normas fixas, que seriam constantes.” (PORTOCARRERO, 2012, p. 130).

A regeneração biossocial estaria condicionada a dois fatores: um meio sanado e *cruzamentos felizes*, realizados entre *raças superiores* (caucasianos) e *inferiores* (negros e índios). Todavia, não se recomendava a união direta com grupos étnicos de *segunda classe*, a intenção era a de unir caucasianos e mestiços, o que facilitaria o processo de branqueamento. Esses indivíduos não caucásicos eram concebidos, segundo Hobsbawm (2000), numa escala evolutiva anterior, seja biológica e/ou sociocultural. “E essa inferioridade era comprovada porque, de fato, a ‘raça superior’ era superior pelos critérios de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada.” (HOBBSAWM, 2000, p. 370).

Sobre essa questão, os adeptos à miscigenação *forte*, formados em grande parte por antropólogos e sanitaristas, alertaram em seus ensaios teóricos sobre a importância de se evitar a mistura entre as *raças inferiores*, entendida como miscigenação *fraca* – entre mulatos, negros e índios. Esses grupos étnicos não deveriam, em hipótese alguma, procriar entre si. Conforme aponta Silva (2017): “A eugenia, tributária das teses darwinistas, pretende decidir sobre quem deve e quem não deve procriar e deixar rastros biológicos, ciência que visa construir o sujeito da nação, ou melhor, o corpo-espécie da população nacional.” (SILVA, 2017, p. 4-5).

No âmbito da educação, Nicolau Meira de Angelis, representante da Escola Normal Primária de Ponta Grossa/PR, e também relator da 1º comissão, entendia que seria incumbência das escolas a conscientização e o combate aos venenos sociais, especialmente aos dos jovens. O perigo da sífilis não seria algo exclusivo da classe pobre, pois também acometiam membros de outras classes sociais, assim como o alcoolismo e o cocainismo. De acordo com Tependino (1914, p. 77), a “[...] syphilis abunda em todos os meios, em todas as classes sociais.” A respeito dos perigos ocasionados pelo sifilismo, alcoolismo e demais causas que seriam *degeneralizantes* da espécie humana, a tese nº 78 denota que:

Excerto 13: A educação frente aos problemas biológicos *degenerativos*

TESE Nº 78: PELA PERFEIÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA

O QUE DEVEMOS FAZER

Nosso dever como professores é difundir nas escolas, as classes mais adiantadas, as conseqüências da Sífilis, do alcoolismo e outros fatores de degenerescência: é tratar da educação sexual, mostrar aos jovens as conseqüências de uma vida desregrada, os benefícios da virtude, de uma vida moralizada, de uma vida cristã.

É difundir os conhecimentos da higiene por meio de livros repletos de ilustrações, gravuras, dizeres frisantes em todos os recantos da Pátria, numa campanha persistente, metódica, bem dirigida, com intuídos de colher resultados depois de largos anos de trabalho, porque seria irrisório pretender-se regenerar os costumes *ex-abrupto*. Só a energia dessa força de vontade e a tenacidade da campanha poderão trazer frutos benéficos para o povo.

Por outro lado, é preciso imitar o exemplo norte-americano: não deixemos *ajeunesse dorée* as eventualidades e aos perigos ameaçadores dos focos sífilíticos e de todas as moléstias venéreas.

Deveriam ser as casas de tolerância fiscalizadas pela higiene: internadas as "independentes" enfermas em hospitais até completa cura, e nesses centros de desvirtuamento moral entra-se a campanha contra os agentes demolidores da raça, a advertência da ciência, o conselho da higiene, a extorsão do bom senso, até que, dentro de vinte anos, estivesse o povo livre dos males e horrores da Sífilis. Estou de acordo com Afrânio Peixoto.

Mas não é só a Sífilis o nosso mal. Fazemos a propaganda contra a tuberculose, o alcoolismo, porque não é dever, é uma obrigação: é a necessidade de zelar pela saúde pública e cuidar da perfeição da raça brasileira, que amanhã há de integralizar o País em seus imortais destinos; é o que nos dita a voz da razão, a advertência da religião, o amor ao nosso semelhante, o amor à Pátria. (ANGELIS, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 443).

Percebe-se que questões como a educação sexual e os cuidados com corpo não foram exclusivas da eugenia, essa preocupação era transversal às propostas pedagógicas diferentes da época. Os eugenistas aproveitaram-se dessa situação para promover o seu discurso e, assim, penetrar no campo pedagógico. O fato é que o Brasil carecia de uma escola que preparasse os jovens para a vida, prevenindo-os dos riscos, ocasionados por uma vida desregrada. O consumo excessivo do álcool e o sexo inconsequente, com as precárias condições sanitárias e de higiene das pessoas, faziam com que as autoridades tomassem medidas extremas, tais como a vacinação compulsória, que ficou conhecida como a Revolta da Vacina (1904).

Sobre o combate ao alcoolismo, a professora Lúcia V. Dechandt (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997), representante da Escola Normal Primária – Ponta Grossa/PR – atribui ao álcool e ao jogo as causas da degradação física e moral da sociedade:

Excerto 14: Os malefícios do alcoolismo e do jogo

TESE Nº 73: FORMAÇÃO DO CARÁTER DO POVO BRASILEIRO

A honra vale mais que ouro. Fazemos a criança conhecer este valor moral e apreciá-lo mais que o monetário.

A providência é útil a todos; façamos a criança conhecer esta útil idade. Do mesmo modo, o valor da tolerância aos atos de outrem, para que também seja tolerante para com as nossas faltas.

O feio vício da avareza e suas conseqüências, a inveja e a ambição, quando levadas por sentimentos maus, só trazem malefícios.

Como complemento da obra acima, vejamos os males que advêm do álcool e do jogo, grandes inimigos do progresso de um povo, auxiliares da degeneração do caráter e da degradação moral e a causa de muitos males físicos. (DECHANDT, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 428).

De acordo com o excerto nº 14, percebe-se a imbricação entre os vícios e a imoralidade, algo que para os eugenistas mendelistas, fundamentados no discurso biológico, seria fruto da *degenerescência* do indivíduo. Já na perspectiva eugenista neolamarckiana, que embasava suas teses no discurso sociológico, mesmo o álcool sendo entendido como uma imoralidade, esse mal poderia vir a ser sanado diante da educação e de um meio saneado. Assim, tornava-os livres dos vícios e dos demais males *degenerativos* da espécie.

Nesse ímpeto, pretendia-se homogeneizar racialmente e moralmente a espécie brasileira, Lacerda (1911), ao partilhar do mesmo ideal de Romero (1943), entendia que, em aproximadamente 100 anos, o Brasil seria uma nação de arianos. Isso se tornaria viável, do ponto de vista biológico, graças ao atavismo (qualidades genéticas psicológicas, físicas e comportamentais) caucásico, que se sobrepunha perante a *degenerescência* genética dos demais tipos antropológicos. Foi ao participar da Conferência Mundial de Raças em Londres, no ano de 1901, que Lacerda vislumbrou na miscigenação uma ação racial *purificadora*: “Após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América.” (LACERDA, 1911, p. 242).

Com o advento das teorias de branqueamento da população ganhando força no Brasil, as imigrações europeias foram cada vez mais estimuladas, a fim de atrair mais pessoas do *tipo ideal*. Opondo-se aos eugenistas mais radicais, que defendiam a eliminação dos sujeitos considerados *inferiores*, Roquette-Pinto realizou um estudo sob a encomenda de Lacerda acerca da etnografia brasileira. O resultado apontava uma suposta e gradativa tendência de queda no número de pessoas negras no país, enquanto que o percentual de brancos deveria crescer acentuadamente, o que reforçou a tese de branqueamento. “[...] Em 1872 formavam cerca de 16% da nossa população global; em 1890 já desciam a 12%; em 1912 deveriam andar por 9%. Enquanto os brancos subiam de 38% em 1872, a 44% em 1890 e 50%, em 1912.” (E. ROQUETTE-PINTO..., 1955, p. 34).

As propostas para reverter a *degenerescência* organizaram-se “[...] através dos cuidados com a saúde e a educação [...]” (MOTA; MARINHO, 2013, p.13), mediante os quais seria possível não somente educar o corpo, mas também o espírito e o caráter (moral), sob a justificativa de que “[...] de fato, educa-se.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 73). O atraso biossocial brasileiro não estaria correlacionado à ordem biológica, pois a miscigenação não seria a causa,

mas sim a hibridização cultural. Os lares estariam maculados pela escravidão, seriam esses os verdadeiros responsáveis pela *inferiorização* da alma, das ideias e da moral da população brasileira (ROMERO, 1943). Diante disso, fazia-se necessário retirar as crianças caucasianas da guarda de mucamas negras; isso as miscigenaria (subjetivaria) na ordem da conduta. A fim de evitar essa situação, desde a mais tenra idade, esses meninos/as deveriam ser colocados sob os cuidados da escola, local que seria gerido por professoras brancas e moralizadas. Mais adiante discorrerei, especificamente, sobre a questão da moral no professorado feminino nesse período (1900-1940).

Em conformidade com o que as autoridades eugênicas divulgavam na época, este novo homem seria fruto de uma educação alicerçada num ideal eugênico de sociedade. O “[...] ensino será desenvolvido com o elevado propósito de despertar no espírito dos discentes o respeito de si próprio e dos semelhantes, tendo sempre em vista a implantação do grande ideal da regeneração moral e physica do homem.” (KEHL, 1931c, p. 5). Desta forma, novos hábitos seriam definidos no intuito de subjetivar o corpo, atravessando-os mediante esse novo *poder-saber*.

Apesar da aprovação parcial por parte das autoridades dirigentes brasileiras, a implementação da eugenia no Brasil, enquanto política de Estado, não se concretizou, dentre outras coisas, devido à influência da Igreja Católica. Diante desse impasse, algumas alternativas foram colocadas em prática. Optou-se de início pela reclusão compulsória à revelia dos próprios sujeitos envolvidos, inclusive de seus familiares. “Jacques Leotard chama de ‘genética prudente’. O lamarckiano e eugenista britânico Caleb Willian Saleeby, [...] cunhou o termo ‘eugenia preventiva’.” (STEPAN, 2005, p. 9), que por sua vez, “[...] distinguia-se, então da eugenia ‘positiva’, que se preocupava em incentivar a reprodução dos adequados, e da eugenia ‘negativa’, desenhada para controlar ou evitar a reprodução dos inadequados.” (STEPAN, 2005, p. 94). Na definição de Kehl (1922, p. 31-32):

A Eugenia preventiva é a hygiene prophylactica da raça. Ella tem por objecto combater os fatores hostis ao homem. [...] A Eugenia preventiva consubstancia-se com toda a hygiene e como tal consiste na hygiene prophylactica do corpo e também na hygiene prophylactica da alma.

Nesse processo, os indesejáveis, aqueles *degenerados* mais graves e *irrecuperáveis*, seriam retirados do convívio social. Esta medida visava interná-los em manicômios, leprosários ou albergues. Com este feito, os eugenistas tinham por objetivo, segundo Wegner e Souza (2013, p. 277), “[...] evitar o conflito com os católicos e com a moral dos povos latinos”. Lopes (1933) considerava que esta proposta poderia trazer o entendimento entre

psiquiatras, eugenistas e juristas, em prol de uma solução de ‘eugenia restritiva’.”. A segregação seria a solução mais viável diante do problema da *degenerescência*, haja vista que o país dispunha de instituições voltadas para a reclusão de psicopatas, leprosos e loucos. Este procedimento poderia ser empreendido “[...] pelas instituições já existentes, como as Colônias de Psicopatas.” (LOPES, 1933, p. 287). O tratamento fundado na *praxiterapia* seria realizado em manicômios, em que os internos proveriam seu próprio sustento, o que diminuiria, assim, o custeio com o tratamento para a sociedade. Não haveria o extermínio e nem a intervenção (violação) no corpo via esterilização, conforme se opunha a Igreja. A resposta para esse problema estaria na segregação eugênica, garantindo, de certo modo, a preservação do corpo destes *indesejáveis*. Já em países onde a orientação católica não era tão marcante na sociedade, como nos Estados Unidos, a esterilização foi permitida e amplamente praticada de maneira compulsória em presídios e manicômios de diversos estados estadunidenses.

A partir do século XIII, iniciou-se a disputa pelas almas entre a Igreja e o Estado, e no século XX, quem passou a desafiar os domínios católicos sobre o corpo foi a ciência, mais precisamente, a eugenia. Sobre essa contenda é importante frisar que o poder se exerce e funciona em redes. Uma vez envoltos nessa malha “[...] os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.” (FOUCAULT, 1984, p. 183). O saber, por sua vez, opera através dos conceitos de visibilidade e *dizibilidade*¹⁴. O poder é a força “[...] que se exerce enquanto estratégia molecular sempre em relação com outras [...]” (LEMOS; CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 355), e entre “[...] o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro.” (DELEUZE, 2005, p. 81).

Neste sentido, “[...] tais forças estão distribuídas difusamente por todo tecido social.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 73). Esse jogo objetiva o exercício de domínio sobre outrem e sobre si mesmo, por isso é fundamental compreender que “[...] se exerce e só existe em ato. Dispomos igualmente desta outra afirmação, de que o poder não é primeiramente manutenção

¹⁴O conceito de dizibilidade está intrínseco à análise de discurso que define “[...] as condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’ e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes.” (FOUCAULT, 2013, p. 50).

e recondução de relações econômicas, mas, em si mesmo, primeiramente, em relação de força.” (FOUCAULT, 1999, p. 21), o que gera invariavelmente resistências e contracondutas.

A tentativa de aproximação da eugenia com o catolicismo enfrentou resistências de católicos, como Amoroso de Lima (1933). Não se tratava de se opor a eugenia em si, mas as propostas eugênicas em relação ao matrimônio e a educação sexual, o que seria uma afronta a autoridade familiar e, principalmente, a Igreja. Nesse embate entre a religião e a eugenia, o que esteve em jogo foi a gerência social através do controle da reprodução humana. Sob o prisma da Igreja, não caberia ao homem e/ou aos eugenistas intervir na obra divina e, sequer, definir diretrizes sobre a condução das almas e dos respectivos corpos. Isso seria uma incumbência da Igreja Católica, a noiva de Cristo e representante de Deus na terra.

Todavia, o combate ao *degenerado* e sua exclusão do convívio social foi uma realidade no Brasil. Entre 1910 e 1980, cerca de 60 mil pessoas morreram no manicômio de Barbacena/MG. Eram enviados para lá todos os *indesejáveis*. Isso foi aceitável, em parte, devido à cultura eugênica que se desenvolveu na época. Muitos desses *inadequados* eram mães solteiras, vítimas de estupro, alcoólatras, prostitutas, homossexuais, mendigos, além de doentes mentais, que representavam cerca de 30% das internações compulsórias. Seus respectivos encaminhamentos eram realizados por autoridades sanitárias, políticas, judiciais, religiosas e/ou policiais. Conforme descreve Arbex (2013, p. 26):

A estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferente ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados ‘insanos’.

Nos Estados Unidos, cerca de 25 mil pessoas foram esterilizadas entre 1950 e 1960 (BLACK, 2003). O público alvo dessa ação biopolítica eram em sua maioria alcoólatras, ladrões, deficientes, prostitutas etc. Esses mesmos *indesejáveis* povoaram o manicômio de Barbacena/MG, Brasil.

Na perspectiva do discurso eugênico radical, apesar de não ser tão eficaz quanto à esterilização, a internação compulsória cumpriria seu papel ao impedir a proliferação e o estabelecimento desses indivíduos *degenerados* na sociedade, pois evitaria, assim, o risco biossocial contido na *degenerescência*. No caso das mulheres, o cerceamento da liberdade ocorreria de modo temporário, durante o período fértil feminino. Já para os homens, a reclusão seria perpétua. De acordo com sua concepção, não faria sentido não os esterilizar, *eliminando* gradativamente o *degenerado*, pois sua recuperação seria supostamente

impossível e o custo para a sociedade, em relação aos deficientes, seria demasiadamente alto. Para Kehl, a sociedade despendia inúmeros esforços para defender “[...] a vida dos medíocres, dos débeis e *degenerados*; descuida-se, entretanto, de amparar e estimular os indivíduos normais e capazes, aos quais falta, muitas vezes, um modesto apoio para progredirem e se tornarem fatores benéficos para a coletividade.” (KEHL, 1931d, p. 1). A esterilização seria uma ação *protetiva* que constituiria “[...] medidas complementares da política eugênica, a qual estabelece, precipuamente, o exame de sanidade pré-nupcial, o impedimento à paternidade indigna, à procriação, em suma, de cacoplastas.” (KEHL, 1929a, p. 218).

Sendo assim, os eugenistas mais radicais argumentavam que “[...] para a melhora física, moral e intelectual dos nossos semelhantes, é necessário lançar mão da esterilização, sem prescindir, porém, da prática dos demais preceitos ditados pela eugenia positiva, preventiva e negativa” (KEHL, 1921). De acordo com suas proposições acerca deste tema:

A esterilização permite que certos lares se formem ou se mantenham, que outros progridam, vivendo seus elementos do próprio esforço e desfrutando vida normal, de todo impossível no caso de um ou dos dois cônjuges apresentarem doença hereditária, ou debilidade mental. Um casal sem filhos poderá subsistir, mas será incapaz de arcar com as responsabilidades de filhos, somato e psiquicamente indesejáveis. Casos há em que um dos esposos deve ser internado num asilo ou no hospital e, no entanto poderá viver no convívio da família, desde que submetido à esterilização. (KEHL, 1933, p. 190-191).

Esta posição eugênica contraria o ato da caridade, tão estimada pela Igreja Católica. O êxito de suas propostas estaria condicionado ao fim dessas práticas de benevolência, não devendo, de forma alguma, se investir na sobrevivência de um indivíduo considerado *disgênico*. A caridade deveria ser voltada para as instituições e não para os *degenerados* (CARVALHO; SOUZA, 2017; KEHL, 1957), pois, desse modo, esses *indesejáveis* ainda circulariam no meio social, trazendo risco aos eugenizados. Diante dessa diagnose, tanto a educação, quanto a filantropia, seriam inúteis no processo de eugeniização social. Contraditoriamente, esta prática fundada no cuidado do *doente* esteve presente na atuação de Kehl (1923b), conforme ele próprio relatou: como “[...] médico, procuro sempre fortalecer um rachítico; tento melhorar um tuberculoso; esforço-me por prolongar a vida de um enfermo; a consciência formada e firmada na minha alma dicta esse modo de proceder.” (KEHL, 1923b, p. 204). Ou seja, o auxílio deveria estar voltado para as pessoas, cuja normalização seria viável aos incorrigíveis, assim, restaria a esterilização e a internação compulsória perpétua.

Ao buscar subterfúgio no exterior, o movimento eugênico brasileiro inspirou-se nas autoridades eugênicas mendelianas britânicas, que combateram, na Inglaterra (1900-1940), as

políticas de Bem-Estar Social. Segundo estes eugenistas, essas medidas sociais seriam prejudiciais ao processo de seleção natural, pois ao não os eliminar da sociedade, promoviam não só a vida do *degenerado*, como também o risco genético à espécie humana. “A ideia de ‘Estado de bem-estar’ proclamou a intenção de ‘socializar’ os riscos individuais e fazer de sua redução uma tarefa e responsabilidade do Estado.” (BAUMAN, 2005, p. 67). Em suma, conforme Diwan (2011, p. 35): “Melhorar as condições de vida dos grupos degenerados era o mesmo que incentivar a degeneração.”

A eliminação dos indesejáveis por meio de práticas vinculadas à eugenia *dura*, sempre foi o principal objetivo de eugenistas radicais. Extingui-los seria, na opinião de seus defensores, um profundo ato de benevolência, poupando, desta maneira, o deficiente e demais *degenerados* de uma vida indigna e humilhante. Nas palavras de Adolf Hitler (1889-1945) (HITLER apud SANDEL, 2013, p. 80):

A exigência de que os deficientes sejam impedidos de propagar a sua prole de deficientes como eles é uma exigência da mais clara razão e, se sistematicamente executada, representa o mais humano dos atos da humanidade. Poupará milhões de desafortunados de sofrimento desnecessário e conseqüentemente levará a uma melhoria da saúde como um todo.

Ao partir desse pressuposto, para a concretização das propostas eugênicas seria “[...] necessário tornar a eugenia uma doutrina popular para só depois vê-la transformada em projeto, leis e manuais escolares.” (SOUZA, 2006a, f. 47). A popularização teria por objetivo, dentre outras coisas, conscientizar as pessoas sobre a necessidade de se eliminar eugenicamente os *degenerados*. Sob a alegação de que esses sujeitos acarretariam risco à sociedade, essa ação seria inevitável pelo fato de que “[...] onde há projeto [engenharia social], há refúgio [humano].” (BAUMAN, 2005, p. 41). Segundo os eugenistas radicais, como Renato Kehl (1933, p. 190-191):

São esses resíduos humanos os causadores da miséria, do infortúnio de tantas famílias, em cujo seio se reproduzem degenerados de toda sorte, cretinos, idiotas, criminosos, malandros, bêbados, e toda a caterva de indesejáveis que trazem a sociedade em permanente estado de exsudação mórbida e criminal.

Logo, seriam eliminados “[...] legitimamente aqueles que apresentam uma espécie de perigo biológico aos outros.” (PORTOCARRERO, 2012, p. 159). A “[...] morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura.” (FOUCAULT, 1999, p. 305). Nesse processo de engenharia social em torno do ideário eugênico, o ensino teria em si um duplo objetivo: “[...]”

conscientizar sobre o ‘perigo’ da miscigenação e priorizar a educação dos indivíduos que traziam hereditariamente um potencial de habilidades comuns a sua linhagem.” (ROCHA, 2010a, f. 173).

Embora tenha havido um dissenso entre o Catolicismo e o movimento eugênico, a respeito de como proceder em relação ao *degenerado*, conforme mencionado anteriormente, saliento que o pensamento eugenista convergiu com o católico noutros aspectos. Convergiu com a moral, a família e a abstinência sexual pré-nupcial.

A principal divergência entre eles ocorreu em torno da tutela moral sobre o corpo. Ao reivindicar para si esse direito, a Igreja contraria os interesses eugênicos relativos à eugenia positiva/negativa. Através da educação sexual, se almejava o estímulo à união entre os eugenizados (eugenia positiva) e se proibiria o casamento com e/ou entre *disgênicos*, via atestado de nubência (eugenia negativa). A mesma orientação se aplicaria ao veto matrimonial entre *raças* e classes sociais distintas (KEHL, 1933). Sob esse aspecto, os eugenistas até conseguiram a aprovação do exame pré-nupcial, conforme divulgado na época: “A Assembleia Nacional do Paraná aprovou uma lei estabelecendo o exame médico pré-nupcial, segundo uma resumida notícia publicada no Boletim Sanitário Pan-Americano.” (1º CONGRESSO..., 1929, p. 4). O exame que atestava a boa estirpe dos nubentes seria realizado por médicos eugenistas, visando, assim, à garantia salutar dos parceiros, pois propiciou uma procriação eugênica. Dentre os exames a serem realizados, destaca-se o teste de Wassermann para sífilis (CARRARA, 1997; LÖWY, 1993). A introdução da cláusula nupcial, entretanto, não garantiu a sua aplicabilidade, dada à incapacidade administrativa do aparato estatal e às más condições regionais do país, e, da mesma forma que a Lei de 1831¹⁵, a Lei dos Nubentes ficou no papel.

No intuito de desmitificar a educação sexual, que era entendida pela Igreja e pela sociedade como algo que compete à família, os eugenistas atentavam para a importância do ensino voltado para a defesa do corpo. O sexo sadio exerceria fundamental importância na preservação do indivíduo e da espécie humana. Entretanto, Kehl não destituiu a família da ação educativa, ele entendia que a família, por si só, devido aos baixos níveis de instrução, não disporia das condições necessárias para educar os filhos à luz da biologia e da eugenia. Ele propôs em sua tese, apresentada na I CNE, uma

¹⁵Em 1831, a partir da pressão inglesa pela proibição do tráfico negreiro, D. Pedro I (1798-1834) promulgou a lei que declarava livres todos os africanos que desembarcassem no Brasil a partir daquele ano. Porém, a lei não foi cumprida e ficou popularmente conhecida como: *lei para inglês ver*.

metodologia de ensino que visava praticabilizar a educação sexual entre os pais, pedagogos e médicos eugênicos, de acordo com a série de cada educando.

Excerto 15: Orientações para a Educação Sexual

TESE Nº 75: O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL: IMPORTÂNCIA EUGÊNICA, FALSA COMPREENSÃO E PRECONCEITOS — COMO, QUANDO E POR QUEM DEVE SER ELA MINISTRADA

De modo esquemático, poder-se-ia, talvez, admitir a educação sexual procedida pedagogicamente em três séries:

1ª série — A cargo da mãe ou da tutora.

2ª série — A cargo do pai ou do tutor.

3ª série — A cargo do educador e do médico [eugenista]. (KEHL, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 435).

Através do *bom* ensino se preservaria os eugenizados e evitaria o surgimento dos *disgênicos*. A família compartilharia com o professor a educação da criança à luz da eugenia e da biologia. Já numa idade mais avançada, essa responsabilidade seria exclusiva do educador e do médico eugenista. Nessa etapa da educação do jovem, os pais são excluídos devido à baixa escolaridade, o que poderia vir a prejudicar o desenvolvimento do aluno. Aliás, sobre isso, a intensão das autoridades era a de justamente levar a instrução moral para os lares brasileiros por meio dos filhos, que, ao serem moralizados e educados na escola, acabariam por influenciar os pais.

Referente à união entre *degenerados*, evidencio que, em casos não hereditários, o matrimônio era consentido pelos eugenistas. Vejamos o seguinte caso:

I – O casamento póde ser autorizado, mesmo quando os dois candidatos apresentarem surdês, se ficar provado que nenhum dos dois tem antecedentes hereditários ou colateraes de surdês, e que a ortopatía é individualmente adquirida. Esta regra de conduta serve tanto para os surdos-mudos, como para os surdos (KEHL, 1931b, p. 2).

Nesse sentido, a atuação da educação seria no intuito de instruir as futuras gerações sobre o perigo da *degenerescência*. A respeito das pessoas internadas, devido a sua condição *disgênica*, o casamento seria permitido, desde que os progenitores concordassem com o afastamento da prole após o nascimento. Essa prescritiva contrariava os interesses dos eugenistas, que defendiam a esterilização dos deficientes. A criança seria, então, examinada e atestada por um médico. No caso de diagnosticarem uma possível patologia, a criança era encaminhada para tratamento e, possivelmente, retornaria para a instituição assim que tivesse mais idade. Sendo ela sadia, a retirada da guarda do filho seria necessária sob o pretexto de

mantê-lo longe deste meio, pois somente assim a criança conseguiria desenvolver-se plenamente, segundo apontou Alice Tibiriçá (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 124-125):

Excerto 16: Casamento entre *degenerados* e a ação da educação na formação de uma consciência *saneada* antilepra

TESE Nº 21: EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROSA

Um ponto delicado na vida dos infelizes já foi elucidado pelo critério bondoso dos nossos leprólogos: o casamento dos asilados. Eles têm essa permissão, uma vez concordando no afastamento dos filhos em local onde não possam ser contaminados pelos pais. O casamento representa, nesse caso, obra de grande assistência moral. Formando vida em comum, podem ainda gozar relativa ventura, conduzindo juntos a penosa cruz. Casais há, como no Guapira, em que o marido, cego, é socorrido pela esposa. É a luz na escuridão que o cerca, ampara-o e impede que desfaleça à mingua pela falta do tato, o que lhe acarreta cegueira dupla.

Os filhos? Como a natalidade é pequena e grande a mortalidade na primeira infância, a sua criação não pesa tanto a coletividade. Em São Paulo, o Asilo Therezinha de Jesus, organizado pela generosa iniciativa de dona Margarida Galvão, já resolveu o problema relativo aos filhos dos leprosos. Retirados dos pais logo após o nascimento, são entregues ao carinho de sua grande amiga, que os preserva do mal num asilo amplo e higiênico, propício ao seu desenvolvimento físico, cuida da educação moral e cultura intelectual.

Quando em todos os estados forem construídos leprosários-modelos e creches para crianças não contaminadas [eugenizadas], o gasto, embora avultado, será compensado pela economia das fontes de trabalho, que não mais estarão sujeitas as investidas do mal.

Não será isso difícil, se a educação nacional for orientada em tal sentido. Sem distinção de credo religioso ou cor política, é mister que contribuam todos, dentro do possível e mesmo do impossível, para a extinção do mal que avilta e enfraquece o Brasil, pondo seu nome na lista dos países bárbaros, onde a lepra ainda impera!

A profilaxia deve ser ensinada nas escolas, juntamente com a formação da frase que o amor à Pátria grava no coração: culto ao Brasil! A criança educada nesses princípios concorrerá com o seu trabalho para a grande obra do saneamento; auxiliará a construção dos asilos com espírito de alta solidariedade, patenteando o sentimento de honra dos povos cultos, e demonstrará, com vigorosa atuação, que ama, acima de tudo, a glória e o renome da grande e esplêndida terra que a natureza houve por bem aquinhoar o Brasil!

Contribuindo com estas rápidas explanações no sentido dessa ilustre Associação desenvolver em seu seio a tese que me propus — A Educação da Criança em Relação a Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra —, peço vênica para apresentar os nossos cumprimentos e votos de grande sucesso na campanha que visa iluminar a nova geração brasileira.

A permissão para o casamento entre internos manteria intactas as diretrizes católicas referentes ao sagrado direito do matrimônio, afinal, todos estariam livres perante Deus para casarem-se e procriar. Apesar de se opor ao pensamento eugênico, o posicionamento contrário da Igreja à esterilização e à educação sexual só foi oficializado em 1930, através da *Encíclica Papal Castii Connubii* – “A encíclica reafirmava a autoridade da Igreja na esfera da família, do matrimônio e da sexualidade, e proibia o controle da natalidade, o aborto, a esterilização e a eugenia com violação dos princípios católicos.” (STEPAN, 2005, p. 124). Até então, a contrariedade católica esteve a critério da interpretação das Escrituras Sagradas. A respeito dessa tomada de posição, o Padre eugenista Agostino Gemelli (1878-1959), reitor da Universidade do Sagrado Coração, em Milão – Itália, argumentava que o catolicismo não se

opunha à eugenia e, sim, a sua aplicação mediante o uso da força (PASQUALINI, 2016; SILVA, 2012; VALLEJO; MIRANDA, 2004).

Uma saída plausível para o uso da coercitividade seria o artifício da persuasão. Com isso, se evitaria, por meio do ensino, “[...] a reprodução de indivíduos e grupos considerados degenerados, e, portanto, indesejados [...]” (KERN, 2012, f. 39), que, para Renato Kehl, seria uma “[...] prova de grande nobreza de sentimentos, do mais admirável espírito da humanidade, que o doente renuncie a ter filhos.” (KEHL, 1942, p. 47). Domingues criticou o posicionamento radical, em relação a *raça*, de Kehl. Em seu entendimento, o mulato brasileiro seria um indivíduo normal e saudável, descartando a questão *racial* presente no discurso de Kehl. Logo, a eugenia voluntária, aplicada através da educação, forjaria uma consciência eugênica, fazendo com que os deficientes hereditários se abstivessem, voluntariamente, da procriação (DOMINGUES, 1936; STEPAN, 2005). Como o próprio Domingues (1929) define:

À educação peçamos mais esse valioso auxílio, em favor do bom êxito das medidas eugênicas. Pela educação, podemos ensinar a todos os humanos a beleza das uniões eugênicas, e pregar o horror à reprodução entre os tipos cuja herança biológica claudicante for uma ameaça fatal à descendência. (DOMINGUES, 1929, p.143).

Ao excluir o ímpeto da violência e submeter-se a práxis eugênica ao jugo Católico, respeitadas suas predileções, o Vaticano poderia vir a aceitá-la. Nesse sentido, o discurso antropológico afinava-se mais que o discurso eugênico ao catolicismo. De acordo com Roquette-Pinto (1933), os indivíduos cujas influências *degenerativas* fossem latentes, deveriam ser persuadidas ao controle de natalidade através de uma *educação moral*, fazendo com que conscientemente essas pessoas abdicassem da procriação.

Todavia, qualquer possibilidade de aproximação do discurso eugênico com a Igreja foi sepultada a partir de 1929. No Brasil, isso ocorreu pelo fato de o eugenista Renato Kehl assumir o viés biológico e racista. No ímpeto de cientificizar suas proposições, Kehl aliou-se aos geneticistas Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza (1938), o qual, apesar de não adentrar na discussão entre monogenismo e poligenismo, entendia que as *raças* eram tão distintas entre si, que seriam quase uma espécie humana à parte (negros e caucasianos) e, nesse sentido, a miscigenação seria algo nocivo à saúde do corpo social. Aliás, mediante essa tomada de posição, encerra-se também o convívio harmônico entre eugenistas (radicais) e os movimentos higienistas e antropológico-sanitaristas.

Neste cenário mistifório, no intuito de esclarecer as nações sobre o que seria realmente eugenia e como isso viria a contribuir para o melhoramento da *raça* humana, entre 1920 e

1930, o III Reich chamou para si a responsabilidade pela liderança mundial em estudos e políticas eugênicas. Foi criada ali a “[...] Aliança Internacional de Organizações Eugênicas, exatamente no momento em que vários eugenistas e outros cientistas estrangeiros se dirigiam à Alemanha com o objetivo de estudar e conhecer as instituições científicas daquele país.” (WEGNER; SOUZA, 2013, p. 267). A convite da *Chimica Industrial Bayer Meister Lucius*, sucursal do Laboratório Bayer, Renato Kehl, funcionário na época¹⁶, esteve na Europa por algumas semanas com o objetivo de conhecer a cultura germânica¹⁷ e as práticas eugênicas nórdicas (SOUZA, 2006a).

Inspirado nas políticas alemãs de *Rassenhygiene* (Livre-tradução: higiene racial), durante a I CBE (1929), Kehl posicionou-se contra a mestiçagem e passou a defender, através do BE (1929-1933), o modelo nazista de controle social como sendo o mais eficaz no combate à *degenerescência*. Sua posição pretendia pôr a hibridização em xeque no Brasil. Essa atitude não obteve o resultado esperado, nem entre seus próprios correligionários. Com o fortalecimento da eugenia *dura* (anglo-saxônica) no discurso de Kehl, houve uma redefinição do eugenismo (pré-1929), que passou a ser entendido não mais na ordem da eugenia e, sim, como prática de higiene. A cisão entre o discurso eugênico e o movimento antropológico-sanitarista desdobrou-se da discussão acerca do papel da educação na regeneração biossocial.

De acordo com o eugenista britânico K. E. Trounson, a eugenia exercida no Brasil gerava certa confusão, visto que a prática, aqui, foi similar ao que se compreendia por higiene social. O viés eugênico brasileiro diferenciava-se do mendelismo ao pautar-se por um caráter mais sociológico e menos biológico. Após examinar o trabalho de Renato Kehl (1923), Trounson (1931) define a prática eugênica no Brasil como sendo da ordem da educação

¹⁶“Lutando pela difusão das suas ideias, Renato Kehl realizou conferências no Brasil, publicou mais de 30 livros, além de inúmeros artigos em jornais. Durante os anos em que exerceu cargos na administração pública (1919-1927), dentro do Serviço de Profilaxia Rural e no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ajudou a organizar o serviço de educação sanitária da Inspetoria da Lepra e das Doenças Venéreas, subordinado ao DNSP, tendo sido também o responsável pelo Museu de Higiene que esse setor apresentou na exposição comemorativa do Centenário da Independência (1922). No Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural (DNSP) trabalhou durante três anos (1919-1922) como inspetor sanitário rural e também como chefe do posto médico-sanitário em Merity, passando depois para o serviço de Educação e Propaganda Sanitária (1923-1924). Tendo-se exonerado do DNSP em 1927, ingressou na companhia Bayer.” (SANTOS, 2008, f. 14).

¹⁷“Após chegar ao poder, Hitler passou a suprimir as manifestações artísticas públicas, peças, filmes e exposições de arte que ele julgava ‘impuros’ e ‘enfermos’. Já em 1933, os termos ‘judeu’, ‘degenerado’ e ‘bolchevique’ eram usados para designar a arte moderna. Com o tempo, na sua estratégia de propaganda contra essa nova forma de expressão, o Partido Nazista passou a promover exposições e propagandas onde pinturas modernas eram colocadas ao lado de fotos de pessoas com defeitos físicos, com o intuito de evidenciar os descaminhos e as impurezas característicos da nova arte. De fato, buscar figuras deformadas em meio às obras do expressionismo não era tarefa das mais difíceis, e logo surgiu a ideia de se organizar uma grande exposição da ‘Arte Degenerada’, que seria contraposta a outra da ‘Grande Arte Alemã’, inaugurada um dia antes.” (FERRAZ, 2015, p. 56).

sexual e de exames pré-nupciais, pois os eugenistas brasileiros negligenciavam as questões relativas à genética e à seleção natural e social.

O desalinho a respeito da eugenia brasileira, ao qual Trounson (1931) se referiu, foi ratificado por Kehl em seu livro *lições de Eugenia* (1929). No Brasil, nunca houve eugenia, mas práticas de eugenismo, de *Eutecnia* (DOMINGUES, 1933), “[...] ou saneamento geral propriamente dito.” (STEPAN, 2005, p. 103). Todavia, diante do fato de que a eugenia seria capaz de abranger os mais diversos problemas sociais (PENNA apud KEHL, 1920b), Domingues assume a *eutecnia* e pretere a eugenia. Apesar de praticar a eugeniização em animais, a fim de aprimorar e melhorar as raças bovinas, ele não achava viável sua aplicabilidade aos humanos. Diante disso, Renato Kehl procurou alertar em suas obras sobre a confusão entre “[...] as práticas eugênicas com as propostas pela eutecnia que, por serem de ordem paracínética, não influem sobre a individualidade genética. A eutecnia ocupa-se, apenas, de melhorar o ambiente, para torná-lo mais propício à vida dos indivíduos.” (KEHL, 1935, p. 17). Conforme publicado no BE (KEHL, 1929b, p. 1):

Eugenismo é educação, é saneamento, é higiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficia o homem, reverte, direita ou endireita em benefício da sua próle. Não se deve, portanto, capitular da eugenia o que é eugenismo. Para concluir: A eugenia é ciência do aperfeiçoamento físico, psíquico e mental do gênero humano, tendo em conta as disposições hereditárias da semente e as medidas que a beneficiem através das gerações. O eugenismo corresponde ao culto e à prática de ação eugênica no sentido amplificado, sem limite claro e explícito, visando proteger e favorecer o indivíduo em relação a si próprio e ao meio que o cerca.

Mesmo após a publicação de seu livro *Lições de Eugenia* (1929), cujo objetivo foi o de desmistificar as ambiguidades acerca das práticas de eugenia realizadas no Brasil, certas confusões teóricas, a respeito de determinadas correntes biológicas, permaneceram. O “[...] neolamarckismo de Edward Drinker Cope, o neodarwinismo de Weismann, o pré-adaptacionismo de Cuénot, o mutacionismo de De Vries e a teoria do cromossomo de Morgan – todos eram apresentados ao leitor brasileiro sem qualquer discriminação entre eles.” (STEPAN, 2005, p. 105)¹⁸.

Segundo preceitos da época, a eugenia seria a *ciência* responsável pelo aperfeiçoamento físico, intelectual e moral da espécie humana. Eugenismo, por sua vez,

¹⁸“Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Belisário Penna, Monteiro Lobato, Silvio Romero, Renato Kehl, Roquette-Pinto e outros, quase todos, em maior ou menor grau, pelo menos em algum momento de suas vidas pensaram a miscigenação racial como sinônimo de degeneração étnica, moral e física. Certamente, influenciados pelo conjunto de materiais ideológicos vindos da Europa, como o Positivismo de Comte, o Evolucionismo de Spencer, o Naturalismo de Taine e Buckler, a Etnologia de Gobineau, além das idéias de Darwin.” (SANTOS, 2008, f. 158).

referia-se à educação eugênica, que visava instruir o *eugenizado* à luz da higiene e da consciência de seu valor biogenético para o corpo social. Em suma: para o “[...] eugenista alemão Wilhelm Schallmayer ‘a eugenia é a higiene do genótipo enquanto a higiene pessoal é a do fenótipo’.” (STEPAN, 2005, p. 77).

Durante esse período, tentou-se justificar por meio da eugenia a eliminação das minorias consideradas *inaptas*, sendo assim, nesse subcapítulo, o objetivo principal foi o de demonstrar de que forma a miscigenação foi percebida como um problema nacional a ser enfrentado pelas autoridades políticas nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República. O advento da eugenia (1875) reacendeu os debates acerca da hibridização do povo brasileiro. Basicamente, o processo de eugeniização social se daria de três maneiras possíveis: “1º Eugenia positiva, favorável a uma procriação sã; 2º Eugenia negativa contrária à procriação dos seres defeituosos; 3º Eugenia preventiva, que se preocupa em premunir a raça dos venenos que a podem atingir;” (TEPEDINO, 1914, p. 134). Apesar disso, o viés radical da eugenia, que se fundamentou teoricamente no mendelismo, acabou sendo preterido devido à influência da Igreja e à oposição dos movimentos antropológico-sanitaristas. Assim, optou-se pela via sociocultural na *regeneração* da nação. “A mistura de raças que outrora condenava a civilização brasileira, como em Nina Rodrigues, passou a ser, a partir do início do séc. XX, uma saída eugênica [eugenismo].” (SILVA, 2014, p. 901), pautada no neolamarckismo e não no discurso biológico racista de Renato Kehl.

Em suma, na visão *roquetteana* a questão racial é descartada em virtude de que a educação e a miscigenação seriam perfeitamente capazes de suprir uma possível carência biológica e/ou sociocultural, desde que os indivíduos não sejam mórbidos. Assim definia: “[...] a mestiçagem só é um mal quando realizada ao deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família.” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p. 23). Ainda segundo o antropólogo:

Do ponto de vista fisiológico, as pesquisas provaram que os cruzamentos entre branco e negro, e branco e índio dão sempre tipos normais, a menos que os progenitores sejam portadores de herança mórbida. Em geral, tem-se o hábito de considerar degenerados, mestiços que são apenas doentes ou disgênicos. Não é o cruzamento; é a doença a causa do aspecto débil de muitos deles. (ROQUETTE-PINTO, 1982, p. 94).

O recorte histórico dessa pesquisa centrou-se basicamente na década de 1920, devido aos movimentos culturais ocorridos em São Paulo e à primeira Conferência nacional sobre educação. Esses eventos visaram debater os rumos educacionais do país, no intuito de formar o brasileiro de futuro, garantindo, assim, a inserção da nação no cenário mundial. A eugenia

ainda gozava de certa influência nesse período e suas práticas permaneceram no Governo Vargas, principalmente em relação às políticas de imigração, de educação do corpo, ao estímulo à paternidade digna, ao controle dos *degenerados patológicos*, e à promoção dos cuidados em relação aos *bem-nascidos*, que seriam fundamentais na defesa no aprimoramento da espécie.

4.3 A Eugenia na Década de 1930: a permanência de práticas eugênicas na Era Vargas

No Governo Vargas, a eugenia manteve-se presente nas propostas políticas e educativas, no que concerne aos cuidados com o corpo, tal como o combate aos vícios, a maternidade consciente, o controle da imigração e a promulgação de leis trabalhistas. Referente aos dois últimos itens, destaco que o controle no fluxo imigratório se faria necessário, devido ao fato de que as autoridades buscavam eugenizar o país através do incentivo da vinda de europeus. Nesse processo de aprimoramento da espécie, não adiantaria melhorar o corpo do indivíduo e deixá-lo imerso em condições precárias, insalubres, de moradia e de trabalho. É aí que se torna importante a constituição de leis laborais que visassem as condições mínimas de trabalho e de lazer. Com isso, além de aumentar a produtividade, garantia-se a *vida útil* do operário por mais tempo, evitando, assim, o desperdício de um corpo eugenizado.

Tanto Renato Kehl, quanto Roquette-Pinto embasaram suas teorias no mendelismo, tendo como principal referencial o eugenista Davenport. A diferença entre ambos está na interpretação da teoria de Mendel. Enquanto que para Kehl (1933) haveria uma classificação entre as *raças*, Roquette-Pinto (1927; 1933) divergia de sua hipótese, pois para ele a diferença entre indivíduos seria fruto do meio em que se vive e não um resultado *racial*. Todavia, o mendeliano Roquette-Pinto não concordava que o ambiente atue na melhoria e tampouco na hereditariedade dos caracteres adquiridos, para ele o meio não interferiria no germinoplasma.

Ainda assim, segundo Roquette-Pinto, o meio e a educação desempenhariam um papel fundamental na preservação do corpo eugenizado, que sob o ponto de vista *roquettiano*, nada teria a ver com a *raça* em si. No intuito de elucidar o pensamento de Roquette-Pinto, trago o seguinte exemplo: Uma pessoa que tenha um histórico de obesidade e/ou diabetes em sua genealogia, sob o ponto de vista da genética, passaria os genes destes distúrbios aos seus descendentes. No entanto, se este mesmo indivíduo tomar os devidos cuidados com a sua saúde, possivelmente ele não desenvolverá essas doenças, pois há uma *soma* positiva em seu *plasma* (caracteres) – somatoplasma, o que não impediria a manifestação de tendências

hereditárias de tais anomalias em seus herdeiros genéticos. Na perspectiva lamarckiana, essa teoria não era aceita, pois ao não desenvolver a doença em vida, o sujeito modificaria o seu genoma, eliminando possíveis deficiências de seu germinoplasma e se tornaria *puro*.

Oposições ideológicas e políticas à parte, todos os envolvidos no Governo Vargas convergiam nos seguintes quesitos: a falta de instrução do povo brasileiro, a educação precária, os problemas de higiene e sanitários, e a necessidade de melhorar o biótipo da espécie. A questão da *degenerescência* foi amplamente debatida na I CNE. Para Belisário Penna, a *degeneração* seria causada pela incapacidade e *ignorância* da maioria dos cidadãos frente ao assunto, conforme ilustra o excerto nº 17:

Excerto 17: A necessidade da educação frente à falta de instrução nacional acerca dos *benefícios* do melhoramento da espécie

TESE Nº1: POR QUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR

Se mais de 90% dos brasileiros não sabem ou não têm suficientemente educadas a inteligência e a vontade para defender e melhorar incessantemente a própria vida, é evidente que não contribuem para a defesa e melhoramento da vida da família, da sociedade e da espécie. Ao contrário, o seu concurso de indolentes, de depositários e propagadores de doenças e taras patológicas é o de contínua e progressiva degeneração da família, da sociedade e da espécie.

Dos poucos brasileiros que sabem defender e melhorar a própria vida, insignificante fração preocupa-se com a defesa e melhoramento da sociedade, contando-se pelos dedos os que cogitam do aperfeiçoamento da espécie.

Precisamos sair urgentemente da deprimente situação em que se encontra o Brasil, cuja população, em esmagadora maioria, realiza apenas, em péssimas condições, não a finalidade biofísica do homem, mas a instintiva dos irracionais, que consiste na materialidade da conservação do indivíduo, pela nutrição, e de perpetuação da espécie, pela reprodução. (PENNA, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 30).

A baixa escolaridade da nação seria um problema, independente de adeptos (ou não) da eugenia. As autoridades concordavam entre si sobre o problema de o Brasil estar fortemente relacionado com as baixas qualidades do ensino brasileiro. Somado a isso, se debatia sobre a *degenerescência* biossocial brasileira, mais precisamente se ela seria fruto de um determinismo biológico (KEHL, 1933) ou sociocultural (ROQUETTE-PINTO, 1933; 1936).

De acordo com Kehl (1929, p. 147):

[...] a educação e as injunções religiosas não bastaram para moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais filantrópica. Isso porque o homem continuou escravo de sua natureza particularíssima, indelével a simples influências morais e mentais, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável – a hereditariedade.

Segundo o qual, o mestiço seria um indivíduo *degenerado* tanto física quanto moralmente.

O mestiço brasileiro de branco e preto (mulatos), são, na maioria, elementos feios e fracos, apresentando com frequência, os vícios dos seus ancestrais. De grande instabilidade de caráter constituem, pois, elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista étnico e social. (KEHL, 1933, p. 13).

O atraso nacional estaria intimamente relacionado ao patrimônio genético do povo brasileiro, alvo de incessantes debates em distintas áreas do saber, tais como a antropologia, a eugenia, a medicina e a educação. Ao analisar o quesito ensino em si, nos relatórios da atividade da ABE durante a I CNE, objeto da presente pesquisa, destacou-se o problema biológico do brasileiro. A solução mais viável seria instituir um ensino pautado à luz da higiene e da eugenia, fazendo com que os indivíduos despertassem para a importância da biologia no melhoramento físico, intelectual e moral da espécie. O perigo da *degeneração* acometia os principais intelectuais desse período. Logo, eugenizar seria uma resposta plausível frente à *desgraça* que se avizinhava. A eugeniização ocorreria através do aumento na oferta do ensino público e da formação adequada dos professores, que passariam a atuar junto a médicos eugenistas na avaliação estudantil. No excerto nº 18, segue uma passagem do material que denota a ideia que foi discutida neste parágrafo.

Excerto 18: A necessidade da educação higiênica, sanitária e eugênica para o progresso nacional

TESE Nº8: A ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO DE 1927

Imensa maioria da população brasileira desconhece rudimentos de biologia e de higiene; vegeta, por isso, em apavorante estado patológico e de miséria, sem capacidade para exercer a finalidade biológica do homem, de defesa e melhoramento incessante da vida individual, da família, da sociedade e da espécie, reduzido a realizar, em péssimas condições, a finalidade bioinstintiva dos irracionais, limitada a conservação do indivíduo, pela nutrição, e a da espécie, pela reprodução. Ao contrário, o seu concurso de indolentes, de depositários e propagadores de doenças e de taras patológicas é o de contínua e progressiva degeneração da família e da raça.

Da incapacidade biofísica do povo brasileiro resulta o trabalho escravizado e improdutivo, a miséria econômica, a falência financeira, a do caráter das elites e uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem ideais, sem rumo e sem aptidão para criar a consciência nacional.

Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos de higiene e da eugenia, como indispensáveis à prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie.

Enquanto não educarmos convenientemente o nosso povo, a fim de cumprir a sua finalidade biológica, não teremos o direito de convidar elementos sadios de outros povos para serem devorados neste sorvedouro de ignorância e de endemias. (ATIVIDADE DA ABE, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 88).

Na contramão desse discurso, Manuel Bonfim (1868-1932) entendia que não haveria “[...] nenhum motivo biológico para duvidar do futuro do Brasil como incapacidade das suas raças.” (BONFIM, 1997, p. 183). Sendo assim, conforme interpreta Lowi (2006, p. 100), “[...] com o determinismo biológico ou climático em voga entre alguns penados latino-americanos,

Bomfim explica que o parasitismo social, ao contrário do parasitismo biológico, não é uma situação imutável: ele é curável pela educação."

As posições relativas à eugenia não se atrelaram à questão científica em si, mas sim nas posições políticas e ideológicas, às quais estavam imersos seus defensores. Sob o âmbito do discurso radical, a educação, por si só, não seria suficiente para regenerar e/ou garantir uma vida eugenizada, visto que a eugenia estaria intrínseca à constituição biológica. Desta forma, o indivíduo já nasceria propenso às inclinações biossociais, tais como vícios e taras.

A eugenia era o assunto da moda e sinônimo de progresso, entretanto, na visão de Roquette-Pinto (1936), os *eugenistas apressados* defendiam-na sem mesmo compreendê-la: "[...] certas soluções seguras para alguns problemas sociais, nem sempre, nos planos mais elevados, as soluções podem ser puramente biológicas." (ROQUETTE-PINTO, 1936, p. 180). Os males que acometiam negros e mestiços ocorriam na ordem do determinismo social, e não *racial*. A saída, para isso, se daria num meio sanado e numa educação de qualidade extensiva a todos os indivíduos, independente da raça, pois "[...] a reprodução eugênica não apresentaria a estabilidade genética imaginada por muitos eugenistas." (ROQUETTE-PINTO, 1931, p.31 apud SOUZA, 2016, f. 103).

Discordando de Roquette-Pinto, em relação ao problema de o Brasil ser de ordem social, Vianna (1922) não via a questão do negro da mesma maneira. Na visão dele, todos os indivíduos tinham as mesmas condições biológicas e sociais, diferentemente do que acontecia nos Estados Unidos, onde a população negra era segregada. Nas palavras de Vianna (1922, p. 277):

Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades sociais as mesmas oportunidades políticas. Está, por exemplo, ao alcance de todos, propriedade da terra. Francos a todos, os vários campos do trabalho, desde a lavra da terra as mais altas profissões. Quanto aos direitos políticos, não figura em nossas leis, entre as condições da sua investidura, o critério das raças.

Controvérsias à parte, os dois principais nomes do discurso eugênico brasileiro, nesse contexto, Roquette-Pinto e Renato Kehl atuaram juntos no Governo Vargas. Cabe aqui ressaltar que a diferença entre eles estava em torno da aplicabilidade e do método eugênico a ser praticado no Brasil. Para Kehl a eugeniização deveria seguir as leis da biologia, ao passo que para Roquette-Pinto, o melhoramento deveria acontecer em torno do viés sociológico, uma vez que o indivíduo se *degeneraria*, devido às precárias condições sociais, não tendo a ver com a *raça*.

Em face dessa nova ótica liberal, baseada no fordismo, que exigia das nações um novo tipo de indivíduo, para um país se industrializar, seria necessário dispor *sujeitos eugenizados* ou melhorar o patrimônio biogenético de seu povo através de autocuidados com o corpo.

Economicamente, a sociedade repousa na produção do trabalho; logo, o homem deve ser um animal forte [...]. Concluímos daí que o melhoramento do homem deve tender para a produção de animais humanos com as três grandes características – fortes, sadios de espírito e inteligentes. (DOMINGUES, 1929, p. 129).

No entendimento de Lindolfo Xavier, a educação fundada em princípios liberais, sobretudo no fordismo, seria o futuro pedagógico. É algo necessário para o desenvolvimento da nação brasileira. O progresso tinha nome e sobrenome, Henry Ford. Através desse modelo econômico, as pessoas seriam *incluídas* de algum modo, ou seja, independentemente de sua condição, todos teriam um lugar a ocupar nessa nova sociedade liberal. De acordo com os excertos nº 19 e nº 20, tanto Xavier quanto Magalhães deixam clara a intenção de formar o indivíduo para o trabalho, o que não excluiria ninguém do corpo laboral.

Excerto 19: A educação física e moral frente ao espírito liberal

TESE Nº 05: NECESSIDADES DA PEDAGOGIA MODERNA

O caráter das gerações futuras dependerá da saúde física e moral que se lhes der e de preparação e meios de defesa com que se as armar.

A Pedagogia moderna tem que defender a saúde e a vida, combatendo os tóxicos, ensinando a ginástica, a higiene; tem que pregar os princípios do método e da sobriedade, aparelhando o indivíduo para a vida ambiente.

A verdadeira Pedagogia ensinará os meios práticos de vencer na vida: pela preparação técnica, pela educação da vontade, pelo saneamento do corpo e do espírito; pelo estudo do meio físico e moral.

Toda verdadeira Pedagogia tenderá para o ensino da Economia, no tempo e no espaço. Tudo no melhor processo, com o mínimo de dispêndio e o máximo de proveito, na maior velocidade.

Toda Pedagogia moderna será fordiana: irá buscar nos livros de Ford os processos da vitória, com o máximo de humanidade, no mais intenso sistema de economia, com a generalidade das especializações. Para o fordismo não há aleijados, não há inúteis; todos cooperam para a obra geral. (XAVIER, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 71).

Nas palavras de Magalhães (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 114):

Excerto 20: A inclusão de todos no mundo do trabalho

TESE Nº13: SELEÇÃO E ESTALONAGEM DAS CLASSES INFANTIS PELA PSICOMETRIA E PELA FISIOMETRIA

A primeira, de ordem pedagógica, exige que todo indivíduo, qualquer que seja seu desenvolvimento físico ou mental, aprenda a trabalhar dando o máximo de rendimento que lhe for possível. A segunda, condição higiênica, permite que a criança evite todo esforço demasiado no cumprimento da primeira cláusula. Daí a vantagem das classes selecionadas.

Diante dessa nova conjuntura em que se necessitava moralizar, formar e preparar o indivíduo para o trabalho, o Governo Vargas instituiu, em 1930, o Ministério da Saúde e Educação Pública. A partir de 1935, é posta em prática uma reforma no ministério, que define os rumos que a educação e a saúde pública deveriam seguir, para que o Brasil se desenvolvesse. A intenção em promover um ensino nacional tinha por intenção formalizar o pacto federativo. Em 1937, estando no MESP, Gustavo Capanema (1900-1985) reformulou “[...] a estrutura administrativa e adequando-a aos princípios básicos que haviam definido a política social do Estado Novo.” (HOCHMAN, 2005, p. 131).

Dadas as dimensões territoriais do país, seria preciso recrutar mão de obra estrangeira, e é nesse cenário político-social que os dois principais expoentes da eugenia brasileira irão divergir a respeito de questões como esterilização e imigração durante o Governo Vargas. O movimento eugênico, então, passa a ser subdividido em dois principais blocos antagônicos em relação às políticas migratórias. De um lado, os apologistas da eugenia radical, professada no Brasil por Renato Kehl, Oscar Fontenele, Ernani Lopes, Azevedo Amaral, Juliano Moreira, Miguel Couto (1900-1969) e Xavier de Oliveira. De outro, o bloco opositor e defensor de uma intervenção eugênica *branda*, articulada à antropologia e à sociologia, foi liderado por Roquette-Pinto e tinha como correligionários, Belisário Penna, Fróes da Fonseca, Levi Carneiro e Fernando Magalhães (SOUZA, 2006a). Na verdade, a coalizão intelectual liderada por Roquette-Pinto não mais se pautava na eugenia, nem *suave* e tampouco *dura*. O que eles propunham, de fato, eram medidas saneadoras, e não eugênicas, pois não incidiam sobre os mecanismos de hereditariedade. Essas propostas caracterizaram a chamada *eugenia latina*, que foi implantada em países como França, Bélgica, Espanha e Itália.

Sobre os cuidados com o corpo, Nicolau Meira de Angelis entendia que a higiene seria uma forte aliada para o progresso nacional. O atraso estaria correlacionado justamente à falta de condições sanitárias e as baixas instruções, o que favoreceriam a *degenerescência* do brasileiro.

Excerto 21: A influência da higiene na constituição do intelecto, na moral, no artístico e físico do indivíduo frente à *degenerescência*

TESE Nº 78: PELA PERFEIÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA

A DEGENERANÇA

Se, por um lado, as salutares influências da higiene, do trabalho intelectual, moral, artístico e físico podem determinar as raças excelentes condições do progresso, os primores, os encantos e as maravilhas da perfeição, vários fatores de degeneração concorrem para o seu aniquilamento.

Não se cansam os médicos de apontar, em estatísticas que os jornais publicam, os ruinosos e desastrosos efeitos da degeneração. Andam em livros, em artigos de jornais, em revistas, em compêndios inúmeros, preciosos apontamentos sobre a degeneração. As estatísticas, longe de diminuírem, continuam numa fase ascendente, a revelar as misérias e os horrores da própria vida. E, por isso mesmo, como fatores perniciosíssimos a evolução, as moléstias infecciosas depauperam, aniquilam, deprimem, matam, horrorizam, mutilam e flagelam a humanidade. Daí a corrupção, o depauperamento, as condições de atraso, de inferioridade. (ANGELIS, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 439).

Se haveria diferenças biológicas entre as *raças*, elas poderiam vir a ser superadas por meio da educação, haja vista que o determinismo social (nurture – cultural/adquirido) se sobressairia sobre o determinismo biológico¹⁹ (*nature* - inato). Em prol do aprimoramento físico, intelectual e moral da *raça* brasileira, seria necessário que o ensino fomentasse as condições ideais para que isso ocorresse. Perpassando pela formação de professores, a constituição de um ambiente escolar, cuidadosamente planejado e sanado, alinhavado à educação e à higiene, seria crucial nesse processo de regeneração da espécie.

As questões referentes ao determinismo social ou biológico não se restringiram apenas aos debates pedagógicos da época; elas foram debatidas durante o *I CBE*. Se na educação, a eugenia, em especial a *dura*, estava sendo posta em xeque, noutras áreas sociopolíticas, o discurso eugênico mendeliano ainda gozava de plena influência. Fortemente expressa no Governo Vargas, em 1929, foi definido que os imigrantes deveriam ser categorizados em *muito desejáveis e indesejáveis*. Para os eugenistas, essas concepções ocorriam em torno da divisão *racial*, ao passo que para os partidários da antropologia *roquetteana*, a *raça* não tinha nenhuma relevância. Dispondo de uma boa constituição genética, a entrada de indivíduos de diferentes etnias no Brasil não traria problema, desde que fossem biologicamente sadios (CARVALHO, 2014). Nas palavras de Souza (2011, f. 182):

Sob o ponto de vista médico-sociológico, a dedução é fácil, pois que o mau elemento só nos prejudicará, e porque, mesmo admitido, só seria de conceber-se o homem eugênico dentro da concepção: física, psíquica e moral. Será absurdo que entre nós penetre elemento que não se disponha ao trabalho e que, além disso, seja portador de enfermidades transmissíveis ou de estados mórbidos que inutilizem o próprio indivíduo.

De acordo com o excerto acima, negros, japoneses, judeus, ou quaisquer outras etnias, não representariam um risco social para o país, desde que dotados de boa condição física,

¹⁹“Como a eugenia lamarckiana não traçava uma dicotomia simples entre ‘natureza’ e ‘cultura’ (nature e nurture), poder-se-ia presumir que melhorias na formação implicariam melhor adequação hereditária ao longo do tempo. Essa visão ‘otimista’ da possibilidade de aprimoramento hereditário era contrabalançada por uma visão ‘pessimista’ de que o peso acumulado das influências ambientais negativas do passado haviam criado condições hereditárias tão totalmente degeneradas que seria difícil melhorá-las com rapidez. Nas atividades públicas do início da década de 1920 no Brasil, predominou o estilo otimista da eugenia lamarckiana. Estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ‘ramo’ da higiene.” (STEPAN, 2004, p. 348).

mental e moral. No entanto, com a tramitação da Lei de Cotas (1921), os japoneses, assim como outros povos (ciganos e judeus), tiveram o fluxo migratório restringido a 5% - percentual baseado numa média estipulada de acordo com a migração ocorrida nos últimos 50 anos. Tendo sido aprovada essa lei, tanto Andrade Bezerra (Pernambuco) quanto Cincinato Braga (São Paulo), deputados federais na época, condenavam explicitamente a imigração de negros. O Projeto de Lei nº 209, de 1921, gerou debates acalorados na câmara a respeito da questão *racial* (CARVALHO, 2014).

Conforme Santos (2008) e Stepan (2005), as políticas públicas sobre miscigenação no Governo Vargas tiveram forte influência de propostas eugênicas que foram apresentadas no I CBE. Referente às proposições sobre imigração, Roquette-Pinto concordava, em parte, com Oliveira Vianna, o qual esteve à frente do Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940 e fez uso das propostas eugênicas sobre imigração de Azevedo Amaral. Assim como Vianna, Roquette-Pinto e Renato Kehl também fizeram parte do Ministério do Trabalho, ao participarem de um comitê especial, responsável por aconselhar sobre os problemas de imigração. Nesse processo, havia a intenção de se criar um “[...] sistema estatal de identidade.” (STEPAN, 2005, p.173). Desta forma, no ano de 1933, o Dr. Leonídio Ribeiro (1893-1976), discípulo de Afrânio Peixoto, cria o Gabinete de Identificação. Essa repartição do governo esteve intimamente ligada ao chefe de polícia da época, Filinto Müller (1900-1973). O objetivo dessa ação conjunta era o de atualizar as técnicas biotipológicas criminais, que auxiliariam tanto na identificação, como no tratamento de criminosos patológicos.

O Brasil, devido ao seu vasto território e à crescente industrialização e urbanização, carecia de pessoas para cumprir funções laborais. Mesmo assim, não era qualquer espécime que podia migrar, havia a necessidade de cumprir alguns pré-requisitos, embasados em valores físicos, intelectuais e morais. Diante disso, proibia-se a entrada de mendigos, vagabundos e ciganos, além, é claro, do estabelecimento de cotas para negros e asiáticos. Estabelecendo uma alusão aos judeus, Roquette-Pinto se opôs ao termo *ciganos*, presente na proposta de Amaral. O fato de serem pertencentes a determinado grupo étnico, não implicaria *degenerescência*.

A restrição à vinda de certos tipos étnicos, referente ao Governo Vargas, destaco que tal política já ocorria desde os anos de 1920. Naquele período, no intuito de estimular o povoamento da região, o Estado do Mato Grosso (MT) instituiu políticas que atraíssem mais imigrantes. Contudo, Arthur Neiva, Ministro das Relações Exteriores, não entendia porque o Brasil iria querer recrutar negros para esse fim e que isto representaria um retrocesso, tendo em vista que o país estava passando por um processo de branqueamento. Essa posição ocorreu

em forma de protesto contra o governo dos Estados Unidos, que pretendia enviar ao Estado do Mato Grosso um grupo de indivíduos de matriz africana. Para Neiva (1927), esse “[...] presente de negros [...]” (SOUZA, 2009, p. 259) soava como um ultraje ao projeto político-social brasileiro, justificando sua oposição à entrada de negros no país, com base nos estudos de Lacerda (1911), referentes ao projeto de branqueamento da população brasileira, pensado para o país em 100 anos.

Diante dessas biopolíticas de cotas raciais de imigração, independentemente da origem, foi vetada a entrada dos negros no Brasil, conforme a Emenda 21-E editada por Miguel Couto, e, no caso dos nipônicos, sua imigração seria restrita a 5% do contingente imigratório dos últimos 50 anos, conforme já mencionado. Com base na eugenia, pretendeu-se selecionar os tipos desejáveis sob a matriz *racial*. Entretanto, sendo através da *raça* ou da nacionalidade, certos tipos étnicos não foram autorizados a imigrar, sob o pretexto de estarem em situação de *degenerescência*. Logo, não trariam valor biológico para a nação, pois pouco contribuiriam para o aprimoramento físico, intelectual e moral do brasileiro. É importante ressaltar que, ao se substituir o termo *raça* por nacionalidade, não se desfez, de modo algum, o preconceito arraigado a uma parcela da elite política, o que fica explicitado nas palavras do jurista Júlio de Rêvoredó (1933, p. 167):

O máximo que poderíamos realizar nessa matéria seria procedermos a uma seleção de nacionalidades. Dizemos nacionalidades, primeiro porque devemos repudiar, por odioso, todo e qualquer preconceito de raça, e depois porque umas tantas etnias indesejáveis, como as denominadas populações vagabundas, constituídas por ciganos, boêmios, etc., estão hoje englobadas em quadros nacionais.

Sobre as emendas do artigo 121, § 6º, Revorêdo (1933) atribuiu a Miguel Couto (3-12-1930) a iniciativa à restrição *racial* de imigrantes, o que foi seguido e endossado por Xavier de Oliveira (27-12-1933), Arthur Neiva (24-12-1933) e Levy Carneiro (11-3-1934) – (CARVALHO, 2014). A saber:

Emenda Miguel Couto – 3-12-30 – É proibida a imigração africana, e só consentida a asiática em proporção de 5 por cento anualmente sobre a totalidade de emigrantes dessa procedência existentes no território nacional. É vedado ao Estado fazer contratos para introdução de imigrantes em contravenção do disposto neste artigo.

Emenda Xavier de Oliveira – 27-12-33 – Para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negras e amarela de qualquer proveniência.

Emenda Arthur Neiva – 24-12-33 – Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa em qualquer ponto do país.

Emenda Levy Carneiro – 11-3-34 – É proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática em proporção não superior a 2 por cento,

anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessas procedências, já existentes no território nacional. (CARVALHO, 2014, f. 82-83).

Ainda assim, Rêvoredado criticou as emendas com bases raciais. Para ele, o importante era a nacionalidade em si, o que nada teria a ver com a *raça*. Com a entrada em vigor do Tribunal Biológico na Alemanha Nazista²⁰, a esterilização eugênica esteve em pauta no Governo Provisório (1930-1934). Entusiasta dessa prática, Kehl via, nesse processo, o fomento necessário para limpar da nação todos os *degenerados morais* (vadios, alcoólatras, tarados, etc.), ao passo que, para Roquette-Pinto, esta saída não seria plausível. Ao esterilizar os indivíduos, esse procedimento poderia privar a nação de uma prole saudável, haja vista que a ciência eugênica não garantiria que a conduta, boa ou má, estaria arraigada à constituição genética. Para Roquette-Pinto, essas postulações fundamentavam-se em preconceitos de ordem pessoal, carecendo de empiria, como ele próprio definiu: “[...] eugenistas apressados [...]” (ROQUETTE-PINTO, 1931, p. 31 apud SOUZA, 2016, p. 103). Corroborando nesse sentido, Fonseca (1919) criticou duramente a eugenia, sobretudo o viés biológico e racista postulado por Kehl na época:

Enquanto vai a ciência abrindo penosamente o seu caminho, segue-lhe os passos dos aproveitadores do momento, dos que, à sombra do seu prestígio, fazem de hipóteses dadas como fatos, de afirmações transfiguradas em documentos, de fragmentos doutrinários torcidos e ajeitados a qualquer tese e tudo bem vestido de eloquência, a obra que se populariza por que não combate senão favônios preconceitos reinantes [...]. E mais que tudo, é lamentável que tais coisas façam prosélitos e encontrem repetidores que querem a viva força criar o preconceito racial, com toda a gravidade dos seus problemas, onde ele é, mercê de Deus, praticamente melhor. Tal é o caso infelizmente do livro que acaba de ser distribuído, por ocasião deste congresso, pelo Dr. Renato Kehl, sob o título ‘Lições de Eugenia’. (FONSECA, 1919, p. 78).

No âmbito da educação, a eugenia se manteve presente no Governo Vargas ao ser promulgada na Constituição de 1934, o que denota a apreciação que as autoridades políticas tinham pelo discurso eugênico na época. Isso se deve ao BE e ao I CBE, que se constituíram em uma potente ferramenta de difusão do discurso educacional eugênico. Após a constituinte de 1934, foram instituídas novas diretrizes educacionais em solo nacional. A eugenia se fez presente, conforme trecho extraído do Artigo 138:

[...] b) estimular a educação eugênica; [...] e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças

²⁰O tribunal de eugenia seria o responsável por julgar e condenar pessoas consideradas *degeneradas* a penas como reclusão, esterilização e reclusão compulsória, uma vez que elas trariam risco biológico ao corpo social alemão (UM TRIBUNAL..., 1924 apud Black, 2003).

transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. (BRASIL, 1934).

Durante esse ensaio, percebi que a eugenia, presente naquele contexto, ainda permeia presente de outros modos. Suas práticas se ressignificaram, todavia a finalidade em prol de um corpo e de uma prole *bem-nascida* (e a importância disso para a sociedade), prevaleceriam como ideal de indivíduo ainda hoje. Desta forma, o brasileiro do futuro, segundo a *moral eugênica*, não se tratava de um super-homem, puro-sangue e *superior* às outras etnias, mas sim, de um sujeito “[...] equilibrado, normal, eugenicamente perfeito no qual se encontram harmonicamente plasmados os predicados físicos, morais e intelectuais, concomitantemente.” (KEHL, 1923b).

Na imbricação entre os saberes médicos e pedagógicos, referentes à eugenia e ao movimento antropológico-sanitarista nesse período, – tema do próximo capítulo –, busco compreender como essas relações de força coexistiram e atravessaram-se, entre si, na luta pela legitimação de uma biopolítica pública educacional. Esta, que almejava homogeneizar o corpo social brasileiro, senão pela *raça*, ao menos, culturalmente. Conforme o material, isso se faria necessário frente aos problemas biossociais que acometiam a nação.

Através desse levantamento preliminar sobre as condições sanitárias, as quais os brasileiros estavam submetidos, poderia se planejar um plano diretor para a regeneração da sociedade, pois de pouco adiantaria, para o país, um corpo eugenizado envolto a um ambiente insalubre. De acordo com o sanitarista Belisário Penna (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997), a homogeneização biossocial se daria a partir da homogeneidade do ensino, abarcando o idioma e o credo praticados no Brasil.

Excerto 22: A unidade nacional em prol da educação

TESE Nº 1: POR QUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR

A igualdade de idioma, de crenças, a uniformidade de leis e a educação, sobretudo a primária, quando visa a saúde organopsíquica e a unidade nacional, é que constituem os elos aspirações comuns, para as quais convergem todos os espíritos, formando uma mentalidade coletiva e criando a consciência nacional.

Esta, porém, só se firma nos povos em que predomina a normalidade biopsíquica, de que resulta o trabalho inteligente e produtivo, deste o bem-estar geral, a solidariedade e a moralidade. E o são psiquismo depende intimamente da saúde física ou normalidade orgânica, de onde a sábia sentença "mens sana in corpore sano". E o psiquismo é a razão de ser da vida humana; sem o psiquismo o homem não existe, embora vivo. Ele tem vida, mas não tem alma.

O psiquismo entre os povos castigados pela doença, pela ignorância e pelos vícios pouco mais é, em geral, do que o instinto dos irracionais, disso resultando uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem crenças, sem ideais, sem rumo e sem capacidade para criar a consciência nacional.

Quem percorre o território brasileiro e observa a apavorante condição patológica do povo, com a mentalidade envolta nas trevas da ignorância e do vício alcoólico, quem atenta a anarquia mental das classes dirigentes chega fatalmente a conclusão de que o trabalho improdutivo, a miséria econômica, a falência financeira e, pior ainda, a do caráter são conseqüências inevitáveis da doença multiforme e generalizada, da ignorância e do vício do povo,

inapto para cumprir a finalidade biológica do homem, para constituir uma mentalidade equilibrada e firmar a consciência nacional [consciência eugênica]. (PENNA, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, p. 30-31).

Com base no excerto nº 22, percebe-se que a diferença, ou melhor a diversidade biológica e social, eram entendidas como divisórias, algo que viria a ser danoso ao desenvolvimento da sociedade. Dez anos depois da I CNE, ao queimar em um ato simbólico, as bandeiras dos estados da federação no ano de 1937, e proibir em solo nacional, o ensino e até mesmo a pronúncia de idiomas estrangeiros – o que ocorre em 1938 – em nome da defesa da nacionalidade, Vargas pôs em prática o que já vinha sendo reivindicado por diferentes autoridades daquele evento. Somente através da unificação linguística e de credo é que se forjaria o Brasil do futuro, uma nação independente, com raízes culturais próprias. Um povo forte, miscigenado e único. Nasce, então, o tipo brasileiro.

No ímpeto de definir um modelo pedagógico indispensável para o progresso e para o melhoramento da sociedade, diferentes propostas educacionais estiveram presentes naquele período. Sendo assim, dando prosseguimento à pesquisa, no próximo capítulo, investigo e problematizo como esses debates sobre a educação estiveram relacionados ao discurso eugênico, no que tange à plena formação física, intelectual e moral do indivíduo, mais especificamente, no que se refere ao determinismo biológico e social.

5 OS DEBATES PEDAGÓGICOS OCORRIDOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM TORNO DA FORMAÇÃO FÍSICA, INTELECTUAL E MORAL DO BRASILEIRO

Excerto 23: A década de 1920 no contexto socioeducacional brasileiro

APRESENTAÇÃO.

A década de 20 foi extremamente rica para a Educação no Brasil. Assim como a Semana de Arte Moderna, em 1922, influencia, até hoje, toda a nossa produção cultural, os anos 20 fertilizaram o pensamento da Educação. A mobilização da sociedade e dos educadores não só manteve aceso o debate como impulsionou, em novembro de 1930, a criação do primeiro Ministério do setor, o Ministério da Educação e Saúde Pública. (COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997).

O decênio de 1920 foi o marco cultural e educacional da História do Brasil e, sem dúvida, a década da estruturação do ensino público. O ano de 1922, lembrado pelo lançamento da Semana de Arte Moderna, também marcou o Centenário da Independência, data que o Ministério da Justiça do Brasil escolheu para promover diversas Conferências sobre Educação. No ano seguinte, diferentes intelectuais tais como advogados, médicos, engenheiros e educadores uniram-se em torno de um mesmo ideal, a educação. Nesse ímpeto, criaram a Associação Brasileira de Educação (ABE), com o propósito de sistematizar as políticas pedagógicas da época, a fim de assumir, nacionalmente, o estudo e a coordenação de questões educacionais. Diante disso, instituiu-se, nos Estados, *reformas* que visavam a estruturação do ensino, antes inexistentes. Na década seguinte, em 1932, coube à ABE a redação final do Manifesto dos Pioneiros, o que evidencia claramente sua influência no campo da educação.

Nesse contexto, inúmeras reformas estaduais antecederam a I CNE (1927), dentre as quais, destacam-se: a ação nordestina de Lourenço Filho (1897-1970) no Ceará (1923), e de Anísio Teixeira na Bahia (1925). No Sudeste, a reestruturação educacional foi gerida por Antônio de Sampaio Dória (1883-1964), em São Paulo (1920); Francisco Campos (1891-1968), em Minas Gerais (1927); e Fernando de Azevedo (1894-1974), no Distrito Federal (1928) (ABRANTES, 2008). Também é importante frisar que, nesse período, ocorreram diversas greves ligadas ao movimento anarco-sindicalista, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Somado a isso, havia o problema da crescente urbanização e das condições precárias de higiene, pois fazia com que as propostas político-pedagógicas tivessem por intuito a moralização e o disciplinamento do corpo estudantil através da escola. É nesse espaço que seriam forjados os futuros operários da nação.

Conforme já mencionado, as reformas educacionais iniciaram com Sampaio Dória, que foi um político e professor alagoano, radicado em São Paulo, o qual promoveu uma

renovação no ensino paulistano. Essa reforma objetivou, entre outras coisas, a redução da permanência dos alunos na escola, diante da carência de vagas. Sua principal marca foi a racionalização administrativa e a inovação nos métodos pedagógicos, voltados para um ensino que tinha por objetivo a formação em massa. Por conseguinte, reduziu o tempo de alfabetização em dois anos, o que representou uma jornada diária de duas horas e meia de aula. O presidente brasileiro da época, Washington Luís (1869-1957), escolheu o reformador Sampaio Dória, por ele representar, segundo Cavaliere, “[...] a corrente liberal, a qual defendia a igualdade de oportunidades e a evolução pela educação. Era vinculado à Liga Nacionalista de São Paulo e via o analfabetismo como incompatível com a civilização.” (CAVALIERE, 2003, p. 32).

Nesse ímpeto reformador que tomava conta do Brasil, Anísio Teixeira, Diretor Geral da Instrução Pública na Bahia, destacou-se na promulgação da lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, que foi sancionada pelo governador Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932). Tal lei tinha por objetivo regulamentar a reforma da instrução pública. O artigo nº 64 desta lei, explicita a intenção de formar física e moralmente os indivíduos, principalmente o educando da zona urbana.

A – Nas escolas urbanas: língua vernácula; caligrafia; aritmética, noções de geometria; geografia, sobretudo do Brasil e da Bahia; noções de história do Brasil e da Bahia; instrução moral e cívica; noções de ciências físicas e naturais aplicadas e higiene; desenho; trabalhos domésticos; trabalhos manuais e prendas; exercícios ginásticos; canto. (LEI Nº 1846..., 1925, p. 190).

Teixeira, Azevedo e Campos, por sua vez, criticaram o modelo tradicional ao defender que o ensino deveria conferir maior dinamismo e propiciar possibilidades inclinadas ao desenvolvimento do raciocínio científico. Ao promover o ensino popular, Teixeira teceu algumas ressalvas ao modelo proposto por Dória, pois entendia que era necessário descentralizar o estado e tomar a educação como algo da ordem do experimentalismo (sala de aula, laboratório), conforme propôs o professor John Dewey (1859-1979) – expoente da escola progressista estadunidense. Embora reconhecesse o caráter social nas propostas paulistas, Teixeira entendia que, mesmo a alfabetização sendo reduzida a apenas dois anos, esse plano pedagógico trazia consigo algo de inovador, tendo por finalidade a difusão do ensino entre as massas (TEIXEIRA, 1925).

Fernando de Azevedo partiu da mesma perspectiva do experimentalismo de Teixeira, pois almejou uma reforma que se posicionasse contra o ensino tradicional. Em suas proposições, defendia o diálogo entre professores e alunos a partir da remodelação dos

métodos de ensino, das posturas do professorado e das disposições dos ambientes de aprendizagem (FELÍCIO, 2012).

Na perspectiva social, Lourenço Filho, ao assumir a diretoria de Instrução Pública do Estado do Ceará, defendeu, no Governo de Justiniano de Serpa (1920-1923), a necessidade de equiparação entre o ensino voltado para profissões liberais e o ensino normal, direcionado às profissões de caráter econômico. A lei nº. 1.953, de 2 de agosto de 1922, mais conhecida como reforma Lourenço Filho, marcou a intenção de melhorar o ensino do Ceará, reaparelhando as escolas primárias. Com isso, o Governo cearense buscou elevar o nível docente através da aquisição de equipamentos escolares, tais como: classes, lousas, giz, cadernos e materiais didáticos, a fim de melhorar as condições de trabalho e, assim, aperfeiçoar o professorado.

Ao inovar, no que diz respeito às responsabilidades compartilhadas entre municípios e Estado, a reforma Lourenço Filho ocorreu em diferentes níveis: burocrático, institucional e pedagógico. Nesse processo, houve uma ampla articulação entre membros do clero, jornalistas e pedagogos. Em níveis sociais, esse movimento almejou uma mudança que visasse à renovação cultural da mentalidade do povo cearense (SOUSA, 1955).

A trajetória de Francisco Campos ganhou notoriedade ao eleger-se deputado em Minas Gerais no ano de 1924, mais precisamente ao assumir como Secretário do Interior. À frente dessa autarquia, Campos promoveu a reforma educacional em MG, alicerçada em princípios escola-novistas. Todavia, diferentemente dos demais reformadores citados acima, ao assumir o Ministério da Educação e da Saúde Pública no Governo Vargas, em 1930, manteve uma postura autoritária, pois, de modo ambíguo, se posicionou contrário às propostas democráticas defendidas pelo movimento Escola Nova.

Referente às correntes teóricas que batalharam entre si pela liderança intelectual nesse período, destacam-se os seguintes movimentos: eugenistas, antropológicos, sanitaristas, católicos e, os já citados, escola-novistas. Contudo, devido à laicidade do Estado, os religiosos perderam terreno com a promulgação da Constituição de 1891. Ainda assim, a Igreja seguiu influente nas políticas públicas brasileiras. A criação do Centro Dom Vital (1922), da Ação Católica Universitária (1935), da Juventude Universitária Católica (1929), da Associação Católica de Professores (1930/1940) e do Instituto Católico de Altos Estudos (1920), que viria a ser futuramente a PUC/SP (1946), demonstraram a reação e a continuidade da influência católica no país.

Sobre o catolicismo presente no campo da educação, somado a isso, havia o problema da crescente urbanização e das condições precárias de higiene, fazendo com que as propostas

político-pedagógicas tivessem por intuito a moralização e o disciplinamento do corpo estudantil através da escola. É importante destacar a militância de Alceu Amoroso Lima, que coordenou um grupo de estudos católicos sediado no Centro Dom Vital. A intenção desses encontros era de reafirmar o conservadorismo educacional através da publicação de artigos e livros sobre o tema. Diante da laicização do ensino público e também da coeducação mista de gêneros, houve o intuito de combater o desenvolvimento do monopólio educacional do Estado. A corrente católica entendia que a escola só deveria ser instituída nos casos em que a iniciativa privada não fosse capaz de estar presente (ABRANTES, 2008; CUNHA, 1982).

Diante disso, a fim de dar prosseguimento à pesquisa, evidencio como as propostas eugênicas para a educação e as contrapropostas, embasadas no discurso antropológico-sanitarista, se constituíram acerca da (não)educabilidade dos indivíduos, de acordo com pressupostos biológicos e/ou sociológicos. A restrição da análise sobre esses movimentos, se justifica devido ao maior número de confluências e discordâncias entre antropólogos e eugenistas, visto que tanto o sanitarista Belisário Pena, quanto o antropólogo Roquette-Pinto, simpatizavam com muitas das práticas eugênicas acerca da valoração biossocial, o que destoou, parcialmente, do racismo biológico de Renato Kehl.

Em seus estudos, Roquette-Pinto, fortemente inspirado em Davenport e em Mendel, entendia que a *degenerescência* teria uma matriz condicionante de caráter social, e não biológica. O fato é que, para o antropólogo brasileiro, a *degeneração* teria raízes sociais e não raciais. Concordava sobre o mendelismo e não aceitava a teoria dos caracteres adquiridos, propostos pelos neolamarckianos. Para o antropólogo brasileiro, o fato de serem ou não mestiços não influiria na aprendizagem do indivíduo. Todos teriam as mesmas condições biológicas de educabilidade, o que os diferenciavam eram as condições de acesso ao ensino ocasionado pelo preconceito de muitas autoridades da época.

A obra *Race crossing in Jamaica* (livre-tradução: cruzamento racial na Jamaica), cuja autoria era de Davenport, sofreu severas críticas de eugenistas consagrados, tais como Herbert Spencer Jennings (1868-1947) e Karl Pearson (1857-1936). Apesar de essas críticas não terem aparecido na obra de Roquette-Pinto, é provável que elas tenham influenciado o intelectual brasileiro em suas análises pró-social, rechaçando implicitamente o viés biologicista defendido por Kehl e Davenport. Todavia, Roquette-Pinto silenciou-se diante das condenações raciais de Davenport, embora para o antropólogo brasileiro o progresso natural do indivíduo tivesse raízes mais sociais do que biológicas (SOUZA, 2016).

Independente disso, a preocupação com o *bem-nascido* e sua utilidade social não foi algo exclusivo da eugenia. Tal lógica esteve presente desde a Antiguidade, conforme já

mencionado, mas foi a partir do século XVIII, com o advento da saúde, que o corpo sadio se tornou objeto de análise (PORTOCARRERO, 2005). Em sua tese, Alexandre Tepedino teceu a relação entre evolucionismo, eugenia e biologia, que permearam o pensamento de diversos filósofos e demais intelectuais desde a Idade Moderna (1453-1789). Para Tepedino (1914, p. 28)

O problema da evolução tem constituído o pensamento e a preocupação de muitos sábios. Descartes e Leibnitz estudaram-no dando como base as sciencias phisicas; Harley encarou-o no ponto de vista physiologico; Kant e Spencer no ponto de vista filosofico; Goethe como poeta; Lamarck e Darwin como naturalistas.

Para uma melhor análise investigativa, é fundamental olhar o evento para além do fato em si. Dependendo do contexto, da cultura ou da classe social, o conceito de “[...]doença varia muito. Houve época em que a masturbação era considerada uma conduta patológica, capaz de resultar em desnutrição (por perda da proteína contida no esperma) e em distúrbios mentais.” (SCLIAR, 2007, p. 30). Essa concepção sobre o normal e o anormal patológico esteve presente nos ensaios de Rousseau (1995), um dos precursores da educação moderna, o qual se posicionou contra a educabilidade de pessoas que não eram dotadas de pleno vigor físico e/ou mental.

Eu não me encarregaria de uma criança doentia e caquética, ainda que devesse viver oitenta anos. Não quero saber de um aluno sempre inútil a si mesmo e aos outros, que só se ocupe com se conservar e cujo corpo prejudique a educação da alma. Que faria prodigalizando-lhe em vão meus cuidados senão dobrar o prejuízo da sociedade, arrancando-lhe dois homens ao invés de um só? Que outro em meu lugar se encarregue desse enfermo, concordo e aprovo sua caridade; mas meu ofício não é esse: não sei ensinar a viver a quem não pensa senão em não morrer. (ROUSSEAU, 1995, p. 31).

Nesse intenso jogo de classificação dos seres humanos, a educação se justapõe intimamente. Tão importante quanto pensar a escola, é conceber o aluno, afinal, para que tipo de indivíduo a instituição escolar foi planejada? Haveria condições de transformar os *disgênicos* em *eugenizados*, ou sua função seria apenas a de preservar e instruir os *bem-nascidos*? A resposta para essa indagação, de acordo com o artigo publicado por Renato Kehl, em 1929, no BE, a educação seria ineficaz frente as limitações hereditárias de alunos *inaptos*.

Do mesmo modo, em pedagogia, é indispensável conhecer, não só a personalidade, como também a individualidade, antes de considerar o paciente, que vale educar. [...] Eis porque, a educação esbarra, impotente, em muitos casos, não conseguindo domesticar um indócil, cuja constituição é resultante de um processo hereditário irreversível (KEHL, 1929c, p. 1).

As maneiras como o discurso eugênico e a perspectiva antropológico-sanitarista vislumbraram a atuação do ensino, na regeneração biossocial dos brasileiros, eram distintas. No cenário político-pedagógico brasileiro da década de 1920, houve controvérsias e concomitâncias entre os mais variados intelectuais da época. Os debates em torno da efetividade da educação foram recorrentes naquele período. Anísio Teixeira e Lourenço Filho, por exemplo, discordavam sobre o papel do ensino na regeneração do indivíduo. Esse desalinhamento orbitava entre o biológico e o social, embasado na filosofia. A diferença entre ambas as propostas desdobrava em torno da educação. Para Teixeira, haveria a crença fundada no viés filosófico, enquanto que, para Lourenço Filho, o viés biologicista seria, de fato, o condicionante da aprendizagem.

De outro modo, Fernando de Azevedo transitava entre questões biológicas e culturais, não afirmando seu posicionamento em relação a elas, mas também não renegava a influência de ambas no processo educacional. Azevedo aproximou-se, por afinidade, dos discursos de *roquetteanos* no que tange à antropologia física e cultural. Ele não se restringiu ao pensamento social: “Roquette-Pinto, entendendo que os problemas brasileiros não encontravam origem na miscigenação racial de seu povo e, portanto, procurando transformar o Brasil através da Educação, trabalhou com Fernando de Azevedo.” (RIBAS, 1990, f. 49). Através de diferentes perspectivas que tangenciavam os pensamentos biológicos, racialistas, eugenistas e sanitaristas, houve a tentativa de um consenso entre os vieses biológico e social. Nesse sentido, a antropologia professada por Roquette-Pinto embasou-se na educação, tendo nela uma proposta mais plausível para solucionar os problemas nacionais referentes à *degeneração* biossocial, que acometia o povo brasileiro naquela conjuntura político-social.

Para Mendes, o ensino da moral deveria ocorrer de forma gradativa e espelhada na conduta do mestre, o que se desenvolveria por meio da *memética*, ou seja, da imitação (mimemes). Para Susan Blackmore, os *memes* correspondem a tudo o que pode ser imitado: gestos, roupas, comportamentos, modos de se vestir, etc. (BLACKMORE, 1999). Sendo assim, o professor deveria ser o baluarte da moral que se almejava desenvolver no corpo estudantil.

Excerto 24: O papel do ensino na formação moral dos educandos

TESE Nº 87: O ESCOTEIRISMO NA EDUCAÇÃO

O ensino da Moral na escola primária apresenta quatro aspectos perfeitamente caracterizados. Nos graus inferiores (primeiro e segundo), o ensino da Moral é atraente. O professor trabalha sobre a alma do menino mediante práticas constantes, relacionadas com o ambiente do lar e da escola. Forma-se assim o hábito da ordem, de disciplina, de trabalho e de cumprimento de certas obrigações.

O estudo não será sistemático por não permitir a mentalidade dos meninos; todos os assuntos de caráter moral serão tratados ocasionalmente, aproveitando as lições de linguagem, de leitura e de ensino intuitivo. No terceiro grau, o ensino da Moral é imitativo por excelência, e verifica-se sobre o modo de ação e de conduta do mestre, dos pais e dos companheiros e demais pessoas com quem vive em sua companhia. No quarto grau, o ensino da Moral é descritivo e compreende pequenos fatos, narrativas e anedotas, com o fim de despertar os sentimentos nobres, enaltecer a virtude e condenar o vício. No quinto e sexto graus, o ensino da Moral assumirá um caráter rigorosamente sistemático, devendo abranger:

- a) deveres consigo mesmo, com a família, a Pátria e a sociedade;
- b) a bondade, a paciência, a tolerância, a caridade e a justiça;
- c) os bons costumes;
- d) regras de conduta social. (MENDES, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 536).

Conforme o excerto nº 24, a moral deveria ser ministrada nas escolas, o que ocorreria de diferentes modos, de acordo com a idade de cada aluno. O ensino deveria preparar os alunos para o convívio social, no lar e no trabalho. Nesse processo, o professor exerceria forte influência no educando, o que se justificaria devido à baixa escolaridade e, até mesmo, aos maus hábitos dos pais. Provavelmente o pedagogo viria a ser a pessoa com o mais alto grau de instrução que a criança teria contato na vida, daí a importância de uma conduta adequada por parte do docente, pois ele influenciaria a conduta desse jovem. O mestre deveria viver de acordo com o que ensinaria em sala de aula, não havendo distinção entre o privado e o profissional.

A formação do caráter e a completude moral, amplamente debatida por diferentes intelectuais daquele período, teriam para os eugenistas brasileiros, sobretudo Renato Kehl, outra conotação. A moralidade eugênica nada tinha a ver com o que entendemos por moral na atualidade, tampouco teria correlação com os princípios burgueses e/ou religiosos da época, conforme discorro no subcapítulo a seguir.

5.1 A Moral Eugênica

Por ‘moral’ entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédios de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. [...] Porém, por ‘moral’ entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos. (FOUCAULT, 1984, p. 26).

Dou início a este subcapítulo com o excerto acima, para mostrar que compreendo a moral como sendo um conjunto de valores instituídos e mutáveis de acordo com diferentes concepções postuladas ao longo do tempo. A respeito da moralidade do século XX, a elite intelectual e política brasileira entendia que o sifilismo, a prostituição e o sexo desregrado seriam resultado da *degeneração moral* do brasileiro: “É verdade que a educação actual, os

princípios sociais em voga, a atenuam, porque ainda não se cogitou de ‘civilizar o instinto de reprodução’.” (KEHL, 1920a, p. 64).

Contrariando esse ponto de vista, Roquette-Pinto refuta esses argumentos ao justificar, através de seus inúmeros estudos fundados na antropometria, que as características biológicas do tipo brasileiro eram de qualidade, similares às de outros povos tidos por *ideais*. Ou seja, a tese eugênica sobre a *imoralidade* estar correlacionada à *raça degenerada* foi posta em xeque por Roquette-Pinto, uma vez que os brasileiros biologicamente iguais entre si, não teriam como destoarem-se uns dos outros moralmente. A miscigenação não seria *degenerativa*, esse processo apenas recombinaria novos caracteres entre indivíduos, o que poderia vir a ser positivo, uma vez que os sujeitos envolvidos poderiam se beneficiar de novos genes em sua composição biofísica. A deficiência do ensino sanitário e higiênico seria a verdadeira causa de anomalias físicas, intelectuais e morais, algo evitável através de políticas públicas de educação. Não se trata de negar que haveria deficientes, ou que o seu patrimônio genético estaria comprometido, contudo, Roquette-Pinto entendia que essa situação estaria relacionada aos venenos oriundos do alcoolismo e do sifilismo, entre outras coisas, algo que seria fruto da ignorância das pessoas, devido à baixa qualidade do ensino público, e não estaria relacionado à *raça*.

É importante frisar que o tema da educação sexual, antes de ser correlacionado ao campo da sexologia, esteve presente nos debates sobre o aprimoramento *racial* brasileiro. Através de estudos clínicos, como de médicos e eugenistas, acreditava-se que os hábitos de masturbação e de promiscuidade levariam a *raça* brasileira à completa *degeneração*. Os discursos em torno do determinismo biológico foram superados parcialmente, no que tange à questão racista. Contudo, mesmo entendendo que a miscigenação resultaria numa melhora étnica e *racial*, fazia-se necessário moralizar os costumes de diferentes grupos étnicos. “Para tal, a educação exerceria a instrução das condutas refletindo os modelos de moralidade apregoados as concepções de modernidade e progresso.” (FELÍCIO, 2012, f. 7).

No que concerne à educação sexual e ao melhoramento humano, o eugenista Renato Kehl trouxe em sua tese apresentada na I CNE a necessidade do ensino sexual adequado, que garantiria a conservação do corpo da prole e o futuro da espécie. Esse trabalho demonstra claramente a imbricação que ocorre entre a eugenia e a educação, pois seria através da escola que se disseminariam práticas biosociais, as quais viriam forjar uma consciência eugênica no indivíduo à luz da biologia. Para tal, o primeiro movimento se daria no sentido de desmitificar a educação sexual, atentando para os benefícios que ela traria à sociedade. Essa seria a missão dos pedagogos modernos.

Excerto 25: A educação sexual sob à luz da eugenia e da biologia

TESE Nº 75: O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL: IMPORTÂNCIA EUGÊNICA, FALSA COMPREENSÃO E PRECONCEITOS — COMO, QUANDO E POR QUEM DEVE SER ELA MINISTRADA

Os pedagogos modernos são favoráveis a educação sexual, bem assim as maiores autoridades médicas que se dedicam aos estudos médico-sociais. Na reunião anual da American Medical Association havida em 1903, preponderou este critério. No Congresso realizado em Berlim, em 1905, do Bund fuer Mutterschutz, foi aprovada, por unanimidade, uma resolução declarando que é absolutamente necessária a explicação dos fatos da vida sexual as crianças. No Congresso Internacional de Higiene havido em maio de 1923 em Paris, bem como em muitos outros certames, não só de médicos, higienistas, como de pedagogos e eugenistas, o ensino sexual foi sempre muito debatido, vencendo a corrente que entende ser ele imprescindível para a defesa do indivíduo, da sociedade e progresso biológico da espécie. (KEHL, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p.434-435).

A respeito do desvio de conduta, Ernani Lopes, presidente da LBHM, relatou, durante o I CBE, que o Dr. Álvaro Ramos havia aplicado no Brasil a esterilização eugênica em pessoas consideradas *grosseiramente degeneradas*. Levi Carneiro também explicitou publicamente o seu apreço pela esterilização, unindo-se a Renato Kehl (1933), Álvaro Ramos e Ernani Lopes. Este processo deu-se em mulheres, cujo diagnóstico havia apontado distúrbios sexuais e “[...] síndrome da perversidade.” (STEPAN, 2005, p.124).

As elites da época apregoavam que os valores morais burgueses e religiosos deveriam fazer parte da educação sexual dos jovens. Diante disso, a missão da eugenia era combater essa moral atrasada do ponto de vista biológico. Logo, caberia à instituição escolar moldar a conduta dos indivíduos, corrigindo uma possível *falha moral*, resultante da baixa instrução dos lares brasileiros, algo que só seria possível por intermédio da educação.

O próprio descuido com o corpo (derivado da preguiça) foi concebido como uma falha de caráter, pois esse *desleixo* prejudicaria não só o indivíduo como também traria consequências desastrosas para a sociedade. Conforme apontou Lúcia V. Dechandt (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 426-427):

Excerto 26: A educação e a corrigibilidade do caráter

TESE Nº 73: FORMAÇÃO DO CARÁTER DO POVO BRASILEIRO

Um outro aspecto na educação do caráter é a do regime: a atividade é condição de saúde e harmonia; a preguiça, ao contrário, é a fonte de males e de vícios. É necessário combater a preguiça; para isso se deve aproveitar como arma o trabalho.

Sendo o hábito uma segunda natureza, é preciso habituar a criança a falar alto, devagar, habituá-la a ser pontual e ter ordem e, desde o primeiro dia escolar, deve ela ter conhecimento de suas obrigações e de seus deveres.

A criança cujo caráter for bem formado será um bom elemento na classe e na sociedade.

Quando no lar a educação do caráter for deficiente, a escola compete corrigir e formar este caráter, já porque o patriotismo o exige e porque o professor está incumbido desta missão, da qual ele deve, com proveito, se desempenhar; por isso, o seu exemplo e o dos colegas influem grandemente no aperfeiçoamento da criança infeliz, cujos pais não lhe puderam aperfeiçoar o caráter.

Nessa mesma perspectiva, o Dr. Roberto de Almeida Cunha, representante da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte/Minas Gerais, em concordância com o discurso da elite brasileira, entendia que a formação do caráter estaria correlacionada à moral religiosa. Ele pôs em dúvida a laicidade do Estado, no que concerne à eficiência de uma educação moralizante.

Excerto 27: A moral, a educação e a religião

TESE Nº 69: A UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA MORAL: A EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO MELHOR MEIODE NACIONALIZAR A INFÂNCIA

Como formar-se uma inteligência negando alimento ao principal de seus mananciais? A vida interior da criança é precisamente a que entra em maior porcentagem na amálgama que lhe faz o caráter. Das cogitações a sós, na intimidade do próprio eu, o infante faz os nove décimos do acervo heterogêneo de seu espírito. Faz-se mister cogitem os responsáveis por sua formação em orientá-lo. E como pensar em fazê-lo se o governo exige que não se toque ao menos no assunto religião? Haverá educação moral sem religião? Não encontraremos esta afirmativa baseada em fatos historicamente incontestes. O inverso é o que deles se salienta. Assim sendo, a premissa se impõe: ao Estado cabe a educação da infância; da educação é parte primordial o sentimento religioso. (CUNHA, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, 408).

Nesse debate em torno da moral, a hereditariedade da conduta foi alvo de controvérsias na I CNE. No evento, debateu-se, entre outras coisas, o futuro da educação nacional, reunindo o que circulou em temas pedagógicos nas primeiras décadas do século XX. Para corroborar com o discurso biológico, Maria Luisa da Motta Cunha Freire, representante do Distrito Federal do Rio de Janeiro, entendia que o *temperamento moral* trazia consigo traços de ancestralidade.

Excerto 28: A hereditariedade da moral

TESE Nº 70: SOBRE A NECESSIDADE DE PRESTAR ATENÇÃO, NA ESCOLA, À EDUCAÇÃO DO CARÁTER, ASSIM COMO AO CULTIVO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA

O conjunto complexo de nossas tendências e inclinações inatas — patrimônio em grande parte legado por nossos antepassados — constitui o nosso 'caráter psicológico', que os entendidos na matéria têm classificado e subdividido em numerosos "tipos". É o que mais correntemente chamamos 'o temperamento individual'. (FREIRE, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 410).

Contudo, o viés sociológico também se fez presente nos debates. Através do estudo de Rachel Prado, compreendia-se que as leis do atavismo nada tinham a ver com a moralidade do indivíduo. Contrapondo a visão biológica de Freire, Prado afirmava que essa moral seria resultante de causas sociais e nada tinha a ver com a hereditariedade. A transmissão desses princípios ocorria culturalmente, de forma geracional, porém não teria, em si, relação com o determinismo biológico.

Excerto 29: Contrapondo a hereditariedade moral

TESE Nº 11: A EDUCAÇÃO NO FUTURO

Houve tempo em que os pedagogos, baseados nas teorias de Wallace e Darwin, julgavam que as faculdades mentais da criança eram transmitidas por seus ascendentes.

Era um ponto de vista falso que, felizmente, já vai desaparecendo do domínio da ciência moderna.

O indivíduo pode ser uma resultante do meio sob o aspecto social, mas nunca um herdeiro intelectual por lei atávica.

Vejam os métodos mais modernos ou sistemas pedagógicos para instruir crianças anormais ou retardadas têm surtido para o educador moderno o melhor resultado. (PRADO, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997 p. 103).

Com base nos documentos acima (excerto nº 29), demonstro de que maneira os discursos deterministas, biológicos e sociológicos, estiveram em pauta nos debates realizados na I CNE. A moral deveria pautar-se na boa constituição eugênica, e não na fisionomia em si, o que garantiria bons *frutos*. Nesse sentido, o ideal de beleza clássica, para Renato Kehl, estaria presente no genótipo humano e fadado a sucumbir diante da *degenerescência* ocasionada por vícios, doenças venéreas e miscigenação. Segundo ele “[...] não podemos cruzar os braços ante a desfiguração plástica e psychica da humanidade, composta, nos nossos dias, de espectros de gente, genuínas figuras movediças, representados nos quadros da anormalidade.” (KEHL, 1923a, p.16). A ciência da época buscava comprovar que a espécie humana estaria em evolução, o que com o auxílio da eugenia poderia convergir para a (re)constituição de um povo semelhante ao da Era Olímpica grega (SILVA, A. L. S., 2008). Todavia, o que poderia ser a tábua de salvação e o salto para uma *raça superior*, sem os devidos cuidados, também ocasionaria a completa ruína da humanidade. A *raça* humanoide estaria entrelaçada à hereditariedade, o que tende a repetir e multiplicar os bons e os maus caracteres: “Do mesmo modo por que se transmitem particularidades monstruosas também se transmitem particularidades de beleza e robustez.” (KEHL, 1923a, p. 197-198).

Diante do prisma da eugenia, a normalidade se pautaria no belo e esse ideal de beleza seria de ordem “[...] somática, psychica e moral. Dentro deste objectivo, admitem os eugenistas, como bello todo indivíduo dotado de saúde, vigor, robustez e que apresente uma compleição physica e psychica normaes.” (KEHL, 1923a, p.26). Mesmo divagando em prol da beleza como algo eugênico, esse atributo se constituía numa faca de dois gumes, uma vez que o corpo poderia vir a deturpar a visão eugênica, tanto do homem quanto da mulher, o que levaria a contrair matrimônios *disgênicos*. A principal causa disso seria o amor, algo inegável e imoral quando contraído com um *degenerado*, pois estando atrelado à estética, seria quase

inevitável a atração física, desviando-nos do ideal eugênico de beleza, a boa saúde. (KEHL, 1925).

O conceito de belo é contingente de acordo com cada período e cultura. Subjugar o corpo a um modelo imposto torna-se um ato arraigado no mais profundo preconceito. No sentido de preservar a espécie humana, muitas nações europeias promoveram o cruzamento denominado *feliz*. O incentivo aos *bem-nascidos*, através de políticas públicas como, por exemplo, a fazenda de *Lebensborn*²¹, na Alemanha, foram pensadas no sentido de aprimorar a *raça pura* e protegê-la dos indesejáveis. Esse projeto foi idealizado pelo nazista Heinrich Himmler (1900-1945). Sendo este um programa de fomento à herança genética, neste local, muitas mães teriam ao seu dispor o ambiente necessário para criar seus filhos eugenizados. As vilas ou fazendas *Lebensborn* foram comuns na Alemanha e em países escandinavos. O mais famoso bebê, fruto desse programa, foi a cantora Anni-Frid Lyngstad, do grupo Abba (CONNOLLY, 2002). Pessoas minuciosamente selecionadas teriam à sua disposição todo o aparato necessário para criar, da melhor maneira possível, os seus descendentes. Entretanto, a escolha do progenitor estaria condicionada a um atestado de saúde eugênico.

A eugenia visava, através do controle sobre os corpos, definir políticas matrimoniais, validando, assim, os que poderiam ou não procriarem. Nesse sentido, por meio de biopolíticas sobre a reprodução, objetivava-se formar a mulher à luz da eugenia, para que ela se constituísse como mãe e cidadã eugenizada (CARVALHO, 2015; SWAIN, 2000).

Não tomando partido sobre o determinismo biológico ou social, mas defendendo a necessidade da conscientização social sobre o matrimônio, Fernando de Azevedo entendia que a boa herança, fruto de *cruzamentos felizes*, teria por finalidade fixar os caracteres adquiridos, para promover, dessa maneira, a constituição de espécies novas (AZEVEDO, 1920). Dessa forma, sobre a escolha do par ideal, haveria o perigo da falsa beleza feminina, que camuflada e disfarçada através de subterfúgios estéticos, tais como: lápis de carmim, cremes e espartilho (KEHL, 1927), distrairiam o homem da verdadeira venustidade, a eugênica. Como saída para esse *ludíbrio*, muitos eugenistas defenderam a prática de nudismo, segundo os quais, ao desnudar o corpo, os verdadeiros dotes físicos de cada indivíduo

²¹“Laughlin estimava que em 15 ou 30 anos, após medidas eficazes que envolviam matrimônio restritivo, controle compulsório da natalidade, segregação obrigatória e perpétua e até esterilização dos inaptos, a nação americana estaria livre das características degenerescentes e pronta para edificar uma nova e purificada linhagem hereditária. Para multiplicar a linhagem genética desejável, Laughlin sugeria até a poligamia e a procriação sistemática, uma ideia que seria posta em prática na Alemanha nazista, em 1935, por Heinrich Himmler, com a inauguração do Lebensborn, instituição responsável pela reprodução sistemática e controlada de indivíduos representativos da pura raça ariana.” (CONT, 2013, p.522).

ficariam à amostra. Na Alemanha, o movimento naturalista da época aproximava a nudez às práticas de *higiene racial* e de eugenia, defendendo o nudismo como algo essencial para o desenvolvimento da espécie. O fato das pessoas andarem nuas não traria problemas sociais, uma vez que as taras seriam características *imorais* dos *disgênicos*. Embasado nos ensaios estadunidenses do botânico e eugenista, Edward Murray East (1879-1938), do geneticista e agrônomo, Donald Forsha Jones (1890-1963) e do geneticista, William Ernest Castle (1867-1962), Domingues posicionava-se contra a endogamia entre *raças inferiores*, uma vez que as taras seriam geneticamente recessivas (CASTLE, 1931; DOMINGUES, 1929).

A constituição de indivíduos verdadeiramente belos favoreceria a procriação e a seleção humana, uma vez que as jovens “[...] bellas, graciosas, sadias achariam mais probabilidades de se casarem que as feias, desgraciosas ou doentes. Os rapazes fortes, bellos, ellegantes encontrariam com maior facilidade esposas, que os em situação contrária.” (KEHL, 1923a, p. 20). O ideal de reprodução deveria obedecer estritamente às leis da biologia, selecionando os melhores exemplares para a perpetuação da *raça* humana. Entretanto, devido à realidade brasileira, a instituição do casamento, conforme as diretrizes católicas, desde que bem orientada dentro dos preceitos eugênicos, seria suficiente, ou seja, a reprodução deveria estar a serviço do bem-estar social e não de interesses pessoais, tais como o amor, por exemplo.

Na perspectiva eugênica, o indivíduo pautava-se numa pessoa dotada de boa constituição física, intelectual e moral. Esse deveria ser o compromisso primeiro de todos, estimular as boas sementes, leia-se: bebês eugenizados. A moralidade eugênica não deveria obedecer aos valores burgueses e religiosos a respeito da família e do matrimônio. Para Kehl (1923a; 1933) o compromisso moral se constituía em relação ao futuro da *raça*, isto é, à prole eugenizada e não ao marido, que muitas vezes era *disgênico*. Assim, Domingues entendia que a educação eugênica deveria, sobretudo, “[...] evitar o casamento de mulheres com determinadas características, ou portadores de certas moléstias, explicando-se que das más uniões só poderá nascer uma prole má, e das uniões boas, uma prole boa.” (DOMINGUES, 1933, p. 15).

Em relação aos atributos que deveriam ser levados em consideração no momento da escolha do progenitor, Kehl (1923a) elencou, numa escala de atração, quais traços exerceriam mais influência na sedução entre os indivíduos.

Dentre os dotes individuais são os físicos os mais importantes para os representantes do sexo feminino, no critério do Spencer, que diz, como citei anteriormente: ‘de todos os elementos, que se unem em várias proporções para

produzir no homem a complexa commoção que se chama amôr, os mais fortes são os despertados pelos attractivos physicos; os segundos em graduação de força são os attributos moraes; os mais fracos são os intellectuaes'. (KRHL, 1923a, p. 78).

O amor, como já mencionado, assim como os casamentos arranjados ou baseados no interesse pecuniário, acarretaria num atraso evolutivo para a espécie humana. Indivíduos *degenerados* ou velhos demais seguiriam perpetuando sua baixa qualidade atávica graças a sua posição social. Dadas as condições da época, muitas mulheres não tinham o direito de escolha e eram obrigadas a contrair matrimônio a contragosto, gerando filhos *disgênicos*. Subvertendo aos interesses tradicionais da época, haveria apenas uma saída, abandonar os princípios morais relativos à burguesia e à Igreja e apegar-se à *moral eugênica*. Nessa lógica, a mulher exerceria um papel fundamental no processo de eugeniização e moralização social, uma vez que da “[...] educação eugênica da mulher brasileira, depende, essencialmente, a elevação física, psíquica e moral de nosso povo. Todas as brasileiras devem, pois, interessar-se, pelos estudos eugênicos.” (KEHL, 1931c, p. 1).

Sobre a representação feminina nesse processo, Fernando Luís Osório, representante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, afirmou, na I CNE (1927), que a mulher era moralmente superior ao homem. Caberia a ela conduzir a prole através da educação moral eugênica e higiênica. Indo ao encontro do discurso eugênico sobre a valorização feminina, Osório assim definiu a relação moral, educação e mulher:

Excerto 30: A mulher e a moral

TESE N° 43: SOBRE A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA E PELA CULTURA MORAL

Lembrando-nos que o maior título de orgulho da nossa raça é o culto cavalheiresco para com a mulher, o respeito poético da sua dignidade, recordando-nos do predomínio afetivo na evolução nacional sob o influxo dos antecedentes cristãos, virá, necessariamente, a *Aliança das Mães Brasileiras* em benefício dos lares, do zelo pelas tradições de recato e de pudor da mulher, na sociedade onde afligem a família elementos destruidores do seu conceito humanista e desgraças que rompem deveres, interesses e recíprocas afeições. Os primeiros bancos da escola são os joelhos das mães, ensina a pedagogia social.

E a mulher, que pela sua natureza moral, pureza e ternura é superior ao homem, cabe elevar o nível moral da sociedade, a proteção da raça, da mocidade, o combate a miséria e aos flagelos dos povos, preciosamente cooperando no ensino e na higiene. É certo que trinta e nove países nos outros continentes já facultaram as mulheres o direito de votar e ser eleitas. Mas, com direito ao voto ou sem ele, tem a mulher brasileira, nos dias que afluem, uma responsabilidade enorme no futuro da sua Pátria, quando, na recente frase de uma pensadora brasileira, ostentar nos braços uma parcela viva do porvir: um filho! Para que o prolongamento do amor natural seja o amor a terra-máter, é mister que se forme protegido o herói futuro pela providência dos lares nacionais, a mulher, que nos liga ao passado como mãe, ao presente como esposa e ao futuro como filha, comunicando ao indivíduo e ao cidadão os sentimentos de apego, de veneração e de bondade. A marcha de civilização vem da promiscuidade, da frouxidão, da transitoriedade das reuniões para o ritmo dos lares brasileiros, onde a felicidade nem sempre é assegurada por culpa da imperfeição humana, mais do que da forma que resolveu o problema geral da família sem se enlevar nas ilusões de outros povos que se pretendem mais cultos. (OSÓRIO, 1927apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 260-261, grifos do autor).

Como medidas regeneradoras biossociais, Osório sugeriu a criação de inúmeros órgãos públicos, dentre eles, o Ministério da Educação Nacional, que viria a ser futuramente, no Governo Vargas, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Com isso almejou-se, via educação, forjar indivíduos dotados de plena constituição física, intelectual e moral (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012). A moralização da sociedade seria um de seus baluartes, segundo o qual seria esse *desvio moral* que teria *degenerado* a sociedade brasileira. Diante dessa situação, se fazia necessário lutar para sanar a *degenerescência moral*, antes que a sociedade se *corrompesse* por completo, perdida em vícios, doenças e más condições sociais.

Excerto 31: O perigo da imoralidade

TESE Nº 43: SOBRE A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA E PELA CULTURA MORAL

ONDE OS MEIOS? O QUE DEVEMOS FAZER, FORTALECENDO O QUADRO DA NAÇÃO, PELA ELEVAÇÃO DA MENTALIDADE BRASILEIRA?

Peças de armadura disciplinar interna, como um sistema cultural ‘sistematizante’ contra o ‘perigo brasileiro’, escudando o Brasil social, a unidade da Pátria, a República baseada na difusão das luzes e da moral, de males que seus filhos possam provir: míngua de instrução, depauperamento do caráter, definhamento do patriotismo consciente, organização das elites, classes dirigentes dos chefes, das populações, das forças ativas da Nação, em preconceitos centralizadores, em bairrismos vesgos, em federalismo desarticulado, em acúmulo dos erros das más administrações, em indiferença triste em que vegetasse a maior parte dos nossos patrícios, em uma palavra, afastando-se os aspectos anti-sociais e anti-humanos da sensibilidade dos indivíduos e das multidões. (OSÓRIO, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 251).

Aliás, moralizar os indivíduos seria o objetivo das mais diferentes correntes nesse período, o que não se restringiria apenas aos debates pedagógicos, uma vez que higienistas, sanitaristas, juristas, pedagogos, médicos e eugenistas atentaram-se para a importância da boa conduta no processo de eugenia social. As diretrizes políticas da época pautaram-se na sociologia, cujo intuito era o de sanar moralmente a sociedade. Ainda nessa perspectiva, tais ações, propostas por médicos, tinham por objetivo propagar os ideais de higiene e de eugenia entre as mulheres, através da instrução de (futuras) mães. Entendendo a educação como edificadora do corpo, ela permitiria forjar disciplinarmente um indivíduo, tornando-o apto moral e fisicamente tanto para as atividades laborais como também para o convívio social.

No início da colonização, as mulheres ficavam de fora do plano educacional, pois restava a elas apenas as obrigações do lar. Com o advento da República, esses ditames pedagógicos foram questionados por eugenistas e positivistas, que entendiam a necessidade da educação feminina como algo fundamental para a manutenção do desenvolvimento. Todos

deveriam ser educados à luz do positivismo, da higiene e da eugenia. Ainda assim, manteve-se a hierarquia no que tange ao gênero. Nas palavras de Almeida (2009, p. 146):

A corrente higiênica havia plantado a semente da mulher ser a principal responsável pela saúde de seu corpo e dos filhos. Os homens deveriam ser os provedores da família e os guardiões das mulheres. Portanto, a educação deveria encaminhar-se para os objetivos definidos quanto aos papéis sexuais: às mulheres, a reprodução; aos homens, a proteção. Esses valores se estenderiam a todas as áreas: no lar, na política, na economia, na sociabilidade, na religiosidade, nos hábitos e costumes, enfim na própria cultura do período, instalando um imaginário social resistente a mudanças.

No que concerne à *moral eugênica* propriamente dita, o mais importante não era a mulher ser ou não fiel. O fundamental, dentro dos preceitos eugênicos, seria a capacidade feminina de gerar e criar uma prole eugenizada. Diante do arranjo matrimonial, ao qual muitas mulheres eram obrigadas, Kehl (1920a) propôs uma solução que trairia os valores morais da época, mas não o compromisso e a responsabilidade para com a eugenia, para com a prole e, especialmente, para com a sociedade (leia-se espécie humana).

Duas amigas de collegio, de boa família, conversam juntas. Uma suspira:
 – O que tens? Pergunta a outra.
 – Um grande pesar.
 – Qual?
 – Amo Roberto, e elle me ama.
 – Maravilhosamente! Elle é bonito, jovem, elegante, é isto o que te afflige?
 – Sim, mas elle é pobre, não tem nada, não é cousa alguma, e meus paes querem que eu me case com o barão, que é obeso, calvo, e feio, mas poderosamente rico.
 – Pois bem! Minha tola, casa-te tranquillamente e faz com que elle se relacione com Roberto. (KEHL, 1920a, p. 179-180).

O conceito de *moral eugênica* foi fundamentado no discurso professado por Renato Kehl a respeito da educação sexual e moral, o que não se vinculava aos conceitos tradicionais referentes à fidelidade e à submissão da mulher perante princípios religiosos e burgueses. Caberia à mulher o papel central no processo de eugeniização biossocial, ou seja, na escolha do progenitor. Mesmo ela, naquele contexto histórico (1900-1940), não tendo o direito de escolha em relação ao seu cônjuge, teria o poder de decidir quem seria o futuro progenitor de sua prole, aquele que forneceria os caracteres biológicos necessários para a concepção de uma criança eugenizada. Como diz o velho ditado popular: *filho de minha filha, meu neto será; filho de meu filho, não se saberá*.

Casar com uma pessoa, seja por interesse ou a contragosto, e ter filho com outro indivíduo, desde que eugenizado não acarretaria num ato imoral. Apesar dos votos de fidelidade matrimoniais, o compromisso principal da mulher deveria ser com a prole e com a

sociedade, pois constituir filhos *degenerados* (deficientes, *disgênicos*) e/ou perdê-los para a *degenerescência* seria uma traição à espécie. Fornecer bons exemplares, a fim de garantir o futuro da humanidade, seria o dever de todos, por isso a rejeição parcial de Kehl (1920a) ao matrimônio e ao amor. “Ella [a eugenia] preconiza as boas uniões e desaconselha ou proíbe as uniões más que deveriam ser evitadas afim de que não nasçam seres doentes e desgraçados.” (KEHL, 1929d, p. 03).

Uma prole saudável e eugenizada seria o compromisso principal da mulher para a sociedade e esse ato deveria ser abraçado pelas autoridades políticas e intelectuais, pelos pedagogos e, sobretudo, pela classe médica. Com relação a essa proposição, o Dr. Miguel Couto foi categórico: “É também o médico que acompanha com os seus contínuos cuidados a mulher durante as suas esperanças. E quando chega essa hora, é o médico, ainda, que acompanha o fruto dessas esperanças, cuidando-lhe da vida, até antes de nascer.” (COUTO, 1926, p. 74 apud MUNARETO, 2013, f. 128). A boa prole deveria ser planejada desde a sua concepção, estendendo esses cuidados ao longo da vida.

Com base nisso, a condução da mulher, em conjunto com médicos e eugenistas, garantiria a sobrevivência desse indivíduo eugenizado dentro dos preceitos eugênicos. Não bastaria conceber um sujeito *bem-nascido*, seria necessário mantê-lo longe dos perigos biossociais que poderiam danificar seu genótipo. Qualquer ato que pudesse destoar desses preceitos seria interpretado como imoral. Tratava-se de uma imoralidade eugênica que acometia os *degenerados*, resultando em vícios, taras, má formação física, intelectual e/ou moral. Para os mendelianos, essa condição seria irreversível devido aos fatores biológicos hereditários. Entretanto, os lamarckistas entendiam que essa patologia poderia vir a ser corrigida através da educação e que o aprimoramento seria passado de forma hereditária à prole. Independentemente de isso ser possível ou não, ambos, mendelianos e lamarckianos, aceitavam a potencialidade do ensino eugênico. Já para os partidários da eugenia ortodoxa, a instrução eugênica deveria estar voltada, exclusivamente, para os eugenizados, pois pouco adiantaria educar um corpo *disgênico*. (KEHL, 1929c). Por sua vez, sanitaristas, antropólogos e higienistas, mesmo destoando da teoria lamarckiana da hereditariedade e dos caracteres adquiridos, entendiam que a educação seria uma importante ferramenta regeneradora, capaz de reverter a *degeneração biossocial* que estaria em curso na sociedade brasileira nesse período (1900-1940).

O compromisso primeiro da mulher seria com o lar e com a maternidade eugênica, e as solteiras, viúvas ou freiras seriam incumbidas do labor do magistério, o que atenderia, em certa medida, aos interesses dos eugenistas. Porém, o discurso religioso foi combatido pelos

eugenistas, além disso, deixar o ensino nas mãos dos religiosos não seria algo viável. Tidas como atrasadas e limitantes, tanto a tradição religiosa quanto a burguesa, deveriam ser superadas, a fim de que a evolução da espécie fosse garantida. Para manter uma mesma estrutura discursiva embasada no patriarcado, o discurso eugênico usou até mesmo termos similares aos religiosos, tais como *cruzada* e futuro, algo que não foi exclusivo do movimento eugênico, pois a Liga Brasileira de Hygiene Mental também se serviu destes termos na promoção de seus ideais. Aliás, a higiene mental foi o ramo do saber que mais teve afinidades com a eugenia. Conforme Boarine (2003), as cruzadas orquestradas pela LBHM tinham por objetivo articular diferentes autoridades em torno da necessidade de higienizar o país através da educação e de práticas psiquiátricas e eugênicas. Assim como a SESP, a LBHM também foi composta por “[...] médicos de distintas especialidades, juristas, educadores, jornalistas, homens de letras e outros intelectuais.” (A CAMPANHA..., 1934, p. 66).

Independentemente de quem professasse esse discurso, se padre, chefe de família ou médico eugenista, a prática do patriarcado ainda se manteve. As regras morais da conduta feminina agora passariam a ser exercidas por uma autoridade eugênica. O lugar de fala permaneceria masculino, o homem seria aquele que ditaria as regras sociais e morais sobre como a mulher deveria proceder em relação ao seu próprio corpo, uma vez que de acordo com entendimento da época, ela seria entendida como um objeto de estudos e de intervenção de saberes. O direito ao subjugo masculino perante o corpo feminino ocorreria, segundo Margareth Rago (2002), pelo fato de que médicos e cientistas europeus procuravam explicar “[...] a inferioridade física, moral e intelectual da mulher em relação ao homem como uma realidade inscrita em seu próprio corpo.” (RAGO, 2002, p. 186).

Entendo, com base nisso, que a *moral eugênica* foi pensada unicamente para os fins de reprodução à luz da eugenia. Não que os princípios religiosos também não tivessem este mesmo fim, já que, ainda hoje, as práticas são proibidas pela Igreja Católica. No entanto, a infidelidade matrimonial, em certos casos, não era entendida pelos eugenistas como algo imoral, desde que os frutos desse adultério fossem eugenizados.

Sobre os casos de maternidade no exercício da profissão docente, a lei nº 2.405 de 1916, em seu artigo nº 224, autorizava as professoras grávidas a licenciarem-se do ofício no último mês de gestação e no primeiro mês seguinte, o que corresponderia a dois meses de licença especial. Esse direito passou a ser garantido no Rio Grande do Norte a partir de 1916, sendo ratificado pela lei nº 677, artigos nºs 14 a 17.

No ano de 1927, nove professoras ingressaram com pedido de licença especial no Departamento de Educação. Nestor Lima, representante do Estado do Rio Grande do Norte,

com base em estudos estatísticos realizados na Europa, entendia que o não celibato feminino, durante o exercício do magistério, prejudicaria as taxas de natalidade do país. Segundo suas prescrições eugênicas, elas não estariam aptas para *exercer* a maternidade.

Excerto 32: A necessidade da castidade feminina para o exercício do magistério

TESE Nº 68: O CELIBATO PEDAGÓGICO FEMININO

Por mais diligente e laboriosa que a mulher seja, não poderá dar conta dos encargos da família, cuidar dos filhos e do marido, dirigir empregados, enfim, a própria habitação, providenciando a tempo e a hora acerca de tudo quanto é necessário a regularidade da vida doméstica, de que é ela o fulcro e o ponto central, e, por outro lado, preparar bem as lições, dispor metódica e previamente o seu trabalho, fazer a escrituração da classe, estudar e ilustrar-se constantemente, comparecer a hora marcada, esgotar o horário, preocupada tão somente com o seu mister pedagógico, sem os sobressaltos e o temor dos chamados urgentes e dos reclamos aflitos de casa, para ver o menino que caiu, ou que está com febre, ou quebrou algum objeto...

E o pior é que, nas discussões de além-Reno, aparecem ainda mais graves alegações. (Ver L'Éducation, março, 1921)

O trabalho mental da professora esgota e destrói os nervos; assim, ela não pode contribuir para formar uma progênie sadia.

Os eugenistas afirmam que as mulheres que trabalham mentalmente são pouco aptas para a "profissão maternal".

Ao argumento da economia política, exigindo solução para a crise da natalidade nos países saídos da guerra, cabalmente respondem as estatísticas da Áustria, segundo as quais 37% das famílias de professoras não têm filhos e 42% só os têm um ou dois.

Por isto é que a Baviera impõe o celibato as suas professoras, muito embora a Prússia, irmã, admita que a mulher casada, preenchendo certas condições, exerça o magistério dentro do território prussiano.

De mais a mais, contra o casamento das professoras já se manifestaram a Sociedade de Professoras Católicas Alemãs, a Sociedade Regional de Professoras Prussianas e a Sociedade Bávara de Professoras Católicas. (LIMA, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 405-406).

A predileção eugênica a respeito da castidade feminina não foi algo exclusivo desse discurso. No plano político pedagógico, referente ao desenvolvimento da educação em solo nacional, a formação de professores requeria certas normas sociais que as candidatas ao magistério feminino deveriam seguir. A castidade manteve-se presente, não pelo fato do esgotamento mental, como propuseram os eugenistas, mas sim pela questão moral. Não *seria de bom tom* uma mulher casada trabalhar, afinal caberia ao homem prover o sustento da família. Esse trabalho ficaria a cargo de moças solteiras, freiras e/ou viúvas. Abaixo, destaco uma ficha de admissão datada de 1923.

Exemplo de modelo de contrato de trabalho de professoras no ano de 1923.

A professora, senhorita....., por meio deste contrato de trabalho fica obrigada a:

1. Ministras aulas na Escola.....durante o tempo de vigência do contrato de trabalho.
2. Comportar-se com decoro e vestir-se com modéstia e asseio.
3. Não sair de casa no período entre 18 horas da tarde e 6 horas da manhã.
4. Não passear em sorveterias do centro da cidade.
5. Não sair de carro ou automóvel em companhia de homens, a não ser seus pais e irmãos.

6. Não usar saias e vestidos a menos de um palmo do tornozelo.
 7. Não fumar, não beber uísque, vinho e cerveja.
 8. Não usar maquiagem e tingir o cabelo.
 9. Não usar palavras impróprias que ofendam sua pessoa e sua profissão.
 10. Limpar a sala de aula antes dos alunos chegarem.
 11. Cuidar da limpeza, da higiene e da moralidade da sua sala de aula.
- O não cumprimento das obrigações acima implicará na sua demissão imediata e justa. (ALMEIDA, 2009, f. 150, grifos do autor).

Além das atribuições peculiares na profissão, tais como preparar aulas e conservar a sala de aula, as professoras deveriam também portarem-se como verdadeiras *damas*. A vida privada deveria estar de acordo com as regras morais vigentes na época. Todas as mulheres deveriam submeter a essas práticas de conduta, porém, para as professoras, isso seria um dever, uma vez que elas seriam as responsáveis pela educação dos filhos. Sobre o uso de maquiagens e vestimentas adequadas, isso se justificaria devido ao fato de que poderiam vir a desviar a atenção dos alunos. Isso também valeria para as saídas à noite, pois não seria de bom tom frequentar lugares inapropriados para moças, sobretudo, as docentes. Já em relação aos vícios, a proibição consistia na influência direta que tais vícios teriam nos educandos, pois um professor não poderia ensinar sobre os malefícios do álcool e do tabaco, por exemplo, se ele mesmo usufruía desses males. Isso soaria contraditório.

A normalização/regeneração biossocial e moral da sociedade foi o principal objetivo biopolítico da época. Tanto eugenistas, quanto sanitaristas, antropólogos e higienistas debateram entre si sobre como seria possível, por intermédio da educação, aprimorar física, intelectual e moralmente o indivíduo. Nesses ensaios, também foi mencionada a ação da mulher, ditando regras sobre como ela deveria se portar diante de seus alunos e da sociedade. Se, conforme pensavam os eugenistas, o desenvolvimento das nações estaria correlacionado ao patrimônio biológico, um povo *disgênico* jamais poderia alçar o Brasil ao primeiro mundo, segundo desejavam as lideranças políticas daquele período. Logo, conceber um descendente *degenerado* simplesmente por respeito à moral tradicional, seria entendido, na visão eugênica, como uma imoralidade em relação a si próprio, pois faria com que os dotes biológicos fossem desperdiçados. Somado a isso, haveria o risco de se conceber um filho *degenerado*, privando a sociedade de um espécime eugenizado. Dando prosseguimento ao estudo, no capítulo seguinte, discuto como o discurso eugênico pensou a educação para os fins de normalizar os indivíduos e, conseqüentemente, a sociedade.

5.2 O Discurso Educacional Eugênico para a Normalização Biossocial

A educação eugênica é imprescindível para o progresso biológico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiais e normaes, como matéria à parte ou, não sendo possível, como parte da história natural ou da hygiene. (KEHL, 1931a, p. 5).

Nesse cenário político-intelectual, a eugenia ganhou notoriedade graças a diversas ações promovidas por diferentes órgãos, entre eles a Comissão Central de Eugenia, a SESP, as ligas pró-eugenia, a realização do I CBE, além da publicação do BE. Esses órgãos e instituições foram fundamentais na divulgação de ideais a respeito da *raça pura*. Junto a essa difusão, esse discurso instituiu-se num racismo de Estado (BERNARDES, 2013; CASTRO, 2011), determinante na definição sobre quais tipos de sujeitos viriam a ser constituídos e quais poderiam viver e procriar. Isso se daria conforme a composição genética hereditária, na qual esses sujeitos seriam classificados em eugênicos e *disgênicos*, normais e (bio)anormais. Isso resultaria na distinção entre aqueles que deveriam ser educados e/ou descartados, ou seja, os que mereceriam ter o investimento do Estado em seu processo de eugeniização (SILVA, 2014). Essa lógica abarcou a prática eugênica como um todo, abrangendo mendelianos e neolamarckianos.

Sendo assim, os sujeitos seriam subjetivados numa perspectiva eugênica, a qual faria com que se estabelecesse um regime de governamentalidade eugênico, pois propiciou, assim, um (auto)cuidado de si e dos outros, em consonância com critérios pautados na eugenia. O indivíduo moralizado, sadio, belo e caucásico, seria o tipo ideal de pessoa necessária para o pleno desenvolvimento da nação brasileira e da perpetuação da espécie humana. O *disgênico* (destoante da norma) deveria ser normalizado e/ou eliminado em nome da defesa do patrimônio genético da humanidade. Nesse processo de normalização, a psiquiatria esteve intimamente relacionada ao discurso eugênico. Álvares Guimarães Filho, representante da Liga Paulista de Higiene Mental, entendia que o sujeito incapaz de se adaptar à norma escolar se tornaria um problema, algo resultante de sua debilidade mental originada no sifilismo e/ou alcoolismo.

Excerto 33: Os *desvios* da normalidade

TESE N°82: EDUCAÇÃO E HIGIENE MENTAL

No desenvolvimento psíquico, pensamos que é a vontade que mais sofre a influência da escola. É a obrigatoriedade diária da frequência, dos temas e exercícios impostos pelos professores, que devem ser preparados em prazos certos e determinados; são os preceitos de ordem, que obrigam a calar e a largar as distrações e divertimentos pelos superiores, que mais vêm modificar ou perturbar a vontade da criança.

Ou ela se adapta e submete a sua vontade ao novo regime, educando-se e aprendendo normas que lhe serão preciosas na vida futura, ou ela não se adaptará, tornando-se um elemento pernicioso na escola e, o que é mais importante, sofrendo diária e freqüentemente, a cada ordem ou reprimenda, um choque que vem, cada vez mais, afastar o seu psiquismo do meio escolar. Esses são os conhecidos anormais, quase que geralmente portadores de uma debilidade mental, fruto, na maioria dos casos, exclusivo do alcoolismo e da Sífilis de seus ascendentes.

Para compreendermos bem o débil mental, é necessário lembrar a classificação, mais ou menos empírica, que a Psiquiatria estabelece para agrupá-los ou separá-los segundo o grau de perturbação; é assim que temos: a debilidade mental propriamente dita, a imbecilidade e a idiotia.

Desnecessário se torna dizer que não há um limite nítido entre uma e outra forma de debilidade, e um doente muitas vezes é classificado entre uma e outra ou em duas das divisões, de acordo com a orientação daquele que o examina ou que o julga.

O psiquiatra, quando necessita fazer o estudo do anômalo mental, recorre aos variados e já tão difundidos testes de Binet, que os senhores professores tanto conhecem.

Por esses testes, não só podemos conhecer a debilidade mental geral, mas também as anomalias mentais parciais; assim, há os que, sendo normais para as várias disciplinas que compõem o programa escolar, são entretanto incapazes de aprender ou compreender tudo o que se diz respeito a matemática.

Além desses testes, que muitas vezes só servem para distinguir os que estão pouco desviados da normalidade, não podendo, por mais simples que sejam, ser compreendidos pelos grandes anormais, os psiquiatras usam processos mais práticos com os quais podem julgar da incapacidade do examinado. (GUIMARÃES FILHO, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p.466).

No ímpeto de formar uma consciência eugênica acerca da valorização do biótipo, o escotismo colaborou em parte para a disseminação de seus valores, no que concerne à valoração física, intelectual e moral, pautada no disciplinamento e no respeito à ordem. Para Amarylio Oliveira, o escoteiro reunia os ideais necessários ao desenvolvimento da nação, contemplando o físico, a moral e os cuidados com o próprio corpo, algo muito presente e valorado no discurso eugênico. Diante disso, percebe-se que os valores morais voltados à conduta social, ao trabalho e aos cuidados com o corpo, eram valorados em diferentes áreas, não sendo algo exclusivo da eugenia. Todavia, eugenistas e demais apologistas da teoria de Galton, procuraram inserir, em outras áreas do saber, seus ideais sobre o aprimoramento da espécie e da sociedade. A educação física e o escotismo foram enaltecidos, com o objetivo de desenvolver plenamente a educação moral e física dos jovens. Conforme Oliveira (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 281):

Excerto 34: O escotismo e a educação: cuidados com o corpo e com a conduta

TESE Nº 47: O ESCOTEIRISMO NA EDUCAÇÃO

O ESCOTEIRISMO – ESCOLA DE EDUCAÇÃO COMPLETA

O escoteirismo é uma escola de educação completa, porque seu programa abrange a educação em todos os seus aspectos, satisfazendo assim aos preceitos pedagógicos, tendo em vista a definição de Denzel: ‘A educação é o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, morais e intelectuais’.

E de que modo? Vejamos:

O desenvolvimento físico é conseguido mantendo seus jovens adeptos o mais possível ao ar livre, dando-lhes uma vida de natureza. As caminhadas longas pelos campos, pelas matas, a respirar o oxigênio forte que se desprende, trazem-lhes um enriquecimento do sangue. Os exercícios naturais — marchas, saltos, corridas, escaladas — e os variadíssimos jogos escoteiros que a esses vêm se ajuntar tornam, em pouco, a criança robusta e vigorosa. Metódica e gradativamente habitua-a as intempéries.

O escoteirismo a ensina a ser cuidadosa com a saúde, a ser prudente sem ser medrosa. Ministra-lhe conhecimentos práticos de higiene pessoal e coletiva, inspirando-lhe uma viva aversão aos hábitos prejudiciais ao seu organismo, como o álcool, o fumo e todos os excessos, quer nos exercícios, quer na intemperança. Despertando uma elevada admiração por tudo quanto nos é dado pela natureza, por Deus, leva a criança ao mais profundo respeito ao seu próprio corpo. O desenvolvimento moral é a preocupação suprema do escoteirismo, e isso é conseguido pela prática das virtudes sintetizadas pelas leis do escoteiro. Essas leis, conjunto perfeito de regras de honra e virilidade, que o escoteiro diante da bandeira promete cumprir, são a base onde assenta toda a moral do escoteirismo. São um código que lembra o código dos cavaleiros de outrora, exemplos de nobreza que os escoteiros fazem reviver depois de séculos. A preocupação contínua do escoteiro é cumpri-lo. Não pode ser senão muito puro o meio onde o espírito é norteado por tal bússola.

A fim de executar essas propostas foi preciso comprovar, cientificamente, que a *degenerescência* não seria obra do mero acaso. Nesse intento, lançou-se mão da estatística antropométrica com o intuito de validar a normalidade biológica. A origem patológica seria genética hereditária e/ou oriunda de vícios e doenças venéreas. No excerto a seguir, trago um exemplo referente aos cegos, em que tal *anomalia* seria possivelmente evitável através da educação sexual.

Das 150.000 crianças que nascem cada dia, na terra, calcula-se que das que sobrevivem pelo menos 200 ficam cegas. A Liga das Sociedades da Cruz Vermelha avalia a existência de 2.390.000 cegos no mundo, dos quais 150.000 nos Estados Unidos da América do Norte. A China que possui a maior população do planeta, passa por ter no mínimo meio milhão de cegos de ambos os olhos, cinco milhões de cegos de um olho e, pelo menos, 15.000.000 de quase cegos, muitos dos quais terminam perdendo completamente a vista ao fim de alguns anos. A cegueira é, em grande parte, devida à gonorréia e a syphilis. (KEHL, 1930b, p. 6).

Fundamentados em elementos estatísticos, os eugenistas ambicionavam atingir o controle biossocial da sociedade. Nesse sentido, a eugenia se apresentava como sendo uma ciência positiva e autônoma. Como exemplo, temos o estudo feito por Huerta (1929), que na tentativa de atestar essa cientificidade, lançou mão da matemática. No anseio pela comprovação da *degenerescência* biológica, mistificou-se a patologia presente nos *degenerados* como sendo também fruto da miscigenação. Almejando preservar o eugenizado e eliminar o *disgênico*, esses dados colaboraram, na época, para a validação desses ensaios. Ressalvo que a utilização dessas ferramentas também esteve presente nos estudos de antropólogos, sanitaristas e demais intelectuais.

No ímpeto de ganhar credibilidade e espaço, a eugenia se alinhou às políticas de saneamento e de higiene mental, tendo por objetivo e cerne, a profilaxia do sujeito. Através dessas práticas tentou-se constituir novos indivíduos assépticos, moralizados, higienizados e eugenizados. O discurso eugênico foi largamente aceito no campo da psiquiatria, inclusive mais do que em outras áreas, como a antropologia e o sanitarismo. Em relação à higiene mental, Gustavo Riedel (1887-1934), membro da Academia Nacional de Medicina, acentuava a importância de se proibir, de todas as formas possíveis, a proliferação de *tarados*, *idiotas*,

imbecis, e demais *deficientes mentais*. Nesse processo de profilaxia social, destacou-se o uso de medicamentos articulados a uma educação física que estimulasse o corpo eugenizado, preservando-o de venenos sociais e raciais. Riedel, ao chamar a atenção para a boa constituição física, moral e psíquica do indivíduo, compreendia “[...] o dispensário Psiquiátrico como elemento de educação eugênica.” (ACTAS E TRABALHOS...,1929, p. 305-308).

No que tange à visão político-social, apesar da oposição da Igreja e da vitória política do movimento antropológico, não se pode afirmar que a eugenia não vingou no Brasil. A democracia racial, as políticas de branqueamento e os estímulos ao aprimoramento do corpo são exemplos implícitos e *positivos* de que a eugenia esteve presente nas políticas públicas brasileiras. Já a Antropologia Física, por meio de Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, tornou-se o modelo vitorioso para a constituição do novo indivíduo brasileiro. Ainda sobre esse tema, saliento que muitos intelectuais atribuem, erroneamente, a Franz Boas (1858-1942)²² o embasamento científico para a fundamentação da *antropologia física roquetteana*. A *antropologia boasiana* esteve intimamente identificada ao (neo)lamarckismo, tendo em vista que os caracteres adquiridos (*nurture*) poderiam vir a ser transmitidos hereditariamente. Nesse pensamento, os neolamarckistas assumem, mesmo que parcialmente, a validade das leis de Mendel, o que não significa se opor à concepção mendeliana, da qual Roquette-Pinto partilhava, pois, a afinidade maior em relação a Boas e não a Davenport, ocorreria devido às “[...] consequências políticas da postura científica davenportiana.” (WEGNER, 2017, p.85).

Por motivos políticos e ideológicos, o Roquette-Pinto refutou parcialmente o mendelismo, o que não significa que este era adepto do neolamarckismo. Para ele, o meio não poderia influenciar no plasma germinativo, diante disso, preteriu os ensaios *boaseanos* enquanto base científica para suas análises. Aliás, não se tratava de desacreditar cientificamente tais ideias, sejam elas mendelianas, lamarckianas ou até mesmo eugênicas, pois esses conceitos não foram cruciais na obra de Roquette-Pinto, uma vez que para ele “[...] os principais problemas da população eram da ordem da educação e da saúde.” (SOUZA, 2011, f. 232-233, p. 247; WEGNER, 2017, p. 85).

Conforme aponta Souza (2016, p. 611):

Ao contrário do que alguns autores têm assinalado (Ribas, 1990; Stepan, 2005; Keuller, 2008), as concepções antropológicas de Roquette-Pinto, ou mesmo seu antirracismo, não são tributáveis à obra de Franz Boas. Diferentemente do que

²²Foi um importante antropólogo estadunidense favorável a miscigenação. Seus estudos forneceram a base teórica necessária para que Gilberto Freyre (1900-1987) desenvolvesse um parecer favorável à miscigenação.

ocorreu com a obra de seu amigo Gilberto Freyre, cuja influência de Boas e do neolamarckismo teria sido decisiva no seu modo de conceber a ideia de cultura (Araújo, 1994) [...]. Além disso, é importante destacar, como explicou Ricardo Ventura Santos (2012, p.530), que a conversão de Roquette-Pinto à ideia de que as causas do atraso brasileiro eram devidas a fatores sociopolíticos mais do que raciais era anterior ao seu contato com a obra de Franz Boas.

Contrapondo o modelo mendeliano, em relação a sua aplicabilidade em seres humanos, Domingues, outro expoente da eugenia, via na educação o fomento necessário para controle da hereditariedade e a consequente preservação dos bons caracteres. Sempre vislumbrando a conscientização dos indivíduos e a instituição de valores morais e virtuosos, os eugenistas entendiam que seria somente a partir do ensino eugênico que a mudança comportamental se daria em prol do bem maior da nação.

O objetivo da educação eugênica e sexual foi o de evitar e conscientizar as pessoas sobre “[...] as deformidades físicas e mentais causadas pelas doenças endêmicas, o bócio, ao lado das endemias de leishmaniose, tuberculose, sífilis, disenterias, ancilostomíase, malária, febre amarela.” (MONARCHA, 2009b, p. 93).

A educação eugênica seria desenvolvida no intuito de criar uma subjetividade de ordem biossocial, cuja orientação educacional adequada caberia aos pedagogos em um trabalho a ser desenvolvido em conjunto com médicos, sanitaristas, eugenistas e psiquiatras. A divulgação desses preceitos esteve voltada tanto para esses profissionais especializados, quanto para os sujeitos leigos. O objetivo principal era fazer da eugenia um *éthos*, uma vez que os valores tradicionais levariam a sociedade à *degeneração*. Segundo Stepan (2005), a

[...] família tradicional parecia cada vez mais ameaçada, seja pela crescente presença das mulheres em locais de trabalho, seja pelos novos costumes sexuais trazidos pela modernidade e pela imigração, pela prostituição, pela prole ilegítima, os abortos ilegais e o que acompanharam a crescente industrialização, as migrações internas, a modernização e a pauperização. (STEPAN, 2005, p. 52).

Independentemente de a educação ser ou não um caminho a ser considerado na eugeniação social, o analfabetismo constituía-se num grande problema a ser enfrentado pelas autoridades da época. Nesse cenário, conforme Cardoso (1926 apud VEIGA, 2000), o número de iletrados alcançava cerca de 75% da população brasileira, o que não era algo exclusivo do Brasil. Entretanto, as taxas nacionais de analfabetos eram superiores às de alguns vizinhos sul-americanos, como Argentina e Uruguai. Apesar disso, esse problema não se constituiu “[...] como um fator de impedimento absoluto do acesso à informação impressa, pois existem inúmeras evidências de que no Brasil, de forma semelhante ao que ocorria em outros países, realizava-se a prática conhecida como leitura extensiva.” (BILHÃO, 2016, p. 41), o que

possibilitou, de certo modo, a disseminação de um discurso eugênico amplamente aceito em diferentes círculos sociais. Essa abrangência ocorreu graças à elaboração de diversos materiais educativos tais como folhetins, cartazes e cartilhas.

Muitas dessas propostas educativas estiveram intimamente atreladas à sexualidade, pois foi mediante esse *dispositivo biopolítico*²³ que a regulação das condutas, via educação sexual, se tornou a principal reivindicação das autoridades eugenistas. Assim, esse seria o fio condutor da gestão do corpo.

A educação sexual é ao mesmo tempo a obra da família e da escola, como do mesmo modo todo o ensinamento primário, visto que a escola e a família devem colaborar no mesmo objectivo [...] No Brasil nada se tem feito, coordenada e methodicamente, para o estabelecimento da educação sexual individual, nem como disciplina pedagógica, a não ser a tentativa do Dr. Oscar Penna Fontanelle, que apresentou na Camara um projecto que cogitava de introduzir nos programmas officiaes dos collegios o ensino da hygiene sexual. (KEHL, 1930a, p. 1-2).

O controle social por meio da sexualidade, torna mais eficiente a gerência sobre os indivíduos. A “[...] construção de regimes de verdade que orientassem a sexualidade está correlacionada a uma estratégia biopolítica, que toma a população como espécie e a partir dela visa conformar um povo para a nação.” (SILVA, 2014, p.918). Logo, essa intervenção teria por objetivo, de uma só vez, subjetivar o corpo e a sociedade como ocorre no caso da definição do normal e do patológico, debatido anteriormente, cada sociedade institui seu próprio regime de verdade, isto é, produz discursos que circulam como verdade (FOUCAULT, 1984).

Os cuidados relativos ao futuro da espécie não se delimitavam exclusivamente aos filhos. No livro *Como escolher um bom marido* (KEHL, 1924), uma das muitas obras pensadas para a orientação de moças, trazia instruções sobre os perigos que o aborto poderia ocasionar à mulher, somada às consequências de uma gravidez ocorrida na idade errada.

O interesse da eugenia, referente às mulheres, propiciou o surgimento de um “[...] feminismo eugênico [...]” (STEPAN, 2005, p. 62) – conforme denominou o eugenista lamarckiano Caleb Saleeby (1878-1940) –, fruto de um intenso engajamento característico dos movimentos feministas. Se, para alguns historiadores, a eugenia foi considerada um movimento antifeminista devido à falta da atividade feminina no movimento, para outros, a eugenia foi progressista. Entendo que isso ocorre devido ao fato de que a eugenia apregoava à mulher *certos direitos* inconcebíveis na época, diante

²³No decorrer dessa pesquisa não operei com o conceito de dispositivo, contudo sirvo-me da interpretação de Silva (2014).

da impossibilidade de escolha feminina referente ao futuro esposo, ainda assim, caberia a ela a seleção do progenitor de seu filho. Essas propostas soavam como uma afronta à moral tradicional, tornando o discurso eugênico, em parte, ambíguo.

Prepará-las para construir famílias, esse foi um dos principais objetivos do ensino eugênico feminino, uma vez que a degradação do matrimônio seria fruto de “[...] falhas na educação moderna.” (CAUSAS DA DESORGANIZAÇÃO..., p. 2). No intuito de atingir esse propósito, foi necessário desmistificar a sexualidade. Nesse intento, Renato Kehl organizou intensas campanhas buscando normalizar e disciplinar os indivíduos para uma vida sexualmente sadia. Além do combate às doenças venéreas, também houve o interesse na conscientização do país sobre os perigos da mistura entre *raças* e/ou classes sociais distintas. Conforme Domingues (1929, p. 146), “[...] certos mestiços são de facto inferiores, mas nem sempre, ou talvez nunca o sejam mais do que typos inferiores das pseudo-raças européas.” Segundo o qual (DOMINGUES, 1933, p. 61)²⁴.

A união de indivíduos de raças humanas diferentes é, pois geneticamente, uma união não somente por indivíduos com 24 pares de cromossômios, sejam os de raça branca, sejam os africanos, sejam os asiáticos, australianos ou ameríndios. A mistura entre as três raças, que se encontraram no povoamento do Brasil é, portanto, um cruzamento racial, entre indivíduos com cromossomos quantitativamente os mesmos e da mesma natureza. Tanto é assim que os mestiços, que se formam se mostram viáveis, vigorosos, com desenvolvimento normal da espécie, e fecundos, gerando uma prole com a mesma vitalidade.

Perante o estudo realizado até aqui, posso conceber que a educação, sob a perceptiva eugênica, seria algo atenuante e, ao mesmo tempo, estimulante, mas não regeneradora. A sua atuação se daria através de uma política preventiva e conscientizadora. Sendo assim, o melhoramento das características naturais de cada pessoa, seria algo passível de potencialização. Já referente ao corpo *disgênico*, a educação teria pouco efeito no processo regenerativo da espécie ou na de seus descendentes, haja vista que o indivíduo *degenerado* estaria *comprometido* biologicamente. Embasando-se num velho ditado, afirmando “[...] que quem é bom já nasce feito.” (KEHL, 1929c, p. 1; KEHL, 1946, p. 21), Kehl justificaria que “[...] a educação possui limitações frente aos indivíduos e, por assim ser, deveriam ser educados conforme os atributos de cada um. A educação, neste sentido, teria o objetivo de

²⁴Nesse contexto houve a concepção de que o homem possuía 48 e não 24 cromossomos, o que de certo modo não estava errado para a corrente teórica da época. “Em relação ao valor dos mestiços, as opiniões divergem muito; para alguns cientistas, eles são considerados tipos inferiores de raça considerada pura. Nivicov entende serem os cruzamentos indispensáveis para sustentar e argumentar o vigor de uma raça. E a este propósito diz, que dado o caso de uma raça mais perfeita pôr-se em contato com outra menos perfeita, a primeira teria tendência de subjugar a segunda; os homens de raça superior preferirão cruzar-se com as mulheres superior e os homens e mulheres da raça inferior com as mulheres e homens da raça superior.” (KEHL, 1923, p. 174).

fazer transparecer as boas características.” (SCHNEIDER; MEGLHIORATTI, 2010, p. 8). Diante disso, a educação pouco teria a ver com a eugenia em si. De acordo com Kehl (1933, p. 56):

O otimismo infantil de tantos políticos, pedagogos e filósofos que esperam estender às gerações futuras os benefícios atuais de assistência social, do esporte, da higiene física, da educação etc [...] não é senão o exemplo típico da mais grosseira ignorância biológica, ou falta mais completa de raciocínio [...]. Há os que confundam Eugenia com Educação Física, com plástica, com educação sexual, [...] ou a considere um simples ramo da higiene.

Além de potencializar as aptidões biológicas, maximizando o corpo eugenizado, outra incumbência delegada à educação seria a de evitar a má formação e a ignorância por parte dos estudantes. O ensino contribuiria para a conscientização matrimonial via orientação sexual, e também atuaria na naturalização do extermínio e/ou reclusão dos *degenerados*. A eugenia agiria alicerçada em *normas normativas* (WALDSCHIMIDT, 2005), que seria “[...] aquela capaz de regular e controlar os indivíduos com a finalidade de proteger a sociedade.” (FABRIS; LOPES, 2016, p. 44). No sentido eugênico, normalizar significava “[...] conseguir que homens e mulheres desempenhassem, tanto seus papéis como produtores quanto como reprodutores, e guardiões de proles sãs e de uma raça sadia e na medida do possível, pura.” (HERSCHMAN, 1994, p. 17). Essa consciência em torno dos valores da biologia ocorreria através da “[...] formação de um ideal como o da eugenia [que] precisa iniciar-se na escola. A criança deve começar a aprender, desde muito pequena o verdadeiro papel que representa como célula cooperadora do grande organismo coletivo.” (KEHL, 1933, p.217). Sendo assim, no processo de homogeneização biológica, a norma se desenvolve a partir do

[...] apontamento do normal e do anormal dado a partir da curva de normalidade, para determinar a norma [...] a norma age ou provocando ações que homogeneizem as pessoas, ou provocando ações que exaltem a diferença a partir de referenciais comunitários. Então, a norma age tanto no modelo tomado a priori aos próprios sujeitos quanto na pluralização dos modelos que devem ser referência para que todos possam se posicionar dentro dos limites locais, e uns em relação aos outros. (FABRIS; LOPES, 2016, p. 42-43).

A normalização não objetiva outra coisa, senão a fixação de certos regimes de verdade, que viriam a moldar as condutas sociais mediante um discurso; e a “[...] educação, no caso, a instituição escolar, é o espaço por excelência da circulação das verdades sobre o sujeito.” (SILVA, 2014, p. 903). São esses discursos que viriam a definir os “[...] regimes de verdade que balizam e separam o verdadeiro do contrário. Desse modo, os discursos não descobrem verdades, senão as inventam.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 101). Os eugenistas

almejavam, através do ensino, persuadir a realização de uniões matrimoniais eugênicas. Com isso, pretendiam fazer com que os *disgênicos* se conscientizassem a respeito de sua condição *degenerada* e, a partir disso, se excluíssem do ato da procriação. Isso ocorreria através de uma educação sexual fundada à luz da eugenia e da biologia, fazendo com que se estabelecesse o processo de gerenciamento do corpo social.

Como tratamento para as anomalias morais, a Educação surgiria como principal via de regeneração. Nesse sentido, Kehl (1946) é categórico a respeito da ação da escola nesse processo: “[...] subsiste a crença errônea de que a educação é mais questão do meio familiar e social do que escolar.” (KEHL, 1946, p.129). A boa conduta, invariavelmente, seria resultado de três fatores imbricados: emulação, o exemplo das crianças em adultos; persuasão, o valor utilitário da civilidade, e a fixação da consciência a respeito do valor de uma boa educação ainda em idade tenra, através da instituição escolar.

Nessa ação de domínio sobre si, a escola torna-se fundamental na subjetividade desses sujeitos em torno de um *èthos* eugênico que visaria instituir uma normalidade física, intelectual e moral. Conforme Revel (2005), fundamentada em Foucault, o processo pelo qual se constitui um sujeito ou mais precisamente uma subjetividade:

Os ‘modos de subjetivação’ ou ‘processos de subjetivação’ do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência. (REVEL, 2005, p. 82).

A objetivação em torno de uma *moral eugênica* visa constituir seres eugenizados de corpo, mente e espírito. Essas ações são “[...] distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso, soa bem mais claro falarmos em práticas de governo.” (VEIGA-NETO, 2005, p. 83). Além da escola, outras instituições de sequestro, tais como: fábricas, hospitais, prisões e manicômios, também desempenhavam função semelhante na normalização e/ou na corrigibilidade dos desviantes dentro da abrangência da norma (MORGENSTERN, 2016). O que difere um espaço escolar desses outros estabelecimentos é o fato de que as pessoas podem (ou não) vir a passar por elas. Ao passo que pela escola, todos, teoricamente, serão submetidos. Estabelecendo uma analogia com o presente, na atual conjuntura, percebemos claramente que esse indivíduo amplia seu tempo diário de permanência no colégio e isso “[...] se estende por vários anos, os efeitos desse processo disciplinar de subjetivação são notáveis.

Foi daí que se estabeleceu um tipo muito especial de sociedade, à qual Foucault adjetivou de disciplinar.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 71). Conforme descreve Silva (2014, p. 4):

Foucault situou a emergência da sociedade disciplinar entre os séculos XVII e XVIII, período historicamente conhecido pela Revolução Industrial e pelo Iluminismo, chamado pelo autor de era clássica. No decorrer do século XVIII, e nomeadamente no século XIX, Foucault identifica, ainda, o “desbloqueio” de uma nova racionalidade política que não apenas fez do corpo seu objeto, mas tomou a população como um problema estratégico. Descobre, nesse processo, o que chamou de biopolítica”.

A diferença entre disciplina e biopoder se dá em torno da técnica disciplinar que é dirigida ao *homem-corpo*, já o biopoder dirige-se ao *homem-espécie*. A “[...] disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.” (FOUCAULT, 1987, p. 164). Nesse sentido, podemos compreender o biopoder como sendo um “[...] conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais.” (FOUCAULT, 2008b, p. 3). Logo, o “[...] biopoder é mais uma perspectiva do que um conceito: ele põe à vista toda uma série de tentativas mais ou menos racionalizadas, da parte de diferentes autoridades, de intervir sobre as características vitais da essência humana – seres humanos, individual ou coletivamente.” (ROSE, 2013, p. 85-86). Sobre essa diferenciação existente entre disciplina e biopoder, saliento que, conforme aponta Veiga-Neto (2014), tal distinção não implica à

[...] substituição de um poder por outro, pois o biopoder até mesmo precisa das técnicas disciplinares; mas ele se desloca “numa outra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliado por instrumentos totalmente diferentes”, trata-se de um poder que se aplica a vida dos indivíduos mesmo que se fale nos corpos dos indivíduos, o que importa é que tais corpos são tomados naquilo que eles têm em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie. Se o poder disciplinar fazia uma anátomo-política do corpo, o biopoder faz uma biopolítica da espécie humana. Trata-se de uma biopolítica porque os novos objetos de saber que se criam “a serviço” do novo poder destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se cria para dar conta de uma dimensão coletiva que, até então, não havia sido uma problemática no campo dos saberes. (VEIGA-NETO, 2014, p. 72-73).

Sendo assim, para os eugenistas, o disciplinamento dos jovens seria algo imprescindível para o pleno desenvolvimento físico/mental e ético, pois a “[...] disciplina não é só instrução, como também educação, ou seja, implica, além do elemento intelectual, o aspecto moral.” (NOGUERA-RAMIEZ, 2009, f. 59). A disciplina, sobretudo a escolar, alicerça-se numa microfísica do poder, baseada na arte do detalhe. Ela faz com que o corpo responda o mais rápido possível diante do menor estímulo, a fim de poupar energia e

maximizar o controle sobre o próprio corpo. Como exemplo, trago a instituição da fila, que foi um importante mecanismo utilizado a serviço do disciplinamento dos corpos, tendo em vista que essa ação visa hierarquizar e individualizar o sujeito dentro de um pequeno espaço físico. Nessa arte das distribuições dos corpos, essa ferramenta funcionou como um mecanismo de controle disciplinar sobre os indivíduos, que “[...] os distribui e os faz circular numa rede de relações.” (FOUCAULT, 2005, p. 125). Todas essas práticas visam à instituição de normas cujo objetivo é “[...] garantir uma educação moral para todos aqueles que tivessem disposição. Difícil tarefa dada à educação, converter o selvagem e inclinado naturalmente à liberdade a ser alguém moralmente colocado dentro de princípios estabelecidos dentro de uma noção de civilidade.” (LOPES; SILVEIRA, 2009, p. 16).

Logo, o destoante da norma (*inadaptado*), como nos casos dos *inconsequentes* e *indisciplinados*, seria um sujeito *inapto* por natureza, não dotado do filtro psicológico responsável pelo controle da conduta. Seu comportamento incompatível seria atribuído aos desvios de ordem biopsicológica hereditária ou adquirida através de venenos sociais. As atitudes inadequadas seriam fruto de sua *inaptidão*, pois o homem, incapaz de sujeitar-se à ordem, acabaria constituindo-se num futuro problema, acarretando invariavelmente numa perturbação. Discipliná-lo, ou seja, domesticar o animal homem, se faria possível mediante a docilização do corpo, que visa entre outras coisas, torná-lo maleável e moldável. Porém, essa ação não ocorre de maneira imposta, uma vez que o poder disciplinar é exercido “[...] ao nível do corpo e dos saberes, do que resultam formas particulares tanto de estar no mundo – no eixo corporal –, quanto de cada um conhecer o mundo e nele se situar – no eixo dos saberes.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 71).

Sob o prisma da disciplina, o trabalho conjunto da medicina e da escola visaria disciplinar os indivíduos acometidos pela promiscuidade. Os *degenerados*, através de ações educativas pautadas em práticas de higiene e de eugenia, poderiam vir a ter uma conduta adequada, fundada em preceitos sanitários, higiênicos e morais. Com isso, seria estabelecido um controle não só sobre o trabalhador como também sobre a sua prole, tornando-os dóceis e maleáveis de acordo com a necessidade imposta pela indústria e pela urbanização, que estavam em franca expansão à época.

Em relação a esse domínio sobre o indivíduo, ressalto que o corpo é percebido, a partir da Idade Moderna, como algo passível de domesticação, treinamento e correção. Tendo em vista a homogeneização biotipológica dos sujeitos envolvidos nesse jogo social, tais procedimentos normativos homogeneizantes seriam possíveis, a partir do advento das instituições de sequestro, fundamentais na constituição desse homem-máquina, conceito de La

Mettrie (1709-1751). A finalidade dessas entidades seria a de “[...] controlar e ou corrigir as operações do corpo.” (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Nesse contexto a disciplina é tomada pela eugenia como sendo relativa às regras de convivência, algo que se impõe desde cedo, ainda no ginásio.

A disciplina deveria ser o estado normal do homem nas coletividades organizadas, porque decorre de uma necessidade instintiva que impele tanto o indivíduo quanto a sociedade a execução de esforços e iniciativas de benefícios recíprocos. Só não compreende essa verdade aqueles que, por fatalidade hereditária, não tem o entendimento aberto a luz das realidades. (KEHL, 1946, p. 100).

Esse disciplinamento, somado à valoração *racial* do caucasiano, visou instituir uma padronização biológica, que se fez presente por intermédio de diferentes práticas discursivas (racistas) circulantes na sociedade: são esses “[...] discursos sobre a verdade, sobre os ‘regimes de verdade’ que instruem e firmam os parâmetros de governo dos sujeitos, de sua normalidade e de sua anormalidade.” (SILVA, 2014, p. 901). Para entender como se instituiriam essas discursividades racialistas, anoro-me em Veiga-Neto (2010), que afirma:

[...] é necessário recorrer à arqueologia de Foucault no intuito de averiguarmos qual o sentido e finalidade que se emprega tal sentença, ‘trata-se de práticas discursivas que atuam como conjunto anônimo de regras para a formação e transformação de determinados objetos de saber, para tal, é necessário a desnaturalização dessa verdade linguística e sua simbologia dada através de um discurso prévio e determinado desde ‘sempre’, para que assim possamos pensar exteriormente esse ‘modelo de verdade’, refletindo sobre sua prática e efeito positivo (formas de pensamento) a respeito desse discurso a partir de nós mesmos. Buscando não a origem e sim o sentido e a práxis dessa invenção do conhecimento, resultado este forjado a partir de relações de poder e dominação, segundo Nietzsche, produto de confronto entre instintos, cessando assim com a concepção Clássica de origem, pois não há uma origem e sim uma invenção. (VEIGA-NETO, 2010, p. 9).

Com base no excerto acima, percebo que existe um consentimento, por parte de muitos intelectuais, de que o deficiente é incapaz de aprender. Ademais, devido a sua condição biológica, a educação de tais sujeitos seria um desperdício de recursos públicos. O mesmo contexto se estende para as relações raciais. Nelas, debatiam-se as condições de aprendizagem de determinados grupos étnicos. Meu objetivo não é o de buscar uma origem para essa questão, mas sim, averiguar de quais modos a eugenia se apropriou desse discurso racialista para promover seus ideais de *raça pura*.

Diante disso, tão importante quanto eliminar o *degenerado* era promover a “[...] erradicação de hábitos tradicionais das classes sociais mais pobres, possibilitando o controle da vida das pessoas, enquadrando-as nas necessidades estabelecidas para o novo projeto de sociedade.” (MOTA; MARINHO, 2013, p. 54). A educação não teria outro papel senão o de

tornar o corpo forte e sadio, o que foi proposto por Godoy (1942) em sua tese *Eugenia e Educação Física*. A educabilidade dos indivíduos se daria na ordem da instrução²⁵, como já mencionado, em que a conscientização atentaria para a importância do meio saneado e de uma reprodução adequada entre os indivíduos eugenizados, para a obtenção de uma nação *aprimorada*.

Em suma, a educação funcionaria com o intuito de aparar arestas biossociais, corrigindo e instruindo os *bem-nascidos* a cuidarem-se e a evitarem sua destruição genética por meio do uso de drogas, doenças venéreas e misturas étnico-raciais. Logo, a “[...] raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização.” (FOUCAULT, 1999, p. 306). O indivíduo *normal* seria constituído da seguinte maneira: branco, sadio, belo e forte; do contrário, deveria ser normalizado e/ou eliminado, porque, sob o prisma eugenista, sua coexistência não seria viável. De acordo com Angelis (1927), a conduta humana poderia e deveria ser condicionada à educação, pois estando o indivíduo suscetível às influências exteriores, somente o ensino poderia vir a moralizar e moldar esse sujeito de acordo com os valores da sociedade.

Excerto 35: A ação da escola na subjetivação da disciplina

TESE Nº 26: NORMAS DIDÁTICAS A QUE SE DEVE OBEDECER NO ENSINO DO PORTUGUÊS AOS FILHOS DE COLONOS ESTRANGEIROS

Portanto, o organismo é apenas o ser vivo com a propriedade de transformar as energias exteriores e de se adaptar ao meio. Adquire-se com o estudo da psicologia uma compreensão mais vasta de todos os fatos físicos, outrora explicados apenas com os rígidos e dogmáticos princípios metafísicos.

As diversas espécies de reações físicas manifestam-se ora coordenadas, revelando atos de reflexão, outras vezes, meras exteriorizações mecânicas ou espontâneas, o que pode acontecer sob o influxo da emoção.

Esta tendência atávica de se adaptar ao meio revela um fim utilitário, estados de consciência, idéias e pensamentos que são manifestados com a prévia intenção de serem compreendidos.

Esta exteriorização de atos físicos por meio de vocábulos, de símbolos, chama-se linguagem, o meio mais completo e mais perfeito de que se serve o homem para exprimir os seus pensamentos; ela depende da experiência individual e social. Num meio onde são intensas e freqüentes as representações físicas, nesse ambiente mental, o ensino será tarefa de relativa dificuldade, porque a vida psíquica do homem depende da elevação social da espécie, de impressões e sensações.

É preciso que, nas escolas, não se considere o aluno como um ‘ser independente’, um organismo isolado de outros seres, organismo que pode produzir tudo por si, sem a influência exterior. Cumpre lembrar que a criança em idade escolar ainda se encontra na fase perceptiva. (ANEGLIS, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 144-145).

De acordo com as palavras de Angelis, o atavismo exerceria forte influência no desenvolvimento físico, intelectual e moral dos indivíduos. Todavia, somente o ensino,

²⁵Esse conceito data desde a Antiguidade, pois “[...] para os sofistas —a natureza (fýsij) é o fundamento de toda educação possível. A obra educadora realiza-se por meio do ensino (mşqhsij), da doutrinação (didaskalia) e do exercício (şkhsij), que faz do que foi ensinado uma segunda natureza” (JAEGER, 1995, p. 356 apud NOGUERA-RAMIREZ, 2009, f. 51).

abstraído do contexto social em que o jovem estaria inserido, não seria suficiente para formá-lo. O trabalho deveria ser conjunto, entre pedagogos e demais autoridades higiênicas e sanitárias, pois de pouco adiantaria uma educação de qualidade, se os alunos permanecem envoltos a um meio insalubre e corrompido por álcool, prostituição e demais hábitos tidos por libidinosos.

Com base nos estudos realizados até aqui, no subcapítulo seguinte, discorro sobre o contradiscurso antropólogo-sanitarista. O embate teórico entre eugenistas e antropólogos influenciou diretamente nas políticas públicas educacionais desse período. Essa disputa ocorreu em torno do potencial de educabilidade dos indivíduos, no qual, para a eugenia, o aspecto biológico seria determinante. Já para os antropólogos, a educação por si só daria conta do desenvolvimento do indivíduo, independente da *raça*.

5.3 O Contradiscurso: Movimentos Antropológico-Sanitaristas

De um lado teremos a constituição, com predomínio desta ou daquela variedade. De outro lado, contaremos a constituição adquirida resultante da ação do ambiente e da educação, que influi sobre a constituição inata, corrigindo-a ou modificando-a, escreve Sampaio que exemplifica: ‘[...] compreende-se que qualquer um, independente de sua constituição inata, poderá se tornar um criminoso conforme as influências exógenas e a educação recebidas’. Considera-se, pois, a ação educativa muito mais eficiente e profilática do que outras medidas eugênicas. (LOBO, 2008, p. 123).

Um fato de convergência entre diferentes intelectuais, nesse período, foi a questão *racial*. A *inferioridade* (seja biológica ou cultural) do negro perante o caucasiano anglo-saxônico seria, de certo modo, quase um consenso da época. Ambos os discursos (eugenistas e antropológico-sanitaristas) foram “[...] influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início deste [XX], eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra e na degenerescência do mestiço.” (MUNANGA, 2008, p. 52). Saliento que, para os antropólogos, essa *inferiorização* do negro se daria sob o aspecto sociocultural, algo que poderia vir a ser equiparado mediante a educação, ao passo que, para os eugenistas radicais, isso seria resultante da *raça*, logo, incorrigível.

Sendo assim, para melhor potencializar a educabilidade dos indivíduos, a educação deveria ocorrer entre grupos de iguais, passíveis de identificação psicométrica, e através desses testes, se definiria o tipo de ensino a ser realizado, semelhante ao que a eugenia apregoava. O “[...] conceito nacionalista eugênico de saúde esteve solidamente casado à escola pública: ‘por intermédio da escola, presente o nosso povo que deve ser dado a ele o

certificado de saúde, inteligência e de caráter, imprescindível para seu concurso à vida moderna’, declarou Teixeira.” (DÁVILA, 2005, p. 211).

Tanto os antropólogos²⁶ quanto os educadores do movimento Escola Nova entendiam que a educação deveria ser tomada por todos como um direito e não uma benfeitoria, cabendo ao Estado zelar pelo acesso universal ao ensino de qualidade, independentemente da constituição biológica do indivíduo. Contudo, para muitos pensadores escola-novistas a formação desses sujeitos não era equitativa, obedecia a critérios biológicos, conforme demonstrei no decorrer desse subcapítulo.

Em relação ao desejo de normalização, tal prática também esteve presente no Movimento Escola Nova. No intuito de traçar o perfil dos educandos, em relação às aptidões físicas, mentais e até mesmo de caráter, inúmeros testes foram realizados, dentre os quais, exames de ortofrenia e antropometria, que visariam atestar a saúde física e mental dos educandos. Nesse processo, Anísio Teixeira foi o precursor dessa perícia, transformando as escolas do Rio de Janeiro em verdadeiros laboratórios de aprendizagem, fazendo com que diversas autoridades da época se voltassem para os seus estudos. Conforme aponta Dávila (2005, p. 67):

Teixeira assumiu esse desafio e transformou o sistema escolar do Rio em um laboratório que atraiu os principais eugenistas da nação. Educadores como Roquette Pinto, Arthur Ramos, Lourenço Filho e Afrânio Peixoto foram atraídos para o sistema escolar do Rio a fim de pesquisar a degeneração, desenvolver programas de saúde e educação para tratá-la e aplicar esses programas nas escolas da cidade.

De modo genérico, esses exames visariam a “[...] homogeneização das classes escolares [que] tinha o objetivo eugênico de agrupar as crianças de acordo com as aptidões e habilidades detectadas, possibilitando a adoção de uma pedagogia adequada às características de cada grupo.” (VEIGA, 2000, p. 143). A conotação desse discurso foi explicitada na *Revista de Ensino*, cuja compreensão era a de que as “[...] classes heterogêneas atentam contra os princípios racionais da pedagogia.” (REVISTA DE ENSINO..., 1934, p. 34). De certa maneira, esse pensamento conflui com a visão eugênica a respeito da necessidade de se homogeneizar o corpo social.

²⁶O movimento antropológico-sanitarista compreendia que a (bio)regeneração do povo brasileiro se daria mediante a educação. Conforme propuseram Silvio Romero (1851-1914), J. B. Lacerda (1846-1912), Belisário Pena (1868-1939), Fróes Fonseca (1890-1988) e Roquette-Pinto (1894-1954), o *degenerado* teria *cura*. Mesmo partilhando de alguns preceitos eugênicos, mas excluindo a prática negativa, muitos desses intelectuais alvitram em seus ensaios uma saída amena para a questão da *degenerescência*. Concordavam acerca da hereditariedade patológica do deficiente, todavia, diferiam da eugenia sobre a miscigenação, um termo ambíguo que foi concebido como um veneno racial para os eugenistas e, ao mesmo tempo, uma solução biossocial para os antropólogos.

Nesse cenário, ao pensar a educação, mediante o biótipo de cada aluno, estaria intrínseca a noção de preempção. Essas tecnologias biopolíticas de prevenção teriam por intuito efetivar uma ação antecipatória ao surgimento de sujeitos que trariam consigo um potencial risco a espécie. Evitando a sua constituição biológica ostensivamente, mediante um processo preemptivo de normalização, essa ação objetivaria a “[...] intervenção antes que ocorra a ação que venha a prejudicar os planos ou as ações daquele que precisa antecipar a ação do outro e agir – reagindo ao que supõe lhe venha a ser prejudicial – em suma, um ataque preventivo.” (CASTIEL, 2015, p. 252).

Sobre esse combate à diferença, Kehl (1929c) buscava demonstrar em suas análises que, assim como o médico não poderia pensar na doença antes de se conhecer o paciente, do mesmo modo, a capacidade biológica do aluno deveria ser considerada antes mesmo da prática do plano de ensino. Entretanto, uma pequena diferença se observa em relação à escola. Para a eugenia, a instituição escolar seria exclusiva para o tipo eugênico, ao passo que para os escola-novistas e demais adeptos dos movimentos antropológico-sanitaristas, a universalização do ensino abarcaria também os *degenerados*. Ressalvo que esse movimento não implicaria num ensino equitativo, cujo método a ser operacionalizado seria adequado à aptidão individual de cada educando – “[...] aptidão é uma disposição natural a comportar-se de certa maneira, a compreender ou sentir de preferência certas coisas ou a executar certas espécies de trabalho.” (CLAPARÈDE, 1973, p. 167). Essa tendência biológica diferencia-se de gosto (interesse), em que a distinção entre *aptos* e *inaptos* se daria de acordo com a capacidade física e intelectual de cada indivíduo.

Fundamentados (in)diretamente no neurologista e psicólogo suíço Edouard Claparède (1873-1940), muitos intelectuais desse período, identificados com a eugenia, compreendiam que desenvolver uma metodologia de ensino que viesse a dar conta de diferentes tipos antropológicos seria “[...] perder tempo, querer por força desenvolver nele capacidades não possuídas, não seria desperdiçar tempo e dinheiro querer tirar à força carvão de um terreno que só tem ferro, ou cultivar trigo num solo próprio para uva.” (CLAPARÈDE, 1973, p. 174). Nesse contexto, segundo Lourenço Filho (1930), a “[...] campanha social pela eugenia, a defesa das mães, a legislação que visa o exame pré-nupcial – são medidas que vem demonstrando cada vez maior, da necessidade de seres tão perfeitos quanto o possível.” (LOURENÇO FILHO, 1930, p. 24). Mais que simplesmente estimular, seria necessário constituir o pleno desenvolvimento de cada pessoa.

A educação escola-novista, tal qual a eugênica, voltava-se para a melhoria física, intelectual e moral do indivíduo, no entanto não fomentava a acessibilidade social; pelo

contrário, incitava a estratificação da sociedade acordo com as *predisposições biológicas* e *sociais* locais. Já afirmava Fernando de Azevedo (1958): “A criança educada na escola popular deve ser um elemento de renovação moral e intelectual do meio que proveio e que tem na corrente novas gerações, a fonte de um progresso incessante.” A valoração biológica, independente de classe social, foi o cerne das propostas educacionais presentes naquele período. Seria incumbida à educação a responsabilidade pela formação da “[...] alma brasileira no sentido de superar uma alma deformada pelo estigma da cor, pela tara da humilhação, pelo ódio.” (CARDOSO, 1926, p. 124). Logo, sem as influências do meio e do ensino, as adaptações naturais seriam quase nulas, mantendo somente as hereditariedades (VEIGA, 2000).

O grande dissenso entre escola-novistas, antropólogos e sanitaristas, em relação à eugenia, ocorre em torno da miscigenação. Naquela conjuntura, conforme Schwarzman (2004), Roquette-Pinto, um dos principais expoentes antirracista, mesmo participando

[...] de várias instituições que se dedicam ao saneamento físico e moral, não acredita na transmissão hereditária de caracteres adquiridos nem vê nos cruzamentos entre brancos e negros fator de degeneração da raça. Como presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, opôs-se ao viés racista de Kehl, advogado paulista, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo. (SCHWARZMAN, 2004, p. 97).

A educação dos indivíduos híbridos se daria em concomitante a uma *limpeza racial*, e “[...] a eugenia e a educabilidade dos mestiços dependerá do cruzamento desses ‘tipos’ com os brancos, pois os mulatos, em regra, ‘mais inteligentes do que os negros puros, mais velozes e destros, mais ladinos, aplicam-se a ofícios mais finos’.” (VEIGA, 2000, p. 128). Essa *evolução*, ou melhor, adaptação, seria resultado da predominância dos caracteres atávicos caucasianos. Os eugenistas *suaves* viam a miscigenação *forte* como algo viável e positivo. Nessa perspectiva, o atavismo exerceria influência na conduta e na constituição biológica do indivíduo.

Ao convergir a respeito da homogeneização biossocial, Lacerda (1911) ao partilhar do mesmo ideal de Romero (1943), entendia que em aproximadamente 100 anos o Brasil seria uma nação de arianos. Contudo, destaco que Romero não era eugenista e tampouco discutia com a teoria eugênica, pois a valoração da *branquitude* é algo que antecede a eugenia. Isso viria a ser viável do ponto de vista biológico graças ao atavismo (qualidades genéticas psicológicas, físicas e comportamentais) caucásico, que se sobrepunha à *degenerescência* genética dos demais tipos antropológicos. Ao participar do Congresso Universal de Raças, ocorrido em Londres no ano de 1911, Lacerda não teve dúvidas sobre o futuro miscigenado

do Brasil, segundo o qual: “Após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América.” (LACERDA, 1911, p. 242).

As teorias que visavam branquear a população estavam ganhando força no Brasil. Consequentemente, as imigrações europeias foram cada vez mais estimuladas, a fim de atrair mais do *tipo ideal*. Opondo-se aos eugenistas mais radicais, que defendiam a eliminação dos sujeitos considerados *inferiores*, Roquette-Pinto, sob a encomenda de Lacerda realizou um estudo acerca da etnografia brasileira, o que veio a reforçar a tese de branqueamento. A respeito desse trabalho estatístico referente à população negra no Brasil, Roquette-Pinto teceu um parecer positivo à miscigenação, algo que seria viável graças a “[...] distribuição geográfica é, pois, um dos fatores mais importantes no desaparecimento dos negros, desaparecimento esse que se vai apressando, por outro lado, por causas puramente sociais, estranhas à geografia.” (E. ROQUETTE-PINTO..., 1955, p. 34-35).

Para Macedo (1927), o branqueamento moldaria positivamente a conduta moral dos indivíduos, algo relevante no discurso eugênico e que já vinha sendo alvo de debates no campo da educação. Essa inclinação ideológica denota como a perspectiva eugênica esteve fortemente imbricada ao campo educacional naquele período.

Excerto 36: As leis do atavismo na conduta humana

TESE Nº 54: A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA; PELA CULTURA CÍVICA; PELA CULTURA MORAL

Com o andar dos anos, o consciente vai predominando sobre o inconsciente, e as leis do atavismo vão pautando os seus atos. É justamente neste período do desenvolvimento mental e físico que a criança se impressiona com o que a rodeia — e imita. Nesta fase, a sua renovação e aperfeiçoamento dependem dos seus princípios em que ela for se inspirando. Não tendo ainda hábitos, assimilará com facilidade os primeiros que adquirir, sem muito esforço. (MACEDO, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 320).

Para Silvio Romero²⁷, a hibridização poderia gerar indivíduos fortes. Mesmo contrariando sua inclinação teórica em relação aos pressupostos mendelistas – Viés “[...] eugênico estritamente biologicista e hereditário que relega qualquer possibilidade de influência externa como a cultura e a Educação no processo de melhoria da espécie [...]” (SILVA, A. L. S., 2008, f. 19), saliento que até os eugenistas mais radicais consideravam o valor da educação no processo de eugeniização social. Porém, as influências que o ensino

²⁷“Silvio Romero (Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero), crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914.” (ABL, 2016).

poderia proporcionar eram externas, não atuando diretamente no plasma germinal, ou seja, na hereditariedade biológica do indivíduo. Contrapondo a homogeneização eugênica, Romero compreendia o monogenismo como uma ciência ultrapassada, haja vista que não se poderia reduzir as *raças* humanas a uma origem única. Adepto a poligênica, Romero via na mestiçagem algo positivo, discordando de intelectuais eugenistas e antropólogos estrangeiros, que viam na hibridização um fator de *degeneração* (KERN, 2012). Essa diferenciação entre negros e brancos ocorreria pelo fato de que a cultura de matriz africana seria considerada *inferior* a europeia, algo reversível, mediante os processos de educação e de aculturação.

De acordo com o que foi ratificado pelos educadores no Manifesto dos Pioneiros, a hierarquia entre indivíduos prevaleceu por outros meios: “A educação nova, alargando a sua finalidade para além do limite de classes, assume uma feição humana, [...] [no qual se pretendeu] formar uma hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades.” (MANIFESTO, 1932, p. 42). Diante disso, os escola-novistas assumem o discurso biológico, entendendo que existiria uma hierarquia entre os indivíduos, o que não significaria, necessariamente, diferenças raciais. Todavia, o ensino deveria ser ministrado de modos diferentes, de acordo com o público alvo, bem como obedecer a critérios embasados em aptidões físicas e intelectuais.

A escola dos anos 1920 foi pensada a partir do discurso biológico que determinava o tipo de educação que cada indivíduo receberia, e se antes era produtora de diferenciações étnico-sociais, agora se tornaria uma instituição segregacionista de ordem biológica, fundamentada nas *aptidões* de cada pessoa. Alicerçados numa meritocracia intelectual biologicista, diferentes estratégias foram pensadas no intuito de disseminar a “[...] escolaridade entre camadas médias, que passaram a ser educadas nas escolas sob fundamentações higiênicas e eugênicas, gerando uma mentalidade autoritária, preconceituosa e segregacionista – a escola de alma branca.” (VEIGA, 2000, p. 130).

Referente à biologização da vida, esse conceito não é característico de nenhum movimento específico, e sim fruto de um pensamento racista peculiar desse período que transcende as mais diversas correntes de pensamento. A normalidade foi embasada em diferentes questionamentos relativos às capacidades de autonomia e de aprimoramento dos indivíduos envolvidos nesse processo, tendo por objetivo maximizar o rendimento e as habilidades de cada pessoa. As tecnologias aplicadas às plantas e animais, que serviam de base para os estudos referentes a horticultura, foram enaltecidas por Belisário Penna (1923). Ele entendia que tal perícia seria igualmente aplicável ao homem.

É facto fóra de discussão, constituindo verdade axiomática, que a saúde, isto é, a normalidade physiologica da vida é condição imprescindível de ‘efficiencia’, de aperfeiçoamento incessante e de rendimento útil de qualquer ser organizado, seja vegetal, animal ou homem. Por isso este, que é o único servido de psychismo superior submete plantas e animaes uteis a processos de cultura e de criação, tendentes todos ao melhoramento incessante e ao maximo rendimento em produção, por medidas de seleção de adaptação de hygiene e prophylaxia, que apuram as espécies e reforçam-lhes as vitalidades. (PENNA, 1923, p. 19).

Entretanto, contrariando eugenistas e demais apologistas do racismo *científico*, a melhoria das características hereditárias seria algo independente de *raça*, etnia ou classe social. O aprimoramento da espécie ocorreria por meio da união conjunta entre saneamento e educação. Divergindo de Renato Kehl, que a partir de 1929 atribui o atraso nacional à questão *racial*, Roquette-Pinto justifica a falta de progresso da nação como sendo algo resultante das más condições sanitárias e educacionais do país. Belisário Penna, compartilhava da hipótese de Roquette-Pinto, pois chamou a atenção para a situação calamitosa que acometia o Brasil. Não se trataria de sanear algumas regiões específicas e, sim, todo o território nacional.

Em seus estudos sobre às circunstâncias sanitárias, em que observou a composição *racial* brasileira em diferentes regiões, Penna constatou que o Sul do país estaria tão *degenerado* quanto o Nordeste. O gaúcho, mesmo constituído de uma genética europeizada, encontrava-se em situação de abandono tal qual o nordestino. A higiene seria a precursora do aperfeiçoamento da espécie humana, nesse sentido, Kehl (1920a), ao analisar esses ensaios, define a população brasileira como “[...] mirrada, doentia, anêmica e feia.” (KRHL, 1920a apud SOUZA, 2006b, p. 54).

Segundo o qual (KEHL, 1920a),

[...] o Brasil é constituído, na sua quase totalidade, de gente doente ou em franca degeneração. Esse grito de alarme levantado pelo professor Miguel Pereira, Belisário Penna e outros em prol do saneamento do nosso ‘hinterland’[subdesenvolvido] não significa o sertão de Goiás, nem o de Mato Grosso. É quase todo o Brasil, a começar pelos subúrbios dessa capital.

Conforme Angelis (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997) a *melhoria racial* seria indissociável do ensino, sem essas medidas educativas a *raça* brasileira seria subjugada pelas *raças* mais *fortes*. Corroborando com esse entendimento, Halvécio de Andrade, representante de Sergipe, defendia que a responsabilidade por aparelhar a educação pública nacional competiria à União, responsável por ampliar a instrução higiênica adequando-a à diferentes localidades do Brasil. Promover uma educação pública, em que não se considerasse o valor da higiene e da eugenia para o progresso, não passaria de delírio pedagógico. Nos

excertos nº 37 e nº 38, trago os exemplos em que aparecem as visões de Angelis e de Andrade acerca da higiene e da educação nacional.

Excerto 37: Higiene e *degenerescência* da raça

TESE Nº 78: PELA PERFEIÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA

Lavra-se e campeia-se na raça o germe destruidor que acarreta a degeneração dela, e este povo estará, por isso mesmo, condenado ao desaparecimento: será vencido, será subjugado pelas raças mais fortes. E uma lei a que não nos podemos furtar, e o dilema que se estabelece é de uma clareza idêntica a claridade do sol: ser forte ou deixar de ser. Daí podemos aquilatar o interesse, a necessidade imprescindível que se impõe ao País: a solução dos problemas de higiene no Brasil, onde a degenerescência assenta o seu reinado, senhora absoluta, criadora de anormais, de tarados, inimiga implacável da raça. (ANGELIS, 1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 437-438).

Nas palavras de Andrade (1927 apud COSTA; SHENA; SHIMIDT, 1997, p. 199):

Excerto 38: A responsabilidade da União na educação nacional

TESE Nº 35: UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

E a União, o que lhe deverá caber? À União deve caber a tarefa de instruir os povos que, pela distância dos centros povoados, vivem privados do benefício de qualquer ensino, por meio de comissões bem aparelhadas e competentes para alfabetizar e instruir sobre culturas locais, comércio, higiene e deveres cívicos. É um crime de lesa-pátria consentir que os vastos sertões brasileiros continuem na absoluta privação de justiça, de instrução, de disciplina mental, de educação cívica.

Essa proximidade da eugenia com o higienismo e com o sanitarismo também esteve presente nos discursos de Renato Kehl até o ano 1929, que é quando o eugenista assume de fato o viés radical vinculado a biologia racista. Diante disso, antropológico-sanitarista reafirma, em seus ensaios, o papel da educação na minimização das diferenças biossociais entre indivíduos. Foi no campo da educação que esses discursos encontraram o ambiente perfeito para o debate de suas teorias. Independentemente da constituição *racial*, desde que afastados os ricos hereditários (deficiência) que comprometeriam o desenvolvimento físico e intelectual, na visão antropológica, entendia-se que o ensino, estendido aos diferentes grupos étnicos-raciais, não acarretaria atraso ao aprimoramento da espécie.

A mestiçagem não seria a causa da *degeneração* do tipo híbrido e, sim, as más condições sociais e/ou patologias infectocontagiosas que, por ventura, poderiam danificar o genótipo. Desse modo, a seleção natural “[...] remete aos cuidados em relação aos males e doenças transmitidas hereditariamente, independentemente do fenótipo.” (BONFIM, 2013, f. 138). Essa posição foi ratificada sob a perspectiva da fisiologia, em que essas “[...] pesquisas provavam que os cruzamentos entre branco e negro, e branco e índio são sempre tipos

normais, a menos que os progenitores sejam portadores de herança mórbida.” (ROQUETTE-PINTO, 1982, p. 94). Desde que houvesse o devido cuidado no processo de hibridização *racial*, esse processo não seria *degenerativo*: “[...] a mestiçagem só é um mal quando realizada ao Deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, *sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família.*” (ROQUETTE-PINTO, 1982, 1933, p. 3, grifos do autor).

O racismo e a noção de *inferioridade* em relação ao mestiço também estiveram presentes no discurso antropológico, cujo intuito foi o de legitimar a suposta *superioridade* sociológica do caucásico. Superada a hipótese biológica, a hierarquização *racial* passa a fundamentar-se numa matriz cultural, mantendo, assim, a inferiorização de certos indivíduos perante outros. Essa “[...] situação de subordinação passou a ser a justificativa do padrão de tratamento desigual.” (GUIMARÃES, 1999, p. 198). Conforme aponta Gilioli (2008, f. 92):

Tratava-se, portanto, de ‘civilizar’ os hábitos e costumes dessas populações. Não através da força, mas da persuasão. Embora Roquette-Pinto tenha feito movimento progressivo de libertação da eugenia estrita para uma Antropologia Física mais aberta, chegando inclusive a embarcar no culturalismo, a noção de ‘selvageria’ foi apenas deslocada (fragilmente) do plano biológico para o social. Isso se confirma na medida em que o mestiço era visto como portador de desvantagens em relação ao branco em termos ‘psicológicos’. Apesar de ter potencialmente as mesmas condições intelectuais, não seria emocionalmente igual [...].

Sobre o miscigenado, a *degeneração* biológica é descartada por Roquette-Pinto, passando a ser definida como uma *degeneração* moral, ainda assim, seria intrínseco a natureza do mestiço: “Do ponto de vista moral, entretanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam acentuada fraqueza: a emotividade é exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais.” (E. ROQUETTE-PINTO..., 1955, p. 46). Diante disso, não seria necessário eliminá-lo, conforme propuseram os eugenistas radicais, pois “A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser *educado* e não *substituído.*” (NOTAS SOBRE OS..., 1929, p. 147, grifos do autor). O atraso brasileiro não se vincularia à questão *racial* em si, “[...] como o têm reconhecido todos os grandes espíritos que têm procurado pôr em equação o nosso futuro, o problema fundamental é o da educação em geral e o da higiene em especial” (FONSECA, 1929, p. 79). Nessa perspectiva, o ensino se sobreporia em importância ao conceito de *raça* (HOCHMAN; LIMA; CHOR MAIO, 2010; LEVINE, 2017). Assim, a exclusão do mestiço desse processo de eugeniização, via ensino, bem como, proibir sua entrada no país devido à pigmentação da pele, seria, de acordo com o professor Fernando Magalhães, um ato de suicídio, uma vez que no Brasil todos teriam sangue miscigenado (ACTAS DA SEGUNDA..., 1929).

Apesar da forte influência de Euclides da Cunha (1866-1909) na disseminação da *inferioridade* biológica do sertanejo, que seria resultado das más condições climáticas, Roquette-Pinto o contrapõe, ao defender que o nordestino não seria *degenerado*, apenas estaria em situação de *degenerescência*. O problema, no Brasil, seria da ordem da educação e não teria a ver com a *raça* e, tampouco, com o clima. Mais importante que a transformação de mestiços em gente branca, seria a educabilidade do mestiço (ROQUETTE-PINTO, 1927). A crítica do antropólogo brasileiro a Euclides da Cunha e aos demais adeptos do racismo ocorre devido ao fato de que essa parcela da sociedade seria ignorante e não inferiorizada racialmente. Nesse contexto, Monteiro Lobato (1882-1948) lança uma obra didática intitulada *Jeca Tatuzinho*²⁸ (1935), em que atenta para a importância do ensino referente aos cuidados com a saúde. Ao buscar redimir-se a respeito de sua predileção pela eugenia, pois, em sua opinião, esses sujeitos não seriam *degenerados*, Lobato (1968) entendia que

O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. Mas é um homem em estado de latente. Possui dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência as terríveis endemias que lhe depauperam o sangue caquetizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não é assim. Está assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico. (LOBATO, 1968, p. 285).

Sobre a educabilidade dos indivíduos, Octávio Domingues também se une a Roquette-Pinto em torno da necessidade da educação, mas por razões distintas. Na concepção de Domingues, o ensino eugênico não regeneraria o *disgênico*, porém, contribuiria para que se potencializasse suas aptidões para o trabalho e controlaria certas tendências inatas consideradas inadequadas. “A herança psicológica é uma realidade. Os indivíduos nascem diferentemente providos de atributos psíquicos. Pela educação, poder-se-á aproveitar as qualidades boas, e desenvolvê-las suficientemente, e fazer adormecer as inferiores.” (DOMINGUES, 1929, p. 80). Ainda segundo o eugenista:

Difundir a educação é, portanto, promover a utilização maior de todos os cidadãos. Mas educar não é só alfabetizar. É despertar a máquina humana para a produção, de acordo com as suas tendências inatas. É fazer o homem adquirir hábitos sociais

²⁸Monteiro Lobato foi um grande entusiasta tanto da Eugenia quanto de Renato Kehl. A Revista Brasil, de sua propriedade, exerceu um papel significativo na divulgação do ideal eugênico a partir da publicação dos Anaes de Eugenia em 1919. “Acabo de ler sua conferência sobre eugenia, lida na A. C. de M. e confesso-me envergonhado por só agora travar conhecimento com um espírito tão brilhante como o teu, untado para tão nobres ideais e servido, na expressão do pensamento, para um estilo verdadeiramente ‘eugênico’ pela clareza, equilíbrio e rigor vernacular” (CORRESPONDÊNCIA DE MONTEIRO ..., 1918 apud HABIB, 2007, p. 1). Diante disso, como forma de retratar-se, lançou em 1935 a obra *Jeca Tatuzinho*.

proveitosos, em detrimento dos maus hábitos, que fatalmente adquiriria, dadas as possíveis tendências hereditárias.

[...] Se a educação, não tem o privilégio de mudar as más heranças em boas, tem essa tríplice função de controlar as tendências inatas do indivíduo, de tornar mais eficazes todos os humanos, bons ou maus hereditariamente, salvo os tipos geneticamente patológicos. (DOMINGUES, 1929, p.132-133).

Para Domingues (1929), conforme explicitado acima, a educação deveria preparar o indivíduo para a vida, não só encarregar-se de teorias. Em relação ao *degenerado*, o ensino teria a finalidade de conscientizá-lo sobre os riscos que ele mesmo traria em sua constituição biológica, para demonstrar o quanto esse sujeito poderia vir a ser nocivo ao corpo social sadio. O descendente de um alcoólatra, por exemplo, poderia vir a ser *curado* do vício se bem instruído desde cedo, pois, assim, evitaria que se *degenerasse*, algo tendente de acordo com a sua hereditariedade biológica.

No ano de 1929, aconteceu o I CBE e também foi publicada a primeira edição BE, cujos “[...] objetivos da publicação do boletim era promover o movimento eugenista e despertar o interesse público para os problemas do país que, segundo os quais, teriam origem racial.” (SCHNEIDER, 2010, p. 6). A tomada de posição pelo mendelismo – eugenia *dura*, negativa – por Kehl, fica explícita nos BE (1929-1931). Diante disso, gradativamente, o movimento eugênico passa a ser superado no âmbito nacional graças ao *lobby* pró-miscigenação liderado por Gilberto Freire (1900-1987), que era adepto ao neolamarckismo. Conforme aponta Kinoshita (2013), o descrédito em torno da eugenia (negativa), enquanto planejamento identitário nacional ocorre graças à

[...] ascensão das práticas a Eugenia negativa atreladas ao nazismo, e o vínculo cada vez mais explícito de Kehl com esse ideal extremista da ciência eugênica, observamos uma diminuição considerável da divulgação dos seus manuais escolares na imprensa. Observamos, também, que muitas autoridades educacionais e de outros campos sociais, passaram a não expressar publicamente seu apoio a Kehl, eximindo-se da responsabilidade de dar um parecer favorável à utilização dos manuais escolares de Higiene de autoria do eugenista. (KINOSHITA, 2013, f. 163).

Outro fato que contribuiu para a superação da eugenia em solo nacional foi o estaque da vinda de imigrantes europeus (estoques genéticos), a partir de 1929. Isso obrigou as autoridades locais a encontrarem uma saída para regeneração sociorracial em solo próprio. A política de branqueamento passou a ser reconsiderada. Abandona-se, assim, o ideal eugênico para a composição da identidade nacional e abraça-se a saída sociocultural. A mestiçagem do povo brasileiro, até então, entendida como motivo de vergonha e de atraso passa a ser festejada, algo exclusivo do Brasil, e o “[...] que era mestiço torna-se nacional.” (ORTIZ, 2006, p. 41).

De acordo com Silva (2017, p. 24, grifo do autor):

A mestiçagem, estruturante nesta construção, funciona ao mesmo tempo como desmobilizadora de polaridades, criando uma zona de indeterminação, e meio a partir do qual se aponta para um devir. Noutras palavras, o discurso da miscigenação redentora, que embranquecerá o corpo-espécie da população brasileira, atua como reconstituição da população, a moldando segundo critérios eugenistas que constitui a população negra como população-*sacer*, ou seja, uma população que ao entrar na ordem mestiça deve desaparecer no devir da nação.

A implementação de uma consciência nacional sobre a mestiçagem não logrou o êxito esperado, pois o preconceito racial nunca foi devidamente superado no Brasil. Ratificando essa hipótese, menciono a final da Copa do Mundo de Futebol em 1950, em que a nação creditou a derrota da seleção à insuficiência intelectual de jogadores negros que compuseram a defesa. A responsabilidade pela falha na marcação, que culminou nos gols da seleção uruguaia, foi atribuída por Fraga (2009) a estes jogadores, a saber: Moacir Barbosa do Nascimento *Barbosa* (1921-2000), João Ferreira *Bigode* (1922-2003) e, Juvenal Amarijo *Juvenal* (1923-2009). Esse episódio ficou conhecido como *maracanazo*. Um adendo, o capitão da equipe do Uruguai, Obdulio Jacinto Muiños Varela (1917-1996), conhecido como *el negro jefe*, era negro. Admirados por muitos cronistas de futebol, Varela ainda hoje é o jogador uruguaio mais reconhecido e aclamado da história futebolística daquele país.

No decorrer da pesquisa, com base nesses estudos, pude perceber como a eugenia, sob o pretexto da defesa da *raça*, tentou se impor enquanto proposta de gerenciamento social, o que não chegou a tornar-se uma realidade no Brasil, devido à forte oposição da Igreja Católica e dos movimentos antropológico-sanitaristas. Nessa conjuntura político-social, a educação foi alvo de intensa disputa, sendo ela uma importante ferramenta de disseminação de práticas e de saberes. Tanto eugenistas, quanto os seus opositores, vislumbravam, na educabilidade dos sujeitos, a firmação de suas propostas. O sucesso desses projetos estaria condicionado, invariavelmente, ao poder de influência que cada grupo poderia exercer no plano político-pedagógico.

6 CONCLUSÕES

“A natureza não tem raças nem espécies; ela só tem indivíduos.” (BARRETO, 2004, p.583- 584).

O excerto acima denota o alvo das disputas intelectuais da época que circularam em torno da *raça*. O discurso eugênico, avesso ao entendimento professado pelo jornalista Lima Barreto (1881-1922), se fez presente em diferentes áreas teóricas, tais como no sanitarismo, na higiene, na psiquiatria, na medicina e na educação. Isso foi possível devido ao seu caráter polimorfo. Em sua gênese, a eugenia postava-se como um discurso progressista e moderno. A apropriação da educação pela eugenia ocorreu devido ao fato de que a escola seria um vasto campo de disseminação de saberes e de práticas sociais, o que permitiria a inserção desse discurso nos mais diversos âmbitos da sociedade. Através dessa ação educativa, seria possível forjar uma consciência eugênica nos indivíduos a respeito do aprimoramento de si e do corpo social.

O medo de que a *raça* brasileira se *degenerasse* fez com que os intelectuais daquele período buscassem soluções para que se melhorasse e aprimorasse o indivíduo e a espécie. Assim, forjava-se um novo sujeito à luz da biologia, da higiene e da eugenia. Essa concepção sofreu influência das nações anglo-saxônicas e germânicas, em que se atribuía o progresso daqueles países à forte característica atávica de seu povo. Sendo assim, para alçar o Brasil a esse patamar tecnológico e industrial, seria necessário criar uma nova *raça*, ou melhor, eugenizar o povo brasileiro.

Alguns preceitos intrínsecos ao discurso eugênico foram apropriados pelos educadores e políticos, pois os cuidados com o corpo, o combate aos vícios, higiene e a melhoria das condições sanitárias seriam fundamentais, independentemente do viés ideológico. Contudo, dada à realidade brasileira, miscigenada, debateu-se sobre quais seriam os elementos que estariam levando a *raça* brasileira à *degenerescência*. Essas discussões, orbitaram entre o determinismo biológico e o social.

Dentre os principais expoentes do discurso eugênico, desse período, destaco Renato Kehl e Edgar Roquette-Pinto. Para Kehl, o melhoramento da espécie estaria arraigado ao viés biológico, por sua vez, Roquette-Pinto, confluía com Kehl sobre eugenia e preservação do corpo. Entretanto, o contraste entre ambos ocorreu a respeito da miscigenação ser ou não um fator de *degeneração*. Diferentemente de Renato Kehl, Roquette-Pinto não via o mestiço como um sujeito *disgênico*. Embora houvesse uma hierarquia *racial* atribuída à *inferioridade*

sociológica e até mesmo cultural do negro, isso não implicaria em uma *desvantagem racial*. Essa diferença poderia ser equiparada através da educação.

Sobre os estudos eugênicos, as teorias de Mendel geraram certa confusão em solo nacional, devido à incompreensão e à falta de especialistas brasileiros na área da genética humana. A principal referência, nesse campo, foi o zootecnista Octávio Domingues. Apesar de concordar parcialmente com as postulações eugênicas, ele compreendia que a aplicação da eugenia no Brasil, aos moldes do que foi proposto no exterior, seria inviável devido à amplitude territorial e a diversidade do povo brasileiro. Assim, como o mendelismo, o neolamarckismo também exerceu forte influência nas propostas educacionais nacionais. Acreditava-se que o lamarckismo, imbricado às teorias de Weismann, contribuiriam para a eugeniização e o aprimoramento físico, moral e intelectual do brasileiro.

A década de 1920 foi um período rico no campo da educação. Ademais, a I CNE foi o espaço em que se centralizou os principais debates que já vinham ocorrendo em outros Congressos estaduais. Diante da necessidade de se forjar um novo brasileiro, o método que viria a ser o mais adequado para este fim foi o alvo principal dos debates ocorridos nesse evento. Para tal, antes da implementação de uma metodologia pedagógica, seria necessário melhorar a qualidade do ensino ofertado e ampliar o acesso à escola às diferentes camadas sociais. Esse ímpeto modernizador, presente no campo político-pedagógico, também esteve explicitado na Semana da Arte Moderna em 1922. O entusiasmo progressista se constituiu num sentimento de inovação. Aproveitando esse momento sociopolítico e cultural, o discurso eugênico ganha força no país, pois nesse cenário a eugenia era interpretada como sinônimo de modernidade tecnológica no campo da ciência e da engenharia social.

A regulamentação da imigração, por exemplo, denota como o discurso eugênico esteve presente no âmbito político. *Raças* consideradas *inferiores*, como as de japoneses e africanos, tinham o seu ingresso ao país restringido por cotas imigratórias. Também houve o debate sobre o que se fazer em relação aos imigrantes alemães e italianos, uma vez que não bastaria trazê-los e deixá-los que se *degenerassem* em solo nacional. Seria preciso, antes de tudo, sanear o Brasil, pois de pouco adiantaria constituir um povo eugenizado e abandoná-los à própria sorte.

Conforme os debates presentes na I CNE e em outros movimentos reformistas da época, o projeto educacional pensado não obedeceria a um padrão. O método de ensino deveria ser concebido e aplicado em conformidade com as realidades individuais e/ou locais. A escola urbana teria peculiaridades pedagógicas diferentes da instituição sediada na periferia e/ou na área rural. Os estabelecimentos localizados nos grandes centros, cujos alunos seriam

filhos de uma elite, teriam um ensino que os preparassem para a vida acadêmica, para as letras. Na periferia, seriam locados os filhos de operários industriais e o ensino teria por finalidade prepará-los para o trabalho. Essa diferença também se manteria em relação ao campo, pois esse indivíduo teria atribuições e responsabilidades sociais diferentes das exigidas para o cidadão cidadão. O organismo social estratificado influenciou diretamente na segmentação do modelo pedagógico, essa diferenciação seria justificada sob o pretexto de se manter o bom funcionamento da sociedade. Tal qual uma colônia de formigas, os indivíduos desempenhariam funções distintas voltadas para o bom funcionamento da sociedade.

O ensino deveria estar voltado para a educação moral e sexual, além de englobar os cuidados com o corpo através da educação física. Os objetivos seriam os de preparar o indivíduo para o trabalho. Nesse processo, o ingresso, a avaliação e a permanência escolar seriam acompanhados por um profissional eugenista, que atuaria em conjunto com pedagogos na seleção dos mais *aptos*. Essa seleção prévia se justificaria por meio do consentimento de parte dos intelectuais da época, que viam nos *disgênicos* um risco biossocial aos demais alunos. Esse receio sobre o perigo da *degenerescência* também esteve presente no campo educacional. O ensino ministrado à luz da biologia e da eugenia visaria instruir os jovens sobre valores eugênicos, fazendo com que os eugenizados atentassem para a responsabilidade consigo e com o outro, o que garantiria a sobrevivência da espécie. Ao forjar uma consciência eugênica, os *bem-nascidos* teriam ciência dos malefícios que os *degenerados* trariam em sua constituição biológica e, por conseguinte, a necessidade de eliminá-los em nome de um *bem maior*, o futuro da espécie. Fazer nascer o eugenizado e, sobretudo, preservá-lo ao longo da vida foi o principal objetivo da eugenia. Para que isso se tornasse uma realidade, a inserção desse discurso, no campo educacional, seria imprescindível.

De acordo com o discurso eugênico do século XX e de alguns teóricos do presente, a sobrevivência da espécie humana, a necessidade de se forjar uma nova moral se faria necessária. A moralidade vigente na época, pautada no discurso burguês e religioso tradicional, era entendida pelos eugenistas como retrógrada e limitante, acarretando num atraso ao desenvolvimento biossocial. Mesmo ao postular-se como inovador, o discurso eugênico manteve a mesma estrutura discursiva presente na religiosidade, em outras palavras, o lugar se permaneceu masculino. Fundado no patriarcalismo, sairia de cena o padre e o patriarca, que ditavam as regras de conduta e de moral até então, e entraria o médico eugenista. Essa percepção ficou clara ao analisar o papel que caberia à mulher presente nesses discursos. Embora a questão feminina não tenha sido central em minhas investigações, percebo que quando um determinado estudo fazia referência ao gênero feminino, havia toda

uma preocupação com a condução e com a educação da mulher que, segundo os pressupostos eugênicos, exerceriam um papel crucial na eugeniização e na moralização da sociedade. Em relação ao papel da mulher, ainda há muito o que ser estudado nos materiais. Todavia, deixo esse tema, com suas exigências de desdobramentos, para a sequência de meus estudos, pois almejo pesquisá-lo durante o doutoramento.

A educação sexual, essencial para os eugenistas, sofreu forte imposição da Igreja, fazendo com que esse plano educacional não se concretizasse, assim como também as políticas em torno do atestado eugênico de nubência. O direito de intervir no corpo pertenceria somente a Deus, ou seja, pertenceria a Igreja Católica, *representante* divina entre os homens. Dentre as propostas para o ensino sexual nas escolas, esteve em debate a viabilidade do ensino misto. A educação deveria ser simultânea a todos, independentemente do gênero. Com isso, a coeducação seria exercida entre a família, o pedagogo e o médico eugenista, o que ocorreria em diferentes etapas do desenvolvimento do educando. Se, na década de 1920, a eugenia ainda influenciava diversos campos do saber, não pode se dizer o mesmo, após 1930, pois as atrocidades cometidas pelos nazistas, em nome da eugenia, abalaram as autoridades locais. Mesmo não gozando da mesma influência de outrora, o discurso eugênico se fez presente nas políticas educacionais que sucederam esse período, chegando a figurar, explicitamente, a constituição de 1934.

Diante desse estudo, percebo que a eugenia buscou apropriar-se do campo educacional, devido à educação ser um potente instrumento de disseminação de saberes e de práticas sociais. O fato de o discurso eugênico não ter se constituído em política pública, como na Alemanha e nos Estados Unidos, influenciou o seu interesse pela educação, pois seria através do ensino que a eugenia atingiria os seus propósitos, no que concerne à conscientização e eugeniização da *raça*.

Nessas análises, chego à conclusão de que o discurso eugênico esteve presente na I CNE e delineou, de diferentes modos, os debates no campo da educação. Seus ideais sobre o determinismo biológico, assim como os conceitos sobre educação sexual e moral, foram apontados em diversas teses. A presença de sanitaristas, higienistas e representantes da higiene mental, cujos os discursos se afinavam com a eugenia, demonstra claramente a sua influência. Por inúmeras vezes, no decorrer do Congresso, a questão da educação eugênica foi levantada como hipótese a ser considerada como o método mais eficaz para o desenvolvimento dos indivíduos. Renato Kehl, a convite da ABE, organizadora do evento, apresentou uma tese sobre educação sexual e eugenia no evento.

A tese n° 8 evidencia a imbricação do discurso eugênico com o campo educacional. Dentre as diretrizes apontadas pela ABE para o desenvolvimento nacional, estavam postulados o ensino sanitário, higiênico e eugênico, como sendo os pilares da educação moderna. Através de uma educação sanitária e eugênica, se forjaria uma mentalidade coletiva na escola e no lar, o que abarcaria a sociedade como um todo.

No objetivo de forjar o sujeito para a plena consciência eugênica do melhoramento e do aprimoramento da espécie, assim como do corpo social, a eugenia foi enaltecida em diversas áreas. Nesse processo, a eugenia articulou-se à educação, por ela ser uma potente estratégia de circulação de saberes e de práticas. Sendo a escola um espaço de socialização e de aprendizagem, pelo qual todos, em tese, passam, isso a torna um solo produtivo e multiplicador de práticas sociais. Práticas essas que, na visão dos apologistas da eugenia, deveriam se configurar num *éthos*, ou seja, na constituição de um modo de vida eugênico.

REFERÊNCIAS

1º CONGRESSO Brasileiro de Eugenia. **BOLETIM DE EUGENIA**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta, 1929., ED. N° 4, 1929, p. 1-7.

A CAMPANHA pró-higiene mental: a mais relevante de todas as obras medico-sociais em nosso paiz. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 1934.

A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Belisário Penna. Fundação Getúlio Vargas – FGV CPDOC, 2017. Disponível em:<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/belisario_pena>. Acesso em: 13 jan. 2018.

ABL – Academia Brasileira de Letras. Biografia Sílvio Romero. Academia brasileira de Letras. 2016. Disponível em:<<http://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ABRANTES, Antônio Carlos Souza de. **Ciência, educação e sociedade**: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC). 2008. 312 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15976>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. **O DISCURSO MÉDICO-HIGIENISTA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 10 n. 3, p. 427-451, nov., 2012.

Acta da Segunda reunião. 2 de julho de 1929. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA**. Actas e trabalhos. Rio de Janeiro: s. n°, 1929. v.1. 342, p. 613-94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Rio de Janeiro, 1929, p. 16-21. Disponível em:<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788>. Acesso em: 18 dez. 2016.

Actas e Trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, p. 305-308. **I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA**. Actas e trabalhos. Rio de Janeiro: s. n°, 1929. v.1. 342, p. 613.94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Rio de Janeiro, 1929. Disponível em:<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788>. Acesso em: 18 dez. 2016.

AGASSIZ, Louis. **A journey in Brazil**. Boston, Ticknor and fields, Welch, bigelow, & co. Cambridge, 1968.

AGASSIZ, Louis. **The diversity of origin of the human races.** Christian Examiner 49, 110-145, 1850.

AGUIAR, Marcela Peralva. **Aprimorando a “raça brasileira”: uma análise dos discursos da psiquiatria no início do século XX no Brasil.** 2009. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

AGUIAR, Vania Maria Medeiros de Fazio. **O posicionamento avaliativo de enunciados de opinião sobre a denúncia e racismo na obra de Monteiro Lobato.** Revista Intercâmbio, v. XXX: 128-145. São Paulo: LAEL/PUCSP, 2015.

ALMEIDA, Jane Maria Fernandes de. **A reforma da Instrução Pública do Ceará de 1922: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa.** 2009. 127 f. Dissertação de mestrado - Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009. Disponível em: <<http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/jane%5B1%5D.pdf>> Acesso em 30 ago. 2017.

ALMEIDA, Jane Soares. **Indícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930).** Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 35, p. 139-152, 2009.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação.** In: AQUINO, AQUINO, Júlio Groppa. (Coord.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998.

AMOROSO LIMA, Alceu. Limites da eugenia. In: AMOROSO LIMA, Alceu et al. **Ensaio de Biologia.** Rio de Janeiro: Livraria Católica (Publicação do Instituto Católico de Estudos Superiores), 1933, p.16-40.

ANDRADA, Martin Bueno de. **A hygiene mental nas escolas. In: Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental.** Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Rio de Janeiro. Anno II, nº. 2, p. 11-112, 1929.

ANNAES DE EUGENIA. Contributor, Sociedade Eugenia de São Paulo. Publisher, Edição da Revista do Brasil, 1919.

ANNAS, George J. **A French Homunculus in a Tennessee Court.** Hastings Center Report, v. 19, n. 6, nov./dez., 1989.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil.** São Paulo: Geração Editora, 2013.

ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA. Porto Alegre: ano I – XXI, 1920-1943.

ARMINSTRONG, Charles W. **Melhoremos a nossa raça.** Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1916.

ARMUS, Diego; HOCKMAN, Gilberto (Org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro, Editora: Fio Cruz, 2004.

ARNOLD, Delci Knebelkamp. **Dificuldade de aprendizagem**: o estado de corrigibilidade na escola para todos. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1882> > Acesso em 14 jun. 2016.

Ata da Conferência de Berlim. Casa de História. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 2016 Disponível em: < http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf >. Acesso em: 04 nov. 2016.

AVELINO, Clodoaldo Magalhães. **Eugenia e Casamento**. Dissertação apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, 1924.

AZEVEDO, Aluísio de. **O Cortiço**. Editora Centauro, 1890.

AZEVEDO, Fernando de. **Novos caminhos e novos fins**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. Livro não paginado.

AZEVEDO, Fernando de. **Da Educação Physica: O que ela é – o que tem sido – e o que deveria ser**. Editores-proprietários Weiszflog Irmãos. São Paulo e Rio de Janeiro. 1920.

BABINGTON, Deepa. **Papa alerta para nova eugenia baseada na beleza**. O Globo – POR REUTERS/BRASIL. 12/02/2009. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/papa-alerta-para-nova-eugenia-baseada-na-beleza-3126874#ixzz55d20uC5q> >. Acesso em: 29 jan. 2018.

BARRETO, Lima. **Considerações oportunas**. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica**: Lima Barreto. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado. Uma reflexão a partir da Crítica da Razão Governamental de Michel Foucault**. Curitiba: Juruá, 2013.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Criminologia e Direito**. Litho-typographia e encadernação. Wilcke, Pacard & Companhia. Praça do ouro, nº 3 – Bahia, 1896. Disponível em: < <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/518626> >. Acesso em: 01 jan. 2018.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **A escrita militante**: opúsculos como fonte e objeto de análise (reação à execução de Francisco Ferrer y Guardia). In: MOLINA, Ana Heloisa; FERREIRA, Carlos Augusto (Org.). **Entre textos e contextos**: caminhos do ensino de história. Curitiba: CRV, 2016, p. 39 a 57.

BIZZO, Nélcio. **O paradoxo social-eugênico, genes e ética**. Rev. USP, n. 24, dezembro-fevereiro, 1994/1995, p. 28-37.

BLACK, Edwin. **A guerra contra os fracos**. São Paulo: A Girafa, 2003.

BLACKMORE, Susan. **The meme machine**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BLANCO, Patricia R. **Es falso que Islandia extermine a las personas con Síndrome de Down. Páginas webs difunden que el país presume de aniquilar a quienes nacen con el trastorno genético**. El País; 2 de abril de 2017. Disponível

em:<https://elpais.com/elpais/2017/03/31/hechos/1490966348_385689.html>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BLUEME, Juliana. **Ser gay é escolha ou genética?** Revista eletrônica *Hipscience*. Edição 10/08/2017. Disponível em:<<https://hypescience.com/o-gene-gay-realmente-existe/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BOARINI, Maria Lucia (org). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Editora Eduem, 2003.

BOLETIM DE EUGENIA. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta, 1929-1933. [Edições: do Ano 1 Número 1 - Janeiro 1929 até o Ano 3 Número 36 - Dezembro 1931, estão disponíveis em:<<http://old.ppi.uem.br/gephe/index.php/arquivos-digitalizados/14-sample-data-articles/84-boletim-de-eugenia>>. Acesso em: 23 dez. 2016.].

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América: caracterização da Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1997.

BONA JÚNIOR, Aurélio. **Educação e modernidade nas conferências educacionais da década de 1920 no Paraná**. Curitiba: 2005. (Dissertação de Mestrado em Educação), UFPR, 2005.

BONFIM, Paulo Ricardo. **A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933)**. 2013. 167 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2013. Disponível em:<<http://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/1797223016470645.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Branca de Almeida Fialho. Associação Brasileira de Educação – RJ. Disponível em:<<http://www.abe1924.org.br/quem-somos/galeria-dos-presidentes/122-branca-de-almeida-fialho>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. **CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - DECRETO LEI Nº 2.848 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940**. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL** (DE 16 DE JULHO DE 1934). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, De 16 de Julho de 1934. Art. 138, 1934. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Câmara dos Deputados. disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 1.953, DE 24 DE AGOSTO DE 1953**. Câmara dos Deputados. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1953-24-agosto-1953-363801-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CAMARGO, Tarciso Alex. **A revista Educação Physica e a Eugenia no Brasil (1932-1945)**. 2010. 49 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 2010. Disponível em:<<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/566>>. Acesso em: 14 set. 2016.

CARDOSO, Licínio. **O ensino que nos convém**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1926.

CARGNIN, Miria Trentin. **Programa saúde na escola: uma estratégia de governmentamento**. 2015. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em:< <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4519>>. Acesso em 22 fev. 2017.

CARMO, Viviane Arruda do; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. **Charles Darwin, Alfred Russel Wallace e a seleção natural: um estudo comparativo**. Filosofia e História da Biologia, v. 1, p. 335-350, 2006. Disponível em:<http://www.abfhib.org/FHB/FHB-01/FHB-v01-20-Viviane-Carmo_Lilian-Martins.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

CARRARA, Sérgio. **A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica**. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 1996, vol.3, n.3, p.391-408. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n3/v3n3a02.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CARVALHO, Joice Anne Alves. **O DISCURSO SOBRE O “SER MULHER” E SEUS OUTROS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE BRASIL EUGÊNICO 1910-1940**. 2015. 125 f. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. **A eugenia no humor da Revista Ilustrada Careta: raça e cor no Governo provisório (1930 – 1934)**. 2014. 315 f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista. Assis, 2014.

Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/121974>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2017v35n3p887/pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CASSATA, Francesco. **Building a new man**. Budapest: Central European University Press, 2011.

CASTIEL, Luis David. **A promoção de saúde baseada em tecnologias de melhoramento: apontamentos sobre a busca da vitalidade a mais eterna possível**. In: Nogueira, Roberto Passos (Org.). **Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas** – vinculado ao Núcleo de Estudos de Saúde Pública, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília, e ao e ao Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, 2015.

CASTLE, William Ernest. **Genetics and eugenics**. A text-book for students of biology and a reference book for animal and plant breeders. Cambridge: Harvard University Press, 1931.

CASTRO, Edgardo Manuel. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Lecturas foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica**. Buenos Aires: Unipe Editorial, 2011.

Causas da desorganização matrimonial. **BOLETIM DE EUGENIA**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta., ED. N° 19, 1930, p 1-3.

CAVALIERE, Ana Maria. **Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun., 2003.

CHOR MAIO, Marcos; SANTOS, Ricardo Ventura. Orgs. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, 316 p. ISBN 978-85-7541-358-6.

CIESZYŃSKA, Béata; FRANCO, José Eduardo. **Holodomor. A Desconhecida Tragédia Ucrainiana (1932-1933)**. Grácio Editor, 1ª Edição: Junho de 2013. Coimbra, Portugal. Disponível em: <<http://ssbiblioteca.webs.com/Holodomor.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2016.

CINCO GERAÇÕES DE JOKEYS. In: **BOLETIM DE EUGENIA**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta, Anno I. Ed. N°, 1929, p. 1-4.

CLAPARÈDE, Eduard – **A Escola sob Medida** – Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 3° edição, 1973.

COELHO NETO. **Higye e cultura physica**. Educação Physica, Rio de Janeiro, n° 13, dez. 1937.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HYGIENE. Rio de Janeiro, 1923. v.1: Sessão inaugural e temas officiaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene. Rio de Janeiro: Inspectoria de Demographia Sanitaria, n° 336, p. 614, 1926. 060 S678p. Col. C.C reg.5630/03.

Disponível

em:<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788>.

Acesso em: 12 jun. 2016.

CONNOLLY, Kate. **Torment of the Abba star with a Nazi father.** The Guardian. Sun 30 Jun 2002 01.00 BST Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/world/2002/jun/30/kateconnolly.theobserver>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CONT, Valdeir Del. **O controle de características genéticas humanas através da institucionalização de práticas socioculturais eugênicas.** scientiæ zudia, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 511-30, 2013.

CONTI, Paulo Henrique Burg. **Aborto eugênico: aspectos éticos e jurídico-penais em face da Constituição Federal.** Criciúma, SC. Unes, 2012.

CORREIO DA MANHÃ (1921-1929). **AS GLÂNDULAS, causas do crime e da tristeza.** Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 16 nov. 1921. p. 4. Disponível

em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=8396>.

Acesso em: 27 nov. 2016.

COSTA, Maria José Ferreira franco da; SHENA, Denilson Roberto; SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação.** Brasília MEC SEDIAE/INEP IPARDES, 1997. Disponível

em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001825.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945.** São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

DÁVILA, Sérgio. **Watson estava certo, diz autor de livro polêmico.** Para escritor de "*The Bell Curve*", testes de QI apontam diferenças entre raças. Folha de São Paulo – ciência. São Paulo, segunda-feira, 05 de novembro de 2007. Disponível

em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0511200702.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

DAWKINS, Richard. **The selfish gene.** Oxford University Press, 1976.

DECROLY, Jean-Ovide. A seleção dos bem-dotados. **Boletins de Eugenia.** Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno I. Ed. n° 10. Outubro/1929, p. 1-4.

DELEUZE, Gilles. **Foucault (5ª ed.).** São Paulo: Brasiliense. 2005. In: DIWAN, P. **Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** São Paulo: Contexto, 2011.

DOMINGUES, Octávio. **A hereditariedade em face da educação.** Bibliotheca de Educação. Vol. VI. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

DOMINGUES, Octávio. **Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

DOMINGUES, Octávio. **Hereditariedade e eugenia: suas bases, suas teorias, suas aplicações práticas**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1936.

DOMINGUES, Octávio. O meio revela. **Boletins de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno II. Ed. n° 16. Abril/1930b, p. 1-5.

DOMINGUES, Octávio. Saude, hygiene e eugenia. **Boletins de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno II. Ed. n° 18. Junho/1930a, p. 1-13.

E. ROQUETTE-PINTO — ANTROPÓLOGO E EDUCADOR (*). Gouvêa Filho. Diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo. In: **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS**. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura. Diretor Anísio Spinola Teixeira Vol. XXIV julho-setembro, ed. n° 59, 1955, p. 31-57. Disponível

em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001662.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

ECLESIASTES, 7: 13. In: **Bíblia Sagrada: Nova tradução a linguagem de hoje**. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2009, p. 670-678.

Eugenia: brasileiros que importam sêmen de brancos dos EUA viram notícia internacional. Socialista Morena. Caderno digital: Direitos Humanos. 2018. Disponível em:<<http://www.socialistamorena.com.br/eugenia-brasileiros-que-importam-semen-dos-eua-viram-noticia-internacional/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FABRIS, Elí Henn; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão e Educação**. 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

FACCINI, Rafaelo Schmitt. **O nascimento de Deus segundo Nietzsche**. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, 2012. Disponível em:<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4289>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

FARIA, Daniel. **Memórias póstumas de Camões. Ou o anacronismo em três tempos**. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n° 17, p. 57-72, jul.-dez., 2008. Disponível em:<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF17/D_Faria_17.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.

FARLEY, John. **The spontaneous generation controversy (1700- 1860): the origin of parasitic worms**. Journal of the History of Biology 5: 95-125, 1972.

FEBVRE, Lucien. **Profissões de fé à partida**. In: _____. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FELÍCIO, Leandro Alves. **A moralização do sexo: os debates sobre a educação sexual para o projeto de nação brasileira na I Conferência Nacional de Educação, 1927**. 01/12/2012 163 f. Mestrado em HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS Instituição de Ensino: FUNDACAO OSWALDO CRUZ, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca de História das Ciências e da Saúde. COC/FIOCRUZ, 2012. Disponível em:<<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20063>> Acesso em 13 set. 2016.

FERRAZ, João Grinspum. **O Expressionismo, a Alemanha e a ‘Arte Degenerada’.**

CADUS – Revista de História, Política e Cultura, São Paulo, v.1, nº 1, Julho/2015.

Disponível

em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/polithicult/article/download/23725/17007>>. Acesso em: 15 dez. 1026.

FERREIRA, Carlos Augusto (Org.). **Entre textos e contextos: caminhos do ensino de história.** Curitiba: CRV, p. 39-57, 2016.

FERREIRA, Susana da Costa. **A I Conferência Nacional de Educação (contribuição para o estudo das origens da escola nova no Brasil).** 01/12/1988 335 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, SÃO CARLOS, 1988.

FILHO, Lourenço. **Introdução ao estudo da Escola Nova.** São Paulo: Melhoramentos, 1930.

FISCHER, R. M. B. **Foucault revoluciona a pesquisa em educação?** Perspectiva. Florianópolis, v. 21, nº 2, p. 371-389, 2003.

FONSECA, Alvares. Fróes. **Os grandes problemas da Anthropologia.** In: Actas e Trabalhos Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade.** In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, p. 277-293, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Conferência 1.** In: FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** 3º Ed. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, p. 7-27, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979).** Martins Fontana: São Paulo, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. O nascimento das prisões.** 25 Ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA, Gerson Wasen. **"A derrota do Jeca" na imprensa brasileira: nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950**. 2009/01. 398 f. Tese (Doutorado em Ppg História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16894>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

Franz Boas. Department of Anthropology. Columbia University in the city New Yor. 2017. Disponível em: <<http://anthropology.columbia.edu/department-history/franz-boas>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

Fundo RK – Renato Kehl. Base Arch. Casa de Oswaldo Cruz. 2016. Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/renato-kehl> >. Acesso em: 23 jun. 2016.

GALTER, Maria Inalva. **Educação pública e modernização social no Brasil na conferência de educação de 1927**. 01/09/2002 100 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, MARINGÁ Biblioteca Depositária: BCE - BIBLIOTECA CENTRAL DA UEM, 2002.

GALTON, Francis. **Herencia y eugenesia**. Traducion: Raquel Alvarez Peláes. Alianza editorial, S.A. Madrid, 1988.

GEPEH. **Grupo de Estudos e Pesquisas Higiene Mental e Eugenia**. Vinculado à Universidade Estadual de Maringá – PR. Grupo de pesquisa devidamente inscrito no CNPq. Disponível em: <<http://old.ppi.uem.br/gephe/index.php/arquivos-digitalizados>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Editora da UFRGS, 1a edição, Porto Alegre, 2009.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto'**. 01/05/2008. 409 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FEUSP, 2008.

GODOY, Paulo de. **"Eugenia e Educação Física"**. Anais do Primeiro Congresso Paulista de Educação Física. São Paulo: 1942.

GOLDIM, José Roberto. **Dicionário de bioética**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.html>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

GONÇALVES, Mauro Castilho. **Educação, higiene e eugenia no estado novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela rádio tupi (1939-1940)**. Cadernos de História de Educação. 10, nº 1, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/issue/view/671>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GRANDA, Ives; MARTINS, Roberto Vidal da Silva. **O aborto e o direito à vida**. Folha de São Paulo, 20 de junho de 1991. Sem paginações.

GRANT, Bob. **Zeroing in on the "Gay Gene" The largest study yet of the genetic roots of homosexuality links sexual preference in men to two regions of the genome**. By Bob

Grant The Scientist, November 19, 2014. Tradução: Concentrando sua atenção na "Gene Gay" O maior estudo ainda das raízes genéticas da homossexualidade liga preferência sexual em homens para duas regiões do genoma. Por Bob Grant, 19 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.the-scientist.com/?articles.view/articleNo/41472/title/Zeroing-in-on-the--Gay-Gene-/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: FEUSP, 34^o Ed. 1999.

GUROVITZ, Helio; MOLICA, Fernando. **Biólogo da USP defende eugenia "democrática"**. São Paulo, sábado, 23 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/23/brasil/50.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **The future of human nature**. Cambridge, Polity.2003.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Saneamento, Eugenia e Literatura: Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro (1914-1926)**. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0436.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

HAMADA, Fernando Massami; AMARAL, José Hamilton do. **Perfilamento criminal como ferramenta criminológica**. Revista jurídica da Toledo de Presidente Prudente-SP, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1642/1565>>. Acesso em: 08 out. 2016.

HASENBALG, Carlos. **Entre o mito e os fatos: racismos e relações raciais no Brasil**. In: CHOR MAIO, Marcos. (org.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, 235- 249.

HASENBALG, Carlos. **Entre o mito e os fatos: racismos e relações raciais no Brasil**. In MAIO, Chor (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

HEGENBERG, Leônidas. **Etapas da investigação científica**. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1976. v. 2, Capítulo 4

HENRIQUE, João. **Do conceito eugênico do habitat brasileiro**. Rio de Janeiro, Editora Tipografia Besnard Frères, 1917.

HERRNSTEIN Richard; MURRAY, Charles. **The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life**. A free press paperbacks book. Published by Simon & Shuster. New York, London, Toronto and Sidney. 1994.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto M. (Org.). **A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30**. Rio de Janeiro, 1994.

HOBSBAWM, Eric John. **A era do capital, 1848-1875**. 5^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, Eric John. **A era dos impérios, 1875-1914**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)**. Educar, Curitiba, n° 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a09.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade; CHOR MAIO, Marcos. **The path of eugenics in brazil: dilemmas of miscegenation**. In: A. Bashford & Ph. Levine. (Ed.). *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. New York/London: Oxford University Press, p.493-510, 2010.

HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **As conferências educacionais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 - Brasil**. 2014. 488 f. Tese de Doutorado. Centro de Ciências da Educação. Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HUERTA, Luis. Os fundamentos científicos da Eugenia. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro. Ano I, Ed. N° 8. Agosto/1929, p. 1-16.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Actas e trabalhos. Rio de Janeiro: s. n°, 1929. v.1. 342, p. 613.94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Rio de Janeiro, 1929. Disponível em:<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788>. Acesso em: 18 dez. 2016.

KANT, Immanuel. **Citador**, 2018. Disponível em:<<http://www.citador.pt/frases/e-no-problema-da-educacao-que-assenta-o-grande-se-emmanuel-kant-2731>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

KATO, Rafael. **Big Data contra o crime**. Caderno: tecnologia. Revista Exame. 2 abr. 2014. Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/tecnologia/big-data-contra-o-crime/>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

KEHL, Renato Ferraz. **A Cura da Fealdade**. (Eugenia e Medicina Social) 1° Ed. Monteiro Lobato & Co. Editora. São Paulo, 1923a.

KEHL, Renato Ferraz. A eugenia no futuro. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno III. Ed. N° 31. Julho/1931b, p. 1-4.

KEHL, Renato Ferraz. A surdês familiar e o casamento de surdos. **Boletins de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno III. Ed. N° 31. Julho/1931c, p. 1-4.

KEHL, Renato Ferraz. **Aparas eugênicas: Sexo e Civilização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

KEHL, Renato Ferraz. **Brazil médico**. Rio de Janeiro, 1921. Sem paginações.

KEHL, Renato Ferraz. **Catecismo para adultos. Ciência e moral eugênicas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

KEHL, Renato Ferraz. Cegueira. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno II. Ed. N° 17. Maio/1930b. p. 1-7.

KEHL, Renato Ferraz. **Como escolher um bom marido: Regras práticas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda, 1935.

KEHL, Renato Ferraz. **Como escolher uma boa esposa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

KEHL, Renato Ferraz. **Como escolher uma boa esposa**. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello e C, 1925.

KEHL, Renato Ferraz. Educação e Eugenia. **Boletins de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno I. Ed. nº 9. Setembro/1929c, p. 1-6.

KEHL, Renato Ferraz. **Educação moral. Falando aos jovens de minha terra**. Livraria Francisco Alves – Rio de Janeiro, 1937.

KEHL, Renato Ferraz. Eugenia e eugenismo. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno I. Ed. Nº 8. Agosto/1929b, p. 1-16.

KEHL, Renato Ferraz. **Eugenia e Medicina Social: Problemas da vida**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920b.

KEHL, Renato Ferraz. **Formulário da Beleza: Fórmulas Escolhidas**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927.

KEHL, Renato Ferraz. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves, 1929a.

KEHL, Renato Ferraz. **Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1922.

KEHL, Renato Ferraz. **O bom gera o bom**. *A Gazeta*, São Paulo, 19 de janeiro de 1960.

KEHL, Renato Ferraz. O ensino da Eugenia nas escolas secundarias. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno III. Ed. Nº 30. Junho/1931a, p. 1-13.

KEHL, Renato Ferraz. **O Homem Puro-Sangue**. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1923b. Sem paginações.

KEHL, Renato Ferraz. **O problema da caridade**. *A Gazeta*, São Paulo, 2 de abril de 1957.

KEHL, Renato Ferraz. O que é eugenia? **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno I. Ed. Nº 10. Outubro/1929d, p. 1-4.

KEHL, Renato Ferraz. O sábio de Concord. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno II. Ed. Nº 17. Maio/1930a, p. 1-6.

KEHL, Renato Ferraz. Os erros da filantropia – filantropia contra-seletiva. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno III. Ed. Nº 32. Agosto/1931d, p. 1-10.

KEHL, Renato Ferraz. **Os problemas da Degeneração das Raças**. op. cit. Artigo publicado no jornal *A Noite*, Rio de Janeiro, 1920a. Sem paginações.

KEHL, Renato Ferraz. **Talento familiar**. *A Gazeta*, São Paulo, 18 de setembro de 1956.

KEHL, Renato Ferraz. **Tipos Vulgares**. Introdução à psicologia da personalidade. 5º Ed. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1946.

KERN, Gustavo da Silva. **“EDUCAR É EUGENIZAR” RACIALISMO, EUGENIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1870-1940)**. 2016. 482 f. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148600>> Acesso em 23 fev. 2017.

KERN, Gustavo da Silva. **AÇÕES AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO: Um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil**. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56682>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

KERN, Gustavo da Silva. **Racismo, eugenia e educação nas primeiras décadas do século XX**. 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. UFRGS. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt21_trabalhos_pdfs/gt21_3386_texto.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

KERN, Gustavo da Silva. **Teorizações eugenistas no Brasil: melhoramento racial, eutecnia e educação**. X ANPED Sul. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1939-0.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

KEVLES, Daniel. **In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity**. Los Angeles: University of California Press, 1985.

KINOSHITA, Carolina Toshie. **Um D. Quixote científico a pregar uma legião de panças: manuais de higiene a sombra da eugenia. (1923-1936)**. 2013. 182 f. Mestrado em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250905/1/Kinoshita_CarolinaToshie_M.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2016.

KOBAYASHI, Elizabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. In: **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS, ano 11, nº 22, jul/dez, p. 314-351, 2009.

KURY, Lorelai. **A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 157-172. 2001.

LACERDA, João Batista. **Sobre os mestiços no Brasil. Primeiro Congresso Universal das Raças**. Londres, jul. 1911. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco**. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.225-242. Jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n1/13.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4. ed São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Lei n. 1846., 14 ago., 1925, BA. Repositório institucional UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134871>>. Acesso em: 12 set. 2017.

LEMOS, Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. **A genealogia em Foucault: uma trajetória**. Flavia Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. Universidade do

Estado de São Paulo, Assis, Brasil. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 353-357, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

LEVINE, Philippa. **Eugenics: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press. 2017.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). **Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

LINHARES, Sérgio; GEWANDESZNER, Fernando. **Biologia hoje**. Vol. I, 2013. In: PREBIO, UFF – Universidade Federal Fluminense.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho e Hans Staden**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

LOBATO, Monteiro. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, v. 8, 1968.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOBO, Lilia Ferreira. Problema Vital. **Artigos publicados no 'O Estado de São Paulo' e enfiados em volume por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil**. SP: Edição Revista do Brasil, 1918.

LOPES, Ernani. **A alta tardia dos heredo-psychopathas por motivo de ordem eugénica: subsídio para a nossa lei de assistência a psychopathas**. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, v.6, n.4. 1933.

LOPES, Maura Corcini; SILVEIRA, Patrícia Bortoncello. **Não-aprendizagem e (in)disciplina na escola moderna**. In: LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. (Orgs.). **Aprendizagem & Inclusão: aplicações curriculares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 13-32, 2010.

LOPES, Reinaldo José. **BIOÉTICA Luiz Henrique da Silveira diz que genética permitirá evitar filhos "feios" ou "idiotas"; biólogos condenam proposta Governador de SC louva eugenia em artigo**. Folha de S. Paulo, 2005. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0309200504.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

LÖWY, Ilana. **Testing for sexually transmissible diseases**. IN: V. Berridge e P. Strong (orgs.), 1993. *Aids, and contemporary history*. Cambridge, Cambridge University Press.

LÖWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Editora Fiocruz., 2006.

MACIEL, Paulo do Rêgo. **Do Alcoolismo e suas Consequências**. These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1927.

MAGALHÃES, Basílio de. **Tratamento e educação de crianças anormais de Inteligência**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1913.

MAGALHÃES, Fernando de. Cursos de eugenia. “As realizações da eugenia”. **Boletins de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno I. Ed. N° 11, Novembro/1929, p.1-4.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. **Violência e/ou política**. P. 35. In: PASSOS, Izabel C. Friche. (Org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. 2 Ed. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2013 (Coleção estudos foucaultianos).

Mais de 24 milhões de chineses ficarão sem esposas em 2020, diz governo. BBC – Brasil. 2010. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100111_china_homens_ir>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. A reconstrução educacional no Brasil, 1932. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. **Pasteur e a geração espontânea: uma história equivocada**. Filosofia e História da Biologia, v. 4, p. 65-100, 2009. Disponível em:<<http://www.abfhib.org/FHB/FHB-04/FHB-v04-03-Lilian-Martins.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

MASIERO, André Luis. **"Psicologia das raças" e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 22, n° 1, 66-79, mar. 2002. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100008>. Acessado em: 09 ago., 2016.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Âncora de emoções: corpos, subjetividade e sensibilidades**. Bauru: EDUSC, 2005.

MAYER-SHÖMBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big Data. A Revolution that will transform how we live, work, and think**. An eamon dolan book |Houghton Mifflin Harcourt. Boston – New York, 2013.

MAYR, Ernst. **The growth of biological thought. Diversity, evolution and inheritance**. Cambridge, MA: The Belknap Press, 1982.

MENEZES, Antonio Basílio Novaes Thomaz de. **Higiene mental, educação e ordem social: a normalização da criança e a dimensão biopolítica**. Revista Metáfora Educacional (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n° 10, jun./2011. Disponível em:<http://www.valdeci.bio.br/pdf/Menezes_HIGIENE_MENTAL_EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal 2, parte especial**. 13ª edição. São Paulo: Atlas, 1997.

MOMBELLI, Elisa. **O big data e o policiamento preditivo**. Jus.com.br. 2/2015. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/36752/o-big-data-e-o-policiamento-preditivo>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009^b.

MONARCHA, Carlos. **Psicoclínicas e cuidados da infância Psycho clinics and childhood care**. Boletim Academia Paulista de Psicologia - V. 77, nº 02/09: 274-284. Universidade Estadual Paulista. SP, 2009.

MORGENSTERN, Juliane Marschall. **Práticas de correção e aprendizagem: produção de subjetividades na contemporaneidade**. 2016. 307 f. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016. Disponível em:< http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/5264/Juliane+Marschall+Morgenstern_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 jan. 2017.

MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. (Org.). **Eugenia e História. Ciência, Educação e Regionalidades**. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

MOURA, Olegário. **Saneamento - Eugénia - Civilização**. In: ANNAES DE EUGENIA. Contributor, Sociedade Eugénica de São Paulo. Publisher, Edição da Revista do Brasil, 1919, p. 83.

MOURA, Olegário. Saneamento, Eugénia e Civilização. In: **Annaes de Eugénia**. Sociedade Eugénica de São Paulo, 1919.

MOURA, Simone Moreira de. SILVA, Morena Dolores Patriota da. **Pressupostos da eugenia e seus impactos na concepção de deficiência**. Comunicações, Piracicaba, ano 19, n 1, p. 101-113, jan.-jun., 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNARETO, Geandra Denardi. **Por uma nova raça: pensamento médico eugênico no Rio Grande do Sul (1920-1940)**. 2013. 170 f. Diss. (Mestrado em História) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2013. Disponível em:< <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3848>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. **O gene educado: a antropologia eugênica de Kehl e educação**. 2000. 219 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em fundamentos da Educação. Maringá. FDE/UEM, 2000. Disponível em:< <http://old.ppi.uem.br/gephe/index.php/dissertacoes?showall=&start=23>> Acesso em 12 fev. 2017.

NARDI, Antônio Menotti. **A Sciencia do Homem Perfeito: Biotipologia**. Educação Physica, Rio de Janeiro, nº 19, p. 23-26, 1938.

NEIVA, Arthur. **Daqui e de longe: crônicas nacionais e de viagem**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **O Governo Pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem**. 2009. 266 f. Porto Alegre, 2009. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de

Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18256>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Genética e justiça: tratando na doença, respeitando a diferença**. Impulso – Revista de Ciências Sociais e Humanas, v. 15, n° 36, p. 25-34, jan.-abr. 2004.

OLIVEIRA, Laura Freitas. **Questão social e criminalização da pobreza: aportes para a compreensão do novo senso comum penal no Brasil**. 2010. 109 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social. Área de concentração: Trabalho e Política Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:< <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/biblioteca-on-line-2/biblioteca-on-line-monografias/dissertacoes-arquivos/questao-social-e-criminalizacao-da-pobreza.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 2006.

PASQUALINI, Mauro. **Un enigma llamado Agostino Gemelli: catolicismo, fascismo y psicoanálisis en la Italia de entreguerras**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, n.4, out.-dez. 2016.

PEARSON, Samantha. **Demand for American Sperm Is Skyrocketing in Brazil**. Explosive growth spurred by more wealthy single women and lesbian couples turning to U.S. donos. The Wall Street Journal – Latin America. Updated March 22, 2018 11:14 a.m. ET. Disponível em:<<https://www.wsj.com/articles/in-mixed-race-brazil-sperm-imports-from-u-s-whites-are-booming-1521711000>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PENDE, Nicola. **Scienza dell'ortogenesi**. Bergamo: Instituto italiano d'arti grafiche, 1939.

PENNA, Belisário. A luta contra o alcoolismo. **ARCHIVOS Rio Grandenses de Medicina**. Porto Alegre, ano VIII, n.12, dezembro de 1929a.

PENNA, Belisário. Eugenia e eugenismo. **Boletins de Eugenia**. Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno I. Ed. n° 10. Outubro/1929b, p. 1-4.

PENNA, Belisário. Prefácio. In: KEHL, R. **Eugenia e medicina social (problemas da vida)**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, p. III-IV, 1923.

PINHO, Ângela. **Governo quer consulta genética pré-nupcial para saber risco de doença rara. Caderno: maternidade**. Folha de São Paulo, 27 fev. 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/governo-quer-consulta-genetica-pre-nupcial-para-saber-risco-de-doenca-rara.shtml>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZA, Salvador de Toledo. **Em torno da Antropologia**. Separata do Jornal de Agronomia, ESALQ, vol. 1, n° 4, p. 273-324, 1938.

PONTIN, Fabrício. **Biopolítica, eugenia e ética: uma análise dos limites da intervenção genética em Jonas, Habermas, Foucault e Agamben**. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em:<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3412>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, p. 33-221, 2009.

PROCTOR, Robert. **Racial Hygiene: Medicine under the Nazis**. Cambridge, Mass/Londres: Harvard University press, 1988.

PROVINE, William B. **Geneticists and Race**. *American Zoologist*. Vol. 26, nº 3, p. 857-887, 1986.

PROVINE, William B. **Geneticists and the biology of race crossing**. *Science*, v.182, nº 4114, 1973.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do “amor venéreo”**. Projeto História São Paulo, v. 25. Dez. 2002.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. 1994. 353 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em:<<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281180>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

REVEL, Judith. **Michel Foucault conceitos essenciais**. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. Revisão técnica: Maria do Rosário Gregolin. - São Carlos: Claraluz, 2005.

Revista Biometrika. News Biography work Francis Galton. 2016. Disponível em:<<http://galton.org>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura. Diretor Anísio Spinola Teixeira Vol. XXIV julho-setembro, ed. nº 59, 1955, p. 34-35.

REVISTA DE ENSINO DE MINAS GERAIS, nº 34, 1934.

REVOREDO, Julio. **Imigração**. São Paulo: editora paulista. 1934.

RIBAS, Estellita. **Exame Pré-nupcial**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo. Estabelecimento Graphico Phoenix, Rua do Carmo, 72, São Paulo, 1927.

RIBAS, João Batista Cintra. **O Brasil e dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto**. 01/06/1990 218 f. Mestrado em antropologia social, instituição de ensino: universidade estadual de campinas, 1990.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. GONDRA, José Gonçalves. **A escola e a produção de sujeitos higienizados**. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v.20, n.02, p.493-512, jul./dc2. 2002.

ROCHA, Simone. **A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933**. *Cadernos de Pesquisa*, Curitiba, PR. Vol. 6 – Número 13 maio-ago. 2011. Disponível em:

<http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq13/11%20_a_educacao_cp13.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2016.

ROCHA, Simone. **Educação eugênica na constituição brasileira de 1934**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em:<http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1305-1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: análise do discurso "científico" no Boletim de Eugenia: 1929-1933**. 2010. 112 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010a.

RODRIGUES, Elisandro. **CLÍNICA DE UMA VIDA: Estilhaços de educação e[m] saúde**. 2015. 221 f. (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129589/000977056.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, vol.1, 1943.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. 1929. Notas sobre os typos anthropologicos do Brasil. In: **I CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA**. Actas e trabalhos. Rio de Janeiro: s. n°, 1929. v.1. 342, p. 613.94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Rio de Janeiro, 1929, P. 119-147. Disponível em:<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acebibcoc_r&pagfis=9788>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **As leis da eugenia**. In: Roquette-Pinto, Edgard. **Seixos rolados: estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. Editora UnB, Brasília, 1982.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de antropologia brasileira**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933 (“Biblioteca Pedagógica Brasileira”, série V, Coleção “Brasília”, vol. XXII).

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Os fatores da raça**. Diário Nacional. 2 abr., 1929.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Os fundamentos biológicos da sociologia**. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: 25 mar., 1936.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Os fundamentos biológicos da sociologia**. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro. 25 mar., 1936.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Prometheus: or, biology and the advancement of man – Rio de Janeiro**. In: Boletim de Ariel, n.1, p.31-33. out., 1931.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Seixos rolados: estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia, 1927.

ROSA, Alessandra. **Quando a eugenia se distancia do saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim da Eugenia 1929/1933**. 125 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2005. Bibliografia: f.119-126. 2005. Disponível em:<<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6133/2/14.pdf>>. Acesso em: 27 maio. 2016.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI**. São Paulo, Paulus, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p.10-57 IN: PILETTI, C. & PILETTI N. **História da educação**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997.

SALIBA, Elias Thomé. **Pequena História do documento**. IN: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA Tania Regina de (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

SAMARAN, Charles. **Citado por Jacques Le Goff "Documento/Monumento"**. In: **Enciclopédia Einaudi**, Porto, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, vol. I: Memória e História, p. 98, 1984.

SANDEL, Michael J. **Contra a perfeição: Ética na era da engenharia genética**. 1º Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ. 2013.

SANTOS, Iolanda Montano dos. **Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola**. 2004. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5562>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito?** Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (191737).2008. 257 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SANTOS_Ricardo_Augusto_dos-S.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

SCHERER, Renata Porcher - **“cada um aprende de um jeito”**: das adaptações às flexibilizações curriculares. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em:< <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3885>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Infância: sol do mundo – A primeira conferência Nacional de Educação e a construção da infância. Curitiba, 1927**. 01/12/1997 216 f. Doutorado em HISTORIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA Biblioteca Depositária: Biblioteca da UFPR, 1997.

SCHNEIDER, Eduarda Maria. MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida - **A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930**. UNIOEST, IX Amped Sul. 2010. Disponível em:<www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/963/59>. Acesso em: ago. 2016.

SCHRAMM, Fermin Roland. **Eugenia, eugenética e o espectro do eugenismo: considerações atuais sobre biotecnociência e bioética**. Porto Alegre: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Comissão Interna de Biossegurança, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito da saúde**. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 17(1): 29-41, 2007.

SILVA, André Luis dos Santos. **A perfeição expressa na carne: A educação física no projeto eugênico de Kehl – 1917 a 1929**. 2008. 141 f. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14736>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

SILVA, André Luis dos Santos. **Nos domínios do corpo e da espécie: Eugenia e Biotipologia na constituição disciplinar da Educação Física**. 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/62090>>. Acesso em: 23 marc. 2017.

SILVA, Mozart Linhares da. (Org.) **História, Medicina e Sociedade no Brasil**. Editora EDUNISC, Santa Cruz, 2003.

SILVA, Mozart Linhares da. **Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945)**. *Revista Ibero-Americana de estudos em educação*. Unesp. Universidade de Acalá. 2014. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>>. Acesso em: 23 set. 2016.

SILVA, Mozart Linhares da. **Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)**. Universidade de Santa Cruz do Sul. *Cadernos IHU ideias*, ano 13, n. 235, v. 13, 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/235cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SILVA, Mozart Linhares da. **População-sacer e democracia racial no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro*, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-593.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Neila Paula da. **A educação eugênica e as críticas de Lima Barreto: a representação dos contrários**. 2008. 100 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: História da Educação, 2008. Disponível em: <<http://old.ppi.uem.br/gephe/documentos/NeilaPdaSilva-Dissertacao.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

SILVEIRA, Éder da. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100028>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SILVEIRA, Éder da. Eugenia: **A criação de seres humanos “perfeitos”?** Ciclo de palestras: História da Saúde. Centro Histórico Cultural Santa Casa. Porto Alegre, das 18h30min às 20h, 09/08/2016.

SMANIOTTO, Edgar Indalecio. **Eugenia e literatura no Brasil: apropriação da ciência e do pensamento social dos eugenistas pelos escritores brasileiros de ficção científica (1922 a 1949)**. 2012. 131 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/100996>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física escolar: conhecimento e especificidade**. Rev. Paul. Educ. Fís., São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

SOUSA, Moreira de. **Estudo sobre o Ceará**. MEC – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Fortaleza: CILEME, publicação n. 08, 1955.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2008. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13325>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.249-264. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702009000500012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **AS IDÉIAS EUGÊNICAS NO BRASIL: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD – Dourados jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Ciência e miscigenação racial no início do século XX: debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte-americana**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 23, n° 3, jul.-set, p. 597-614, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702016000300597&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 1º jan. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011. 382 f. Tese (Doutorado em História) - Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16337>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Kehl nos anos 1910 e 1921**. Revista de História Regional. Inverno, 2006b (Publicado Em

2007). Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2230/1712>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Política biológica como projeto, a eugenia negativa e a construção da nacionalidade na trajetória de Kehl. 1917/1932**. 2006a. 220 f. (Mestrado em Ciências da Saúde) Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Fiocruz, RJ, 2006a. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6134>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, p. 146-166, jul | dez 2008. Disponível em: <www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=74>. Acesso em: 21 jun. 2016.

STEPAN, Nancy Leys. **A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. **Eugenia no Brasil, 1917-1940**. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Org's). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. **A Invenção do Corpo Feminino ou “a Hora e a Vez do Nomadismo Identitário?”**. Universidade de Brasília – UnB Textos de História, ml 8, n° 1/2, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Relatório da Inspetoria Geral do Ensino do Estado da Bahia, apresentado como Anuário do Ensino do Estado da Bahia**. Salvador, 1925. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AT/textual/relatorio-da-inspetoria-geral-do-ensino-do-estado-da-bahia-apresentado-como-anuario-do-ensino-do-estado-da-bahia-bahia>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia**. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1914.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel López. **O Numerável, o Mensurável e a Auditável: estatística como tecnologia para governar**. In Revista Educação & Realidade: Governamentalidade e Educação. Porto Alegre, vol. 34, n° 2, mai/ago, p. 135-152, 2009.

TROUNSON, Q. E. **The literature reviewed. Eugenics Review**. p. 12-236, 1931.

UMA NOVA Eugenia. **O Globo**. Rio de Janeiro, Cad. Ciência. 11 dez. 2007. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020071211C&edicao=Matutina>>. Acessado em: 29 jan. 2018.

VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa. **LOS SABERES DEL PODER: EUGENESIA Y BIOTIPOLOGÍA EN LA ARGENTINA DEL SIGLO XX**. Revista de Indias, LXIV, n. 231, p. 425-444.

VARIGNY, Henry de. **Tradução e anotações do prof. Octávio Domingues.** In: **Boletins de Eugenia.** Rio de Janeiro, Revista Medicamenta. Anno III. Ed. n° 25. Janeiro/1931, p. 1-8.

VEIGA, Cynthia Greive. **Escola de alma branca: o direito biológico à educação no movimento da Escola Nova.** Educação em Revista (UFMG), Belo Horizonte, MG, n° especial, p. 123-150, 2000.

VEIGA-NETO, José Alfredo. **“Inclusão e governamentalidade”.** In: Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, n° 100, set./dez., 2007.

VEIGA-NETO, José Alfredo. **Foucault & a Educação.** 3ª Ed; 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VEIGA-NETO, José Alfredo. **Governo ou Governmentamento.** Currículo sem Fronteiras, vol. 5, n° 2, p. 79-85, Jul/Dez 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

VEIGA-NETO, José Alfredo. **Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades.** Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [34]: 83 - 94, setembro/dezembro 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1635/1518>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

VEIGA-NETO, José Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão e governamentalidade.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n° 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

VEIGA-NETO, José Alfredo; NOGUERA, Carlos Ernesto. **Conhecimento e Saber: apontamentos para os Estudos de Currículo.** In: SANTOS, Lucíola L. C. P. Et alii. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 3ª Ed., [1890] 1985.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIANNA, José Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1933.

VIANNA, José Oliveira. **O typo brasileiro: seus elementos formadores.** In: **Dicionário, Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: IHGB, v. 1, 1922, p. 277.

VILAÇA, Murilo Mariano; DIAS, Maria Clara Marques. **Transumanismo e o futuro (pós)humano.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24 [2]: 341-362, 2014.

VILHENA, Cynthia P S. **A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo**. São Paulo: Revista de Psicologia- USP. 3 (1,2) p. 45-57, 1992.

WALDSCHIMIDT, A. **Who is normal? Who is deviant? “Normality” and “risk” in genet diagnostics an coinseling**. In: TREMAIN, S. (Ed.). **Foucault and the government of disability**. University of Michigan (USA), p. 191-207, 2005.

Watson estava certo, diz autor de livro polêmico. Folha de São Paulo, 2007. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0511200702.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

WATSON, James. **New Scientist, “stupidity should be cured, says dna discoverer.”** DAILY NEWS, 28 February 2003. IN: HENDERSON, Mark. **Let’s cure stupidity, says DNA pionner**. Times, Londres. 23 fev. 2003, p.13. Disponível em:<<https://www.newscientist.com/article/dn3451-stupidity-should-be-cured-says-dna-discoverer/#.VHpLJzGsWPY>>. Acesso em: 04 nov. 16.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Dois geneticistas e a miscigenação Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933)**. Recebido: 6 set. 2016 | Revisto pelo autor: 10 nov. 2016 | Aceito: 24 nov. 2016. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 33, nº 61, p. 79-107, jan/abr, 2017. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000100005>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil**. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 1, jan.-mar, p. 263-288, 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/2013nahead/ahop0113.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

WEIL, Pierre. **Normose: a patologia da normalidade**. I Pierre Weil, Jean- YvesLeloup, Roberto Crema. - Campinas, SP: Vetus Editora, 2003. Disponível em:<<https://anovamente.files.wordpress.com/2016/09/0-weil-leloup-e-crema-normose.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2018.

WORLD ANTI-DOPING AGENCY (WADA). Quebec, 2017. Disponível em:<<https://www.wada-ama.org/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

WORLD ANTIDOPING AGENCY. **The world anti-doping code**. The 2006 prohibited list. International Standard. Keynote address WADA health medical and research committee, 1-1-2005. Montreal: WADA; 2005. Disponível em:< <https://www.wada-ama.org/sites/default/files/resources/files/wada-2015-world-anti-doping-code.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

APÊNDICE A - ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADAS

Fundo Pessoal Kehl – DAC-COC, Fiocruz.

Biblioteca Histórica – UFRGS.

Biblioteca de Educação – UFRGS.

Biblioteca de Psicologia – UFRGS.

Biblioteca Unisinos – UNISINOS.